





# A ÁFRICA NA POLÍTICA INTERNACIONAL

O Sistema Interafricano e  
sua Inserção Mundial



EDITORA AFILIADA

## CONSELHO EDITORIAL DA COLEÇÃO RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Amado Luiz Cervo  
Ana Flávia Granja e Barros Platiau  
Antônio Carlos Lessa  
Antônio Jorge Ramalho da Rocha  
Argemiro Procópio Filho  
Cristina Soreanu Pecequilo  
Eiiti Sato  
Estevão Chaves de Resende Martins

Henrique Altemani de Oliveira  
José Flávio Sombra Saraiva  
Maria Manuela Tavares Ribeiro  
Miriam Gomes Saraiva  
Paulo Fagundes Visentini  
Pio Penna Filho  
Raúl Bernal-Meza

### Coordenadores da Coleção:

Amado Luiz Cervo  
Antônio Carlos Lessa

### Fomento:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq

**ISBN: 978-85-362-3049-8**



Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 3352-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

e-mails: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)  
[marketing@jurua.com.br](mailto:marketing@jurua.com.br)

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Visentini, Paulo Fagundes.

V864 A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial./ Paulo Fagundes Visentini./ Curitiba: Juruá, 2010.  
272p. (Coleção Relações Internacionais)

1. África – Relações internacionais. I. Título.

CDD 327.063(22.ed)  
CDU 327

---

Visite nossos sites na internet: [www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e [www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)

## **Paulo Fagundes Visentini**

Pós-Doutor em Relações Internacionais pela London School of Economics; Doutor em História Econômica pela USP; Graduado em História e Mestre em Ciência Política pela UFRGS; Professor Titular de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Coordenador do Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL) e Pesquisador do CNPq e do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT); Professor visitante no NUPRI/USP e na Universidade de Leiden/Holanda e Pesquisador visitante no Afrika Studie Centrum, na Holanda.

# **A ÁFRICA NA POLÍTICA INTERNACIONAL**

## **O Sistema Interafricano e sua Inserção Mundial**

Curitiba  
Juruá Editora  
2010



## *Coleção Relações Internacionais*

---

---

*A expansão do ensino de relações internacionais, nos níveis de graduação e pós-graduação, tem sido exponencial nos últimos anos. A **Coleção Relações Internacionais**, lançamento da Juruá Editora, tem o propósito de prover estudantes, professores e profissionais da área com o conhecimento que resulta da expansão das pesquisas nas Universidades brasileiras.*

*O apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, por meio do projeto integrado de pesquisa “Parcerias Estratégicas do Brasil: a construção do conceito e as experiências em curso”, financiado com recursos do Edital Renato Archer de fomento do estudo das relações internacionais e sediado na Universidade de Brasília, encontra-se na origem dessa iniciativa. A **Coleção Relações Internacionais** reúne estudos originais resultantes de dissertações e teses selecionadas, em razão de sua originalidade e relevância, nas Universidades que mantêm programas de pós-graduação, bem como obras coletivas ou individuais especialmente focadas nas parcerias operadas pelo Brasil junto a países europeus e emergentes, objetos a que se volta o Renato Archer da UnB.*

*Em razão do elevado número de lançamentos que a Coleção programou, pretende ser ela instrumento indispensável a todos os que manuseiam o conhecimento atualizado das relações internacionais, seja com o propósito acadêmico, seja com o fim de tomar decisões nas esferas política e social, pública e privada, que engendram o modelo brasileiro de inserção internacional e sua dinâmica operacional.*

*O espírito que norteia as publicações da Coleção coincide com o espírito de isenção, objetividade, clareza e funcionalidade que preside os estudos nas Universidades. Desse modo, põe-se o conhecimento a serviço dos atores que dele fazem uso para equipar-se de expertise com que possam alcançar interesses externos da nação ou de seus segmentos sociais, bem como reagir e equilibrar-se diante de interesses que outros países buscam realizar no Brasil.*





*Agradeço ao CNPq pelo apoio a este estudo através da Bolsa de Produtividade em Pesquisa, bem como por meio do Projeto Parcerias Estratégicas do Brasil, edital Renato Archer, sob coordenação do Prof. Antônio Carlos Lessa, que propiciou uma Missão Técnica à África do Sul.*



*Em memória de **Fred Halliday***

*Orientador, amigo e, sobretudo, cidadão do mundo. Sua morte precoce priva o estudo das relações internacionais de uma personalidade crítica e lúcida, mas seus estudos permanecerão como uma inspiração a todos os estudiosos do Terceiro Mundo.*

*Se os membros de uma comunidade numa situação de conflito chegam a um acordo de paz e [...] avançam no caminho da reconciliação e do perdão (mas nunca do esquecimento), não cabe à 'comunidade internacional' insistir na justiça internacional. [Hoje] as pessoas que gritam mais alto por desforra são aquelas menos afetadas pelo conflito. Se há que fazer justiça, que seja feita pelos africanos, na África. A comunidade internacional nada fez [contra] os violadores dos direitos humanos na África do Sul do apartheid e na Rodésia de Ian Smith [quando da 'reconciliação'].*

***Millius Palayiwa, da Universidade de Oxford,**  
sobre o indiciamento de líderes africanos pela TPI*

*A desigualdade entre nações é a raiz do político no cenário internacional*

***Silviu Brucan***



# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1. FLUXOS INTERNOS E CONEXÕES INTERCONTINENTAIS (FASE PRÉ-COLONIAL)</b> .....	21
1.1 O ESPAÇO AFRICANO E OS GRANDES GRUPOS ÉTNICO-CULTURAIS .....	22
1.2 FLUXOS INTERAFRICANOS E CONEXÕES INTERCONTINENTAIS (ATÉ O SÉCULO XV) .....	28
1.3 O MERCANTILISMO EUROPEU, O TRÁFICO DE ESCRAVOS E O BRASIL (1460-1860) .....	35
<b>2. DA CONQUISTA EUROPEIA À DESCOLONIZAÇÃO (1860-1960)</b> ..	49
2.1 O IMPERIALISMO EUROPEU: PENETRAÇÃO, PARTILHA E OCUPAÇÃO (1860-1920) .....	50
2.2 OS DIFERENTES SISTEMAS COLONIAIS: A INSERÇÃO NO CAPITALISMO MUNDIAL .....	61
2.3 APOGEU E QUEDA DOS IMPÉRIOS COLONIAIS (1920-1960) ..	71
<b>3. A (DIFÍCIL) FORMAÇÃO DO MODERNO SISTEMA INTERAFRICANO (1960-1975)</b> .....	87
3.1 A FORMAÇÃO DE UM SISTEMA AFRICANO PÓS-COLONIAL DE ESTADOS .....	88
3.2 A DISPUTA ENTRE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E INSERÇÃO INTERNACIONAL .....	107
3.3 REGIMES RACISTAS E COLONIAIS NA ÁFRICA AUSTRAL: A SEGUNDA DESCOLONIZAÇÃO .....	116
<b>4. REVOLUÇÕES, SOCIALISMO E CONFRONTOS DA GUERRA FRIA (1975-1989)</b> .....	127
4.1 REGIMES RACISTAS E SOCIALISTAS NA ÁFRICA AUSTRAL: CONFLITOS E INTERVENÇÕES .....	128

4.2	CHIFRE DA ÁFRICA: REVOLUÇÃO ETÍOPE, CONFLITOS E INTERVENÇÃO EXTERNA .....	137
4.3	A ÁFRICA NA ECONOMIA MUNDIAL: CRISE E AJUSTE ECONÔMICO NA DÉCADA PERDIDA .....	147
<b>5.</b>	<b>MARGINALIZAÇÃO, CONFLITOS E REALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS (1989-2002)</b> .....	<b>155</b>
5.1	A MARGINALIZAÇÃO: “PACIFICAÇÃO”, DEMOCRATIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO, CONFLITOS E EPIDEMIAS.....	155
5.2	ÁFRICA DO SUL: O FIM DO APARTHEID E A REINserÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL .....	169
5.3	CONFLITOS IDENTITÁRIOS E REALINHAMENTOS GEOPOLÍTICOS NA ÁFRICA CENTAL.....	180
<b>6.</b>	<b>O “RENASCIMENTO AFRICANO”: INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (DESDE 2002)</b> .....	<b>189</b>
6.1	A REAFIRMAÇÃO: A UNIÃO AFRICANA, A NEPAD E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA .....	190
6.2	A DIPLOMACIA PAN-AFRICANA E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS .....	202
6.3	A PENETRAÇÃO CHINESA E INDIANA: DESENVOLVIMENTO E DISPUTAS ESTRATÉGICAS .....	207
<b>7.</b>	<b>AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA: DA INDIFERENÇA À COOPERAÇÃO SUL-SUL</b> .....	<b>215</b>
7.1	NEXO ESCRAVISTA, AFASTAMENTO E REAPROXIMAÇÃO COM A ÁFRICA PÓS-COLONIAL.....	215
7.2	RELAÇÕES COMERCIAIS, OS PALOP E OS EFEITOS DOS AJUSTES ECONÔMICOS .....	219
7.3	LULA E A ÁFRICA: DIPLOMACIA DE PRESTÍGIO, SOLIDARIEDADE SUL-SUL OU “IMPERIALISMO <i>SOFT</i> ”? .....	222
	<b>PERSPECTIVAS AFRICANAS</b> .....	<b>237</b>
	<b>OS ESTADOS AFRICANOS</b> .....	<b>241</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>249</b>
	<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b> .....	<b>255</b>

## INTRODUÇÃO

---

*“A desigualdade entre as nações é a raiz do político no cenário internacional”*

*“Todas e cada uma das nações são **nacionalistas**. Somente as moribundas não o são. E as nações do Terceiro Mundo são nacionalistas por direito de nascimento”.*

*Silviu Brucan*

A África, embora tenha uma população reduzida, de pouco menos de um bilhão de habitantes (14% da população mundial), ocupa 20% da superfície terrestre, constituindo um dos continentes mais extensos. Essa massa de terra está posicionada “no centro do mundo”, se considerarmos os atuais centros civilizacionais e os fluxos e conexões existentes entre eles. O continente africano possui 53 Estados independentes, o que representa 27% dos membros das Nações Unidas. Da mesma forma, eles constituem um terço dos Estados-membro do Movimento dos Países Não Alinhados. Do ponto de vista geográfico, a África, ainda que tenha uma baixa densidade demográfica, possui recursos naturais colossais e uma posição geopolítica que fez dela o centro da corrida imperialista e dos conflitos da Guerra Fria em sua fase final. Hoje, com o acelerado desenvolvimento asiático, a busca por matérias-primas e fontes de energia faz com que o continente seja objeto de intensas disputas. A novidade, contudo, é que a África está deixando de ser apenas “objeto”, para se tornar “sujeito”.

Na primeira década do século XXI, o inesperado ciclo de crescimento econômico e a postura mais protagônica na inserção internacional da África, sem dúvida, causaram perplexidade em muitos analistas. Depois do afropessimismo dos anos 1980 e 1990, quando o continente africano era considerado um “caso perdido”, ocorre uma nova tendência, positiva, que no plano da cooperação com o Brasil foi acompanhada pelo desenvolvimento de intensas relações e novas agendas. Mas, apesar da África ser o continente mais próximo do nosso país, da existência de imensas semelhanças humanas e naturais, de ter havido uma forte interação ao longo da história e de os afrodescendentes constituírem em torno de um terço de nossa população, existe um desconhecimento profundo de sua história, política e de nossas relações com ela.

Portanto, faz-se necessário conhecer melhor a realidade africana e sua política internacional, tanto aquela que aborda as relações com as grandes potências como, especialmente, a diplomacia interafricana e os contatos com os novos atores presentes naquele continente. Assim, o objetivo desta obra é apresentar aos acadêmicos brasileiros, numa visão ampla, histórica, empírica e analítica, a atuação da África na política internacional, tanto no plano mundial como continental. O formato do texto é o de um manual universitário, para introduzir os estudantes ao estudo e aos debates analíticos sobre a diplomacia africana, evitando o pesado e desagradável formato de “tese”. Foram incluídos mapas, um quadro com os dados africanos e uma bibliografia indicativa para o aprofundamento de estudos temáticos.

O livro possui dois capítulos históricos no início, sobre os períodos pré-colonial e de dominação colonial europeia. Eles são fundamentais para a compreensão daquilo que Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle denominaram de *Forças Profundas das Relações Internacionais*. São também importantes para refutar a tese do “isolamento” africano e para observar a contribuição europeia para a emergência de um sistema westfaliano de Estados na África. Os quatro capítulos seguintes analisam a diplomacia interafricana e a inserção internacional dos Estados independentes, estabelecendo uma periodização das mesmas. O último destes, o sexto, aborda em detalhe alguns dos recentes conflitos africanos, como forma de ilustrar o quão distante da realidade se encontra a visão difundida pelos grandes meios de comunicação sobre a África. Por fim, um último capítulo aborda as relações do Brasil com a África.

Nossa experiência “africanista” provém de ministrar cursos de História e de Relações Internacionais da África na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desde 1986. Desenvolveram-se, igualmente, pesquisas acadêmicas e, em 2005, foi criado o Centro de Estudos Brasil-África do Sul/Cesul, num convênio entre a UFRGS e a Fundação Alexandre de Gusmão, do Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de contribuir para o conhecimento sobre a região. O Cesul tem publicado uma coleção de livros especializados e propiciado viagens a países africanos, intercâmbio de professores, constituição de uma biblioteca especializada e realização de seminários. Gostaria de destacar que os contatos com as Universidades, centros especializados e pesquisadores na África “fizeram a diferença” para a compreensão das relações internacionais daquele continente.

Atualmente, minha pesquisa com Bolsa de Produtividade do CNPq versa sobre **O Brasil e a China na África** e no Projeto **Parcerias Estratégicas do Brasil**, edital Renato Archer, sob coordenação do Prof. Antônio



Carlos Lessa, desenvolveu estudo sobre a África do Sul como parceiro estratégico do Brasil. Esse projeto propiciou uma Missão Técnica à África do Sul. Além disso, em 2009, estive no *Afrika Studie Centrum* da Universidade de Leiden, Holanda, como pesquisador associado e, anteriormente, durante meu Pós-Doutorado em Relações Internacionais na *London School of Economics*, pude levantar amplo material de pesquisa na biblioteca dessa instituição e da *School of Oriental and African Studies* da Universidade de Londres.

Gostaria de agradecer aos professores Luiz Dario Ribeiro e Analúcia Danilevicz Pereira, pesquisadores do Cesul, que participaram da redação dos capítulos “históricos”, sobre os quais são especialistas. Luiz Dario Ribeiro, da UFRGS, e Hilário Cau, do Instituto Superior de Relações Internacionais de Moçambique gentilmente leram partes do original e apresentaram valiosas sugestões e correções. Por fim, a doutoranda de Ciência Política da UFRGS Kamilla Rizzi colaborou na preparação de itens sobre as integrações africanas. Um grupo de Bolsistas de Iniciação Científica do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da UFRGS, no qual o CESUL está integrado, atuou na pesquisa e na sistematização de informações sobre conflitos pós-Guerra Fria. São eles Lucas Paes, Cristiana Maglia, Laura Quaglia, Marcelo Kanter e Ricardo Leães, todos alunos do Curso de Graduação de Relações Internacionais da UFRGS. A todos eles, meus agradecimentos.

## ELEMENTOS PARA UMA TEORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DOS ESTADOS AFRICANOS

O marco teórico deste estudo embasa-se, primordialmente, nas análises desenvolvidas na obra **Politics and Society in Contemporary Africa**<sup>1</sup>, de autoria de Chazan, Mortimer, Ravenhill e Rotchild, uma das poucas a analisar, e com competência, as relações interafricanas. Da mesma forma, os estudos de Christopher Clapham contribuíram para a identificação de elementos teóricos sobre as relações internacionais da África, além de outros autores referidos nas citações e na bibliografia.

A primeira constatação é a de que a política externa dos Estados africanos é conduzida com recursos limitados, pois faltam especialistas, embaixadas e informações sobre a política mundial. Assim, a ONU repre-

---

<sup>1</sup> CHAZAN, Naomi; MORTIMER, Robert; RAVENHILL, John; ROTCHIL, Donald. **Politics and society in contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992 (2nd edition)

senta, no plano global, o quadro mais conveniente para a diplomacia africana. Por outro lado, os desafios de segurança são menos ameaças militares externas do que guerras civis pela disputa do poder interno. Nesse sentido, a solidariedade entre as lideranças “conservadores” e entre as “progressistas”, representa uma forma de segurança coletiva.

Sobre a fragilidade dos Estados africanos, Chazan, Mortimer, Ravenhill e Rotchild argumentam que

*Em alguns casos os Estados perderam a luta pelo controle tanto sobre significativas áreas de seu território formal, ou, ocasionalmente, ocorreu até o colapso do próprio Estado. Alguns Estados também têm sido muito fragilizados através da privatização [dos meios de violência] que diferem pouco dos territórios controlados por senhores da guerra. Os governantes mantêm, então, seu título formal de soberano apenas por convenções internacionais<sup>2</sup>.*

O sistema interafricano, segundo eles, é constituído de uma multitude de Estados de condições nacionais distintas, mas com um propósito comum na busca do desenvolvimento econômico (o que sobrevaloriza sua inserção internacional). Assim, “*estes fatores constituem a tese e a antítese da distintiva dialética africana das relações internacionais*”<sup>3</sup>. Portanto, a ideia de isolamento (salvo no caso da África do Sul do *Apartheid*) é quase impensável para os Estados africanos. Segundo os mesmos autores, “*a grande originalidade da diplomacia inter-africana consiste no esforço para administrar a política africana numa escala continental. A concepção de unidade africana, historicamente enraizada num pan-africanismo que se origina fora da África, influenciou significativamente as relações inter-africanas*”<sup>4</sup>.

Mesmo assim, a heterogeneidade dos sistemas africanos contribuiu para a emergência de uma permanente rivalidade interafricana, expressa na formação de dois “campos” opostos, fragilmente acomodados na Organização da Unidade Africana (OUA). Devido ao fato deles serem suscetíveis às influências externas (por causa da fragilidade econômica e da vulnerabilidade política), os governos africanos concedem alta prioridade à política exterior. Conforme os autores, “*a maioria focou no seu ambiente geopolítico próximo, mas alguns poucos Estados, como Argélia, Líbia e Nigéria, têm aspirado a diplomacias mais ambiciosas*”<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> *Op. cit.*, p.321.

<sup>3</sup> *ibid.*

<sup>4</sup> Chazan 323

<sup>5</sup> *ibid.*

Apesar disso, graças ao fato das grandes potências externas competirem entre si, os atores africanos têm demonstrado ser capazes de conservar certa margem de manobra<sup>6</sup>.

Por fim, os autores argumentam que

*A África constitui uma importante arena na política mundial contemporânea. As grandes potências estão interessadas na distribuição de poder e buscam zonas de influência no continente. As elites africanas, sendo pressionadas por problemas domésticos e conflitos, frequentemente se voltam para protetores externos em busca de apoio, pois as economias africanas estão ligadas a uma divisão mundial do trabalho que é altamente restritiva<sup>7</sup>.*

Essa realidade estrutural, todavia, não deve induzir a uma conclusão, como já ouvi, de que “não existem relações inter-africanas”, ou que os Estados da África constituem apenas um pólo passivo das relações internacionais de poder. A parceria afro-árabe é um exemplo, pois a África e o Oriente Médio são o núcleo político e geográfico do Terceiro Mundo. Por outro lado, as diversas inversões de alianças durante a Guerra Fria representam outra evidência de que os líderes africanos jogam, e bem, na política mundial. A “cartada chinesa”, atualmente explorada pelos africanos, finalmente, exemplifica mais uma vez a atividade diplomática e a busca do desenvolvimento pelos africanos. O problema é que ainda não deciframos, convenientemente, a linguagem e o simbolismo dessa diplomacia.

---

<sup>6</sup> p. 412.

<sup>7</sup> p. 378.



## **FLUXOS INTERNOS E CONEXÕES INTERCONTINENTAIS (FASE PRÉ-COLONIAL)<sup>8</sup>**

---

A ideia de que o continente africano evoluiu isolado dos grandes fluxos internacionais é enganosa. Desde o início dos tempos históricos, a metade norte e leste do continente manteve contatos regulares com a Ásia e a Europa. Por esta razão qualquer estudo das relações internacionais africanas deve iniciar pelo conhecimento e análise da dimensão pré-colonial e das estruturas profundas da história do continente. Da mesma forma, conhecer sua configuração geográfica é indispensável, especialmente a partir da formação de um sistema mundial calcado nos fluxos comerciais dos grandes espaços oceânicos a partir do século XV.

A África ocupa 20% das terras emersas e forma um continente territorialmente compacto. Durante a fase eurásiana “terrestre”, anterior à formação do sistema mundial, o continente africano representava uma espécie de península (que se projetava sobre um Oceano desconhecido) onde apenas parte de seu território estava diretamente conectada aos grandes fluxos econômico-culturais. Mas, com as grandes navegações e a formação de um sistema mundial calcado nos grandes espaços oceânicos, dominado pelos impérios marítimo-comerciais europeus, a África passou a estar “no centro” dos fluxos, embora como uma espécie de barreira, cujo interior permanecia inacessível aos comerciantes-navegadores. Ela será conectada ao sistema mundial e ao grande mercado planetário em ascensão, de forma indireta, num processo onde as formações políticas africanas detinham boa parcela de poder.

---

<sup>8</sup> Em coautoria com Analúcia Danilevicz Pereira.

Outro ponto a destacar é que o norte e o nordeste do continente foram arabizados e/ou islamizados, mantendo sólidas interações com a Europa mediterrânea e com a Ásia ocidental e meridional. No restante da África houve grande processo migratório, territorialmente amplo e cronologicamente longo, primeiramente de leste para oeste e, depois, em sentido inverso e, por fim, rumo ao sul. Ao longo desse período ocorreram não apenas a formação de reinos e impérios africanos, mas também intensas mestiçagens e surgimento de novas culturas.

Portanto, é errônea a percepção de uma África cristalizada em dezenas de povos e milhares de “tribos”, com suas culturas específicas consolidadas. O quadro é mais o de um intenso deslocamento, interação, fusões e surgimento de novas entidades. Da ocupação dos espaços e seus conflitos, do desenvolvimento de novas formas de produzir e das conexões com outros povos africanos e extracontinentais, foi emergindo um protos-sistema de relações “internacionais”, que terá uma dinâmica apenas parcialmente determinada pelos estrangeiros e que não desaparecerá por completo mesmo com a ocupação europeia.

## **1.1 O ESPAÇO AFRICANO E OS GRANDES GRUPOS ÉTNICO-CULTURAIS**

Foi na África que surgiu o *Homo sapiens*, cerca de 160 mil anos atrás, bem como a primeira civilização, o Egito, há 5 mil anos. A evolução da espécie humana teve início na África Oriental e Meridional, ponto de partida para a colonização do restante do continente e do mundo, quando esta foi se adaptando a novos ambientes e especializando-se até surgirem grupos étnico-linguísticos diferenciados. Mas somente nas últimas décadas do século XX a África deixou de ser um continente subpovoado. Diante de todas essas dificuldades, as sociedades africanas acabaram especializando-se em maximizar o número de vidas humanas e as formas de colonizar a terra.

Durante muito tempo os sistemas agrícolas foram móveis, ou seja, eram adaptados ao ambiente ao invés de o transformarem. O pensamento social centrava-se, portanto, na fertilidade e na defesa do homem perante a natureza. As populações, de número restrito e que detinham grandes extensões de terra, manifestavam as diferenças sociais através do controle sobre o povo, a posse de metais preciosos e a criação de gado onde o ambiente permitia (sobretudo no leste e no sul).

Assim, na África o poder estava mais relacionado ao controle de pessoas e rebanhos do que ao domínio permanente de uma porção de terra. Daí que os chamados “Impérios Africanos” não representavam exatamente entidades territoriais, com fronteiras definidas, como na Europa. As grandes migrações africanas encerraram-se apenas muito recentemente, há pouco mais de dois séculos. Ou seja, paralelamente à penetração europeia.

Algumas regiões escaparam a essas limitações, como, por exemplo, o norte da África, embora submetido a um distanciamento relativo em relação ao restante do continente pelo Saara. Do outro lado, na maior parte da África tropical, o primeiro envolvimento com o mundo exterior em larga escala foi através do tráfico de escravos e do comércio de sal, ouro, marfim, algumas especiarias e óleo de palma. Por ironia, um continente subpovoado foi o grande exportador de pessoas em troca de mercadorias. Hoje, o continente procura superar os efeitos do imperialismo e do colonialismo, característicos do século XIX, e da interrupção de seu desenvolvimento espontâneo.

### **1.1.1 O ambiente africano e seus recursos econômicos**

O continente africano está separado da Europa pelo mar Mediterrâneo e da Ásia pelo mar Vermelho, mas liga-se a ela através da sua extremidade nordeste, o Istmo de Suez. A principal subdivisão da África refere-se às duas regiões que ficam ao norte e ao sul do deserto do Saara – África subsaariana, ou África negra, e Norte da África, ou Magreb (ocidente, em árabe). Sendo o terceiro maior continente da Terra, a África ocupa, juntamente com as ilhas adjacentes, uma superfície de aproximadamente 30 milhões de km<sup>2</sup>, ou 22% do total da massa terrestre, formando um espaço compacto. Com exceção dos montes Atlas, do norte, do maciço etíope e do Drakensberg sul-africano, o território africano é um planalto vasto e ondulado, marcado por quatro grandes bacias hidrográficas: a do Nilo, a do Níger, a do Congo e a do Zambeze.

A África pode ser dividida geograficamente em três regiões distintas: o planalto setentrional, os planaltos central e meridional e as montanhas do leste. Em geral, a altitude do continente aumenta de noroeste para sudeste. A característica peculiar do planalto setentrional é o deserto do Saara, que se estende por mais de um quarto do território africano. As faixas litorâneas baixas, com exceção da costa mediterrânea e da costa da Guiné, são estreitas e elevam-se bruscamente em direção ao planalto. O litoral caracteriza-se por extensões contí-

nuas, quase sem reentrâncias e portos de águas profundas e com uma plataforma continental muito exígua, o que limita as possibilidades de pesca e jazidas de petróleo *off-shore*. Por fim, os rios praticamente não são navegáveis a grandes embarcações, devido a um grande número de corredeiras, dificultando o acesso ao interior do continente. Por fim, boa parte dos rios africanos corre para o interior do continente, não atingindo o mar.

A África é riquíssima em recursos minerais, possuindo em seu subsolo a maioria dos minerais conhecidos, sobretudo os mais raros e valiosos, muitos deles em quantidades notáveis. Sua principal atividade econômica refere-se à mineração, principalmente nas grandes jazidas de carvão, reservas de petróleo e de gás natural, bem como as maiores reservas do mundo de ouro, diamantes, cobre, bauxita, manganês, níquel, rádio, germânio, lítio, titânio e fosfato. Os principais países produtores desses minérios são República Democrática do Congo, África do Sul e Namíbia, que juntos, por exemplo, representam aproximadamente 98% da produção mundial de diamantes. O ouro é extraído principalmente no território sul-africano, no Zimbábue e em Gana, representando 50% do total comercializado mundialmente.

A profunda contradição do continente africano fica explícita numa comparação referente à energia. Há aproximadamente 66 bilhões de barris de petróleo apenas ao sul do Saara e inúmeras jazidas de gás natural, mas a maior parte da energia consumida na África provém da lenha (90%). A segunda atividade econômica mais importante no continente é a agricultura, praticada de três formas específicas – a de subsistência, em sistema de rotação de terras, desenvolvida por nativos nas áreas de floresta e savana; a permanente, realizada por povos berberes no Marrocos, felás do Egito e alguns povos negros da África Ocidental e Meridional; e a *plantation*, cultivo de produtos tropicais em grande escala, direcionada para a exportação. Dentre esses produtos agrícolas exportados, encontram-se principalmente o café, o cacau, a borracha, a cana-de-açúcar, o algodão, o amendoim e o azeite de dendê.

Já a pecuária é pouco praticada nas áreas equatoriais e tropicais, mas, na zona norte africana (Egito, Líbia, Marrocos, Argélia e Tunísia), há grandes criações de camelos, ovinos e caprinos. O nível de industrialização africano é bastante baixo, existindo, no entanto, ao norte do continente, indústrias relativamente bem desenvolvidas, especialmente no Egito (alimentícia, petrolífera, têxtil e siderúrgica) e na Argélia (óleos vegetais e máquinas agrícolas). No sul africano também



há industrialização média no Zimbábue (alimentícia e de energia) e na África do Sul (têxtil, alimentícia, química, siderúrgica, metalúrgica e de equipamentos de transporte).

### 1.1.2 Os grandes grupos etno-culturais

Atualmente, vive no continente africano quase um bilhão de pessoas, com uma densidade de 30,6 habitantes por km<sup>2</sup>. A população urbana é de, aproximadamente, 40%, ao passo que a rural é de 60%. O continente está dividido em cerca de oitocentos grupos étnicos, cada qual com sua própria língua e cultura. A distribuição populacional da África é muito irregular. As regiões desérticas são quase desabitadas. Em compensação, nas regiões às margens do rio Nilo, nos vales do Marrocos, na Tunísia, na Nigéria, na área urbano-industrial da África do Sul e na região dos grandes lagos a densidade é bastante elevada. Ruanda e Burundi, por exemplo, destacam-se por estarem entre as mais altas densidades demográficas do mundo.

Na parte norte do continente, inclusive no Saara, predominam os povos caucasoides, principalmente *berberes* e *árabes*, constituindo, aproximadamente, a quarta parte da população do continente. Ao sul do Saara, predominam os povos negroides, cerca de 70% da população africana. Na África meridional ainda existem alguns elementos dos povos khoisan, os habitantes originais. Os pigmeus concentram-se na bacia do rio Congo e na Tanzânia. Agrupados principalmente na África meridional, vivem 5 milhões de brancos de origem europeia.

Na África são faladas mais de mil línguas diferentes, que são divididas em quatro famílias: as afro-asiáticas, as khoisan, as nigerocongolesas e as nilo-saarianas. Além do árabe, as mais faladas são o suaíle e o hausa. Há também várias línguas que pertencem a famílias de língua não africanas, como malgaxe, que é uma língua austronésia (malaia), e o *afrikaaner* (derivado do holandês, mas que se pode considerar uma língua “nativa”), pertencente à família das línguas indo-europeias, assim como a maioria das línguas crioulas da África. Além disto, a maior parte dos países africanos adotou, pelo menos como uma de suas línguas oficiais, uma língua europeia (português, francês e inglês nas respectivas ex-colônias), sendo que essas línguas são, geralmente, faladas pela população urbana desses países e, particularmente, por todas as pessoas com uma escolaridade significativa. As línguas alemã, italiana e espanhola são ainda faladas por minorias na Namíbia e Camarões, Eritreia, Líbia e Somália, e Marrocos, Saara Ocidental e Guiné Equatorial respectivamente.

Por fim, o cristianismo, a religião mais difundida, e o islamismo são as principais religiões. Cerca de 15% dos povos africanos ainda praticam religiões animistas ou locais e grande parte da atividade cultural africana concentra-se na família e no grupo étnico.

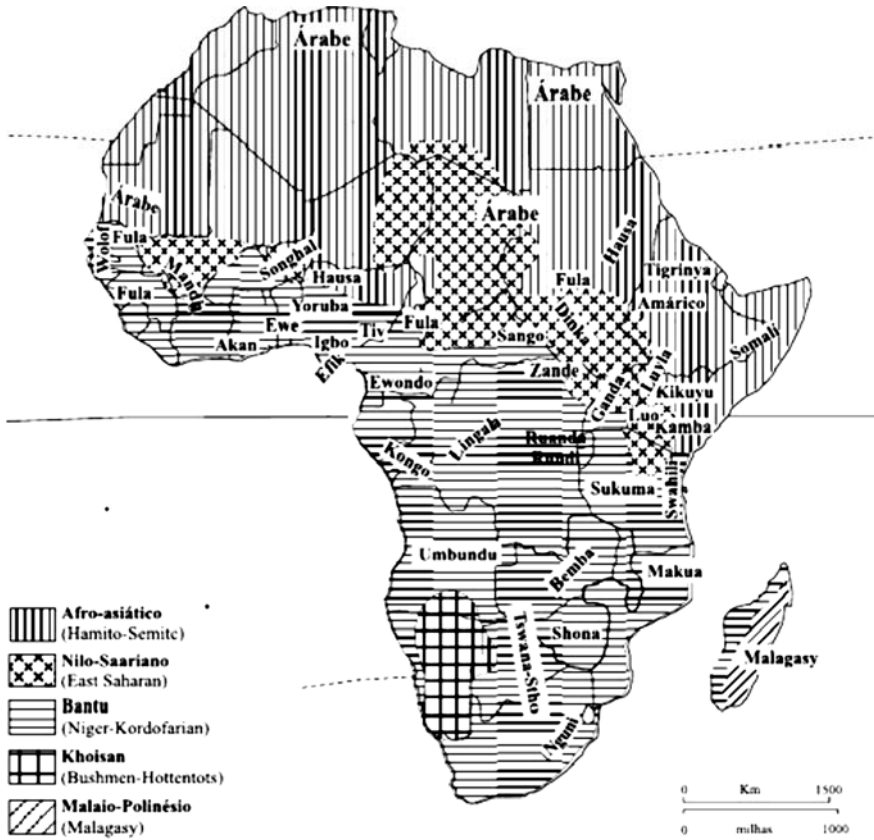
Muitas foram as tentativas de classificar os grupos étnicos na África, seja pela cor da pele, pela identidade linguística ou pelas características culturais. Uma das primeiras tentativas nessa direção foi a de definir os habitantes do norte da África como *caucasoides* e os habitantes ao sul do Saara de *negroides*. Entre esses dois grupos, podem-se encontrar variações e, além disto, entre todos esses povos houve cruzamentos, de forma que múltiplos graus de mestiçagem ocorreram e ainda são esperados. Originalmente, também as fronteiras geográficas não eram tão rigorosas como atualmente.

Alterações fundamentais no mapa demográfico africano, assim como uma mudança menos radical na distribuição geográfica do Saara, foram consequência de duas grandes transformações ocorridas na metade norte do continente entre oito mil e dois mil a.C., uma delas climática e outra cultural. Por volta de 2 mil a.C., o Saara transformou-se no grande deserto que é hoje. Anteriormente, a região possuía um clima muito úmido que fazia a região própria para pastagens, com caça abundante, enquanto, nos planaltos, crescia uma floresta do tipo mediterrânica.

A outra grande mudança consistiu na difusão de uma série de inovações no norte da África que iriam pôr fim ao período Paleolítico e iniciar uma onda de progressos tecnológicos cada vez mais rápidos, que conduziriam ao surgimento das grandes civilizações, a chamada Revolução Neolítica. Talvez a transformação mais significativa tenha sido a domesticação e a criação de animais (antes apenas caçados) e a melhoria e o cultivo de sementes e raízes.

Com essas transformações, os homens deixaram de viver apenas em pequenos bandos e passaram a acomodar-se em núcleos cada vez maiores e mais estáveis, situados junto às melhores reservas de água para si, para os animais e para as plantas. Estava próximo o início de sociedades agrícolas e sedentarizadas.

### As Línguas Africanas



## **1.2 FLUXOS INTERAFRICANOS E CONEXÕES INTERCONTINENTAIS (até o século XV)**

### **1.2.1 O grande movimento migratório africano**

O desenvolvimento das sociedades africanas, sobretudo as que se estabeleceram ao sul do Saara – a chamada África Negra –, foi, até pouco tempo, considerado como um fenômeno que não sofreu influências externas, exceto na costa oriental. Esta percepção, por parte dos estudiosos, decorre do tipo de desenvolvimento vivenciado ao norte do Saara, pois a região fazia parte do mundo mediterrâneo e vinculava-se, em grande medida, dos acontecimentos do Oriente Próximo.

Era comum, assim, que os caucasoides se deslocassem apenas para o norte e para o nordeste, enquanto os negros do Saara tendiam a deslocar-se para o sul, especialmente para o Sahel. Nos dois casos, o resultado foi um aumento populacional e o conseqüente desenvolvimento da agricultura, como a forma mais eficaz de manter a população em crescimento. Cabe ressaltar que, independentemente do aumento da população resultante da imigração do Saara, o desenvolvimento da agricultura parece ter produzido um aumento demográfico também na metade sul da África, onde, eventualmente, absorveram as outras populações, com exceção do extremo sudoeste do continente.

O vale do Níger e a bacia do lago Tchad ofereciam, como o vale do Nílo, condições favoráveis para o aumento da população e para a agricultura, ao contrário do que até recentemente se acreditava. Mais para o sul, entre os atuais territórios de Gana e da Nigéria, onde existe uma interrupção da floresta tropical, sem condições para o cultivo de cereais, houve a tendência ao cultivo de vegetais que, provavelmente, deu origem aos inhames africanos.

As transformações ambientais (ressecamento do Saara) e civilizacionais (na bacia do Nílo) geraram um movimento migratório que levou sucessivas gerações de pastores cuxitas e nilo-saarianos a avançar pela margem sul da faixa do Sahel no sentido leste-oeste, possivelmente iniciado por volta do ano 2.750 a.C. Os cuxitas, que pertenciam ao grupo hamita, se estabeleceram no lago Tchad e nas savanas a oeste deste, enquanto os nilo-saarianos se assentaram no curso médio do Rio Níger. A sudoeste deles, na zona de floresta, estavam os negros, futuros bantos. Então, a revolução neolítica, trazida pelos novos vizinhos, ingressou em sua região, fazendo com que o processo anterior de conversão dos agricultores em pastores começasse a ser revertido. O cultivo do sorgo permitiu aos povos negros crescerem numericamente e se expandirem por toda a região ocidental ao sul do Saara.

No século II aC. eles criaram a cultura Nok (na atual Nigéria), onde começaram a fabricar utensílios e armas de ferro, difundindo a prática aos seus territórios. Logo havia um conjunto de centros políticos e, no início da era cristã, quando os romanos estabeleciam sua hegemonia no Mediterrâneo, os bantos iniciavam uma intensa migração rumo ao leste, através da floresta equatorial, atingindo o lago Vitória. A floresta era habitada pelos pigmeus e o leste e sul da África pelos Khoisan (Bushmen), povos nativos e bastante primitivos que viviam da caça e os segundos também do pastoreio.

Esse povos, que ainda se encontravam na idade da pedra, não tinham condições de enfrentar os bantos e os pigmeus se retiravam para o interior das densas florestas do Congo, enquanto os khoisans refluíram para cada vez mais para o sul. Segundo Colin McEvedy, “*os bantos, com seu milho e gado, suas armas de ferro e suas castas guerreiras, eram como os conquistadores [espanhóis] do Novo Mundo, operando num nível muito diferente dos nativos*”<sup>9</sup>.

Para sorte desses povos primitivos, apesar de reduzidos numericamente, eles adaptaram-se a ambientes inóspitos e sobreviveram. No ano 200 dC. os bantos chegaram ao Oceano Índico e ocuparam a região dos lagos por completo. No ano 500 eles retomaram a migração para o sul (sempre empurrando os khoisans), colonizando o oeste de Madagascar, enquanto um grupo de malaios/indonésios aportava no leste da ilha, após uma travessia marítima “cega”.

### 1.2.2 As Civilizações africanas e os Estados antigos

O Egito abrigou a primeira grande civilização surgida na África, embora fosse muito diferente das outras regiões africanas. Além das terras férteis, a região possuía uma importância estratégica fundamental ao situar-se como eixo de ligação entre o continente africano, a Ásia e o mundo mediterrâneo. Desde muito cedo, a fertilidade das terras egípcias fazia com que os agricultores pudessem produzir muito além de suas necessidades. No entanto, é importante considerar as origens do progresso alcançado pelos egípcios.

Esses grupos, que até então viviam de forma dispersa e desorganizada, sentiram a necessidade de organizar-se. As colheitas, cada vez mais abundantes, aumentaram ainda mais o crescimento demográfico. A demarcação das terras foi resultado desse desenvolvimento, atividade da qual se ocupavam chefes, sacerdotes e seus servidores. A medição dessa

---

<sup>9</sup> McEVEDY, Colin. *The Penguin Atlas of African History*. Harmondsworth: Penguin Books, 1985. p. 34.

rica e fértil terra fez surgir a agrimensura e a profissão de escriba. Da mesma forma, foram dados os primeiros passos em direção ao cálculo e à escrita.

As lutas internas e as conseqüentes trocas culturais e biológicas que mesclaram os povos em volta do Nilo deram origem ao desenvolvimento de uma grande civilização. A utilização dos metais certamente ampliou o poder dos chefes e a capacidade, do ponto de vista militar e diplomático, de superar os inimigos. Por fim, o rei Narmer, do sul, conseguiu unificar todo o território por volta de 3.100 a.C. A posição geográfica do Egito, situado entre a Ásia, o Mediterrâneo e a massa africana do sul, bem como sua capacidade de desenvolvimento, destinou a região a uma série de invasões que marcaram os reinados das diversas dinastias.

Outra importante civilização é a de Axun, estava localizada no nordeste da África, atual Etiópia, Somália, parte do Sudão e Eriteia, entre os séculos I e V. O surgimento de Axun esteve ligado à sua localização privilegiada, próxima aos antigos núcleos urbanos cuchitas, egípcios e árabes. Devido às intensas trocas culturais que a proximidade entre as regiões proporcionava, a formação étnica e cultural dessa sociedade tinha um caráter profundamente miscigenado. Todavia, sua população era majoritariamente negroide. Culturalmente, entretanto, a sociedade tinha características semitas, embora reelaboradas. Na interação entre o chifre da África e o sudoeste da península arábica formou-se o “reino do incenso”, produto intensamente exportado para os antigos centros civilizacionais.

Entre os séculos III e V, a civilização de Axun adquiriu caráter imperial, impondo-se à força sobre os vizinhos da região nordeste da África, em particular sobre Meroé, capital do Reino Kush entre os séculos VII e IV a.C., e sobre a Arábia meridional. A expansão de Axun permitiu-lhes assumir o controle de uma vasta extensão de terras cultiváveis até o mar Vermelho, e a ocupar também uma posição intermediária no comércio marítimo do Índico, entre os impérios do Oriente (chineses, mongóis e hindus) e o Império Romano, então em decadência.

Assim, além das conexões que ligavam o litoral norte da África à Europa e ao Levante (litoral do Oriente Médio) através do Mar Mediterrâneo, havia os fluxos norte-sul através do Vale do Nilo e os do Mar Vermelho e os leste-oeste, através do Oceano Índico. Navegadores árabes, persas, indianos e malaios (até chineses, em uma ocasião) frequentaram as costas da África oriental por muitos séculos. Esses comerciantes traziam e levavam mercadorias, influências culturais e conhecimentos que, de várias maneiras, conectavam a África ao Extremo Oriente.

Na África Ocidental surgiu uma série de reinos de população negra, cuja base econômica estava no controle das rotas comerciais transaarianas. A antiga Costa do Ouro, atual Gana, deve o seu nome moderno ligado ao de

um antigo império que dominou a África ocidental durante o período que corresponde à Idade Média europeia. O Reino de Gana ficava a muitos quilômetros ao norte do atual, entre o deserto do Saara e os rios Niger e Senegal.

O antigo Reino de Gana foi provavelmente fundado durante os anos 300. Desde essa data até 770, seus governantes constituíram a Dinastia dos Magas, uma família berbere, apesar de o povo ser constituído por negros das tribos Soninque. Em 770, os Magas foram derribados pelos Soninques, e o império expandiu-se amplamente sob o domínio de Kaya Maghan Sisse, que governou por volta de 790. A capital de Gana, Kumbi Saleh, tinha uma população com cerca de 15 mil pessoas, parte dos quais muçulmanos, que participavam ativamente do comércio transaariano.

A maior parte da população de Gana era agricultora. Entretanto, o reino enriqueceu graças à sua localização, no extremo sul da rota comercial do Saara. Os berberes Sanhaja aprenderam a utilizar o camelo, que foi introduzido da Ásia através do Egito, e estabeleceram uma rota transaariana que ligava o Marrocos a Gana. No início eles traziam sal e trocavam por ouro na base de um peso equivalente! A essa altura, o Reino de Gana passou a ser reconhecido como uma região extensamente rica em ouro. Gana atingiu o máximo da sua glória durante os anos 900 e atraiu a atenção dos árabes. Depois de muitos anos de luta, a Dinastia dos Almorávidas berberes subiu ao poder, embora não o tenha conservado durante muito tempo. O Império entrou em declínio e, em 1240, foi destruído pelo povo de Mali.

O Império de Mali deu início ao seu desenvolvimento como um pequeno Estado chamado Kangaba. Em 1235, um guerreiro chamado Sundiata tornou-se soberano e fundou o Império. Sundiata construiu uma nova capital em Niani e conquistou territórios ao sul, onde havia minas de ouro, e ao norte, em Tanghaza, onde existia muito sal, controlando, assim, todo o comércio transaariano. O Império anexou as cidades de Timbuktu e Gao. Entre os anos de 1324 e 1326, Mansa Kankan Musa fez sua peregrinação a Meca, levando consigo aproximadamente 60 mil servos, 100 camelos e enorme quantidade de ouro, no valor aproximado de três milhões de libras. Como resultado de sua peregrinação, o Império de Mali tornou-se conhecido por todo o mundo mediterrâneo, além de ter convertido a cidade Timbuktu, em 1337, em um famoso centro de estudos islâmicos.

Por volta do século XV, a dinastia Songhai ganhou gradualmente a independência do Império do Mali. A expansão do Songhai avançou mais agressivamente com Sunni Ali, que conquistou o Mali em 1471. A organização de Songhai era mais elaborada que a de Mali. Askia

Mohammed criou um exército profissional, o que melhorou a qualidade dos guerreiros e libertou o povo para a produção agrícola, artesanal e comercial ao reduzir os tributos cobrados da população.

Os reinos africanos da região baseavam-se no controle das minas de ouro, na sua exportação para o norte e no comércio de sal, marfim, óleos vegetais e escravos. Os songhays estavam vinculados a uma segunda rota estabelecida através do Saara e que atingia o Mediterrâneo através da Argélia. Uma terceira ligava o Reino de Kanem, no Lago Tchad à Tripolitânia e, já no século XIX, mais uma foi estabelecida pela irmandade dos Senussi, ligando o Reino de Wadai a Benghazi, que como Trípoli, ficavam na atual Líbia. Assim, várias rotas de caravanas ligavam a África subsaariana ao Mediterrâneo.

### 1.2.3 A expansão do Islã, a África Ocidental, Oriental e Meridional

A expansão muçulmana, que envolvia inicialmente a conquista e, mais tarde, a conversão de povos africanos ao islã, teve início no século VII, com a conquista do Egito e da Cirenaica pelo Califado Árabe. Cem anos depois, todo o litoral africano do Mediterrâneo (e a Espanha) fazia parte do mundo islâmico. Gradativamente eles avançaram para o sul, através do deserto do Saara, convertendo os tuaregues. Do século XI ao XII, a parte ocidental e central do Sahel e os litorais do Mar Vermelho e da Somália já haviam sido dominados ou convertidos, enquanto as cidades comerciais árabes do Oceano Índico, desde o norte de Moçambique, já constituíam baluartes islâmicos. Posteriormente, ao longo dos séculos seguintes, a religião muçulmana ganhou terreno no *hinterland* do Golfo da Guiné (numa linha paralela à costa que parte do sul do Senegal até o centro da Nigéria e Tchad), no vale do Nilo (centro do Sudão), no litoral do Mar Vermelho (Eritreia) e do Oceano Índico, atingindo parte do norte de Moçambique e de Madagascar.

A importância desse processo é tanto de ordem civilizacional como internacional, pois afetou profundamente as formas de organização social e econômica, bem como a inserção política e econômica dessas nações. A Europa deixou de ser a única referência, com o Oriente tornando-se um polo de atração. Além das peregrinações à Meca e da universalização da língua e cultura árabes, formaram-se novos vínculos identitários e fluxos internacionais que abarcam boa parte da África Negra propriamente dita.

No tocante à Grande Migração africana, por volta do ano 400, os primeiros agricultores da Idade do Ferro que falavam línguas bantas ocuparam grande parte da África Oriental e Meridional de forma esparsa



e irregular. Esses povos preferiam zonas abundantes em água, sugerindo que sua economia se baseava essencialmente no cultivo de inhame e sorgo, na pesca, na caça e criação de pequenos animais domésticos.

Foi a partir do século X que os comerciantes árabes estabeleceram-se na África Oriental, aprenderam as línguas locais, e tornaram-se intermediários, comprando mercadorias dos africanos e repassando-as aos comerciantes marítimos. No século XI, as guerras na Pérsia e na Arábia forçaram muitos árabes a ocuparem definitivamente áreas da África Oriental. A miscigenação cultural e o casamento desses árabes com mulheres africanas locais geraram, algum tempo depois, uma nova língua, o suaíli, basicamente uma língua banta, intercalada com muitas palavras árabes, que ainda hoje é falada em partes da África Oriental, sendo língua oficial da Tanzânia e Quênia.

Enquanto os árabes ocupavam Kilwa, na costa oriental, outra cidade banta estava em construção na parte sudeste africana. O Grande Zimbábue tornou-se forte ponto de comércio no Oceano Índico devido, em parte, ao ouro e ao marfim do interior africano, mas também do cobre provindo do atual cinturão do cobre no Congo (Katanga) e da Zâmbia, em um tráfico tipicamente intra-africano. Os povos de língua banta começaram a se estabelecer em torno do planalto do Zimbábue.

Por volta de 1300, já havia uma muralha, com aproximadamente dez metros de altura, erguida como proteção a toda a área. Aproximadamente 10 mil pessoas viviam fora da muralha de pedra da Grande Zimbábue. Alguns eram pastores, outros artesãos, e também escultores e tecelões, pois a matéria-prima (algodão, ouro, cobre, madeira e pedra) era abundante. No entanto, os comerciantes eram fundamentais nessa dinâmica, pois levavam ouro, cobre e marfim para a costa oriental. O ouro era obtido dos povos que viviam ao sul; e o cobre, dos povos ao norte da Grande Zimbábue. Foi justamente esse comércio que tornou a região um dos reinos mais poderosos no século XIV. Contudo, sem explicação plausível, em meados do século XV, a Grande Zimbábue foi incendiada e abandonada.

Na costa da Guiné, os reinos que se beneficiaram com o comércio de escravos, já no contexto de expansão europeia em direção à costa africana, foram os de Oyo e Benin. Mais para o oeste, o Reino Ashanti também desenvolveu-se progressivamente durante os séculos XV e XVI. O rei Opoku Ware organizou um sólido sistema de impostos, com uma burocracia administrativa eficiente. No final do século XIX, porém, o império começou a enfraquecer, envolvendo-se em guerras com povos do litoral e batalhas com os britânicos, entre 1807 e 1901. No final dos conflitos, os britânicos assumiram o controle do Império Ashanti.

O desejo britânico de acabar com o tráfico de escravos baseava-se na perspectiva de reorganizar a produção e o comércio africano, com vistas a outras exportações, aumentar a atividade missionária e impor a jurisdição do Governo britânico sobre propriedades que tinham pertencido a comerciantes britânicos. Essas ações levaram o Estado britânico a assumir a soberania de certos territórios africanos, considerados estratégicos por eles.

Já os portugueses chegaram à costa oriental africana, e, na década de 1530, enviaram grupos para subir o rio Zambeze e descobrir de onde vinha o ouro vendido pelos suaílis. Acabaram por estabelecer ligações comerciais como grande Império Monomotapa, do interior do continente, responsável por boa parte do comércio interno africano.

Mas os portugueses foram impedidos de continuar adentrando no continente africano por um líder chamado Dombo, rico proprietário de gado e soberano do Império Rozvi. Entre 1684 e 1696, Dombo e seu exército lutaram contra os portugueses e os expulsaram do planalto do Zimbábue. O Império Rozvi tinha sua capital em Khami e, após um período de prosperidade, chegou ao fim na década de 1830, devido a uma invasão de povos guerreiros do sul da África, os nguni. Essas guerras espalharam-se por toda a África Central e Meridional, durando mais de 15 anos. Esses conflitos internos ficaram conhecidos como o *Mfecane* “época da aniquilação”.

Mais ao norte, os povos em torno dos lagos da África Oriental escaparam do *Mfecane*. Os dois reinos mais poderosos eram o Bunioro (às margens do lago Alberto) e Buganda (lago Vitória). Bunioro foi o primeiro reino a tornar-se importante na região. Sua principal atividade econômica era a criação de gado e havia também a produção de sal. Durante os séculos XVI e XVII, o exército bunioro fez muitos ataques contra os povos vizinhos, tomando seu gado e sua terra, além de obrigá-los a tornarem-se vassalos e a pagar tributos ao rei. Já no século XIX, surgiu o primeiro opositor ao reino dos Bunioro, com a ascensão do Reino de Buganda, de aproximadamente 500 mil habitantes. Buganda também tinha ligações com comerciantes árabes na costa oriental e deles comprava armas de fogo, munições, tecidos de algodão, contas e produtos de vidro.

Há ainda dois povos importantes. O povo chwezi chegou, no século XIV, próximo aos lagos da África Oriental, vindo do norte. Eram pastores de gado e introduziram na região a ideia de centralização da autoridade em um único governante ou rei. Também incentivaram o plantio de café e seu reino durou duzentos anos. O outro grupo era o povo nômade masai, que vive ainda hoje na Tanzânia e no Quênia. No século XVI era um grupo pequeno, mas no século XIX sua população havia crescido consideravelmente. As sociedades que se desenvolveram no continente africano tornaram-se gradativamente complexas e diversificadas, da mesma forma que as relações das diferentes regiões com o mundo exterior.

### **1.3 O MERCANTILISMO EUROPEU, O TRÁFICO DE ESCRAVOS E O BRASIL (1460-1860)**

#### **1.3.1 O nascimento do comércio mundial e a África**

Antes da chegada dos europeus, a maior parte dos povos africanos estava organizada em reinos independentes, mas não isolados do mundo exterior. Até o advento dos traficantes de escravos europeus, os árabes já praticavam o comércio negreiro, transportando escravos para a Arábia e para os mercados do Mediterrâneo. Portanto, antes das Grandes Navegações europeias, o continente africano já tinha contatos com os europeus. Os primeiros contatos surgiram por intermédio dos muçulmanos, que realizavam o comércio.

O principal elemento que possibilitou o início desse intercâmbio por parte dos muçulmanos foi a descoberta de ouro em algumas regiões africanas já conquistadas por eles, como o Sudão. Assim, mais do que uma aventura expansionista, os motivos que trouxeram os europeus em direção à costa africana foram resultantes do desenvolvimento do poderio da civilização islâmica no Mediterrâneo, ou seja, no norte da África, nas regiões periféricas do sul da Europa e em todo o Oriente Próximo.

Os processos de ocupação territorial, de exploração econômica e de domínio político do continente africano por potências europeias tiveram início no século XIV. A primeira fase do expansionismo europeu na África surgiu da sua necessidade em encontrar rotas alternativas para o Oriente (produtor das valiosas especiarias) e contornar as rotas terrestres transaarianas de comércio de ouro controladas pelos muçulmanos. Nesse período, o alargamento dos horizontes geográficos resultantes dos contatos com os povos muçulmanos e a aquisição de tecnologias como o compasso, o astrolábio, a bússola e o conhecimento astronômico tornaram possíveis novas representações do mundo.

O sucesso dos europeus no empreendimento colonizador deveu-se, portanto, à sua capacidade de sistematizar esse conhecimento e permitir, assim, à Europa meridional, e não ao mundo islâmico, a capitalização da habilidade e do conhecimento que estavam disponíveis no século XIV. Em grande medida, isto ocorreu devido à iniciativa comercial e marítima dos empresários e marinheiros italianos. A partir daí, floresceu um comércio pelo qual as exportações europeias de madeira, objetos de metal e escravos eram trocados por artigos de luxo que os mercadores muçulmanos forneciam, como perfumes, tecidos finos, marfim, ouro, entre outros.

A Europa, no final do século XIV, encontrava-se presa a seus limites, sentindo a necessidade de se expandir. O comércio das especiarias, monopolizado pelas cidades italianas, em especial pelos venezianos,

prejudicava o restante dos países do continente, pois os produtos eram vendidos a alto preço. A necessidade de quebrar esse monopólio passou a ser uma questão de sobrevivência para as economias monetárias. Nesse contexto, os principais concorrentes de Veneza, os genoveses, trataram de encontrar alternativas para o fornecimento de mercadorias que evitassem os portos do Mediterrâneo.

É preciso esclarecer que a riqueza na época moderna, para os europeus, está diretamente relacionada com a possibilidade dos Estados de acumular metais preciosos. Assim, os monarcas dos Estados Nacionais europeus empenharam-se em descobrir a melhor forma de conseguir recursos para o Tesouro Real, através do acúmulo de grandes quantidades de ouro e prata para o Tesouro. Assim, o Mercantilismo levou à formação de um sistema colonial em que a exploração das colônias vinculava-se fortemente à acumulação de capitais, tanto por parte da burguesia, que se beneficiava do comércio colonial monopolizado (o chamado Pacto Colonial), como por parte do Estado, que recolhia tributos. O tráfico negreiro, fornecedor de mão de obra necessária para a produção nas recém descobertas colônias americanas, por sua vez, possibilitou elevados lucros para ambos.

Nos séculos XIV e XV, os comerciantes italianos, que não conseguiam competir com os venezianos, viram bloqueadas as portas no Mediterrâneo oriental e ocidental. A única alternativa seria o norte da África. No entanto, não possuíam barcos nem experiência adequada. Coube aos portugueses e à sua capacidade naval a possibilidade de combinar capital e experiência atlântica. Assim, a expansão marítima, organizada de forma sistemática pelos lusos, começou com a conquista da cidade de Ceuta, no norte da África, em 1415. A partir desse momento, Portugal lançou-se a uma série de campanhas de conquista em território mouro.

### **1.3.2 A expansão marítima lusitana**

#### **1.3.2.1 As navegações portuguesas e o litoral africano**

Nesse período, as expedições portuguesas eram comandadas pelo Infante Dom Henrique (1394-1460), da Dinastia de Avis. A conquista de Ceuta representou a abertura, para o Reino de Portugal, das portas ao domínio do comércio que aquele porto exercia. Em 1434, os portugueses ultrapassaram o Cabo Bojador, na costa do Saara Ocidental. A partir de então, o avanço lusitano para o sul seria permanente. Após seu regresso de Ceuta, o Infante D. Henrique fixou-se em Sagres, onde se desenvolveram novos métodos de navegar, desenharam-se cartas e adaptaram-se navios.

O processo de exploração português avançou em diferentes etapas. A primeira dessas fases durou aproximadamente quinze anos, tempo necessário para reunir forças para ultrapassar o Cabo Bojador. Depois, mais dez anos foram necessários para explorar a costa saariana. Por último, fez-se necessário um período mais amplo para que os navegadores portugueses compreendessem o valor dessas descobertas e suas reais possibilidades comerciais.

Em 1460, os navios portugueses alcançaram a Serra Leoa e as ilhas de Cabo Verde. Com o objetivo de obter dos habitantes da Guiné não apenas o ouro, mas também o escravo, que poderia ser utilizado na exploração das terras no Algarve, região mais meridional de Portugal continental, ou nas ilhas atlânticas, os portugueses procuraram intensificar as relações com as populações nativas.

Em 1497, Vasco da Gama foi enviado à Índia, contornando o Cabo da Boa Esperança e a costa oriental africana. Quando Vasco da Gama partiu, estava bem informado sobre a estratégia que gerou sua viagem, mas não completamente consciente sobre os problemas que enfrentaria, principalmente na costa oriental da África, diante da hostilidade das populações locais e da influência muçulmana no Oceano Índico.

Ele velejou direto para o sul da África, desembarcando a norte da Cidade do Cabo. Em seguida, continuou até Moçambique, tocando Kilwa e Songo, duas ilhas na costa da Tanzânia, que, juntamente com Moçambique, eram vinculadas ao comércio de ouro em Sofala. Essas ilhas representavam dois grandes portos mercantes onde, na fase anterior à chegada dos portugueses, era comercializado ferro e ouro do Zimbábue, marfim e escravos da África oriental por tecidos, joias, porcelana e especiarias provenientes da Ásia.

### **1.3.2.2 A dimensão estratégica**

De volta a Lisboa, Vasco da Gama logrou convencer as autoridades de que seria viável desenvolver um poderio naval português no Oceano Índico, pois, desta forma, a maior parte das mercadorias asiáticas procuradas na Europa seria transportada em barcos portugueses, que contornariam a África na ida e na volta. Assim, a viagem de Vasco da Gama foi seguida do envio de armadas, a primeira das quais foi comandada por Pedro Álvares Cabral, que acabou por atingir o litoral Brasil.

Em 1502, Gama passou a impor soberania aos portos mais importantes da África oriental e do Oceano Índico. Assim, estabeleceu-se em Goa, na costa do Mar da Arábia, uma base permanente na costa oriental indiana. Assegurou-se, a partir de então, o controle das principais rotas marítimas através de Malaca (na Malásia), que pertenceu a Portugal de 1511 a 1641.

Os concorrentes mais perigosos dos portugueses, neste contexto, eram os mercadores de Castela, que com a exploração do Novo Mundo, a partir de 1492, oportunamente ampliaram suas ambições territoriais, fato confirmado pelo Tratado de Tordesilhas. Logicamente, o Tratado e a visível superioridade lusitana e espanhola nas atividades além-mar não evitaram tentativas francesas e inglesas, na primeira metade do século XVI, de expansão em território africano, mas nenhuma delas logrou ultrapassar o Golfo da Guiné.

O comércio asiático era, obviamente, mais interessante do que o africano. No entanto, o continente africano era estratégico para que Portugal viabilizasse seus projetos de controle marítimo-comercial. Nesse momento, as únicas coisas que interessavam a Portugal eram o ouro e os escravos. Longas faixas territoriais foram ignoradas, pois não dispunham de nenhum desses dois elementos. Aliás, essas áreas eram vistas como um obstáculo. Entretanto, outras regiões foram de fundamental importância. Os Oceanos Atlântico Sul e Índico tornavam-se espaços comerciais privilegiados e objetos de uma dura disputa entre as potências navais europeias.

### **1.3.2.3 As bases e os entrepostos portugueses**

Na África ocidental a atenção portuguesa concentrou-se, obviamente, na Costa do Ouro (atual Gana). Nessa região, em função das divisões políticas, os portugueses conseguiram estabelecer-se e realizar acordos com os chefes locais, em troca de mercadorias e armas. Os portugueses tentaram, através da construção de fortes, manter o monopólio comercial na região e realizaram, inclusive, expedições punitivas contra grupos que comercializavam com embarcações de outros países europeus. Durante os três séculos seguintes, ingleses, portugueses, suecos, dinamarqueses, holandeses e brandemburgueses (prussianos) controlaram várias pontos da Costa do Ouro. Com a crescente ascensão dos holandeses, os portugueses perderam grande parte da região em 1642 para eles.

Na Costa dos Escravos (atual Benin), como o nome sugere, os portugueses tinham a principal fonte de fornecimento de escravos, tecidos e contas da África ocidental. Em 1485, eles fixaram-se nas ilhas do Golfo da Guiné. O local era ideal para o abastecimento dos navios que iam para a Europa e, posteriormente, para o Brasil. A área era colonizada por judeus deportados que perceberam o potencial da região para a cultura de plantas tropicais, como a cana-de-açúcar. No entanto, esse cultivo exigia mão de obra em abundância e a oferta era restrita. Por volta de 1570, o número de escravos já havia aumentado e tornou-se difícil controlá-los. Assim, o centro de produção foi transferido para o Brasil, concorrendo à área. São Tomé passou, assim, de centro produtor para entreposto do tráfico negro.

Na costa oriental africana, Portugal explorou uma aliança com o reino cristão da Etiópia e garantiu o controle das minas do Império de Monomotapa, um império que prosperou entre os séculos XV e XVIII no rio Zambeze, entre o planalto do Zimbábue e o Oceano Índico. As autoridades etíopes não se mostraram muito interessadas nas investidas portuguesas até perceberem os perigos do controle Turco Otomano na região. Aceitaram, então, o auxílio português, que treinou soldados etíopes no uso de armas de fogo e ajudou a constituir uma capital permanente para o rei, que até então se deslocava constantemente pelas províncias do reino.

No entanto, os últimos missionários não tiveram sensibilidade para explorar as vantagens obtidas anteriormente e provocaram uma reação contra a sua interferência na igreja tradicional. Os portugueses foram expulsos e a Etiópia, nos dois séculos seguintes, fechou-se ao mundo exterior. A interferência portuguesa e a introdução das armas de fogo, em consonância com os repetidos ataques otomanos e islâmicos, fizeram com que o reino entrasse em declínio.

A tentativa lusa de conquistar Monomotapa deu-se através de uma missão jesuítica (1560-1561), mas fracassou depois de um sucesso inicial. O controle português do ouro tendeu, assim, a declinar, devido ao domínio do comércio desse minério e do marfim, realizado pelos muçulmanos através do interior, pois eram muito mais experientes nas trocas com os bantos. Ademais, eles tinham grande interesse em minar a bases do comércio luso, em retaliação à destruição dos entrepostos costeiros muçulmanos. Assim, a riqueza da região restringia-se, cada vez mais, ao marfim e aos escravos. No final do século XVII, o imperador de Monomotapa buscou auxílio do novo reino do Changamire para expulsar os portugueses. Foi possível expulsar os portugueses, porém, na prática, isso significou o fim do império de Monomotapa.

### **1.3.3 O tráfico de escravos e a economia mundial**

#### **1.3.3.1 Ascensão e declínio do Império Português**

A expansão portuguesa na África nos séculos XV e XVI mostrou à Europa que o valor do continente, naquele momento, não estava somente ligado ao ouro ou ao comércio de especiarias, ou, ainda, à possibilidade de expansão do cristianismo. O continente tinha outras potencialidades: era capaz de fornecer escravos para a exploração das Américas.

A incorporação da África tropical pelos portugueses a um sistema comercial mundial e dinâmico, dominado pelos europeus ocidentais, permitiu que a Europa viesse a controlar todo o continente. Na primeira década do século XVII, a Companhia Holandesa das Índias Orientais aniquilou o poderio português no Oceano Índico. Entre os anos de

1637 e 1642 uma outra companhia holandesa, a das Índias Ocidentais, apoderou-se das feitorias mais importantes dos portugueses na costa ocidental da África.

Os efeitos da dominação do continente africano não poderiam ser reconhecidos naquele momento, pois os motivos que impulsionaram os holandeses a constituir duas importantes companhias comerciais foram resultantes de uma questão interna à Europa. A população do norte dos Países Baixos estava em rebelião contra seu soberano, o espanhol, Filipe II, que, com a queda da Dinastia de Avis, resultante da derrota em Alcácer-Quibir, em 1579, tornara-se também rei de Portugal. Nesse contexto, os comerciantes holandeses já eram os principais distribuidores para o norte da Europa de produtos asiáticos, africanos e americanos que afluíam dos impérios espanhol e português.

A União Ibérica (1580-1640) impôs sanções aos holandeses, em uma tentativa de punir os rebeldes, proibindo-os de participarem diretamente do comércio atlântico. Como o comércio de especiarias ainda era mais atrativo, e o poderio português no oriente mais frágil que o espanhol nas Américas, a Companhia Holandesa das Índias Orientais iniciou suas atividades antes da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Nenhuma das duas companhias estava especialmente interessada na África, embora, em meados do século XVII, a Companhia das Índias Orientais tenha instalado uma base de apoio junto ao Cabo da Boa Esperança, o que teria como consequência o surgimento da colonização europeia no sul da África.

### **1.3.3.2 Europeus e árabes no Oceano Índico**

Os holandeses, com melhores barcos e técnicas mais avançadas do que os portugueses, navegavam pelo Oceano Índico desde o Cabo da Boa Esperança, chegando diretamente às Índias Orientais através do Estreito de Sunda, localizado entre as ilhas de Sumatra e Java no arquipélago indonésio. Apenas duas bases assegurariam o controle dessa rota – uma junto ao Estreito de Sunda (Batávia, atual Jacarta), que se tornou a sede da Companhia, e outra no centro do trajeto entre a Europa e as Índias Orientais, que deveria vigiar o acesso ao Oceano Índico. Inicialmente, Santa Helena foi destinada a esse fim, mas, em 1652, diante da concorrência entre ingleses e franceses, os holandeses decidiram instalar um entreposto onde nasceria a Cidade do Cabo.

Assim, o conjunto de bases que os portugueses haviam instalado no litoral do Oceano Índico, na rota compreendida entre Moçambique e Malaca, perdia a importância para os europeus. A pouca importância manteve-se mesmo quando as Companhias francesa e inglesa das Índias Orientais foram derrotadas pelos holandeses e acabaram concentrando suas atividades no subcontinente indiano. Na verdade, o único interesse



na parte ocidental do Oceano Índico foi o de possuir portos de apoio equivalentes ao da Cidade do Cabo, tais como Ilha Maurício, Madagascar e Comores.

Foi com o aumento das plantações de cana-de-açúcar, no conjunto das Ilhas Mascarenhas (especialmente Maurício, Reunião e Rodrigues), após terem se tornado colônias francesas no início do século XVIII, que o interesse pelas fontes de mão de obra escrava na costa oriental africana tornou-se efetivo. Cabe ressaltar que os franceses foram constantemente confrontados pelo poderio naval britânico, e Madagascar tornou-se a fonte de abastecimento mais próxima, ao passo que as Ilhas Maurício se tornaram colônia britânica no início do século XIX.

Aos portugueses, pouco restou na costa oriental africana, pois não conseguiam desenvolver, tampouco defender de forma adequada a série de bases que possuíam, deixando o caminho aberto para o renascimento do comércio muçulmano e do seu poderio no Oceano Índico ocidental. A atividade na região foi retomada pelos árabes omaneses da faixa costeira e improdutiva da Arábia, junto à entrada do Golfo Pérsico. Anteriormente, os portugueses procuraram controlar as atividades desses árabes, e de um modo geral, a dos marinheiros do Golfo Pérsico, ocupando o Estreito de Ormuz e Mascate, principal porto de Omã. Todavia, em 1650, os omaneses expulsaram os lusos de Mascate e prosseguiram com a conquista de Zanzibar, que apresentava significativas potencialidades como entreposto comercial na costa africana.

O avanço árabe continuou quando, em 1698, os omaneses apoderaram-se do principal bastião português na parte norte da costa oriental africana. Mesmo diante de uma breve reocupação portuguesa desse forte, o poderio português ficou limitado ao litoral sul do Cabo Delgado (norte de Moçambique) e ao curso inferior do rio Zambeze.

### **1.3.3.3 O tráfico e a África Ocidental**

Desta forma, desde meados do século XVII até meados do século XIX, quando os europeus mencionavam o “tráfico africano”, na verdade, estavam fazendo referência ao seu comércio com a África ocidental, e na maior parte dos casos, ao comércio com a costa compreendida, aproximadamente, entre o Senegal e o Congo. O comércio colonial europeu com a região, nesse período, aumentou consideravelmente, ainda que tenha se comportado como subsidiário dos interesses europeus na América.

Importante considerar que o aumento do comércio europeu com a África ocidental não representou, necessariamente, aumento do poder. Ao contrário, se tomado como exemplo o caso de Guiné, os reis africanos e os respectivos povos reagiram ao aumento do comércio externo, como

tinham feito alguns reis do Sudão frente ao aumento do comércio transaariano. Fundamental destacar que, na África, haviam se desenvolvido estruturas políticas amplas, mais poderosas e comercialmente mais organizadas. Entretanto, estava prestes a surgir uma nova interação entre africanos e europeus, quando, no século XIX, esses deixaram de interessar-se pelos escravos para as Américas, e as novas sociedades industriais criariam novos tipos de comércio colonial e novas formas de império.

Sem dúvida, a pioneira na nova fase do comércio africano foi a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, após suas incursões bem sucedidas no nordeste brasileiro. A produção açucareira e de outros produtos tropicais estava consolidada; e a mão de obra, dependente do fornecimento de escravos vindos da África. Na tentativa de garantir esse fornecimento, a partir de 1637, o governador da Companhia no Brasil, Maurício de Nassau, iniciou plano de conquista das bases portuguesas na África ocidental. Apesar de um sucesso inicial, a Companhia já demonstrava esgotamento em suas atividades.

Em 1640, quando os portugueses livraram-se do domínio espanhol, houve um grande recrudescimento da atividade colonial portuguesa. Os holandeses foram expulsos do Brasil, e os portugueses, cuja resistência não havia sido completamente aniquilada em Angola, conseguiram reaver tanto a colônia como suas ilhas no Golfo da Guiné. O controle do tráfico negreiro foi retomado no Atlântico Sul, apesar de os holandeses conservarem sua posição ao norte e também na Costa do Ouro e na Costa dos Escravos. Contudo, os governos mercantilistas da Inglaterra e da França não estavam dispostos a permitir que os colonos americanos mantivessem ligações com os holandeses para o fornecimento de escravos e capitais. O desenvolvimento da concorrência comercial no contexto americano implicou concorrência também na África ocidental, principal razão das guerras entre britânicos, franceses e holandeses, disputas que representaram questão importante no contexto europeu entre 1652 e 1713.

#### **1.3.3.4 A disputa europeia pelo comércio africano**

O resultado desses conflitos foi a eliminação dos holandeses como potência comercial importante e o início da rivalidade anglo-francesa em relação ao comércio colonial. Todavia, antes dessa fase, as companhias inglesas e francesas não eram as únicas competidoras das companhias holandesas. Os mercadores portugueses e brasileiros reapareceram na cena comercial, enquanto outros governos europeus, principalmente os da Suécia, da Dinamarca e de Brandemburgo juntaram-se aos da Inglaterra e da França na disputa do modelo holandês para a criação de companhias nacionais para o tráfico de escravos.

A segunda metade do século XVIII foi a época em que um grande número de importantes companhias comerciais europeias buscaram realizar comércio com o litoral da África Ocidental. Evidentemente, a concorrência ampliou-se e, não por poucas vezes, as companhias puderam contar com o apoio armado das marinhas nacionais. Daí a importância de manter fortalezas para a realização do comércio na costa africana. Os franceses, que, em 1639, haviam se instalado em uma ilha na foz do Senegal, alcançaram uma posição dominante desde o Senegal até a região do Gâmbia. Os rios e as ilhas ao sul do Gâmbia eram essencialmente de domínio português, enquanto a costa desde o rio de Serra Leoa até a ilha de Sherbro era espaço das atividades britânicas. A sul e a leste, a Costa da Pimenta (atual Libéria) e a Costa do Marfim atraíam pouco a colonização de caráter permanente.

A vizinha Costa do Ouro, por outro lado, foi espaço de competição intensa entre ingleses, suecos, dinamarqueses e brandemburgueses, que, juntamente com os holandeses, lutavam pela posse de fortes junto ao mar. Mas foram os ingleses que conseguiram o domínio efetivo da região. Na extensão da costa, as comunidades africanas estavam acostumadas e bem preparadas para a atividade de negociar com os europeus. Acreditavam haver comércio para todos. O direito de comerciar, para os africanos, era prerrogativa dos governantes africanos e era geralmente concedida a qualquer europeu que estivesse pronto a reconhecer a soberania africana e a pagar os devidos direitos e taxas. No entanto, um novo tipo de comércio tornou-se cada vez mais evidente.

Embora os europeus estivessem preparados para trocar as suas mercadorias – sobretudo tecidos (às vezes de origem asiática, mas, no fim do século XVIII, produto das manufaturas europeias), metais e utensílios metálicos, chumbo e pólvora, aguardente, rum e gin, contas e outras quinquilharias – por qualquer produto africano que lhes trouxesse benefício, é a crescente procura de escravos por parte da América que explica o crescimento da atividade comercial a partir do século XVII. O ouro e o marfim também eram importantes, mas, no caso do marfim, por exemplo, a crescente disponibilidade de armas de caça esgotou a matéria-prima rapidamente nas regiões próximas à costa.

### **1.3.4 O impacto do tráfico para a África**

O envio de escravos africanos para a América foi, sem dúvida, um dos maiores movimentos populacionais da história e a maior migração por mar antes da grande emigração europeia, também para as Américas, que se desenvolveu justamente à medida em que o tráfico de escravos no Atlântico conheceu o seu fim. Mas, é importante ressaltar, essa não foi a

única exportação de escravos oriundos da África tropical. Durante séculos, foram levados escravos negros em direção ao norte, através do deserto do Saara, pelo rio Nilo, pelo mar Vermelho e pelo Oceano Índico. Evidentemente, os números aqui envolvidos não podem ser comparados ao do comércio atlântico.

Existem poucas fontes confiáveis que indiquem os números do tráfico de escravos no Saara e no norte da África. A partir do século IX, entretanto, existem vestígios de um tráfico de escravos transaariano organizado. Os poucos dados existentes apontam para uma média anual de 6 mil ou 7 mil escravos transportados até a década de 1880, apresentando pontos altos nos séculos X e XI, nos quais cerca de 8.700 escravos teriam sido importados por ano, e nos primeiros anos do século XIX, algo como 14.500. O tráfico transaariano pode, no total, ter retirado da África Negra quase tantas pessoas – cerca de nove ou dez milhões – quanto o do Atlântico.

O impacto do tráfico de escravos variou de região para região da África Negra. No que se refere ao tráfico atlântico, quase todos os escravos foram levados da costa ocidental, local onde os europeus haviam estabelecido de forma mais consistente suas relações comerciais. Somente quando a procura atingiu seu auge, no final do século XVIII, e quando as medidas contra o tráfico ao norte do Atlântico, no século XIX, ganharam proporção, é que a costa oriental passou a fornecer escravos para as Américas.

Assim, nem todas as regiões foram afetadas pelo tráfico de escravos, e, ainda, algumas regiões tinham melhores condições do que outras para resistir aos danos causados por esta movimentação – e para lucrar com ela. Na África ocidental, por exemplo, verifica-se uma continuidade essencial da população e do aumento populacional, da evolução social, econômica e cultural, desde que seus habitantes se dedicavam à agricultura e à metalurgia em períodos anteriores ao grande tráfico de escravos.

Os casos de Angola e do Congo demonstraram que algumas das populações afetadas não viram seu número diminuído, ou que os efeitos combinados da seca, da fome e das doenças foram tão ou mais importantes do que os do tráfico de escravos. Contudo, a exportação de escravos para outras partes do mundo foi um fator importante para as transformações na África subsaariana, por desestruturar sociedades, arrasar regiões e gerar guerras e revoluções, sendo o auge do tráfico, no final do século XVIII e início do XIX, um momento crucial. Entretanto, foram os efeitos do imperialismo e do colonialismo do final do século XIX que deixaram mais profundas feridas no continente africano.

### 1.3.5 A escravidão e a conexão Brasil-África no Atlântico Sul

#### 1.3.5.1 O Sistema Colonial: o latifúndio, a escravidão e o tráfico negro

As relações entre a África e o Brasil ocorreram nos marcos do Antigo Sistema Colonial. O Brasil passou a integrar a economia mundial, formada a partir do século XVI, quando começaram a estabelecer-se as redes comerciais interoceânicas, mas, evidentemente, em uma posição periférica. A Colônia existia em função da Metrópole e do mercado europeu, e seu grau de prosperidade dependia das altas e baixas de seus produtos (pau-brasil, açúcar, ouro, diamantes, couros, algodão, arroz, anil e tabaco) no mercado internacional.

A história econômica do Brasil colonial estruturou-se sobre três grandes pilares – a dependência externa, o latifúndio e a escravidão. O latifúndio caracterizou-se, economicamente, pela monocultura e, em termos sociais, pela mentalidade aristocrática do proprietário rural. A abundância de terras e a baixa produtividade fomentaram a permanente ampliação das propriedades. Assim, em um contexto de abundância de terras e escassez de mão de obra, pode-se considerar que o escravo era preferível a um assalariado, pois este último poderia tornar-se facilmente proprietário. Para o escravo, era impossível abandonar o trabalho da *plantation*. Além disso, o tráfico viabilizava economicamente a manutenção de entrepostos e de bases na costa africana, articulando, realmente, um império marítimo mundial.

A mão de obra indígena escravizada foi utilizada inicialmente e em regiões mais pobres. Entretanto, a escravidão dos africanos e de seus descendentes foi a mais significativa. Milhões de escravos africanos entraram no Brasil até o século XIX, vindos da Guiné, Angola e Moçambique em três grandes levas, de acordo com a procedência predominante – da Guiné, no século XVI, de Angola, no século XVII e da Costa do Ouro (ou Costa da Mina, para os portugueses), no século XVIII. A imprecisão dos dados relativos ao tráfico legal e a estimativa para os números de contrabando impede um censo confiável. Todavia, sugere-se que cerca de 10 milhões de homens e mulheres foram levados da África pelo tráfico atlântico. Ressalta-se que o número de homens escravos foi imensamente superior ao de mulheres.

No Brasil, os principais portos negreiros, nos séculos XVI e XVII, foram os de Pernambuco e da Bahia. Com a descoberta de ouro, no século XVIII, o eixo transferiu-se para o Rio de Janeiro. Sob o ponto de vista econômico, o tráfico de escravos foi um dos maiores empreendimentos comerciais do mundo atlântico. O tráfico transformou-se rapidamente de uma atividade isolada, no século XVI, em um esquema organizado por sociedades comerciais no século XVIII.

Por outro lado, o tráfico envolveu comunidades inteiras na África. Os europeus, aproveitando-se das guerras entre os diferentes grupos africanos, nas quais os vencidos eram aprisionados e vendidos aos seus representantes comerciais no litoral africano, providenciavam o embarque para a América mediante o pagamento do imposto de saída. A operação de compra e venda do escravo acontecia mediante o pagamento em moeda, ouro e prata e, mais frequentemente, pelo escambo. Fumo, tecidos, pólvora e armas eram trocados por escravos. Importante destacar, a introdução das armas de fogo nas sociedades africanas foi elemento decisivo para a desestruturação das comunidades tradicionais.

Os escravos africanos eram transportados em navios superlotados, sem condições de higiene e mal alimentados. Estima-se em torno de 30% a mortalidade dos cativos. Essa passou a ser uma preocupação para os traficantes, que viram sua margem de lucro diminuída. Nas primeiras décadas do século XIX, por exemplo, a mortalidade dos escravos africanos caiu para algo entre 7% e 10%. Os navios negreiros funcionavam também como correio e embaixada nas relações entre a África e o Brasil. Não só funcionavam como forma de comunicação entre as autoridades africanas e seus súditos no cativeiro, como dos exilados políticos com seus partidários, que continuavam a atuar na África. A escravidão serviu também como desterro político.

No Brasil, o escravo recém-chegado era transportado para o mercado, operação sobre a qual incidia novo imposto, dessa vez de entrada, antes de finalmente ser vendido ao comprador final por um preço médio que evoluiu de 20 mil-réis no final do século XVI, para 50 mil-réis em 1650, 200 mil-réis na primeira metade do século XVIII e 300 mil-réis no início do século XIX. O escravo africano foi utilizado em quase todas as atividades econômicas e havia claramente a preferência pelo negro, pois os africanos tinham, em geral, um padrão cultural mais próximo às necessidades dos portugueses; conheciam melhor do que os índios a agricultura e possuíam maiores habilidades para a utilização dos metais e para o artesanato. Em outras palavras, dominavam com maior destreza as técnicas de produção.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à ampliação do tráfico e sua organização em sólidas bases empresariais, o que permitiu criar um mercado negreiro transatlântico e garantir estabilidade ao fluxo de mão de obra, aumentando a oferta. A atuação da Igreja, através da ação dos jesuítas, também contribuiu para a preferência pelos negros ao condenar a escravização dos indígenas. Por fim, o escravo negro era utilizado nas regiões de maior poder aquisitivo, enquanto o índio continuou servindo como mão de obra nas regiões menos abastadas, impossibilitadas de importar o africano e excluídas por isso das rotas do tráfico.

### 1.3.5.2 Etnias e miscigenação e as relações entre o Brasil e a África

É sabido que, no contexto africano, a escravidão dos vencidos nas guerras já era praticada. No entanto, a presença dos europeus transformou essa prática em um empreendimento econômico que promoveu uma considerável desorganização nas sociedades africanas. As comunidades passaram a ser assaltadas com uma frequência cada vez maior entre os séculos XVI e XIX, na medida em que se expandia a colonização americana. O comércio de escravos, praticado pelos árabes desde a Idade Média, ganhou dimensões muito mais significativas quando os europeus assumiram o grande negócio.

Independentemente das discussões dos especialistas, costuma-se classificar os dois grandes grupos étnicos africanos no Brasil em *Sudaneses* e *Bantos*. Os Sudaneses, influenciados pela cultura árabe, eram na maioria dos casos islamizados. Os principais grupos étnicos que pertenciam aos Sudaneses eram os iorubas ou nagôs, jejes, minas, haussas, tapas e bornus. A presença dos Sudaneses foi maior na Bahia, embora antropólogos e historiadores procurem não minimizar a presença banta na região. Aos Bantos, que na África povoavam o sul do continente, pertenciam os angolas, os congos ou cabindas e os benguelas. Esses grupos predominaram no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

Resultado do convívio entre diferentes etnias foi a miscigenação. Esta ocorreu desde os primeiros contatos entre europeus e indígenas. A miscigenação entre brancos e negros foi naturalmente mais intensa com o incremento do tráfico de escravos africanos nos séculos XVII e XVIII. Menor, mas não menos irrelevante, foi a mistura entre negros e índios, existente nas áreas dos quilombos (Pernambuco e Minas Gerais) e também, no final do século XVIII, em Mato Grosso, Goiás, Maranhão e Pará.

Apesar da forte miscigenação, a organização social no Brasil colonial sofreu diretamente os reflexos da ordem econômica. No caso dos negros, a condição escrava afetou diretamente sua organização social se comparada, por exemplo, com a dos indígenas. Quando não eram simplesmente escravizados, os índios viviam em aldeias nas quais, apesar da proximidade dos europeus, ainda lhes permitiam manter traços de sua organização social original. Já a maioria da população negra não teve essa possibilidade. Diante da diversidade dos grupos étnicos, da quebra da organização familiar (decorrente do próprio tráfico), ou ainda, da intenção deliberada do colonizador em misturar etnias por motivos de segurança, as possibilidades de manter as formas sociais foram mínimas.

Entretanto, ocorreram, ao longo do período colonial, tentativas de recuperar a primitiva organização. No quilombo de Palmares, por exemplo, houve estruturas familiares, escravos e uma vida social estratificada que

buscava recuperar as condições africanas, lembradas pela tradição oral. Talvez esta seja a forma mais visível da resistência africana à escravatura. Em geral, as rebeliões de africanos ou de afrodescendentes traziam o componente de identificação com o passado ou com a possibilidade de retorno à terra de origem. Não eram raros os casos de viagens de africanos libertos entre a Bahia e a costa da África, tampouco a influência dos acontecimentos africanos no Brasil, a exemplo da Rebelião dos Malês.

Muitos ex-escravos regressaram do Brasil à África e, lá, em Gana, no Togo, em Benin e na Nigéria formaram importantes comunidades de “brasileiros” que, de algum modo, modificaram certas cidades da Costa como Lagos, Porto Novo, Águe e Anexo. As relações entre o Brasil e a África, desta forma, não se restringiram ao tráfico de escravos, foram mais complexas, e apresentaram trocas afetivas, comerciais, culturais e mesmo ideológicas, que se mantiveram nos séculos de escravidão.

De qualquer forma, no Brasil, o elemento negro foi uniformizado pela escravidão, embora a sua contribuição para a formação social brasileira seja considerável. A presença do negro superou a do índio não só numericamente, mas por outros fatores que asseguraram a perpetuação étnica – a resistência maior que oferecia diante da presença dos europeus e o contato mais íntimo que teve com os mesmos. Neste sentido, africanos e seus descendentes atuaram, decisivamente, não só na fecundação do território como na formação do povo brasileiro.



## DA CONQUISTA EUROPEIA À DESCOLONIZAÇÃO (1860-1960)<sup>10</sup>

---

Tomando-se como marco cronológico inicial a Conferência de Berlim (1885) e final o “Ano Africano” das independências (1960), a dominação europeia sobre a África durou apenas 75 anos, o tempo da vida de um homem. Praticamente coincidiu com a vida de Winston Churchill, que nasceu em 1874, quando os europeus iniciavam sua penetração para o interior do continente, e faleceu em 1965, quando as últimas colônias britânicas na África estavam se tornando independentes.

Pode parecer pouco tempo para um continente com mais de cinco mil anos de história documentada. Todavia, esse curto período foi intenso, além de ter sido precedido pelo impacto indireto do mercantilismo e do escravismo. Ele merece um extenso capítulo porque, nessa fase, foram introduzidas as estruturas políticas europeias, o sistema capitalista e as ideias Ocidentais, que viriam a conformar as elites, as bases socioeconômicas e o perfil dos novos Estados que emergiriam na segunda metade do século XX como integrantes do sistema westfaliano mundial.

É importante ressaltar que o imperialismo europeu, responsável por esse processo, representava a resposta defensiva a uma crise internacional que se esboçava: o declínio da *Pax Britânica* e de seu sistema liberal e “Império Informal”. A emergência da II Revolução Industrial, a ascensão de potências industriais desafiantes (tanto europeias quanto não europeias, como os EUA e o Japão) e a Grande Depressão iniciada em 1873 sinalizavam o desgaste da hegemonia inglesa. Frente a rivais mais dinâmicos em termos produtivos e comerciais, Londres passou, gradativamente, a reativar antigos mecanismos colonialistas e protecionistas. Utilizando suas bases estratégicas (ilhas, portos e cabeças de ponte), os ingleses iniciaram a conquista de amplos espaços e se tornaram a mais extensa nação do mundo.

---

<sup>10</sup> Em coautoria com Luiz Dario Ribeiro.

Mas essa grandeza constituía um sintoma de fraqueza, uma medida defensiva. Outros países europeus seguiram os passos da Inglaterra e avançaram sobre algumas áreas do mundo periférico já parcialmente ocupadas, como na Ásia, mas principalmente sobre territórios pouco povoados e mal organizados, especialmente na África e na Oceania. A natureza e intensidade deste processo viriam a marcar profundamente o perfil dos futuros Estados africanos. As características gerais (maior ou menor grau de controle europeu), peculiaridades e contradições do período, bem como as modalidades de ascensão à independência, ensejaram a emergência de distintos perfis para os novos Estados.

## **2.1 O IMPERIALISMO EUROPEU: PENETRAÇÃO, PARTILHA E OCUPAÇÃO (1860-1920)**

### **2.1.1 As razões da penetração europeia**

A integração da África como um dos pilares fundamentais da economia mercantilista da Era Moderna possibilitou e determinou sua reestruturação geopolítica e econômica. Surgiram ou se desenvolveram novos Estados litorâneos, como Ashanti, Benin, N'Gola, entre outros, voltados à exportação de mão de obra para as Américas. Para tal, eles adotaram os princípios monopolistas do mercantilismo e produziram seus “artigos” através da guerra ou do comércio com o interior. Tal atividade proporcionava rendas que mantinham e enriqueciam os governantes, seus séquitos (aristocratas, funcionários, militares) e os comerciantes locais, além de gerar demanda para gêneros agrícolas e artesanais. A esse novo tipo de organização econômica correspondeu uma profunda reorganização de rotas, parceiros e objetivos. Reagindo e respondendo às pressões do Antigo Regime (Impérios Absolutistas europeus), os africanos mantiveram os europeus encurralados em enclaves litorâneos (feitorias) e controlaram o pilar fornecedor de escravos até a crise do sistema.

O desenvolvimento do capitalismo, no entanto, provocou uma série de transformações que terminaram por romper o sistema e provocar uma revolução originada no polo central, a qual afetou profundamente todo o mercantilismo. As chamadas Revolução Burguesa, Revolução Atlântica, Revolução Francesa e Revolução Industrial foram, na realidade, uma revolução sistêmica, cujos efeitos exigiram e possibilitaram transformações contraditórias em todos os parceiros do Antigo Regime, reunindo-os em ritmos desiguais em uma nova estrutura.

Transformações materiais, políticas e ideológicas na origem e no resultado dessa revolução intensificaram o tráfico de escravos e a sua condenação. Os Estados do litoral da África, monopolizadores da expor-

tação de escravos, descobriram alternativas para sua crise no desenvolvimento paralelo do chamado “tráfico legal” de matérias-primas e insumos localmente produzidos. O efeito imediato foi o surgimento de novos tipos de produtos de comércio livre (óleo de palma, amendoim, algodão, ouro e marfim) e da nova atividade mercantil, ao mesmo tempo em que autoridades e traficantes locais introduziam no continente a produção escravista em larga escala para suprir as lavouras de exportação (*plantation*), características do continente americano.

O processo transitório gerava instabilidade e transformação em todo o planeta, provocava tensões internas, disputas pelo controle de áreas de produção e de escoamento, mas mantinha o controle da produção e os principais ganhos nas mãos africanas e de seus Estados independentes, os quais jogavam com os importadores. A crise e as instabilidades das mudanças, acompanhadas pela luta da Inglaterra contra o tráfico de escravos, determinam novo tipo de ocupação europeia no litoral. Eram, então, necessárias bases navais para a repressão ao tráfico negreiro, áreas para devolução de ex-escravos e para controle de rota de exportação de produtos legais (produzidos por escravos e homens livres em terras de propriedade comunitária no interior africano).

Novos tipos de enclave instalaram-se: missões religiosas, aquartelamento e casas comerciais. Os fundamentos e mecanismos de ação eram a transcrição materializada da nova ideologia em ascensão – o liberalismo – com seu corolário de pressão sobre os custos. Como consequência, o Estado de origem não devia ou não desejava arcar com os custos. As fontes locais deviam suprir as despesas públicas. Com esses fatores, surgem os novos elementos que estarão na base da conquista colonial da África: missionários, exploradores, soldados e principalmente comerciantes.

### **2.1.2 A Conferência de Berlim e a Partilha da África**

A intensificação da corrida por esferas de influência no território africano, originada pela disputa entre capitalistas europeus e Estados africanos como Ashanti, Benin e N’Gola, que controlavam ferreamente as exportações de novos produtos (óleo de palma, amendoim, algodão, ouro e marfim), foi potencializada pela crise econômica que eclodiu na década de 1870. Para os europeus, era necessário abrir o comércio direto para os produtos africanos e os manufaturados europeus. Nesse quadro, tornou-se necessária uma ruptura do controle do acesso ao interior, que era mantido pelos Estados do litoral. Tais Estados vinham, ao longo do século XIX, estabelecendo impérios tributários com a subjugação dos vizinhos menos poderosos e, assim, compensando a repressão ao tráfico internacional de escravos.

Outro aspecto decorrente do processo foi a internacionalização, no continente, da escravidão moderna, para atender a demanda do comércio legítimo dos novos produtos. Essa situação (a utilização de escravos na produção africana) provocava o aumento da intervenção filantrópica (via missionários) e da pressão sobre os Estados europeus para intervir, com o estabelecimento de consulados e agentes para firmar acordos de proibição do tráfico de escravos e de liberalização de mercados, além do estabelecimento de esferas de interesse.

Frente aos tradicionais parceiros nas relações da Europa com o continente africano – Inglaterra, França e Portugal –, que deslocaram os outros da época mercantilista, surgem novos competidores: o rei Leopoldo II, da Bélgica, e empresários alemães. Se o primeiro pretendia construir um império colonial privado na África Central, os segundos desejavam estabelecer esferas de influência no litoral dos territórios com projeção para o interior, nas áreas não controladas pelas potências tradicionais. Métodos privados, através de empresas que recebiam apoio estatal e de entidades filantrópicas, foram empregados. Associações aparentemente internacionais de exploração, além de companhias com carta de direitos emitidos por potências europeias, mesclaram-se nessa corrida gerando desconfiança recíproca e instabilidade.

Exploradores e viajantes, agindo por representação ou autonomamente, estabeleciam, por onde passavam, tratados e acordos pessoais em benefício de Estados europeus, sob a forma de cessão de soberania ou de estabelecimento de esferas monopólicas de proteção. Portugal tentou fortalecer, com reconhecimento internacional, seu controle sobre a foz do Rio Congo, sendo barrado pelo governo britânico. Essa situação, numa área de intensa disputa, proporcionou as condições para a convocação de uma conferência internacional em Berlim, de novembro de 1884 a fevereiro de 1885. Seus objetivos explícitos eram o estabelecimento de regras para a liberdade comercial e a atuação humanitária no continente. Na conferência foram estabelecidas regras para a liberdade de comércio e igualdade de condições para os capitais concorrentes. O mundo liberal vencia o protecionismo.

Paralelamente aos tratados de navegação foi reconhecida a esfera de influência da Alemanha sobre os territórios litorâneos conquistados ou ocupados por suas *Chartered Companies* e o Estado livre do Congo, propriedade pessoal do rei da Bélgica. Definiam-se, também, a legitimidade e inviolabilidade das esferas dos antigos ocupantes do litoral da África-Inglaterra, França e Portugal. A conferência estabeleceu ainda as regras para a legitimidade da dominação: a prova de ocupação definitiva e a declaração dessas para possível contestação por outras

potências europeias e assinaturas de acordos. Um senão das decisões foi a limitação do reconhecimento às áreas litorâneas, o que abriu caminho à corrida pela conquista do interior e ao estabelecimento de novas fronteiras que atendiam aos interesses econômicos, aos limites de conhecimento do interior e às rivalidades intraeuropeias. Ao final da conferência, a história e a política africanas passaram a ser definidas pela diplomacia europeia.

Após a conferência, os beneficiários trataram de impor a sua dominação no interior e de remodelar geopolítica, social e economicamente o continente, transformado em objeto do imperialismo de novo tipo que surgia na Europa. Para isto, usavam os mesmos argumentos de sua instalação no litoral: fim da escravidão, civilização, cristianização e abertura do território para o comércio internacional. Iniciaram-se as guerras de conquista e a dependência econômica do continente às economias industriais das potências europeias.

### 2.1.3 A evolução da África do Sul no século XIX

Dentre os povos da África, existe uma excepcionalidade e originalidade, que são os brancos sul-africanos. O Cabo da Boa Esperança (ou das Tormentas) ocupava uma posição estratégica para os navegadores europeus, como ponto de passagem do Oceano Atlântico para o Índico. Em 1652, a Companhia das Índias Orientais Holandesa estabeleceu no Cabo um entreposto destinado a abastecer seus navios de água e alimentos. Jan van Riebeeck desembarcou com cem homens, empregados da Companhia, os quais, com o tempo, buscaram converter-se em colonos, estabelecendo uma relação tensa com a empresa, que desejava apenas manter o entreposto.

Naquela época, a região era habitada pelos povos primitivos khoisans, enquanto os grupos bantos já estavam localizados, simultaneamente, no nordeste e no leste do que hoje é a República da África do Sul. Eles entraram em conflito com os colonos boers, as seculares *guerras cafres*, que foram um dos fatores da revolução zulu e do “Mfecane”, que alterou as sociedades da África meridional. Os Khoi (pejorativamente chamados de “Hotentotes”) eram pastores e os Sans (pejorativamente denominados “Bosquímanos”) eram caçadores, enquanto os Bantos eram agricultores e pastores seminômades.

Ao longo do século XVII, a burguesia *compradora* crescia e se antagonizava com os que se assentavam na agropecuária. À medida que os holandeses iam ultrapassando os limites do porto do Cabo, dominavam as terras e exploravam o trabalho dos khoisans. Em meio à

relativa tranquilidade do século XVIII, foi se formando o grupo *boer* (“camponês” em holandês). Estes, movendo-se para o interior com suas carroças e seus rebanhos, vão deixando de ser europeus e passam a se considerar “africanos”, isto é, a considerar a África a sua terra. Segundo Kiemet,

*essa vida lhes dava uma grande tenacidade, uma resistência silenciosa e um respeito muito fortes por si mesmos. Mas seu isolamento marcou seu caráter ao deixar vazia sua imaginação e inerte sua inteligência. Tinham também os defeitos de suas virtudes. Sua tenacidade podia degenerar em obstinação, seu poder de resistência em barreira à inovação e seu respeito em relação a si mesmos em desconfiança ao estrangeiro e desprezo ao inferior*<sup>11</sup>.

Os colonos holandeses professavam um calvinismo radical e constituíam, na Europa, minorias religiosas em meio a católicos ou outros. Posteriormente, a eles se juntaram no sul da África os Huguenotes, calvinistas franceses perseguidos em sua terra natal. Ao virem para a África, rompiam com as metrópoles e não se consideravam colonos delas. No Cabo, lutavam contra o domínio da Companhia e contra a “barbárie negra”. Tornaram-se *afrikaaners* e criaram a língua *afrikaans*, derivada do idioma holandês. Assim, ao longo de um século e meio, o entreposto do Cabo foi se tornando uma colônia de povoamento, que se expandia na busca de terra para o gado. Os pastores Khoi foram exterminados ou escravizados, enquanto os caçadores San foram expulsos para o deserto ao norte.

Cada vez mais preocupada, a Companhia proibiu a imigração, e os colonos buscavam mão de obra, forçando os khoisans a trabalhar para eles. Os casamentos mistos eram rigorosamente proibidos, mas a mestiçagem era intensa, gerando o grupo dos *grikuas* (mestiços, ou *coloureds*). Assim, a raça vai se tornando um critério de posição social em relação à propriedade dos meios de produção (terras e rebanhos). Segundo Lefort, “*a escravidão, fruto da pobreza da colônia, vira sua causa*”. Em fins do século XVIII, a colônia evoluiu sem uma ordem, devido ao declínio da Holanda e à falência da Companhia das Índias Orientais Holandesa, um quadro que seria alterado pelas rivalidades europeias.

Durante a Revolução Francesa, os ingleses ocupam a estratégica Colônia do Cabo (1795), para evitar que caísse em mãos inimigas,

---

<sup>11</sup> C. W. de Kiemet. History of South Africa, social and economic. *Apud* LEFORT, René. **Sudáfrica, história de uma crisis**. México: Siglo XXI, 1977. (Tradução nossa)

anexando-a, formalmente, em 1806. A Inglaterra, livre-cambista, não desejava promover uma colonização com ocupação direta e sim formar uma burguesia local, concedendo-lhe autonomia quando os vínculos econômicos com a metrópole estivessem suficientemente sólidos. Para evitar guerras dispendiosas, os ingleses desejavam estabelecer alianças com os chefes nativos e, ao mesmo tempo, que população local se integrasse na economia colonial. Para tanto, introduziram um imposto em dinheiro sobre cada choça e converteram as *chefferies* negras<sup>12</sup> em administrações econômicas monetarizadas.

A burguesia comercial do Cabo enriqueceu e desejava uma produção voltada para a exportação, sobretudo de vinho, lã e açúcar, cultivado, posteriormente, no Natal. Os boers, que viviam de uma agropecuária atrasada, eram prejudicados pelo novo sistema e necessitavam mais terras e mão de obra compulsória para fazer frente ao livre-cambismo, pois sua produção não era competitiva. O governo, temendo perder o controle sobre esse grupo, não permitiu que eles desarticulassem as *chefferies* negras, pois elas também ajudavam a defender as fronteiras indefinidas da colônia. Em 1828, os ingleses promulgam uma Lei de Igualdade Racial, e, em 1833, proibiram a escravidão. Como reação, grande parte dos boers iniciou o Grande Trek (1836-1844), uma migração em carroças rumo ao planalto do nordeste, muito semelhante a dos pioneiros do oeste americano. Os boers desejavam fugir da autoridade do governo inglês, buscando conquistar terras e derrotar os chefes bantos, escravizando a população negra. Também travaram combates com os zulus e outros grupos, estabelecendo-se no Natal e nos montes Drakensberg (Montanhas do Dragão), em 1839. No entanto, a região do Natal, onde fora criada a primeira república boer, foi ocupada pelos ingleses em 1843.

Nascia, assim, o nacionalismo *afrikaaner*. Em 1842, eles criaram o Estado Livre de Orange, e, em 1852, a República do Transvaal (depois República Sul-Africana), no planalto do nordeste da atual África do Sul. Esses Estados eram baseados numa legislação racista. Os ingleses, sempre no seu encaicho, conquistaram Orange em 1854, seguindo uma evolução indesejada, que onerava os cofres públicos. Ocorreu, então, a descoberta de jazidas de diamantes, em 1867 (mesmo ano da construção do Canal de Suez), e de ouro em 1886, em território dominado pelos boers. Os ingleses tentaram isolá-los estabelecendo os Protetorados da Basutolândia (atual Lesoto), em 1868, Bechuanalândia (atual Botsuana), em 1885, e da Suazilândia, em 1894, através dos quais mantinham a autori-

---

<sup>12</sup> Forma de organização política intermediária entre a tribo e o Reino.

dade dos soberanos negros e impediam a anexação dessas regiões e o domínio de suas populações pelos boers.

Em 1877, os britânicos anexaram o Transvaal, mas os colonos se revoltaram em 1880-1881, e os expulsaram. Entre 1883 e 1902, o lendário Paul Kruger foi presidente do Transvaal e a invasão comandada pelo aventureiro inglês Cecil Rhodes, em 1895-1896, para derrubá-lo fracassou. Em 1882, foram estabelecidas, ao lado do Transvaal, as pequenas Repúblicas boers de Goshen, Niew Republiek e Stellaland, que os ingleses ocuparam em seguida. A mineração atraía uma impressionante vaga de imigrantes, que criaram a cidade de Joanesburgo, formando um capital minerador. Insatisfeitos, os ingleses desencadearam a guerra anglo-boer (1899-1902), na qual os colonos foram derrotados com grande dificuldade, obrigando as tropas imperiais a empregar métodos cruéis, como os campos de concentração. Essa realidade consolidava o nacionalismo boer.

Numa conjuntura em que a África estava sendo partilhada e a competição com outras potências crescendo, os ingleses não podiam se dar ao luxo de permitir a permanência da rivalidade. Em 1910, foi estabelecido o Domínio da África do Sul, baseado na “*aliança do ouro com o milho*”, com autonomia dentro do Império Britânico. Ele era formado pelas províncias do Cabo e Natal (inglesas) e de Orange e Transvaal (boers), e consagrava o princípio de *Segregação* (depois de 1948, *Separação*, ou *Apartheid*). O *Native Land Act*, de 1913, concedia aos negros 7,3% das terras (12,7% em 1936), os quais constituíam três quartos da população. O fluxo de escravos de Madagascar para a África Oriental, de fins do século XVIII e início de século XIX, fora substituído ao longo desse último século pela imigração indiana para as lavouras de cana de Natal e pelo estabelecimento de um fluxo de trabalhadores africanos, especialmente moçambicanos, para as minas do Transvaal. Estabeleciam-se, assim, os fundamentos étnicos da África do Sul racista.

#### **2.1.4 A conquista, a ocupação, a Primeira Guerra Mundial e a redivisão da África**

Tendo o Congresso de Berlim estabelecido as regras para a partilha da África e reconhecido a supremacia das potências europeias, cabia realizar ajustes das fronteiras litorâneas e a incorporação do interior do continente. Diplomacia e armas modernas seriam utilizadas. A primeira, para as relações entre os europeus; as segundas, para as relações com os africanos. A dominação efetiva do continente gerou guerras de conquista



territorial e para a submissão dos africanos até as vésperas da Primeira Guerra Mundial. Os naturais do continente resistiam à perda de uma soberania e às transformações econômicas, fiscais e políticas que, junto com a exploração predatória de recursos naturais e demográficos, impunham a transformação da África.

Os defensores do imperialismo visavam explorar economicamente o continente e adaptá-lo à nova divisão internacional do trabalho como região periférica e subordinada. A riqueza produzida com o atendimento da demanda de minerais, matérias-primas e gêneros tropicais da nova sociedade fabril, monopolista e urbanizada devia ser acumulada na metrópole garantir lucro, custo de produção além de reservas que possibilitassem a liberdade de ação e produção das potências imperialistas. Para isto era necessário submeter territórios e populações, reorganizar a produção, o sistema de propriedade e obrigar a população ao trabalho orientado pelos novos objetivos e volumes de produtos. Esse imenso processo de expropriação da economia, do tempo, da cultura e das condições de vida originou rebeliões e resistências, principalmente nas sociedades sem organização estatal. A anulação da soberania e a subordinação das sociedades organizadas sob formas estatais foram efetivadas através de guerras de conquista. A superioridade em armamentos e meios de locomoção proporcionada pela nova tecnologia foi a garantia da vitória na repressão às resistências e nas guerras.

Enquanto a violência física e simbólica marcou as relações de conquista, as diferenças entre as potências eram resolvidas entre os diplomatas através de mapas incompletos e falhos. Resultou disto o estabelecimento de fronteiras em linhas retas que reuniam, em uma unidade administrativa, povos diferentes e até inimigos e dividiam conjuntos étnico-linguísticos com uma longa história de unidade. Somente quando os projetos expansionistas se enfrentaram, por razões geopolíticas, como no caso do controle do alto Nilo (em Fachoda, 1898), houve a possibilidade de enfrentamento entre as potências colonialistas, não mais por projeções de esferas de influência, mas pelo domínio territorial efetivo através da ação dos Estados, ao invés de concessionários com amplos poderes para assinar acordos e estabelecer esferas de interesse – aspecto do passado recente.

O declínio do Império Turco Otomano no norte da África já havia levado o Egito a tornar-se um Estado pivô da região. Como consequência da intervenção napoleônica no Oriente Médio, os princípios do nacionalismo e do desenvolvimento europeus penetraram na região.

Assim, em 1808, surgiu no Egito um regime autonomista e modernizador liderado por Mohamed Ali, um general albanês do exército turco. Ele adotou políticas modernizadoras e desenvolvimentistas e criou um grande exército, que chegou a ameaçar o Sultão turco, ao qual, nominalmente, estava subordinado. A intervenção militar europeia em defesa da Turquia, em 1839-41, obrigou Ali a acatar o domínio turco e a dismantelar seu regime econômico, aceitando os interesses semi-coloniais anglo-franceses no Egito em troca do estabelecimento de sua dinastia no país (que perduraria até os anos 1950). Lentamente, os ingleses afirmaram seu domínio no país, deslocando os franceses e inaugurando o Canal de Suez em 1867.

Em 1830, os franceses iniciaram a conquista da Argélia, a mais distante das províncias turcas, iniciando um processo de colonização induzida politicamente. No final do século XIX, a França ocupou a Tunísia, também pertencente aos turcos, que em 1912 perderam a Tripolitânia e a Cirenaica (litoral da Líbia), sua última possessão norte-africana, para os italianos. Os franceses, em decorrência das duas crises do Marrocos, no início do século XX, tornaram a maior parte do Marrocos um Protetorado. Aos espanhóis coube a faixa mediterrânea marroquina, o enclave de Ifni e o Saara Ocidental. Mas todos esses países tiveram dificuldade em dominar o interior do Deserto do Saara, onde berberes e tuaregues resistiram arduamente. Na Líbia, os italianos somente lograram derrotar a irmandade Senussi em 1928. No Sudão, os ingleses tiveram de enfrentar o movimento islâmico e Reino Mahadita, que impôs várias derrotas aos invasores até ser submetido. Por fim, os alemães foram os últimos a entrar na corrida colonial e aproveitaram as brechas remanescentes, tirando proveito de áreas periféricas ou onde havia rivalidade entre ingleses e franceses. Assim, estabeleceram-se no Togo, no Kamerun (Camarões), no sudoeste africano (Namíbia) e em Tanganika (África Oriental Alemã).

A Primeira Guerra Mundial teve importante impacto na África. Como a marinha britânica bloqueou a frota alemã no Mar do Norte e impediu o acesso da Alemanha às suas colônias, elas foram conquistadas com relativa facilidade: o Togo ainda em 1914, o Sudoeste Africano em 1915 (onde contaram com o apoio de voluntários boers ressentidos com os ingleses) e os Camarões em 1916. Mas na Tanganika houve combates navais nos lagos e o comandante alemão von Lettow-Vorbeck manteve a resistência até o fim da guerra na Europa, tendo mantido uma luta de guerrilhas e adentrado em Moçambique com sua coluna de Askaris (soldados africanos). Os turcos, por sua vez, embora tenham fracassado no ataque ao Canal de Suez, em sua estratégia contra a *Entente* moti-

varam o sultão mahadita a se rebelar contra os ingleses no Sudão e a irmandade Senussi contra os italianos na Líbia. Os mahaditas foram derrotados facilmente, mas os senussis não.

Mais importante que os conflitos, todavia, foi a mobilização de africanos para os combates ou trabalhos (2,5 milhões, ou seja, 1% da população). Frentes de trabalho nas colônias, e mesmo nas metrópoles, foram mobilizadas, e muitos tiveram de substituir os europeus até em funções de certa relevância no continente africano. Além do recrutamento para as tropas coloniais, milhares foram engajados na Europa, especialmente pela França, como se pode observar nos milhares de túmulos muçulmanos nos cemitérios militares europeus. O impacto político, social, econômico e ideológico desse processo foi enorme.

Ao mesmo tempo em que os Quatorze Pontos do presidente Wilson e, em menor medida (no caso africano), a Revolução Soviética propagavam a ideia da autodeterminação e o colonialismo passava a ser um termo pejorativo, os vencedores, numa visão imediatista, dividiam as colônias alemãs entre si. Todavia, isto agora tinha de ser feito através do mecanismo “politicamente correto” dos Mandatos da Liga das Nações, que eram, em princípio, autorizações temporárias para administrar os territórios, mas sem uma data definida para o término. À França coube 2/3 do Togo e dos Camarões e o restante à Inglaterra, que também recebeu a totalidade da Tanganica. Os pequenos e densamente povoados Ruanda e Burundi couberam aos belgas, enquanto o Sudoeste Africano ficou com a União Sul-Africana. Os italianos receberam compensações anglo-francesas na Líbia e na Somália.

No mundo colonial, a “guerra civil europeia” repercutiu como um incentivo às lutas anticoloniais. As metrópoles europeias, além de saírem enfraquecidas do conflito, tiveram de enfrentar a Guerra do Riff no Marrocos espanhol (1921-26), que só foi vencida graças à intervenção francesa, e as guerrilhas na Somália britânica e na Líbia italiana, derrotada em 1928. Enquanto ocorriam violentos protestos na Índia, no Egito os britânicos tiveram de enfrentar as mobilizações do partido nacionalista Wafd, que resultaram na concessão de uma independência formal em 1922, embora continuassem controlando a defesa, a política externa e o canal de Suez e mantendo seus interesses econômicos. Aliás, o não cumprimento das promessas feitas por Londres aos árabes ao mobilizá-los na luta contra os turcos deu ensejo à emergência de um forte movimento nacionalista no mundo árabe, que viria a ter forte influência na luta pela emancipação africana.

## Impérios Coloniais em 1925



## **2.2 OS DIFERENTES SISTEMAS COLONIAIS: A INSERÇÃO NO CAPITALISMO MUNDIAL**

### **2.2.1 Os Impérios e as formas de dominação**

#### **2.2.1.1 A dominação ideológica**

Já durante a conquista foram sendo implantados os sistemas de dominação colonial que tinham como característica básica a transferência da soberania para a metrópole e seus funcionários. Os africanos eram transformados em objeto da administração e sujeitos a leis, regulamentos e normas subordinadoras. Surgia aí a característica política básica do imperialismo colonial: o uso de meios de domínio e controle formais e diretos exercidos pela e em nome da metrópole. A justificativa que legitimava esse processo era fornecida por um conjunto de ideologias imperialistas que predicavam a superioridade e o direito de dominação dos europeus e a superioridade e a naturalidade da subordinação e da exploração dos africanos.

As ideologias colonialistas podiam assumir a forma de doutrinas filantrópicas, pragmático-utilitaristas, racistas ou social-darwinistas. As filantrópicas justificavam a dominação como uma necessidade para promover a civilização, educar e eliminar os “costumes bárbaros” que caracterizavam as sociedades africanas. As pragmático-utilitaristas explicavam essa dominação pelos benefícios que ela trazia para as economias metropolitanas e para as populações sujeitas, além de pela necessidade de acesso a mercados, matérias-primas e trabalho sempre esquivo, mas fundamental para a sobrevivência e expansão da sociedade industrial-capitalista.

Os racistas defendiam a existência de diferenças naturais e hierarquias entre as capacidades das raças e que, portanto, era consequência lógica as raças superiores dominarem e se beneficiarem da exploração das raças inferiores. Entre as racistas, as doutrinas do “*destino manifesto e do fardo do homem branco*” incorporavam um princípio de revelação divina e de dever de conquista e de dominação como destino predeterminado e irrecorrível. Os social-darwinistas transpunham para as relações humanas e sociais os princípios da luta pela sobrevivência das espécies e uma visão da dominação dos mais fracos pelos mais fortes como resultado das relações na natureza e na sociedade. Esta visão que se reivindicava científica e positiva não deixava outra solução que não a de seguir o curso da natureza e eliminar as sociedades mais fracas, minar e tirar benefícios das populações derrotadas na luta pela natureza.

As ideologias podiam ser de cunho materialista ou idealista e no discurso “teórico” emergiam de forma pura, mas, na realidade e na prática, combinavam diferentes aspectos e tinham uma base que era material. O fundamento destas ideias era constituído pela percepção da superioridade tecnológica e do desenvolvimento que a causava e dele tirava proveito. Como esse desenvolvimento era fruto do capitalismo, que, no seu conjunto econômico, político e cultural atingia a maturidade na Europa, deduzia-se de forma etno e eurocêntrica a causa disto e os direitos daí recorrentes.

A partir das normas definidas pelo Congresso de Berlim e do processo de expansão europeia, foram desenvolvidas diferentes formas de dominação que correspondiam aos mecanismos de aquisição territorial, às tradições políticas metropolitanas e aos objetivos específicos de cada conquista. Desse complexo de condicionantes, e num processo de experimentação, terminaram por ser instituídos os dois modelos clássicos de controle e de exploração das populações autóctones.

A teoria terminou por caracterizar a dominação colonial em duas formas ideais e diferentes que, na prática, ao nível local interpenetravam-se – a dominação direta e a dominação indireta. Tais formas definiam muito mais os mecanismos de estruturação imperial e de governo provincial do que as relações locais com a população subordinada. Originalmente, foram tentadas experiências privadas, com a exceção do império francês. Nessa experiência, a soberania sobre o território era transferida a empresas (as *Chartered Companies*, companhias de carta ou alvará) que assumiam os direitos e os deveres da dominação e eram resguardadas pela diplomacia e poder militar metropolitanos. As contradições dos interesses, o objetivo de lucro e a fragilidade dos recursos acabaram por levar à substituição desses pelo poder do Estado metropolitano.

### **2.2.1.2 Governo direto, indireto e protetorados**

Quando o Estado metropolitano organiza o seu império sob a forma de governo direto não institui organismos intermediários na província. O representante da autoridade imperial governa com plenos poderes executivos e legislativos e deve, no caso francês, subordinar-se às determinações emanadas do Parlamento de Paris. Os representantes locais são constituídos por funcionários coloniais e as relações com a população são estabelecidas através de chefes nativos (substituídos conforme os interesses de estabilização) transformados em funcionários. Todos os administradores possuem poderes discricionários. A colônia ou protetorado não possui organismos intermediários de legislação ou de aconselhamento. A administração organizada em forma de árvore é hierarquizada, e os representantes metropolitanos cumprem funções administrativas, policiais e judiciárias.

No caso do governo indireto, a autoridade colonial possui poderes dominantes, mas são desenvolvidos na província do império organismos intermediários para aconselhar e, posteriormente, legislar. Tais conselhos envolviam, ao longo do período, uma série de organismos designados. Quando havia eleições, sempre a maioria era constituída por funcionários e colonos. Neste caso, a relação direta com a população dava-se através de chefes nativos subsidiados pelo império, que permaneciam com alguns direitos tradicionais. No entanto, o desrespeito às determinações da autoridade leva à sua substituição por elementos mais dóceis.

Se a realidade concreta significa a dominação e a exploração, do ponto de vista formal existem duas formas de dominação: a colônia e o protetorado. As colônias eram constituídas por áreas conquistadas e organizadas conforme o direito de conquista; a população era administrada pelo império e a metrópole podia realizar estruturas e reestruturas territoriais a seu bel-prazer. O “Código do Indigenato” estabelecia a posição das pessoas, seus deveres e as penalidades a que estavam submetidas caso descumprissem os regulamentos. O controle era feito por autoridades da metrópole e por forças militares e policiais coloniais constituídas por oficiais europeus e tropas nativas. Havia o cuidado de acantonar tropas de etnias diferentes às da região ocupada ou de constituir tropas com escravos ou ex-escravos locais. A exploração dessa situação foi um importante instrumento para a conquista inicial e para a posterior manutenção da dominação.

Os protetorados foram constituídos através de acordos formais com Estados africanos preexistentes. Causas eram múltiplas e iam desde a ameaça da conquista, por parte dos europeus, até opções da política regional (impedir a conquista ou a ameaça por parte de outra potência europeia, consolidar ou estabilizar o poder local ou ainda expandir seu território) por parte dos africanos. Os protetorados apresentavam restrições às ações arbitrárias das metrópoles e teoricamente mantinham suas estruturas políticas, sociais e econômicas. A dominação realizava-se através de residentes e conselheiros que atuavam nas instituições nativas e terminavam assumindo a função de verdadeiros governantes. Outra característica dos acordos de protetorado era a transferência da soberania nas relações diplomáticas para o império protetor, a extinção das forças militares próprias e a monopolização das relações pela metrópole.

Como o protetorado não perdia a totalidade de sua soberania, a população não era subordinada a um código do indigenato, mas às modernizações determinadas pelos agentes imperiais através dos soberanos locais. Essa aparente situação idílica era, no entanto, subordinada à realidade da dominação: a tentativa de romper os acordos podia levar à conquista militar e à transformação em colônia ou a substituição das autori-

dades locais por elementos dóceis e dispostos a atender as exigências dos protetores. A permanência no *status* de protetorado dependia da permanente subordinação e adequação da área aos desígnios do domínio metropolitano. Os ingleses caracterizavam o protetorado como uma situação de “governo dual” e aplicaram-no na maioria das áreas de seu império africano.

Na realidade, fosse colônia ou protetorado, o elemento fundamental da dominação era a expropriação da soberania e a administração da população. A subordinação da população e do território a uma autoridade direta ou indireta emanava da metrópole com o objetivo de implantar a economia de mercado, a propriedade privada e de explorar os recursos da região em benefício dos senhores do império.

## **2.2.2 O processo de modernização capitalista e a inserção internacional**

### **2.2.2.1 O confisco da terra e os impostos**

A conquista e a dominação da África levaram à sua modernização. Esta foi seletiva em consequência das necessidades da divisão de trabalho e da integração subordinada da economia africana à economia metropolitana. Como a função econômica das colônias era, segundo os teóricos coloniais, levarem benefícios às metrópoles e ser autofinanciadas, era necessário prepará-las para cumprir tais funções. A primeira mudança era a assimilação e a integração dos territórios à economia capitalista industrial. Para tal, era necessário criar a propriedade privada da terra e implantar o trabalho assalariado. Desta forma, os territórios e suas populações seriam transformados em fornecedores de insumos agrícolas e minerais e em consumidores de produtos manufaturados. A África transformava-se em uma área de produção de valores de troca, abandonando o predomínio da produção de valores de uso para consumo próprio.

Foram utilizados vários processos para modernização da nova área dos impérios coloniais. A primeira prática modernizadora foi a expropriação das terras consideradas vagas – áreas em pousio, florestas, regiões abandonadas por suas populações, áreas “públicas” de Estados derrotados, terras comunitárias que passaram à propriedade do Estado metropolitano. Tais terras foram concedidas a empresas metropolitanas a fim de implantar *plantations* – imensas áreas voltadas à monocultura de exportação – para a exploração madeireira ou mineral ou para colonos que se transformaram em latifundiários. Os naturais da terra eram confinados em reservas de área restrita e em terras de baixa qualidade ou, se permaneciam nas terras redistribuídas, deviam prestar serviços, pagar rendas e submeter-se a cultivos obrigatórios.



Além de perder as terras, os africanos foram submetidos a impostos monetários para financiar o custo da colônia e para obrigá-los a buscar trabalho assalariado e ou dedicarem-se a produzir o que era demandado pelos mercados metropolitanos. Como os africanos eram submetidos à legislação administrativa, o não pagamento dos novos impostos podia acarretar trabalhos forçados. Os tributos foram a evolução de mecanismos predatórios utilizados nos primeiros tempos (principalmente no Congo) e que obrigavam a produção e a entrega gratuita dos insumos (látex, cera, marfim e alimentos) em volumes arbitrários e sob ameaça de brutais torturas ou de execução dos que não produziam o exigido.

Paralelamente aos dois mecanismos anteriormente apresentados, outras formas, unificadas sob o nome de trabalho obrigatório, eram utilizadas para explorar a mão de obra africana, que podia ser convocada para trabalhar de serviços do interesse da colônia. Nesta situação enquadravam-se os serviços de construção de portos, de estradas (ferrovias ou rodovias) ou de habitação para os funcionários. O transporte de equipamentos e produtos coloniais também podia exigir trabalho obrigatório. Em várias regiões, tornou-se habitual a migração forçada ou voluntária de “trabalhadores contratados” para outras áreas da África, ou até mais distantes, para pagar os impostos, fugir das brutais condições de trabalho e do empobrecimento ou, simplesmente, para conseguir recursos para sobreviver.

A debilitação da saúde da população, pela redução da alimentação e pelo empobrecimento dietético, foi elemento responsável pela difusão de doenças que anteriormente eram territorialmente restritas (como a doença do sono e a malária) e que terminavam assumindo caráter epidêmico.

### 2.2.2.2 A produção e os produtos

O continente foi explorado, e suas riquezas pilhadas através de formas variadas, que iam da primitiva pilhagem dos recursos disponíveis até a mineração moderna, passando pelas *plantations* e pela economia de “tráfico”. A forma mais simples de exploração era a pilhagem, como a coleta de látex, de cera, a extração de madeira e a caça indiscriminada de elefantes. Como era uma atividade altamente destrutiva, rapidamente esgotaram-se as reservas e a população das áreas onde acontecia.

A *plantation* era uma atividade realizada por empresas ou colonos que recebiam imensas áreas territoriais a fim de produzir gêneros alimentícios e matérias-primas necessárias às populações e às indústrias metropolitanas. Tais empreendimentos englobavam a produção agrícola, a elaboração primária, o transporte e a comercialização monopolista de seus produtos. Eram beneficiadas com subsídios, juros baixos, mercados garantidos e reservados, além de preços administrados favoráveis aos seus rendimentos e com fretes abaixo do custo do transporte.

Outra atividade que beneficiava a economia metropolitana e era fonte de exploração dos africanos foi o tráfico. Essa era uma atividade através da qual os frutos da produção autônoma dos camponeses era trocada por produtos europeus através de agentes locais, estrangeiros ou nativos, das empresas mercantes metropolitanas. Tais produtos eram reunidos em armazéns distribuídos ao longo das rotas e enviados aos portos para exportação à metrópole sob a forma original ou após sofrerem um beneficiamento primário. Muitas vezes, esses produtos concorriam com os das *plantations*, demonstrando a capacidade iniciativa e de adaptação dos africanos. A cera, o algodão, a cola, o amendoim, o óleo de palma, o sisal e alguns frutos da caça, como as peles e o marfim, ou do garimpo de ouro e de pedras preciosas constituíam o produto de tal comércio.

Durante o período colonial, a principal atividade foi a exploração mineral por grandes empresas que contavam com toda a proteção metropolitana. Além de receberem a concessão de jazidas, contavam com a criação de redes ferroviárias até os portos de exportação. Foram essas atividades e a estrutura de transportes que receberam investimentos maciços, aportaram tecnologias e equipamentos modernos para a economia colonial. A mão de obra era dividida em um setor restrito especializado e bem remunerado, constituído por europeus, e um amplo setor sem especialização e com baixa remuneração, constituído por africanos. Estes eram atraídos pela vantagem comparativa dos salários em relação aos das *plantations* ou ao valor pago pelos produtos no tráfico. A construção das vias férreas para atender às necessidades das mineradoras acabava por incluir e beneficiar territórios e populações que as margeavam na moderna economia capitalista.

### **2.2.2.3 Construção de Infraestruturas, Educação e Saúde**

A exploração da África, que foi iniciada através das bacias dos rios, avançou pelo interior e, rapidamente, passou a exigir a construção de infraestruturas mais complexas. Era necessário construir ferrovias, rodovias e portos para o crescente escoamento dos produtos exportados. Esses complexos integrados ligavam o interior aos melhores litorais para atracar os grandes cargueiros a vapor, criando novas rotas e integrando economicamente populações até então dispersas. Nos entroncamentos, nas estações e nos portos surgiam novas cidades, beneficiando os proprietários do solo. O crescimento das atividades de transporte e de manutenção criou um setor moderno, onde o trabalho assalariado e com conhecimentos técnicos progressivamente expandia-se para os africanos. O crescimento do comércio varejista, a serviço das concessionárias ou por conta própria, permitia o surgimento de uma nova classe social – a burguesia nativa – que se aventurava em novas atividades.

A maior complexidade da economia colonial passou progressivamente a necessitar de um grande número de trabalhadores especializados e de funcionários nativos e especializados, o que levou à implantação de sistemas educativos de formação geral e de trabalhadores. Embora atingissem um número restrito de jovens, esses sistemas formaram as elites que constituiriam os movimentos nacionalistas e difundiram as ideias modernas de autogoverno e de soberania oriundas das metrópoles. As tropas coloniais foram obrigadas a formar, entre os africanos, o seu setor de comando básico e seus soldados, qualificando-os nas modernas tecnologias militares. Educadores, operários, técnicos e militares de um novo tipo se constituíram junto aos religiosos nativos – todos eles educados para a sociedade moderna – e formavam uma elite de novo tipo onde a capacitação e o mérito contavam.

O deslocamento de população, o trabalho extenuante para a maioria e a subnutrição acabaram por difundir doenças africanas ou importadas que assumiam o caráter de epidemias mortais ou de males crônicos, reduzindo a capacidade de trabalho e a produtividade. Essa situação colocava em risco a sobrevivência dos impérios e a função das colônias de fornecer utilidades às metrópoles e servir de mercados para a exportação de artigos industriais, fornecer soldados aos seus exércitos e emprego rentável ao seu excesso de capitais. Nesse quadro, a preservação da saúde e o saneamento passaram a ser de importância vital. Foram construídas redes de atendimento médico que, embora precárias, prestaram serviços à saúde dos africanos. As doenças tropicais passaram a ser pesquisadas, e o Estado assumiu, diretamente ou através de missionários, os cuidados com a saúde geral, através de dispensários, vacinações e a formação de auxiliares e de enfermeiros.

A modernização foi, em linhas gerais, a incorporação do continente africano e de sua população à divisão internacional do trabalho especializada do capitalismo industrial, com o corolário da transformação da produção de valores de troca, a implantação do trabalho disciplinado e subordinado para produzir mercadorias e a proletarização de um campesinato autônomo. Outro aspecto foi a introdução da propriedade privada, normalmente em benefício dos europeus ou de suas empresas.

A construção de infraestrutura, a educação e o desenvolvimento da saúde foram mais consequências das necessidades de exploração do que objetivos humanitários e primários dos colonizadores. O aspecto mais marcante da modernização foi negativo, com a implantação de monoculturas e de atividades mineradoras dependentes de mercados externos e dos ciclos econômicos determinados pela concorrência internacional e pelas crises econômicas. Mas, como afirmou o historiador indiano Kavalan Pannikar em **A dominação Ocidental na Ásia**, “a dominação europeia, forçando os povos asiáticos a resistir e simultaneamente

*a adaptar-se às novas idéias, que eram as únicas que podiam o ajudar a libertarem-se e a reforçá-los, deu-lhes uma vitalidade nova e preparou realmente o advento de um mundo novo. (...) O imperialismo trazia consigo o germe de sua destruição*". Tal afirmativa ressalta uma dialética histórica igualmente aplicável à África, como seria visível nas décadas seguintes.

### **2.2.3 A evolução da África do Sul na primeira metade do século XX**

A doutrina da "Separação", ou *Apartheid*, teve início formal em 1948, mas a segregação antecede essa data em muito, pois suas raízes remontam ao século XIX. A ideologia da superioridade branca e da discriminação racial era uma exigência do sistema de exploração agrária a que se dedicavam os *afrikaaners*, pois praticavam uma agricultura atrasada e pouco lucrativa em comparação com a agricultura intensiva que a burguesia inglesa desenvolvia nas províncias do Cabo e Natal. O pragmatismo mercantil dos britânicos considerava a escravidão como um obstáculo à formação de um mercado consumidor, mas não deixava de estabelecer barreiras rígidas para a ascensão social e econômica dos negros.

Exemplos da postura inglesa são o Decreto Caledon, de 1809, que tornou obrigatório um contrato de trabalho que previa severas punições para o trabalhador que resolvesse mudar de emprego, e o *Master and Servant Act*, de 1843, o qual, junto com decretos posteriores, qualificava como crime a rescisão do contrato de trabalho. Por volta de 1850, os ingleses começaram a contratar trabalhadores negros de Moçambique, Lesoto e Botsuana, assim como indianos e chineses (esses trabalhadores não podiam levar suas famílias, recebiam apenas uma parte do salário e eram obrigados a voltar a suas regiões se perdessem o emprego). A discriminação racial e os contratos de trabalho nas províncias dominadas pela Inglaterra tinham como objetivo forçar a redução do salário dos trabalhadores brancos, mediante a utilização de mão de obra negra, quase gratuita.

Ao iniciar a exploração das minas de ouro e diamantes, os grandes capitalistas europeus tiveram que recorrer aos operários brancos com alguma especialização e preparo intelectual. Essas pessoas, na maioria ex-fazendeiros boers que haviam perdido todo o seu capital na guerra de 1899-1902, e também europeus atraídos pela corrida do ouro, faziam exigências e reivindicações trabalhistas, pois conheciam o funcionamento do capitalismo industrial britânico. Os ingleses manipularam habilmente essa situação, prometendo vantagens aos trabalhadores brancos desde que se tornassem cúmplices na exploração de mão de obra negra. A *Colour Bar* (Barreira de Cor), de 1898, foi plenamente instaurada no setor mineiro e também nos núcleos urbanos de maioria britânica.

Com a aprovação da Constituição da União Sul-Africana (federação das províncias do Cabo, Natal, Orange e Transvaal), a população negra foi privada do direito ao voto e à propriedade da terra. A partir de 1910, quando o país se torna independente da Coroa Britânica, juntamente com a Austrália e o Canadá, várias leis segregacionistas foram implementadas. Entre elas, o *Native Labour Act*, de 1913, estendeu aos trabalhadores urbanos o sistema de submissão vigente nas fazendas, dividindo a África do Sul em duas partes – 7% do território nacional foram deixados aos negros, que representavam 75% da população (bantustões), e 93% das melhores terras foram entregues aos brancos, que correspondiam a 10% da população.

Nas reservas negras predominava a agricultura de subsistência e, nas demais áreas, a exploração capitalista intensiva da terra. Nessa lógica, o segundo setor passou a viver à custa do primeiro, que era visto como uma reserva permanente de mão de obra. Em 1923, o *Native Urban Act* limitou drasticamente a possibilidade dos negros instalarem-se em cidades consideradas redutos dos brancos.

Até a Primeira Guerra Mundial, os interesses econômicos dos brancos eram baseados na complementação da mineração com a agricultura intensiva. Com a recessão do mundo capitalista no pós-guerra, houve uma significativa queda nas taxas de lucratividade das minas, obrigando as grandes companhias a contratarem trabalhadores negros. Esse fato acabou por provocar o embate racial entre os trabalhadores assalariados. A greve de Rand, em 1922, em que o recém-fundado Partido Comunista da África do Sul teve o seu batismo de fogo foi duramente reprimida pelo governo. A maioria dos grevistas era formada por brancos pobres, descendentes dos boers que haviam perdido suas terras e que encontravam dificuldades de acesso à nascente estrutura industrial do país. Eles acabaram tornando-se, mais tarde, alvo fácil da propaganda nacionalista de extrema-direita.

Esses nacionalistas, vencedores nas eleições de 1924, juntamente com seus aliados do Partido Trabalhista, representantes da burguesia nacional urbana, promoveram o rompimento com a política liberal implementada pelos defensores dos grandes monopólios mineiros e impuseram medidas protecionistas. O objetivo era o de tentar neutralizar a evasão dos lucros das companhias mineiras sediadas no exterior e utilizar os recursos da agricultura branca para iniciar um processo de industrialização interna capaz de satisfazer aos interesses dos trabalhadores de origem europeia.

O surgimento de um capitalismo de Estado, promovido pelos nacionalistas, permitiu ao país um rápido crescimento. Foram criadas siderurgias, estradas de ferro e centrais elétricas em um momento classificado por muitos como “milagre econômico”. Entretanto, ao final da

década de 1920, uma nova crise foi anunciada com a queda do preço do ouro no mercado internacional, colocando em risco também a aliança entre nacionalistas e trabalhistas. A direita nacionalista, para sobreviver no poder, abandonou a aliança com o Partido Trabalhista e apoiou-se no outrora rechaçado capital estrangeiro. Nessa direção, os *afrikaaners* continuavam controlando o poder e mantinham o sistema de segregação racial. A reconciliação com a elite pró-britânica, embora permitisse a ampliação dos lucros “estrangeiros”, garantiu a organização interna em relação ao sistema segregacionista. Todavia, o novo surto industrial, que resultou no aumento do número de negros empregados no setor, reabriu o debate entre nacionalistas e pró-britânicos.

Ao discurso nacionalista *afrikaaner* somaram-se elementos fascistas manifestos, por exemplo, na sociedade secreta *Afrikaaner Bond* (Irmandade *Afrikaaner*). A recessão no pós-Segunda Guerra Mundial repetiu o fenômeno, quando os brancos pobres, ameaçados pelo desemprego, elevaram seu racismo com o slogan *Gevaar Kaffer, Koelie, Komunismus* “Cuidado com os negros, com os indianos e com o comunismo”.

De qualquer forma, foi a partir de 1948, quando o Partido Nacional venceu as eleições, que, efetivamente, o *Apartheid* foi implantado. Era uma resposta à situação criada com o *boom* econômico do período da Segunda Guerra Mundial, que levava centenas de milhares de negros a estabelecer-se nas cidades, para suprir as demandas de mão de obra. Com a redução do crescimento após 1945, os operários brancos desejavam monopolizar os empregos e a elite optou por “retribalizar” os negros urbanos. Daí a lógica material do *Apartheid*.

Com os nacionalistas novamente no poder de forma independente, a União Sul-Africana entrou em uma fase muito mais complexa, quando ocorreram mudanças políticas, econômicas e sociais que forjaram um país, de certa forma, na “contramão da História”. O que caracterizou o novo período foi a dissociação entre poder político e poder econômico; a população de origem inglesa manteve o poder econômico, enquanto os *afrikaaners* passaram a deter o poder político. Assim, a institucionalização do *Apartheid* tornou-se um dos pilares do novo surto de desenvolvimento.

A percepção do novo governo em relação à política externa do país, diante da sua posição geoestratégica e da extensão da Guerra Fria para cenários secundários, foi a de identificar-se como um “país europeu estabelecido na África”. É preciso levar em conta que a elite branca mantinha vínculos tradicionais com a Europa Ocidental e posteriormente com os Estados Unidos. Geograficamente, o país encontra-se na confluência de rotas marítimas e possui, em seu subsolo, riquezas minerais importantes para o desenvolvimento econômico moderno que o Ocidente necessita

e para o esforço armamentista da Guerra Fria em termos de armas estratégicas. Assim, Pretória explorou o discurso anticomunista e fez da União um bastião do chamado “mundo livre”.

A União Sul-Africana explorou essa circunstância com propósitos de ordem política, econômica e de segurança. No contexto doméstico, os nacionalistas tinham como objetivo a conquista total do poder, com a consolidação da independência do país e com a substituição da anglofilia predominante por uma cultura que promovesse os valores *afrikaaners*. No plano econômico, esforçaram-se em promover e introduzir o capital *afrikaaner* no coração da economia – o setor de mineração – ainda reduto do capital de origem inglesa e dos investidores externos. O Estado passou a ter expressiva participação na economia, permitindo a expansão da indústria de substituição de importações nos setores siderúrgico, químico, de minerais processados, energético e, mais tarde, de armamentos. Esta industrialização por substituição de importações representava uma forma de contornar os embargos e sanções internacionais que o país viria progressivamente a sofrer.

### **2.3. APOGEU E QUEDA DOS IMPÉRIOS COLONIAIS (1920-1960)**

#### **2.3.1 A Segunda Guerra Mundial, a descolonização do Magreb e a Revolução Nasserista**

As consequências da Primeira e da Revolução Soviética reforçaram o declínio europeu e os movimentos político-ideológicos favoráveis à emancipação dos povos coloniais. Esse processo foi ainda mais fortalecido pela Grande Depressão e pelo impacto e resultado da Segunda Guerra Mundial. A Depressão produziu um considerável impacto econômico e social no continente africano, devido ao acentuado declínio dos fluxos comerciais e financeiros internacionais, bem como ao aumento das tensões mundiais. Essas viriam a conduzir à Segunda Guerra Mundial, que afetou diretamente o norte e o Chifre da África.

##### **2.3.1.1 A Segunda Guerra Mundial na África**

Em outubro de 1935 a Itália fascista invadiu a Abissínia (atual Etiópia) a partir de suas colônias da Eritreia e da Somália. A Liga das Nações, da qual a Abissínia era membro, além dos tradicionais protestos verbais, aprovou um embargo comercial à Itália, por pressão de Londres, pois o controle da região por Mussolini poderia ameaçar a rota do canal de Suez e os interesses petrolíferos britânicos no Golfo Pérsico. Mas o embargo constituía apenas uma pressão limitada para impedir novos

ímpetus expansionistas de Roma, pois nada de concreto foi feito para defender o agredido. A dificuldade na conquista do país (só completada em maio de 1936), apesar da desproporção de forças, evidenciou a fragilidade italiana. Além do choque produzido na África pela ocupação do único país realmente independente do continente, gerando um elemento catalisador pan-africanista e uma contradição na política internacional (pois a Inglaterra defendia a independência de uma nação africana contra um poder europeu), Mussolini aproximou-se de Hitler para fazer frente ao embargo britânico, criando o Eixo Roma-Berlim em 1936.

O extenso bastião criado pelos italianos no Chifre da África deixou a Inglaterra de prontidão. Quando a guerra iniciou na Europa e a Inglaterra ficou debilitada pela queda da França (cujas colônias ficaram sob o controle do governo fascista de Vichy, aliado do Eixo), a Itália lançou sua expansão nos Bálcãs, na África do norte e oriental, atacando os britânicos e seus aliados. Os italianos atacaram o Egito a partir do território líbio, mas em dezembro o exército britânico empurrou as tropas fascistas de volta à fronteira. As forças italianas acantonadas na África oriental italiana, por sua vez, ocuparam a Somália britânica, um trecho do Quênia e algumas cidades além da fronteira sudanesa, todas colônias britânicas, onde foram contidas. No início de 1941 o exército britânico ultrapassou a fronteira líbia e ocupou a Cirenaica, enquanto sua ofensiva na África oriental italiana derrotou completamente os fascistas em maio, com a rendição do Duque d'Aosta e o retorno do Imperador Haile Selassie.

Os alemães enviaram o *Afrika Korps* de Rommel em auxílio aos italianos e em 1942 avançaram até El Alamein, a 100 km do Cairo. A contraofensiva do Império Britânico empurrou os ítalo-alemães até a Tunísia, enquanto os norte-americanos e Franceses Livres desembarcavam no Marrocos e na Argélia, onde o regime de Vichy ofereceu pouca resistência, concluindo um armistício com os aliados em novembro. Tendo recebido reforços, os ítalo-alemães ainda resistiram na Tunísia até maio de 1943. As colônias francesas na África deixaram de ser território do Eixo (anteriormente, apenas o governador da África Equatorial Francesa havia apoiado De Gaulle).

A partir de 1943 o recrutamento de soldados magrebinos, negros e brancos sul-africanos e de trabalhadores africanos foi acelerado, com significativa participação no teatro de operações europeu. Além disso, desde o início do conflito o aumento da produção de borracha e minérios mobilizaram milhões de trabalhadores. Muitos dos futuros líderes das independências africanas foram soldados ou trabalhadores mobilizados na guerra. Além disso, a participação na derrota de regimes racistas euro-



peus elevou a autoestima dos africanos, o que se somou ao enfraquecimento das metrópoles coloniais e o anticolonialismo americanos, soviético e das Nações Unidas.

### **2.3.1.2 A descolonização no Magreb e a Revolução Egípcia**

Após a guerra, no Magreb, o nacionalismo árabe era o fator político que se tornara o mais importante. Em 1949, a ONU determinou que a Líbia, que se encontrava dividida e sob ocupação inglesa e francesa, fosse unificada, sob o reinado de Idriss al-Senussi. A independência foi obtida em 1951, com bases americanas e inglesas sendo mantidas e, em 1959, foi descoberto petróleo em grande quantidade. Paralelamente, no Sudão, ao longo dos anos 1950 o nacionalismo fez grandes avanços e em 1953 os ingleses concederam um estatuto de autogoverno. A vitória nacionalista nas eleições conduziu à independência em 1956. Meses antes da independência teve início uma revolta no sul, predominantemente africano animista e cristianizado, contra o governo central dominado pelo norte arabizado, gerando uma guerra civil que durou décadas. Na verdade os ingleses, desde o período entre guerras, percebendo o avanço do nacionalismo, tencionaram incorporar o sul à Uganda, mantendo o condomínio anglo-egípcio apenas no norte. Para manter a separação das duas regiões, chegaram a proibir casamentos intercomunitários.

Levantes antibritânicos no Egito sempre questionaram a presença semicolonial inglesa em um país formalmente independente, até que em 1952 um golpe militar derrubou o Rei Faruk. Na esteira deste movimento, o país tornou-se uma República, logo liderada pelo oficial nacionalista Gamal Abdel Nasser. Este líder, que era o primeiro egípcio a governar o país desde a época dos faraós, não possuía uma visão política articulada. Jovem César, ele pensava em voz alta, em um processo de autoeducação que cobria um vazio junto à população, depois de séculos de opressão e silêncio das massas árabes. Quando discursava anunciando a nacionalização do canal de Suez, em 1956, ele, inesperada e espontaneamente, sorriu de satisfação, e o povo, que pela primeira vez presenciava um fato tão insólito, riu também, encontrando nele a sua voz. Seus discursos, transmitidos pelo rádio às massas analfabetas, eram ouvidos em todo o mundo árabe, convertendo-o numa liderança pan-árabe.

Levado pelas circunstâncias, Nasser promoveu reformas sociais e aliou-se à URSS, em busca do apoio que o Ocidente lhe negou, adotando políticas de esquerda, ao mesmo tempo em que perseguia o Partido Comunista egípcio. Da mesma forma, combateu os grupos islâmicos e instituiu um regime laico e modernizador, promovendo a reforma agrária, a educação e o saneamento e coibindo, paralelamente, as elites capitalista e feudal do país. Ao mesmo tempo, porém, sem uma estratégia de trans-

formações socialistas que alterasse as bases da sociedade, sua política se apoiava numa burocracia civil-militar hipertrofiada, em práticas autoritárias e na repressão constante.

Manifestações e levantes anticoloniais também ocorreram na Tunísia, na Argélia e no Marrocos, colônias francesas. Tunísia e Marrocos tornaram-se independentes em 1956, a primeira sob o comando de Habib Bouguiba, de postura neocolonial, que proclamou uma república autoritária. No Marrocos, o Sultão Ben Iussuf cobrou a prometida independência, mas os franceses reagiram incitando os berberes contra os árabes e exilando-o em Madagascar em 1951. Em 1956 ele retornou, com o consentimento da França, proclamou a independência e assumiu como Rei Mohamed V. Tanger e o Marrocos espanhol foi incorporado ao novo Estado, que também reivindicou Ifni, Saara espanhol e Mauritânia. Ifni e uma pequena faixa do Saara foram cedidas pela Espanha.

Mas na Argélia, onde havia expressiva colonização francesa, a metrópole resistiu à descolonização. As primeiras manifestações, logo no final da Segunda Guerra Mundial, haviam sido reprimidas com um saldo de 20 mil mortos, e ficou conhecida como revolta da Cabília. Contudo, em 1954, com uma onda de atentados, teve início a guerra de independência da Argélia. A Frente Nacional de Libertação (FLN), apoiando-se no nacionalismo e no Islã, mobilizou a população na luta armada e defendeu a organização de uma sociedade socialista não marxista. A repressão francesa foi implacável, custando ao final do conflito a vida de quase um sexto da população do país.

A descoberta de petróleo no Saara argelino reforçou a determinação francesa, cuja linha dura, representada pelo Gen. Salan e pelos colonos, criou a Organização do Exército Secreto (OAS), que deflagrou um golpe de Estado que colocou De Gaulle no poder em 1958, como forma de evitar concessões aos árabes. A França não suportou o desgaste da guerra e concedeu, em 1962, a independência à Argélia, de onde os colonos brancos se retiraram. A Guerra da Argélia teve grande influência na descolonização da África subsaariana, ou África Negra, seja como estímulo à mobilização africana pela independência, como também condicionando a atitude das metrópoles europeias, que decidiram se adaptar aos novos tempos para conservar sua influência econômica, agora já recuperada da guerra e em integração (Comunidade Econômica Europeia, fundada em 1957). O exemplo argelino representou um risco a ser evitado no resto do continente.

Durante a Guerra da Argélia eclodiu a crise de Suez. Após direcionar a política externa egípcia para o neutralismo, Nasser viu os EUA retirarem a oferta de financiamento à barragem de Assuã. Necessitando de recursos para o desenvolvimento econômico e as reformas sociais que

prometera ao miserável povo egípcio, Nasser nacionalizou o canal de Suez em julho de 1956. Em novembro, tropas francesas, inglesas e israelenses atacaram a zona do canal e a península do Sinai. O velho colonialismo franco-britânico fazia um último esforço para manter suas posições no Oriente Médio, e Israel tentava tirar proveito da situação. A Inglaterra desejava reverter a nacionalização do canal de Suez, e todos os três desejavam conter ou derrubar o regime nasserista, de forte apelo anti-colonialista. Os franceses, por sua vez, procuravam cortar o apoio que Nasser dava à FNL argelina, que possuía bases de treinamento no Egito.

Os atacantes derrotaram facilmente o exército egípcio, mas os soviéticos lançaram um ultimato exigindo a retirada das forças invasoras, ameaçando intervir militarmente. Numa tentativa de não serem ultrapassados pelos acontecimentos, os EUA também pressionaram seus aliados a evacuar o Egito, o que ocorreu em dezembro. Assim, Nasser conseguiu transformar uma derrota militar em triunfo político, consolidando seu nome como a maior liderança do mundo árabe, estimulando sua ideia de unificação das nações árabes. Enquanto aproximava-se do mundo socialista, seu prestígio atingia o apogeu no Terceiro Mundo. Ainda assim, a crise de Suez também permitiu a Kruschov aumentar a influência da URSS na região. A União Soviética, por sua vez, consolidou a partir de então sua influência na região do Oriente Médio e ganhou prestígio na África.

Enquanto se aproximava do mundo socialista e do movimento neutralista, seu prestígio afirmava-se junto ao movimento de descolonização e às nações do Terceiro Mundo, do qual já era um protagonista reconhecido desde a Conferência de Bandung (1955). A partir de então, junto com o Iugoslavo Tito, o indonésio Sukarno, o ganense Nkrumah e o indiano Nehru, ele trabalhou para a constituição do Movimento dos Países Não Alinhados, que ocorreu em 1961. A conferência preparatória foi sediada, por Nasser, no Cairo, e a de fundação, em Belgrado, Iugoslávia. Com as potências europeias desmoralizadas e o surgimento de um Segundo e de um Terceiro Mundos, todos sob o sistema das Nações Unidas, as relações internacionais pareciam apontar para perspectivas promissoras para os povos africanos.

### **2.3.2 A Negritude e o Pan-Africanismo**

A negritude constitui um movimento cultural e literário com fortes implicações ideológicas e políticas. Surgiu entre os descendentes de escravos das Antilhas francesas, de onde atingiu os estudantes das colônias africanas em Paris, tendo como ponto central a recuperação da identidade e da humanidade dos povos africanos. Seu aspecto positivo está ligado à restauração da dignidade do homem negro. Sua radicalidade é abstrata e

anti-histórica desde o momento em que passa a defender não o desenvolvimento dos africanos, mas a necessidade da manutenção das estruturas e da cultura pré-moderna da África Negra de forma intocada. Iniciou-se como uma busca pelas raízes e pela identidade e humanidade, na época de suas origens; depois, com o poeta Aimé Césaire, transformou-se num racismo às avessas a partir de Leopold Senghor, o patriarca da independência do Senegal.

Politicamente, o único ponto positivo na África foi o apoio militante às independências e à criação de uma entidade política continental. Marcada por um profundo conservadorismo, termina por ser um instrumento de imobilização, de manutenção do *status quo* e de confirmação da teoria racista das diferenças genéticas, que explicaria uma personalidade africana. O homem branco seria “materialista e interesseiro”, voltado ao desenvolvimento, enquanto o negro teria “sensibilidade para as artes”, portanto, sem interesse no “progresso”. Assim, o movimento, expressando uma crítica da aculturação pelas elites assimiladas africano-francófonas, não contribuiu para o desenvolvimento continental. Apenas garantiu o direito dessas elites e o espaço e a posição que o colonialismo negava-lhes após a assimilação, assim, foi um instrumento fracassado de coesão nacional.

No continente americano e na África do Sul, onde os africanos e seus descendentes foram colocados em uma posição de inferioridade “natural” e absoluta, é outro o contexto, e a Negritude torna-se um instrumento para a conquista da cidadania e a igualdade de direitos. Pode, no entanto, ser usada de forma contrária se os pressupostos da personalidade africana, definidos por Senghor como o predomínio do sensorial, do sentimento, dos reflexos naturais, forem usados como instrumento do etnocentrismo dominante. É preciso, pois, entender a Negritude como uma reação cultural ao escravismo e à dominação colonial – com suas perversões – e mantê-la neste nível, para evitar que a especificidade africana seja reconhecida como resultado de uma determinação biológica, uma teoria cara aos racistas.

Assim como a Negritude, o Pan-africanismo nasceu fora da África. Originado entre descendentes de escravos das colônias inglesas do Caribe e dos Estados Unidos, é um movimento político e social surgido na passagem do século XIX ao XX. Inicialmente voltado para a promoção social e política dos negros na racista América, voltou-se para a defesa da descolonização e do progresso político-social da África. Nunca, no entanto, foi homogêneo ou monolítico. O principal organizador foi o sociólogo afro-americano W. E. B. Dubois, que marcou, inicialmente, o movimento com características como solidariedade, união, promoção social e cultural, que ao longo do tempo foram se politizando.

Dubois organizou os quatro primeiros congressos Pan-africanos (1919, 1921, 1923 na Europa e 1927 nos EUA), onde a representação africana foi minoritária. Na década de 1930, o movimento não realizou congressos, mas manteve sua militância na oposição à conquista da Etiópia pelo fascismo italiano. Sob inspiração de Dubois, realizou-se o V Congresso Pan-africano em Manchester, Grã-Bretanha (1945), com significativa e destacada participação de delegados africanos. Esse congresso sinalizou a politização do movimento e destacou delegados que foram importantes na descolonização africana (Nkrumah, de Gana, e Kenyata, do Quênia). Além da reativação do movimento, esse passou à reivindicação política da descolonização para o anti-imperialismo e o anticolonialismo, definindo-se abertamente socialista (mas não comunista). Foram acordadas as necessidades de um programa de ação para a independência e a criação de uma organização para atuar pela independência da África colonial – considerada pré-condição para a futura unificação continental.

Reconhecendo a existência de uma unidade cultural africana, o movimento passou a manifestar-se em todos os planos. No aspecto cultural, a promoção da identidade africana, que o aproxima da negritude francófona. No campo político, na organização de congressos, conferências e uniões que culminaram com a criação da Organização de Unidade Africana (OUA) em Addis-Abeba, Etiópia, no ano de 1963, e na militância pela descolonização. No plano econômico, na procura de soluções para os problemas comuns do continente e o progresso, que exigiam cooperação para superar o atraso tecnológico e os interesses particularistas. No campo diplomático, o Pan-africanismo atuou contra o colonialismo, a balcanização continental e o envolvimento na Guerra Fria. Socialmente, buscou a promoção da mulher africana e o desenvolvimento de políticas educacionais e sanitárias. A partir do Congresso de Manchester, o movimento não só mudou seu eixo geográfico e político, em direção à África, como também amadureceu um projeto global.

De marcante influência na descolonização, o Pan-africanismo sofreu, no entanto, problemas internos relacionados às diferentes correntes de seus componentes. Isto é expresso nas derrotas frente à Negritude – que excluiu o norte da África, considerado Árabe – e na necessidade de aceitar os conservadores na constituição da OUA. Outro problema foi o confronto que impediu uma política unitária em relação à velocidade e mecanismos da descolonização e à unificação africana. Os interesses que emergiam com as independências passaram a pesar mais com a criação de um novo *status quo*. É manifesta essa situação pela esterilização da iniciativa pela unidade lançada na I Conferência de Estados Africanos Independentes, realizada em 1958, por iniciativa de Nkrumah, em Gana.

Mesmo com os problemas e deficiências surgidos com a institucionalização, o Pan-africanismo mantém seus objetivos originais: promoção e desenvolvimento dos africanos, luta contra o imperialismo (foi marcante sua atuação político-diplomática contra o colonialismo português e o *Apartheid* sul-africano), pelo desenvolvimento da consciência e da unidade africanas e pelo progresso social. De 1957 até meados da década de 1960 (antes da criação da OUA), patrocinou e organizou congressos com vários objetivos – políticos, diplomáticos, de promoção cultural e social –, além de impulsionar a criação de organizações representativas – trabalhadores, camponeses – que transcendiam os limites das fronteiras.

### 2.3.3 O processo de descolonização

A expansão colonial europeia na África havia dividido o continente entre quatro potências: Grã-Bretanha, França, Bélgica e Portugal. Essas potências coloniais diferiam em níveis de desenvolvimento, riqueza e necessidades. Tal situação determinou diferenças secundárias, porque as colônias eram predominantemente de exploração e não de povoamento. Determinou também uma reorganização da geografia política africana, voltada para o mercado metropolitano, unindo e separando áreas e economias, sociedades e povos. Tal reorientação geoeconômica manifestou-se pela criação de novas “regiões” na África, regiões que entravam em contradição com a tradicional ordenação continental, externalizando sua economia e criando novas realidades sociais e políticas.

O domínio colonial clássico na África durou aproximadamente 75 anos, tempo suficiente para o amadurecimento de sua incorporação na economia mundial, das economias capitalistas monopolistas e para a emergência de um movimento emancipacionista bastante problemático. Nesse período, os impérios coloniais submeteram ou cooptaram tanto as resistências tradicionais como as “modernizantes”, ordenaram o continente e mudaram seu perfil. O auge da dominação e reordenação deu-se no período entre guerras com marcada participação da crise econômica de 1929 e a posterior recessão.

Um dos maiores impérios coloniais – o francês – agrupou suas diferentes áreas em blocos com sede regional e unidade administrativa, embora pouco integrados econômica e politicamente, devido à economia estar voltada para a metrópole, à artificialidade política dos territórios coloniais e à incapacidade de criar uma nova identidade. Esses blocos regionais, que atendiam às necessidades administrativas e de controle e à exiguidade de recursos para as colônias de exploração, não suportaram as contradições e demandas da descolonização política. Foram desintegrados provocando a “balcanização” do continente.

O império português, dada a dispersão de suas colônias, não criou unidades do tipo acima. Cada colônia manteve-se diretamente subordinada à metrópole. O império belga, constituído pelo Congo e pelas ex-colônias alemãs de Ruanda e Burundi, possuindo continuidade geográfica, era unificado. Já o pragmático império britânico, com colônias dispersas na África Ocidental e agrupadas na Oriental, apresentava variados mecanismos de dominação. Essas variedades administrativas dos impérios coloniais, a inserção das colônias na economia mundial e a existência ou não de colonos e interesses no local determinaram a variedade de modelos de descolonização. Esses abarcaram da pura e simples retirada até a guerra de libertação.

Em longo prazo, a descolonização não conseguiu alcançar a transformação social e o desenvolvimento autocentrado. Neste sentido, ela foi apenas política e esteve sempre pressionada pela Guerra Fria e pela nova forma assumida pelo Imperialismo, o neocolonialismo. A subordinação à economia mundial e a seus ciclos persistiu, sendo acompanhada pelas pressões dos órgãos internacionais e pelas ajudas – econômica, militar etc.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a situação crítica das metrópoles europeias e sua necessidade de riquezas coloniais entraram em contradições com os ideais dos social-democratas que chegaram ao poder em 1945. Isto levantou o problema da evolução dos Impérios. Por outro lado, certos grupos empresariais já haviam alcançado um nível de desenvolvimento que podia prescindir da subordinação direta à metrópole. A solução era apresentada através de um longo e quase secular processo evolutivo de emancipação. Frente a tal projeto, clarificaram-se vários elementos de oposição: a ascensão dos EUA e da URSS como potências mundiais e anticolonialistas, o sistema das Nações Unidas com seu comitê de descolonização, as reivindicações africanas de emancipação e os interesses econômicos das emergentes multinacionais norte-americanas – obstaculizados pelas políticas dos impérios coloniais. Tais fatores são determinantes nos processos de descolonização. Na África, onde os colonizados e suas reivindicações são protagonistas preponderantes, deve-se agregar o papel das decisões da Conferência de Bandung e das Guerras anticoloniais da Ásia como elementos chave da descolonização.

Embora o auge da descolonização da África tenha acontecido na passagem da década de 1950 para a de 1960, a reivindicação pacífica ou violenta pela independência iniciou-se no imediato pós-guerra. Ela aprofundou-se e radicalizou com as tentativas metropolitanas que buscaram criar mecanismos de autonomização lenta e controlada. Isto favorecia as forças internas arcaicas e a permanência das colônias subordinadas à metrópole. Foi o caso dos pragmáticos *self government* Britânicos e da

União Francesa, bem como a da criação das áreas da Libra Esterlina e do Franco. No entanto, a dinâmica interna das colônias e a situação internacional atropelaram os projetos gradualistas.

### 2.3.4 As independências na África Francesa

O império francês da África Negra era constituído por duas unidades: a África Ocidental Francesa e a África Equatorial Francesa. Da sua dissolução surgiu um grupo de países com níveis diferentes de desenvolvimento e de incorporação à economia mundial, com projetos e problemas distintos. No processo emancipatório, persistira uma tensão dialética entre as proposições metropolitanas, por um lado, e as aspirações diferenciadas dos africanos, por outro. Ao final da Segunda Guerra, e por mais de uma década, a França tenta, no quadro de sua política de assimilação e baseada na indivisibilidade da república, criar mecanismos que mantivessem o *status quo*. Isto levou a uma diferenciação interna das regiões pertencentes às unidades coloniais. Este processo acompanhou a especificação das economias e das reivindicações particularistas – étnico-culturais e econômicas – impossibilitando a construção de grandes Estados nacionais e de economias fortes e integradas.

O papel desempenhado pelas colônias francesas na África na Segunda Guerra Mundial possibilita uma evolução mínima da situação colonial. No início de 1944, os administradores coloniais que aderiram aos aliados reuniram-se na Conferência de Brazzaville, que planejou linhas gerais de reformas administrativas. A constituição francesa de 1946 instaurou o sistema eleitoral de duplo colégio e manteve a direção administrativa das colônias sob firme controle europeu. Frustraram-se as perspectivas de integração e de autonomia. Na África, uma minoria de políticos, partidários das transformações nas colônias, que haviam participado da Constituinte em Paris – que resultou na criação da União Francesa, persiste em sua luta pela autonomia local.

No mesmo mês da promulgação da constituição, e, de certa forma, nos marcos da União Francesa, reúne-se o Congresso de Bamako. Dele resulta a criação do RDA (Agrupamento Democrático Africano). É um partido ligado ao Partido Comunista Francês, mas legalista, que apoia a autonomia interna nos marcos constitucionais. Tendo como líderes Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim, e Sékou Touré, da Guiné, abrange, com suas seções, o conjunto do território colonial. Paralelamente, em 1948, Leopold Senghor cria, no Senegal, o BDS (Bloco Democrático Senegalês) nacionalista. Dessas agrupações, surgem as tendências que marcarão o futuro das colônias francesas.



Em 1950, a secção da Costa do Marfim do RDA aproxima-se do grupo de Mitterand no Parlamento Francês e rompe com o PCF. Distinguindo-se da linha guineana de S. Touré, colabora na criação da Loi-Cadre (Lei Marco) de junho de 1956. Esta institui a africanização administrativa, a ampliação dos direitos eleitorais e normatiza a descentralização administrativa. Seu desdobramento lógico seria a “balcanização” das colônias. A autonomização regional – caminho para a balcanização – é contestada por Senghor (do Senegal), partidário da Federação. Abre, no entanto, caminho para as tendências centrífugas e para o nacionalismo territorial nos agrupamentos de colônias.

No ano de 1957, o Congresso de Dakar reúne as lideranças africanas que, vitoriosas nas eleições determinadas pela Lei-Marco, mostram-se independentistas. Essa unidade é rompida pelos diferentes posicionamentos relativos à Federação e pelo fortalecimento dos partidos territoriais. O RDA, que começara a ser implodido por Boigny em 1950, recebe o golpe de misericórdia com a real independência do Partido Democrático da Guiné de Sekou Touré. O protagonismo metropolitano, sua política visando manter as colônias subordinadas e as contradições da França levam progressivamente, e de forma rápida, as colônias para a independência.

A incapacidade do império em manter-se na Indochina (independente em 1954) e as dificuldades de conter o nacionalismo e a guerra de libertação da Argélia levam ao golpe de 1958. De Gaulle substitui a Quarta República, desmoralizada e em frangalhos. A constituição, do mesmo ano, que cria a Quinta República, substitui a União Francesa por uma Comunidade Francesa. Embora apresentada sob a forma federalista, propõe para a África colonial a manutenção da situação de subordinação à metrópole, onde a autonomia interna seria limitada. Pior ainda, a constituição transformava os territórios em Estados Comunitários.

O resultado previsível seria a efetiva consolidação da balcanização iniciada poucos anos antes. A divisão entre as lideranças africanas possibilitou que De Gaulle apostasse no tudo ou nada, propondo um *referendum*. O voto negativo possibilitaria a imediata concessão da independência. A dificuldade em estabelecer uma federação, por causa do desenvolvimento dos nacionalismos territoriais e dos projetos políticos e econômicos dos diferentes partidos africanos, significava que a recusa no referendo abriria caminho para a fragmentação da colônia. A independência imediata era possibilitada pelos artigos 78 e 86 da constituição gaullista de 1958.

No *referendum*, apenas a Guiné (dirigida por Sékou Touré) vota massivamente pelo não. Os outros 12 “Estados” coloniais votam pela comunidade. O resultado foi a emancipação dessa colônia em outubro de 1958, que adere ao “socialismo africano”, do qual será um dos impulso-

nadores. A adesão das outras colônias à Comunidade Francesa desgasta-se rapidamente por causa do centralismo metropolitano e do exemplo da Guiné. Em 1959, reúne-se outra Conferência em Bamako. Nesta, o Senegal e o Sudão Francês (Mali, Niger e Alto Volta) formam a Federação do Mali, que solicita a independência para 1960. Tal federação dura poucos meses, resultando na constituição do Senegal e do Mali independentes.

Aberto o caminho para a independência e a balcanização, essas seguem seus rumos. Em 1960, as quatro colônias restantes da África Ocidental Francesa organizam uma aliança que alcança a soberania no mesmo ano. O Daomé, o Niger, o Alto Volta e a Costa do Marfim tornam-se repúblicas independentes.

No mesmo ano de 1960, a África Equatorial Francesa divide-se em países independentes. Surgem as Repúblicas do Tchad, a Centro-Africana, a do Congo (Brazzaville) e o Gabão. O império francês na África não existe mais. Os novos países surgidos da divisão administrativa colonial do pós-guerra são uma realidade. Também o são a pobreza, a fragmentação e o bloqueio da possibilidade de uma África Francófona integrada sob a forma federada ou unitária. Este objetivo foi frustrado pela ação metropolitana e pelos diferentes níveis de desenvolvimento de cada região colonial. Esses níveis, a intensidade de integração na economia capitalista mundial e a sobrevivência de cristalizadas formas sociais arcaicas geraram países que só poderiam unificar-se sob fortes governos reformistas.

Madagascar, mais do que uma ilha do litoral africano colonizada pelos franceses, é uma ilha-continente, ponto de cruzamento étnico-cultural e de relações econômicas entre a África e a Ásia insular e com uma civilização híbrida fruto desse cruzamento. Essa imensa ilha no Oceano Índico possui originalíssimas flora e fauna e é povoada por malaio-polinésios no leste e por bantos africanos no oeste. Os anglo-americanos haviam-na ocupado em 1942 e, no ano seguinte, entregue aos Franceses Livres de De Gaulle. Ela recebeu o *status* de autogoverno em 1946, mas a França não reconheceu a oposição nacionalista, o Movimento Democrático da Renovação Malgaxe (MDRM), que coordenou um levante geral em 1947. A repressão massiva dos franceses causou 80 mil mortes, mas, em 1958, ela se tornou membro da Comunidade Francesa. Em 1960, tornou-se independente sob a presidência de Philibert Tsiranana, líder do Partido Social-Democrata, que manteve um regime parlamentarista e neocolonial.

As antigas colônias alemãs tuteladas pela França eram territórios sob “mandato” da Sociedade das Nações e, posteriormente, da ONU, constituídos pelo Togo e pelos Camarões. Como os organismos internacionais impunham características específicas, a independência

desses não se deu com a destruição do império francês. O Togo torna-se independente em 1960, depois da autonomia alcançada em 1955; o Camarões alcança a independência no mesmo ano. No ano seguinte, funde-se com a parte atribuída, como mandato, à Grã-Bretanha, constituindo uma unidade política territorialmente demarcada pelo império alemão destruído em 1918.

A descolonização com a balcanização tornou-se um empecilho para o desenvolvimento integrado. Como resultado disto, tanto a Negritude quanto o Pan-Africanismo, que seriam as bases da moderna África, terminaram por tornar-se discursos mobilizadores e objetivos a longo prazo. O trabalho imediato era construir o Estado, inseri-lo na política internacional e resolver os pesados *déficits* gerados pelo colonialismo. A tendência para a unificação africana e para uma política internacional integrada ficou subordinada às singularidades de cada país. Nesse quadro, a França manteve sua preponderância e a direção da região através da Área do Franco, da Francofonia e da ação de suas tropas no sustento de governos que perdem sua base nacional de sustentação.

### **2.3.5 A descolonização da África Britânica**

O império colonial britânico na África apresentava-se dividido em grupos: as dispersas colônias da África Ocidental, as colônias estratégicas da África Oriental e as colônias da África Central. Embora tenham sido incorporadas em momentos e por razões diferentes, basicamente possuíam as mesmas estruturas do imperialismo britânico, fundadas na administração indireta. Com exceção da África Ocidental, existiam fortes concentrações de ricas minorias brancas, beneficiárias da expropriação das terras nativas, e grupos maiores de imigrantes asiáticos. Estas condições geraram as situações diferenciadas de emancipação política e os problemas enfrentados pela descolonização.

#### **2.3.5.1 A África Ocidental Britânica**

As fragmentadas colônias da África Ocidental foram as primeiras a alcançar a independência. Após a Segunda Guerra, frente ao crescimento do nacionalismo e ao fato de que inexistiam colonos brancos, os britânicos implementaram políticas de unificação – unitária ou federal – em cada colônia. Objetivavam uma longa e lenta transição ao sistema de participação na Comunidade Britânica. A crise econômica e as diferenças internas de desenvolvimento aceleraram a concessão de independência antes que a situação avançasse para insurreições. Entre 1951 (início da experiência de autogoverno autônomo) e 1965, todas essas colônias alcançaram a descolonização sob a forma republicana.

A Costa do Ouro alcançou a independência em 1957. A primeira colônia de exploração que obteve a soberania trocou o nome para Gana (antigo e poderoso império centro-africano anterior à conquista da África). Desde 1946 acontecia a luta política pela emancipação. Em 1947, Nkrumah assume a liderança pela independência, greves e manifestações de massa resultam em sua prisão. Nas eleições de 1951, Nkrumah (que se encontrava na prisão) e seu partido *Convention People's Party* – o CPP – alcançam vitória. Sua designação para primeiro-ministro do regime colonial autônomo frutifica com a elaboração de uma nova constituição e o pedido de independência total, que foi alcançada em 1957 e em 1960 torna-se uma república. Desde 1957 até a queda de Nkrumah (em 1966), o país participará ativamente do movimento terceiro-mundista. Destacar-se-á, outrossim, pela construção do pan-africanismo e pela luta de emancipação das colônias africanas. O governo, de características socializantes, procurou desenvolver o país para escapar do neocolonialismo – nova forma de dependência e subordinação imperialista – teorizado por Nkrumah em seu famoso livro **Colonialismo, etapa superior do imperialismo** (parafrazeando Lênin).

Em 1960, a Nigéria tornou-se independente sem haver solucionado as contradições resultantes da associação, pelo império britânico, de três regiões com estruturas, economias, etnias e culturas diferenciadas e antagônicas, politicamente unificadas e cristalizadas pelo império britânico. O trágico resultado foi a Guerra Civil de Biafra de 1967 a 1970, quando essa província rica em petróleo proclamou a independência e foi derrotada pelo governo federal. A Nigéria independente foi o resultado mais negativo da política britânica de administração imperial indireta e de agrupamento territorial artificial.

A Constituição de 1954, outorgada para fazer frente ao nacionalismo emergente pós-Segunda Guerra, criou um governo local autônomo sobre bases federais. Cada região manteve suas estruturas próprias e subordinou-se ao controle central da capital, em Lagos. A unidade política era frágil e espelhava as desigualdades de desenvolvimento econômico, político, social e cultural regionais. No entanto, o governo autônomo conquistou a independência em 1960 e proclamou a república em 1963. A persistência das contradições e da artificialidade da Nigéria impediram que a exploração petrolífera possibilitasse o desenvolvimento do país mais populoso do continente. A impossibilidade de unificar o país – herança do colonialismo e da independência – manteve as três regiões (Hausa, feudal e muçulmana ao norte; Yoruba, camponesa e animista ao oeste; e Ibo, camponesa, mercadora e cristã ao leste) em permanente conflito político pelo controle do poder federal.

---

Em 1961, a pequena colônia de Serra Leoa – constituída para receber os escravos resgatados do tráfico clandestino – recebeu sua independência. Embora cronologicamente defasada, mas dentro da mesma lógica, em 1965, a Gâmbia – um enclave ao longo do rio Gâmbia –, insignificante colônia, foi o último país da África Ocidental Britânica a alcançar a independência. Como parte do mesmo movimento, outra colônia britânica do outro lado do continente alcançou a independência no mesmo período. A independência da Índia e a nacionalização do Canal de Suez por Nasser tornaram a Somália (britânica e italiana), área de ocupação estratégica no Chifre da África, desnecessária. Tal situação permitiu que a colônia fosse a primeira da região a descolonizar-se, em 1960. O novo Estado assumiu a forma de república, extremamente pobre e com parte da população nômade.



## A (DIFÍCIL) FORMAÇÃO DO MODERNO SISTEMA INTERAFRICANO (1960-1975)

---

O processo de emancipação política das colônias europeias, que se estendeu de meados dos anos 1950 a meados da década de 1960, teve seu ponto de inflexão em 1960, o *Ano Africano*, quando dezessete nações ficaram independentes. Embora as independências tenham ocorrido de forma relativamente controlada, as guerras civis que marcaram a do Congo e a da Argélia tiveram forte impacto no continente. Da mesma forma, a intransigência de Portugal e dos regimes racistas da África austral, determinados a evitar a ascensão de governos de maioria negra, produziram um conflito armado que se prolongaria até o início dos anos 1990, numa segunda onda de descolonização, mais violenta e politicamente mais radical.

Confrontados com esses acontecimentos e com a necessidade de edificar os novos Estados, promover o desenvolvimento e estabelecer novos vínculos diplomáticos e econômicos internacionais, os jovens governantes viram-se envolvidos numa clivagem em escala continental. As aspirações pan-africanas foram reduzidas ao mínimo necessário para o estabelecimento de um sistema interafricano. Enquanto alguns Estados procuravam desenvolver uma liderança e um maior protagonismo, às vezes transformador, outros buscavam apenas sobreviver, fazendo as alianças possíveis e/ou necessárias. Isto gerou a divisão do continente em dois campos, um neutralista-esquerdista e outro pró-Occidental-conservador. Um compromisso mínimo seria logrado com o estabelecido da Organização da Unidade Africana (OUA).

Logo, a fragilidade dos novos Estados ficou patente, e o caminho da afirmação interna e externa revelou-se dolorosamente difícil. Arranjos tiveram de ser estabelecidos com as ex-metrópoles e, em seguida, a Guerra Fria viria a implantar-se no continente africano. Ao contrário dos processos de descolonização asiáticos, os mais graves desafios e conflitos seriam enfrentados *após as independências*. Na Ásia, boa parte dos novos Estados

eram continuadores de nações pré-coloniais com civilizações consolidadas, enquanto na África, com raras exceções, tratava-se de agrupamentos de diferentes povos (ou, mesmo, de parte deles) em Estados radicalmente novos. Assim, as desordens internas, a falta de infraestrutura e de quadros, as rivalidades, o estrangulamento do desenvolvimento e a carência da população gerariam situações catastróficas. Contudo, mesmo assim, os Estados africanos lograram estabelecer um sistema de relações regional e inseriram-se na grande política mundial. Muitas das suas carências estruturais transformaram-se em trunfos diplomáticos.

### **3.1 A FORMAÇÃO DE UM SISTEMA AFRICANO PÓS-COLONIAL DE ESTADOS**

#### **3.1.1 O posicionamento internacional e as dificuldades internas dos novos Estados**

##### **3.1.1.1 Espaços geopolíticos e periodização da África independente**

A maioria esmagadora dos países da África obteve a independência há, aproximadamente, meio século. Este breve período, contudo, foi marcado por um intenso processo político-diplomático, com seus golpes de Estado, conflitos internos e externos, projetos políticos frustrados, bloqueio do desenvolvimento econômico-social e intensa intervenção das grandes potências, particularmente das antigas metrópoles, bem como de algumas de porte médio. Esta difícil, mas riquíssima história tem, por outro lado, sido marcada também por guinadas espetaculares, além de contrariar determinadas tendências previamente anunciadas.

Na esteira do fracasso de vários modelos impostos a partir de fora, bem como de tentativas de traçar uma via totalmente original, o chamado continente negro foi produzindo, dolorosamente, uma síntese rumo ao desenvolvimento. Trata-se da retomada de uma evolução histórica local, distorcida pelo tráfico escravo (que debilitou o continente) e pela dominação colonialista direta, vinculada agora às grandes transformações mundiais. Assim, depois da “década perdida” do desenvolvimento, de conflitos caricaturizados pela mídia como “tribais” e da marginalização inicial dentro do processo de reordenamento mundial vinculado à globalização, a África começou a se reafirmar na cena internacional no início do século XXI.

Considerando a realidade africana contemporânea em suas múltiplas dimensões, o continente pode ser dividido em três subsistemas geopolíticos, definidos mais por suas interações políticas (competitivas e cooperativas) desde as independências, do que pela herança cultural ou fluxo de comércio regional. O primeiro subsistema é o transaariano, que engloba os Estados árabes do Mediterrâneo, os do Sahel (faixa sul do deserto do Saara), os do



Golfo da Guiné e do Chifre da África. A África Central constitui o segundo subsistema, que se estende dos Camarões ao Quênia, tendo como centro a República Democrática do Congo (ex-Zaire), incluindo ainda os Estados da região dos lagos. O terceiro subsistema é o da África Austral, que engloba os antigos domínios de colonização inglesa e as ex-colônias portuguesas de Angola e Moçambique. A Tanzânia, situada no leste da África, pode ser considerada um país atuante nos dois últimos subsistemas.

A vida política africana, por sua vez, desenvolveu-se em seis fases bem definidas:

1. a ascensão à independência;
2. a formação de um sistema de Estados africanos;
3. os conflitos da Guerra Fria;
4. a “pacificação” e a marginalização;
5. a reinserção da África do Sul e o conflitivo reordenamento geopolítico da África Central; e
6. a reafirmação africana.

A primeira delas, que se inicia com as primeiras independências em 1956 e vai até a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, caracterizou-se como um período de turbulência, devido às rivalidades e coalizões entre os governos dos novos Estados recém-independentes. Neste processo, a rivalidade principal ocorria entre os países moderados e os militantemente anti-imperialistas, estabelecendo-se, respectivamente, alianças como os grupos de Brazzaville e Casablanca.

A segunda fase estende-se de 1963 a 1975, podendo ser subdividida em dois períodos: 1963-70 e 1970-75. No primeiro, o estabelecimento da OUA criou certa autoridade capaz de aglutinar os jovens países na configuração de um sistema interafricano, num quadro caracterizado pela busca de inserção internacional e gestão de crises como as do Congo (Zaire), Biafra e Rodésia. No segundo, a solidariedade interafricana cresceu e o continente logrou certa autonomia na diplomacia mundial, devido à atuação dentro do Movimento dos Países Não Alinhados, à luta pela Nova Ordem Econômica Internacional e uma política anti-Israel, na esteira da crise do petróleo.

A partir de 1975 inicia-se uma terceira fase, que se estende até 1989, caracterizada por violentos conflitos na África Austral, Saara Ocidental e Chifre da África, em meio à crescente intervenção das grandes potências. Nesta fase, a África também sofreu os efeitos da reorganização da economia mundial, que no continente pautou-se por uma crise profunda, a chamada “década perdida”. No fim dos anos 80 abre-se uma nova fase, em que o fim da Guerra Fria conduz à resolução da maior parte dos conflitos regionais herdados da fase anterior, à liberalização dos regimes políticos e à abertura e/ou privatização das economias locais. Contudo, estes fenômenos

conduziram à marginalização da África nos assuntos internacionais e à “tribalização” dos conflitos (que eram estratégicos durante a Guerra Fria), enquanto o *Apartheid* começa a ser desmantelado.

Em 1994, todavia, iniciou-se uma quinta fase, com a ascensão do governo Mandela na Nova África do Sul, as mudanças geopolíticas decorrentes do conflito de Ruanda, Burundi e Zaire (que implicaram a marginalização da supremacia francesa), o ingresso sul-africano na SADC. Esse período é marcado por eventos que parecem apontar em direção à persistência do passado, com uma sensação de inviabilidade, na perspectiva do *afropessimismo*. Todavia, os africanos começavam a definir os novos contornos do continente a partir de uma correlação de forças locais.

Por fim, como resultado da movimentação de forças da fase anterior, em 2002 ocorreu a transformação da OUA em União Africana e o lançamento da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD). Tal tendência deu início a uma nova fase, na qual os rearranjos da política interafricana talvez estejam produzindo a reafirmação do continente nos assuntos internacionais e na busca de novos paradigmas de desenvolvimento. Na mesma conjuntura da penetração norte-americana no continente no contexto da “Guerra ao Terrorismo”, surgiram Estados contestadores e a China, a Índia, e mesmo o Brasil, se tornaram uma nova presença de peso na África.

### **3.1.1.2 A Conferência de Bandung e a percepção da emancipação pelas potências coloniais**

A estrutura política e a orientação ideológica dos novos Estados africanos foram profundamente influenciadas pelo movimento de descolonização. A Grã-Bretanha, baseada na experiência do *self government* e apoiada pela estrutura da *Commonwealth*, ou Comunidade Britânica de Nações, e a França, consciente de suas debilidades no pós-guerra e das dificuldades decorrentes da guerra do Vietnã, logo após o término do conflito haviam passado a conceder uma autonomia limitada a algumas colônias. Essa política também dava uma satisfação às elites africanas no tocante às promessas feitas durante a guerra.

A França, particularmente, sentia a necessidade deste tipo de política, depois de haver esmagado a revolta da Cabília na Argélia em 1945 (20 mil mortos) e a grande insurreição de Madagascar, iniciada em março de 1947, e que foi sufocada a um custo de 80 mil mortos. A derrota na Guerra do Vietnã, em 1954, cristalizou tal percepção. Essas experiências convenceram Paris de que seria necessário cooptar as elites africanas para um novo esquema de relacionamento. A autonomia local, muitas vezes como Estados associados à União Francesa, foi complementada com uma representação política parcial na própria Assembleia Nacional francesa. O caso do então deputado senegalês Leopold Senghor foi o mais notável.

No Magreb, como foi visto, o nacionalismo árabe representava uma poderosa força política, que contribuiria decisivamente para a descolonização da África subsaariana. Os movimentos nacionalistas no Egito contestaram a presença semicolonial britânica e a burguesia compradora de perfil neocolonial, até que, em decorrência da desmoralização gerada pela *débâcle* egípcia durante a guerra de independência de Israel, em 1952 um golpe militar derrubou o Rei Faruk. O país tornou-se uma República, logo liderada pelo oficial nacionalista Gamal Abdel Nasser, em 1953, como foi visto no capítulo anterior, que analisou a Revolução Egípcia.

Protestos e confrontos pró-independência ocorreram, simultaneamente, na Tunísia, Argélia e Marrocos, colônias francesas. Sudão, Tunísia e Marrocos tornaram-se independentes em 1956, mas na Argélia, onde havia grande número de colonos franceses, estes e a metrópole reprimiram as manifestações e buscaram manter o domínio sobre a rica colônia, onde o petróleo acabava de ser descoberto. Os primeiros protestos, logo no final da II Guerra, haviam sido reprimidos com um banho de sangue pela França, como foi mencionado. Contudo, em 1954, a Frente de Libertação Nacional (FLN) da Argélia iniciou a luta armada, contra uma metrópole que não soubera extrair da derrota no Vietnã os devidos ensinamentos.

Paralelamente, a conjuntura internacional também tornava-se favorável ao movimento de descolonização. No mesmo ano de 1954, realizou-se a Conferência de Colombo, sinalizando fortemente as mudanças em curso no cenário mundial. Nela, Índia, Paquistão, Indonésia, Birmânia (atual Mianmar) e Ceilão (atual Sri Lanka) discutiram a articulação de uma frente neutralista, como reação ao problema da Indochina, em que os EUA substituíam a metrópole francesa na contenção da revolução vietnamita e criavam mais um bloco militar, a OTASE (Organização do Tratado da Ásia do Sudeste), que agrupava Austrália, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, França, Filipinas, Tailândia, Paquistão e os próprios EUA. Neste contexto, os movimentos de independência afro-árabes inseriram-se, ao lado dos asiáticos, no âmbito das Conferências de Bandung e dos Países Não Alinhados, reforçando os conceitos e reivindicações associados ao Terceiro Mundo e os movimentos neutralista e não alinhado.

### **3.1.1.3 As independências e a estratégia neocolonial francesa**

Ao lado do nacionalismo árabe, tanto em sua versão nasserista como argelina, o Pan-africanismo e a Negritude (movimentos de origem extra-africana) serviram de catalisadores às vanguardas e elites africanas na luta pela independência, como visto anteriormente. Contudo, na África negra a mobilização popular era geralmente embrionária e esbarrava em problemas sérios. A luta dos poucos sindicatos e partidos era débil ou localizada e as revoltas chefiadas por seitas secretas do tipo tradicional

e/ou religioso, como a revolta dos Mau-Mau no Quênia (1952-59), redundaram em fracasso. Mas o carisma e o prestígio de líderes africanos como Kwame Nkrumah, Sekou Touré, Julius Nyerere, Mobido Keita e mesmo de um moderado como Leopold Senghor, preocupavam as metrópoles. Na formação de muitas das lideranças e movimentos africanos foi extremamente importante o apoio de organizações intelectuais e políticas, especialmente o Partido Comunista Francês e o Partido Comunista Português.

Assim, como foi visto, em linhas gerais, as potências coloniais anteciparam-se ao amadurecimento do protesto independentista, e puderam controlar, em linhas gerais, a descolonização. Estudantes oriundos das elites locais foram enviados para estudos superiores nas metrópoles, a administração tornou-se paulatinamente africanizada e assessorada por técnicos europeus, enquanto a autonomia política era concedida progressivamente a uma pouco numerosa burguesia e burocracia nativas previamente cooptadas. Os primeiros países africanos a libertar-se, entretanto, foram os que mais lutaram para escapar a este tipo de dependência.

O caso do Magreb francês e do Sudão britânico já foi analisado. Em 1957, Gana obtivera sua independência face à Inglaterra e o primeiro ministro Nkrumah adotou uma política de neutralismo ativo, aproximou-se da URSS e da China Popular e declarou-se partidário do Pan-africanismo. No ano seguinte, Nkrumah organizou e sediou a I Conferência dos Estados Africanos Independentes, tentando articular uma atuação política comum para os jovens países. No mesmo ano de 1958, a Guiné separou-se da França, e o primeiro-ministro Sekou Touré recebeu apoio dos países socialistas por sua linha política próxima a de Nkrumah.

É interessante observar que o Pan-africanismo e a Negritude constituíam correntes político-ideológicas nascidas nas comunidades negras que viviam na Europa, Caribe e, em menor medida, Estados Unidos (as quais sofriam um problema de identidade), sendo transmitidas para algumas elites africanas. O grosso da população era alheio à sua influência, e a questão racial não constituía uma problemática que afetasse a maioria das nações africanas, exceto onde havia colonos brancos em quantidade expressiva.

Da mesma forma, a política integracionista supranacional preconizada pelo pan-africanismo também esbarrava em obstáculos formidáveis, como a falta de complementaridade econômica entre as regiões e, principalmente, as necessidades intrínsecas à construção dos Estados nacionais. Tal situação também decorria, em larga medida, das políticas executadas pelas antigas metrópoles, bem como pelo privilegiamento das elites locais por parte destas. Neste sentido, as diversas tentativas de integração tiveram uma duração efêmera, pois dependiam essencialmente do voluntarismo político das lideranças, muitas delas extremamente instáveis. Em 1959-1960

ocorreu a breve associação entre o Mali e o Senegal, e em 1960-1963 a União de Estados Africanos (que englobava Mali, Gana e Guiné), articulada por Nkrumah. Assim, o processo de balcanização territorial africano representou a tendência predominante.

Em 1960, o *Ano Africano*, a maioria dos países do continente tornou-se independente da França, da Bélgica e da Grã-Bretanha, dentro da linha “pacífica”, gradual e controlada: Camarões, Congo-Brazzaville (depois República Popular do Congo), Gabão, Tchad, República Centro-africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (atual Burkina-Faso), Niger, Senegal, Mali, Madagascar e Mauritània, que pertenciam à França; Somália e Nigéria, colônias britânicas; e Congo-Leopoldville (depois Zaire e atualmente República Democrática do Congo), colônia belga. Entre 1961 e 1966 foi a vez de Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Quênia, Gâmbia, Botsuana e Lesoto, pertencentes à Inglaterra, e Ruanda e Burundi, à Bélgica. Todos os novos Estados localizavam-se na zona tropical africana e neles era limitado o número de colonos europeus (exceto no Quênia), o que facilitou a transferência do controle formal dos diversos países à burguesia, burocracia e classe média negra.

Os Estados francófonos eram geralmente pequenos ou escassamente povoados, economicamente vulneráveis, e muitos deles mediterrâneos (sem saída para o mar). Desta forma, sua dependência em relação à antiga metrópole era muito acentuada. Com exceção da Argélia, praticamente não possuíam colonos brancos, o que facilitou a associação das novas elites dirigentes com Paris, numa perspectiva marcadamente conservadora. Já a Grã-Bretanha tirou proveito de sua experiência de autonomia, de autogoverno e da existência prévia da estrutura da *Commonwealth*, conduzindo a descolonização sem sobressaltos, exceção feita aos países com fortes minorias brancas, como a Rodésia e o Quênia.

Uma diferença fundamental entre estas duas metrópoles foi que a Grã-Bretanha era movida por um cálculo essencialmente comercial, adotando políticas individualizadas conforme seus interesses materiais, além de se haver associado aos Estados Unidos no plano global. Londres propôs uma série de Federações como caminho para a independência, mas à medida que elas malogravam, o interesse britânico no continente declinava. Além dos mecanismos da *Commonwealth*, em termos de diplomacia multilateral, os capitais ingleses mantiveram a sua presença em alguns pontos do continente, mas no geral a política da Inglaterra manteve um *low profile*.

Já a França necessitava manter suas ex-colônias sob sua influência econômica e política, como condição para conservar sua posição global e europeia como grande potência. Ela, e não os Estados Unidos, foi o

*gendarme* em relação à África durante a Guerra Fria, e Paris manteve algumas bases em todo o continente e atrasou a independência de enclaves estratégicos (ver final do subcapítulo seguinte).

Como assinalaram Chazan, Mortimer, Ravenhill e Rotchild, a aura gaullista de autoridade presidencial e dignidade nacional impressionava muitos líderes dos frágeis Estados africanos independentes. Nesse contexto, De Gaulle procurou cultivar essa afinidade através de um amplo programa de envio de técnicos e professores para auxiliar os novos governos a estruturar os serviços básicos e edificar a máquina estatal. Segundo esses autores,

*os franceses, astutamente, denominaram essa relação de dependência 'la coopération'; ela assegurava o fluxo de produtos franceses nesses mercados e ambientes protegidos para o investimento do capital francês, [inclusive] através do apoio à moeda comum, o Franco CFA. [...] Além disso, a França mantinha bases militares, fornecia armamento e treinava os militares e a polícia; os golpes militares raramente significaram qualquer mudança nas relações com a França. [Ela] não apenas tem sido a maior fornecedora militar ao clube da francofonia, mas sua venda de armas para outros Estados (Líbia, Nigéria, Quênia, Somália, África do Sul) a colocou na liderança Ocidental dos mercadores de armas (atrás apenas da União Soviética) no continente. Sob De Gaulle, esses arranjos eram supervisionados pelo seu conselheiro especial para assuntos africanos, Jacques Foccart, uma figura sombria dos serviços de inteligência.*

Pode-se acrescentar, igualmente, que a França liderou as intervenções militares na África, geralmente em apoio a governos ameaçados por revoltas populares. Prosseguindo na análise dos vínculos dos líderes africanos com Paris, conforme esses especialistas,

*as elites francófonas, em contrapartida, se tornaram acostumadas com esse tratamento privilegiado de alto nível pelo governo da França. Esse tratamento permitia a eles ter uma visibilidade e reconhecimento internacional, que seria difícil obter de outra maneira. Em retorno pela lisonjeira atenção da França, eles concederam uma política de porta aberta à influência francesa. O que é visto como cooperação por alguns, é considerado neocolonialismo por outros. O que a França promoveu impunemente tem sido uma série de intervenções nos Estados mais fracos e fomentado um número record de regimes conservadores<sup>13</sup>.*

---

<sup>13</sup> CHAZAN, Naomi; MORTIMER, Robert; RAVENHILL, John; ROTCHIL, Donald. **Politics and society in contemporary Africa**. 2nd edition. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992. p 380-1 (tradução nossa).

### 3.1.2 O fracasso das Federações britânicas e o fim dos impérios secundários<sup>14</sup>

Na África oriental e centro-meridional os britânicos tentaram, sem sucesso, orientar a descolonização através da organização de duas Federações que, em última instância, buscavam viabilizar a manutenção dos interesses dos colonos brancos ali assentados. Uma envolvia o Quênia, a Tanganica e Uganda, enquanto a outra, a Federação Rodésia-Niassalândia, aglutinava as Rodésias do Sul (atual Zimbábue) e do Norte (atual Zâmbia) e Niassa (atual Malawi).

Elas esbarram no nacionalismo da maioria negra, excluída ou fortemente diluída nas estruturas propostas. Segundo Twaddle,

*A independência política na África Oriental estava intimamente vinculada ao desenvolvimento do nacionalismo nas colônias estabelecidas como resultado da corrida europeia do século XIX por territórios no interior. Às vezes esse nacionalismo era baseado numa entidade territorial pré-colonial como Madagascar ou Zanzibar. Mais frequentemente, tratava-se de uma conscienciosa criação de nacionalistas organizados num movimento anti-colonial dentro de fronteiras arbitrariamente definidas de alguma colônia europeia como Tanganica<sup>15</sup>.*

Neste sentido, o líder tanzaniano Julius Nyerere ressaltou que *“até nós sermos colonizados, essa ‘nação’ não existia; diferentes leis operavam entre as tribos constituídas e havia conflitos entre elas. Foi o poder colonial que impôs uma lei comum e a manteve pela força, até o crescimento do movimento de independência dar corpo a uma unidade emocional no esqueleto da unidade legal<sup>16</sup>”*.

#### 3.1.2.1 A África Oriental Britânica

A conquista e a colonização da África Oriental pelos britânicos obedeceram basicamente a objetivos estratégicos. Assegurar a estabilidade do Egito e do Canal de Suez e, principalmente, dominar o Oceano Índico, garantindo a sua maior e principal colônia: a Índia. Secundariamente, foi determinada pelos projetos dos imperialistas instalados na África do Sul: a construção da ferrovia Cabo-Cairo, que ligaria o sul da

<sup>14</sup> Esse subtítulo contou com a coautoria de Luiz Dario Ribeiro.

<sup>15</sup> TWADDEL, Michael, in collaboration with RABEARIMANANA, Lucile, and KIMAMBO, Isaria. The struggle for political sovereignty in Eastern África, 1945 to independence. In: MAZRUI, Ali (Ed.). *África since 1935*. (General History of Africa – VIII). Oxford: James Currey/UNESCO, 1999. p. 245.

<sup>16</sup> NYERERE, Julius. *Uhuru na Umoja*. London: OUP, 1967. p. 271.

África ao Mediterrâneo. A ocupação dos territórios foi realizada num quadro de rivalidade com a Alemanha imperial antes da Primeira Guerra Mundial. Como meio de dominação, utilizaram-se os mecanismos da administração indireta e da cristalização e sobrevivência das sociedades tradicionais. Economicamente, mantiveram a exploração dos produtos tradicionais e a exploração de poucas matérias-primas.

Destouo deste quadro a ocupação dos férteis e saudáveis planaltos do Quênia por poderosos colonos brancos. Estes instalaram grandes fazendas agrícolas e de criação de gado. O resultado foi a concentração de uma minoria metropolitana e europeia poderosa e contrária ao desligamento da região em relação à metrópole. Nas outras áreas da África Oriental, colonos brancos eram insignificantes, embora houvesse comunidades de imigrantes asiáticos ligados aos serviços.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, e com a vitória do Partido Trabalhista, a Grã-Bretanha reconhece a necessidade de terminar com as colônias. Foi proposta uma Federação da África Oriental que centralizaria Uganda, Quênia e Tanganica. Ela deveria evoluir, gradualmente, para o autogoverno e para a soberania dentro da Comunidade Britânica com uma estrutura multirracial de representação desproporcional. A incapacidade britânica de integrar as economias e de estabelecer bases políticas democráticas possibilitou reação, por parte do Reino de Buganda (protetorado em Uganda), dos colonos brancos do Quênia e da população africana de Tanganica, que ficaria brutalmente sub-representada no legislativo (1 eleitor branco equivalia a 450 nativos). A composição proposta pelos britânicos fracassou, e as colônias alcançaram a independência de forma individual e com estruturas diferenciadas, em momentos diversos.

Da possível Federação, a primeira região a tornar-se independente foi Tanganica, em dezembro de 1961. Antiga colônia alemã passou às mãos britânicas com o mandato da Sociedade das Nações após a Primeira Guerra Mundial. Tanganica possuía expressivas minorias árabe e asiática que foram subsumidas pela maioria organizada no TANU (Tanganica African National Union). Esse partido nacionalista, criado em 1954 por Julius Nyerere, conquista a independência e transforma, em 1962, o país em uma república socializante. Em abril de 1964, surge a República Federal da Tanzânia, resultante da fusão de Tanganica com Zanzibar, que fora um protetorado britânico situado no litoral da África Ocidental. Dirigido por uma dinastia muçulmana originária de Omã (na Península Arábica), era voltado, inicialmente, para o tráfico de escravos, e, posteriormente, para a produção de cravo e especiarias. Na dissolução do império britânico, parte da área continental de Zanzibar foi cedida ao Quênia. Em dezembro de 1963, transfor-



mou-se em monarquia independente, que foi derrubada um mês depois pelo movimento popular local (constituído basicamente pela maioria africana, excluída da participação política).

Outro Estado que surgiu da desagregação do império britânico e da impossibilidade de criar uma Federação da África Oriental subordinada à Comunidade Britânica foi Uganda, que era a área mais populosa e rica da África Oriental Britânica. Sua economia estava baseada na propriedade camponesa e na produção para exportação. A manutenção e a cristalização do sistema político interno pelo sistema de administração indireta fortaleceram o Kabaka (rei) de Uganda e seu conselho. O Kabaka Mutesa III, formado em Oxford, usa sua posição para minar a constituição da Federação – por medo da preponderância política da minoria branca do Quênia no sistema eleitoral multirracial e o perigo da maioria negra nas outras regiões. Sua intransigência e suas reivindicações determinaram que Uganda fosse transformado num estado independente sob a forma federal monárquica, de características singulares – democrática nos outros reinos e autocrática em Buganda. A vitória eleitoral da UPC (Congresso do Povo de Uganda), dirigida por Nilton Obote, em 1961, abriu caminho para a independência, alcançada em outubro de 1962. O processo independentista e unificador atingiram o ponto culminante em fevereiro de 1966, quando a monarquia foi substituída por uma república presidida por Obote. Surgia aí o Estado unificador de uma rica sociedade agrícola de camponeses e granjeiros africanos.

O terceiro Estado surgido do fracassado projeto da Federação da África Oriental foi o Quênia. Seu processo de independização foi conturbado, envolvendo “operações policiais” que foram uma verdadeira guerra inglesa contra a maioria kikuio, antigos donos das melhores terras agrícolas do território, expropriadas pela vigorosa e rica minoria de grandes proprietários ingleses. O empobrecimento e a espoliação levaram os kikuio à reação sob a forma de ações terroristas a partir de 1949, contra os colonos, sob a direção do movimento “Mau-Mau”. Em consequência, abateu-se sobre os africanos uma violenta e generalizada repressão – as operações policiais –, com a instalação de campos de prisioneiros, controle da população e prisão de moderados como Jomo Kenyatta, dirigente da KAU (União Africana do Quênia).

A impossibilidade da implantação do multirracismo – forma política em que a minoria branca teria o mesmo número de representantes que a maioria nativa – e da Federação da África Oriental – por resistência do Reino de Buganda – obrigou a evolução para uma solução negociada. Em 1960, constituiu-se o KADU (União Democrática Africana do Quênia), vitorioso nas eleições de 1961. Instituiu-se um autogoverno sob a direção de Kenyatta, posto em liberdade, e de Tom Mboya, dirigente do KADU. Em 1963, foi alcançada a independência e, no ano seguinte, o país tornou-se uma república com o governo moderado e ocidentalista de

Kenyatta. Desta forma, as tentativas inglesas de permanecer como árbitro na região e de manter a supremacia branca no quadro da Federação multirracial desfizeram-se. A unidade político-econômica projetada foi desmantelada, e cada área seguiu um caminho próprio. Embora os países independentes permanecessem na Comunidade Britânica, alcançaram a soberania política plena e territorializaram-se conforme seus estágios diferenciados de desenvolvimento e suas histórias coloniais e pré-coloniais.

### 3.1.2.1 A África Central Britânica

Na África Central, o domínio britânico instalou-se a partir de grupos imperialistas liderados por Cecil Rhodes e instalados na África do Sul. Além do controle de regiões ricas em minerais, eram motivados pela disputa com os boers, pelo projeto da ferrovia Cabo-Cairo e pelo expansionismo colonial. Afinal, Rhodes teria afirmado, em Londres, que, “*se pudesse, anexaria as estrelas*”. As reservas minerais, a fertilidade do solo e as reservas de mão de obra africana possibilitaram o entrelaçamento das duas Rodésias – a do sul (atual Zimbábue), agrícola, e a do norte (atual Zâmbia), mineradora, com Nyassa (atual Malawi), rica em mão de obra. Em 1953, as três áreas foram federadas e organizadas com a autonomia governamental e uma assembleia federal multirracial, com o esmagador predomínio dos brancos racistas. O sistema permitia a permanência britânica na área (como árbitro e protetor) e garantia a supremacia dos colonos brancos. Essa situação provocou a intensificação dos movimentos nacionalistas africanos em Nyassa e na Rodésia do Norte. Acreditavam eles, e com razão, que seria reproduzido o sistema da racista África do Sul.

No final dos anos 1950, a intransigência dos colonos e o nacionalismo africano levaram à deterioração da situação. Em 1959, foi estabelecido o estado de emergência na Federação. Se, na Rodésia do Sul, o grande número de colonos brancos que controlavam o governo autônomo efetivou uma verdadeira caça e submissão do africano, na Rodésia do Norte o Partido Nacional Unido da Independência (PNUI) e, em Nyassa, o Partido do Congresso do Malawi (MCP) consolidaram-se e incrementaram a luta pelo fim da Federação e pela independência dos africanos. Em 1963, a Federação – que embora fosse um projeto razoável para o desenvolvimento regional – foi dissolvida. Seus *déficits* foram o racismo e a supremacia dos colonos e a incapacidade de integrar as três áreas em uma unidade. A evolução autônoma levou a independências diferenciadas e conflituosas.

Com a diferença de meses, o processo evolutivo de Nyassa e da Rodésia do Norte alcançou, inicialmente, governos autônomos africanos e, posteriormente, a independência. Nyassa, governada pelo MCP – dirigido pelo médico africano Hastings Banda desde as eleições de 1961, tornou-se independente em 1964. Em 1966, o Malai – nome que adotou

com a independência – tornou-se uma república. Estado com governo conservador, manteve laços com a racista África do Sul, para cujas minas exportava mão de obra. A Rodésia do Norte tornou-se a República da Zâmbia em outubro de 1964, presidida pelo líder do PNUI, Kenneth Kaunda. O governo de Zâmbia, para fugir da pressão racista do sul e do estrangulamento de sua economia mineradora, estabeleceu intensos vínculos econômicos com a afrossocialista Tanzânia.

Na Rodésia do Sul, o poder político dos brancos, baseado no grande número de colonos e no incipiente processo de industrialização, controlou ferreamente o poder e manteve a maioria africana em um *status* de inferioridade absoluta. A repressão aos movimentos nacionalistas levou-os à guerrilha. Dadas as pressões internacionais, principalmente africanas e inglesas, o governo branco proclamou a independência de forma unilateral em 1965. Contava com a conivência e o apoio de Portugal e da racista República Sul-Africana. O governo da Frente Rodesiana, com Ian Smith na direção, terminou por proclamar a república em 1970, após haver abandonado a Comunidade Britânica quatro anos antes (ver adiante).

Os protetorados britânicos no sul da África, enclaves territoriais na África do Sul – exceção de Bechuanalândia –, são independentizados na década de 1960. Bechuanalândia torna-se, em 1966, a República de Botsuana. No mesmo ano, foi instituído o Reino do Lesoto (o protetorado de Basutolândia). A Suazilândia tornou-se uma monarquia independente em 1968. Tanto o Lesoto quanto a Suazilândia tornaram-se reservas de mão de obra para a África do Sul, já que estão encravados em seu território.

### **3.1.2.2 A descolonização dos Impérios secundários e os enclaves franceses**

Por impérios coloniais secundários na África subsaariana, ou negra, entendemos o belga, o espanhol e o português (o conflito do Congo e das colônias portuguesas será abordado adiante). Sua posição é demarcada pelo lugar que as metrópoles ocuparam no concerto das potências imperialistas coloniais, independentemente da extensão territorial das colônias e da amplitude temporal de dominação e exploração da África. Se exceuarmos a curta permanência alemã, temos, neste tópico, o império colonial de menor duração – o belga – ao lado dos colonialismos de mais longa duração – o português e o espanhol. Ao contrário dos britânicos e dos franceses, esses colonialismos secundários não tiveram preocupação em criar elites locais, em desenvolver elementos de autogoverno e nem em assimilar a civilização metropolitana os colonizados ou parte deles.

Marcados por um paternalismo de influência racista, acreditavam ser eternos senhores das porções de população e terras africanas. Significativamente, foram os processos mais traumáticos de descolonização e

com os efeitos mais críticos. Isto tanto pela rápida retirada dos belgas como pela encarniçada resistência dos portugueses. Do ponto de vista histórico, esses colonialismos apresentam significativa importância. A expansão dos interesses do Rei Leopoldo da Bélgica esteve na base da partilha do continente africano e de sua ocupação colonial sob a forma capitalista. Já os portugueses foram os primeiros a implantar o domínio europeu na África subsaariana quando do ciclo das grandes navegações.

O rico território colonial dos belgas não era constituído apenas pelo Congo. Após a Primeira Guerra Mundial, aquela metrópole recebeu como fideicomisso o Mandato da Liga das Nações para as colônias alemãs de Burundi e de Ruanda, que se localizavam no coração do continente. Tal mandato foi revalidado pela ONU após a Segunda Guerra Mundial. Como Burundi e Ruanda faziam fronteira com o Congo, o império colonial formava um bloco único.

Nos dois Mandatos belgas a população dividia-se em dois grupos étnico-sociais de características feudais. O poder local – reinos feudais – da época da conquista permaneceu e o domínio e a exploração coloniais sobrepujaram-se às estruturas dominadas pelos tutsis (pastores, aristocratas e guerreiros) que exploravam os hutus (camponeses). O colonialismo cristalizou essas estruturas e, de certa forma, politizou-as. As etnias-classe organizaram-se em partidos com propostas e bases diferentes.

Em 1960, a Bélgica e a ONU começaram a preparar a descolonização. Entre 1959 e 1961, em Ruanda, o conflito entre a maioria (hutu) republicana e a minoria (tutsi) monarquista permeou o processo de instalação do autogoverno em 1960. Os hutus não só derrotaram os tutsis, destruindo a monarquia, como seu partido ganhou as eleições. Em julho de 1962, a independência e a república foram proclamadas. No mesmo ano, um Tratado de Amizade e Cooperação transpôs o país para a esfera de influência francesa. A história independente de Ruanda tem sido a de um permanente conflito político e social mascarado pela ideia de luta étnica e intertribal.

No Burundi, a independência estabeleceu a soberania da monarquia tutsi em 1962, após um ano de autonomia interna. A monarquia social e etnicamente ligada à minoria da população não impediu confrontos semelhantes aos de Ruanda. Em 1966 foi proclamada uma república sob domínio tutsi e com partido único. Daí em diante sua evolução não difere da de Ruanda.

A Espanha, por sua vez, possuía na África as colônias do Marrocos (uma faixa no norte) de Ifni (um enclave no mesmo país), do Saara Ocidental e da Guiné Equatorial. Esta era constituída pelo território Rio Muni e a Ilha de Fernando Pó, entre outras. A Guiné Equatorial era a menor colônia europeia, um enclave territorial, e tornou-se o menor país continental independente na África. Em 1958, a colônia foi transformada

em província, desenvolveram-se vários movimentos nacionalistas e, em 1963, passou para o estatuto de autonomia interna. O crescimento do nacionalismo levou a um acordo descolonizador na Conferência de Madri entre 1967 e 1968, realizada entre os nacionalistas e os espanhóis.

A Guiné Equatorial tornou-se independente em 1968, com o governo do presidente Macías transformando-se numa repressiva ditadura pessoal, a qual provocou o empobrecimento e emigração. Em 1979, Macías foi deposto por um golpe. A Espanha conservaria o arquipélago das Canárias, considerado território metropolitano, bem como os pequenos portos de Ceuta e Melilla (remanescentes do Marrocos Espanhol), encravados no litoral mediterrâneo marroquino, que receberia de volta Ifni e uma faixa do Saara Ocidental.

A França, que concedeu em bloco a independência às suas colônias, como foi visto, procurou manter a Argélia (que contava com numerosa colônia europeia e petróleo) e alguns enclaves. Localizado estrategicamente no Oceano Índico, entre Moçambique e Madagascar, se encontrava o arquipélago das Comores, de população muçulmana, formada pela mestiçagem de malaio/indonésios, negros e elementos arabizados. Sob forte pressão da Frente Nacional Unida (FNU), os franceses realizaram um plebiscito em dezembro de 1974, onde a maioria esmagadora votou pela independência. Porém, antes que os franceses homologassem os resultados, Ahmed Abdallah, um conservador e rico proprietário proclamou a independência em julho de 1975, enquanto os partidários dos franceses se agruparam na ilha de Mayotte, onde se localizava uma base naval da França, e solicitaram a permanência sob o domínio francês.

Paris apoiou a secessão da ilha e, embora tenha aceitado o ingresso de Comores na ONU, vetou seu próprio compromisso de manter a integridade territorial do país. Além disso, a França manteve as pequenas ilhas de Juan de Nova, Bassas da Índia e Europa no Canal de Moçambique, bem como transformou a ilha de Reunião, no Oceano Índico em território francês, integrante da Comunidade Europeia (onde há uma grande base naval).

Em Comores, menos de um mês após a independência um pequeno grupo de partidários da FNU destituiu Abdallah (que estava visitando suas plantações), e colocou no poder o líder socialista Ali Soilih. Em 1978 ele foi derrubado e assassinado por um grupo de mercenários, comandados pelo famoso Bob Denard e pagos por Abdallah, que implantou um regime repressivo e conservador. Todos esses movimentos ocorriam num quadro de radicalização em Madagascar, que implantara um governo nacionalista e socializante. Em 1966, a Inglaterra, por sua vez, concedeu a independência às ilhas Maurício, depois de as haverem desvinculado das Seychelles, instituindo-se um governo neocolonial nesse país que detém uma posição chave para o controle do Oceano Índico.

O território de Djibuti, a antiga Somália Francesa, era, por sua vez, um enclave e porto estratégico localizado no estreito de Bab-el Mandeb, na passagem do Mar Vermelho ao Golfo de Aden, que controlava a rota dos petroleiros. Com a independência da Somália, cresceu o movimento pró-independência, mas os franceses realizaram um plebiscito em 1967, o qual manteve o vínculo colonial e rebatizou-a Território Francês dos Afars e Issas. Com o crescimento da agitação, um outro plebiscito conduziu à independência em 1977, mas a França manteve sua base naval no país. Os franceses também possuem bases navais no Gabão, na Costa do Marfim e no Senegal e uma base terrestre na República Centro-Africana, mantendo uma presença militar expressiva no continente africano.

### 3.1.3 Argélia e Congo: os grandes conflitos da primeira descolonização

#### 3.1.3.1 A Revolução Argelina

Em 1954, através de uma série de atentados à bomba, foi desencadeada a guerra de independência da Argélia. A FNL, através da utilização de um discurso reformista, progressista e pan-islâmico, mobilizou a população na luta armada, defendendo a organização de uma sociedade socialista não marxista. A repressão francesa foi implacável, custando ao final do conflito a vida de quase um sexto da população nativa. Para conservar os interesses de 600 mil *pieds-noirs* (como eram conhecidos os colonos) e da metrópole, o exército francês e a legião estrangeira mantiveram 500 mil soldados na Argélia. Todavia, a descoberta de petróleo no Saara argelino, durante o conflito, reforçou a determinação francesa, cuja linha dura, representada pelo General Salan e pelos colonos europeus, criou a OAS (Organização do Exército Secreto), que deram um golpe de Estado que pôs fim à III República e levou De Gaulle ao poder, fundando a IV República.

Embora De Gaulle tenha buscado negociar, a violência prosseguiu, com os *ultras* visando evitar concessões aos árabes. O movimento de libertação nacional argelino era apoiado pelo Egito nasserista, Cuba, Gana, Marrocos e outros Estados africanos, e estabeleceu um governo provisório (GPRA) no Cairo. Houve tentativas de conservar apenas a despovoada região do Saara onde se encontravam as jazidas de gás e petróleo e, em 1960, foi realizado um teste nuclear em Reggany. Mas a França não suportou o desgaste da guerra, acabando por conceder a independência à Argélia em 1962, de onde os colonos brancos se retiraram, juntamente com os *harkis*, argelinos que lutaram ao lado da metrópole<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Um história trágica, pois eles foram residir nos subúrbios, sobretudo de Marselha, como párias, rejeitados tanto por eles como pelos outros árabes.

A Guerra da Argélia teve grande influência na descolonização da África subsaariana, ou África Negra, seja como estímulo à mobilização africana pela independência, seja condicionando a atitude das metrópoles europeias e da recém-formada Comunidade Econômica Europeia (CEE). Foi no auge da Guerra da Argélia que a independência foi concedida, pois elas optaram por se adaptar às novas tendências, como forma de conservar sua influência econômica e estratégica no continente. A Europa já estava recuperada da guerra e em pleno “milagre”, enquanto os EUA se encontravam mais ocupados em outros teatros da Guerra Fria.

O governo de Ben Bella adotou um tipo de socialismo autogestivo, que encontrou enorme dificuldade devido à fuga de capitais e quadros especializados que acompanhou o fim da Guerra e à estrutura da economia, que funcionava como apêndice da francesa, além da própria destruição da infraestrutura. Frente às enormes dificuldades, em 1965, Houari Boumediene assumiu o poder através de um golpe de Estado. O novo governo, centralista e estatista, aprofundou as nacionalizações e a industrialização, baseado nos recursos do petróleo. Mas se tratava de um regime misto, pois havia espaço para um setor privado e as cooperativas socialistas cobriam apenas um terço da agricultura.

No plano externo, a militância terceiro-mundista anterior ganhou ainda maior consistência, com forte atuação no Movimento dos Não Alinhados, apoio militante a governos e movimentos nacionalistas e de esquerda e a concessão de refúgio aos revolucionários de todos os continentes. Além disto, esteve na vanguarda da organização da OPEP e de fundos de ajuda às nações mais pobres do Terceiro Mundo. A diplomacia argelina compensou, na segunda metade dos anos 1960, o declínio do nasserismo, como aliado dos Estados africanos da ala progressista. Ao mesmo tempo, o Marrocos e a Tunísia conheceram uma evolução em sentido contrário, pois a Argélia emergia como o grande poder do Magreb. Carentes dos recursos do petróleo e em boa posição estratégica em relação ao acesso à Europa, essas nações foram sendo cooptadas pelos europeus e pelos Estados Unidos (como “pontes” para o Oriente Médio).

### **3.1.3.2 O Congo belga: independência, Guerra civil e intervenção internacional**

No Congo Belga as potencialidades agrícolas, de matérias-primas vegetais e minerais, eram exploradas por monopólios metropolitanos. O paternalismo submetia as populações ao atraso e à inferioridade cuidadosamente mantidos e a metrópole jamais fizera qualquer esforço para promover o desenvolvimento da população congoleza.

Apenas na década de 1950 os belgas começaram a pensar na possibilidade de uma emancipação a longo prazo. Nada fizeram de concreto,

no entanto, para resolver os *déficits* existentes. Neste quadro, surgem os primeiros movimentos nacionalistas do Congo. Enquanto o primeiro movimento teria uma base étnica – conhecido como ABAKO, sob a direção de Joseph Kasavubu – conquista vitória nas eleições municipais de 1957, outro partido surgido em 1958, o MNC (Movimento Nacional Congolês), é fundado por Patrice Lumumba. O MNC era um movimento unitário e pretendia um Congo centralizado e interétnico. Paralelamente, surgem, com forte implantação na rica província mineradora do sul, tendências federalistas com o apoio da Union Minière du Haut Katanga – um monopólio minerador ocidental – e sob a liderança de Moisés Tchombe. Rapidamente, instalou-se a tensão política interna e com a metrópole.

Em 1959, A Bélgica muda radicalmente de posição; seria importante explorar os fatores da conjuntura: Guerra Fria, riqueza mineral (principalmente urânio), reflexos da Conferência de Bandung (em 1955) e desenvolvimento do nacionalismo no continente africano. No mesmo ano, houve um comício pró-independência, que foi brutalmente reprimido pela polícia, gerando conflitos sangrentos. O Rei Balduino, para contemporizar, prometeu a independência para breve, mas os colonos europeus responderam com uma política de terror contra a população africana.

No início de 1960 foi convocada uma Conferência, em Bruxelas, que determinou a independência para junho do mesmo ano. Após a realização de eleições, o Congo alcança a independência sob a presidência de Kasavubu, tendo Lumumba como primeiro-ministro. A rápida deserção belga abriu espaço para confrontos e conflitos, pois os quadros belgas abandonaram precipitadamente o país e parte do exército se amotinou. Os efeitos do paternalismo colonial e da diferença de desenvolvimento regional afloraram. Nenhuma negociação interna e nenhuma disputa arbitrada haviam sido preparadas para compensar a acelerada retirada.

O efeito imediato foi o endurecimento do conflito entre unitários (Lumumba) e federalistas (Kasavubu e Tschombé), o que levou à guerra civil e étnica (de bases regionais). Kasavubu desencadeou um golpe de Estado e entregou Lumumba aos mercenários belgas que apoiavam os katangueses. Em meio ao caos reinante, Moisés Tschombé, aliado às transnacionais europeias, como a Union Minière du Haut-Katanga, havia proclamado a independência da rica província de Katanga (atual Shaba). Tratava-se de impedir que o MNC impusesse o modelo político e nacional em prejuízo dos interesses locais e particulares. Com o apoio da Union Minière, o uso de mercenários e de tropas belgas (para evacuar os europeus), Tschombé iniciou uma das mais sangrentas guerras civis da descolonização africana. O discutido apoio militar da ONU, que fora solicitado por Lumumba, não impediu sua destituição, prisão e morte nas mãos dos katangeses em 1961.

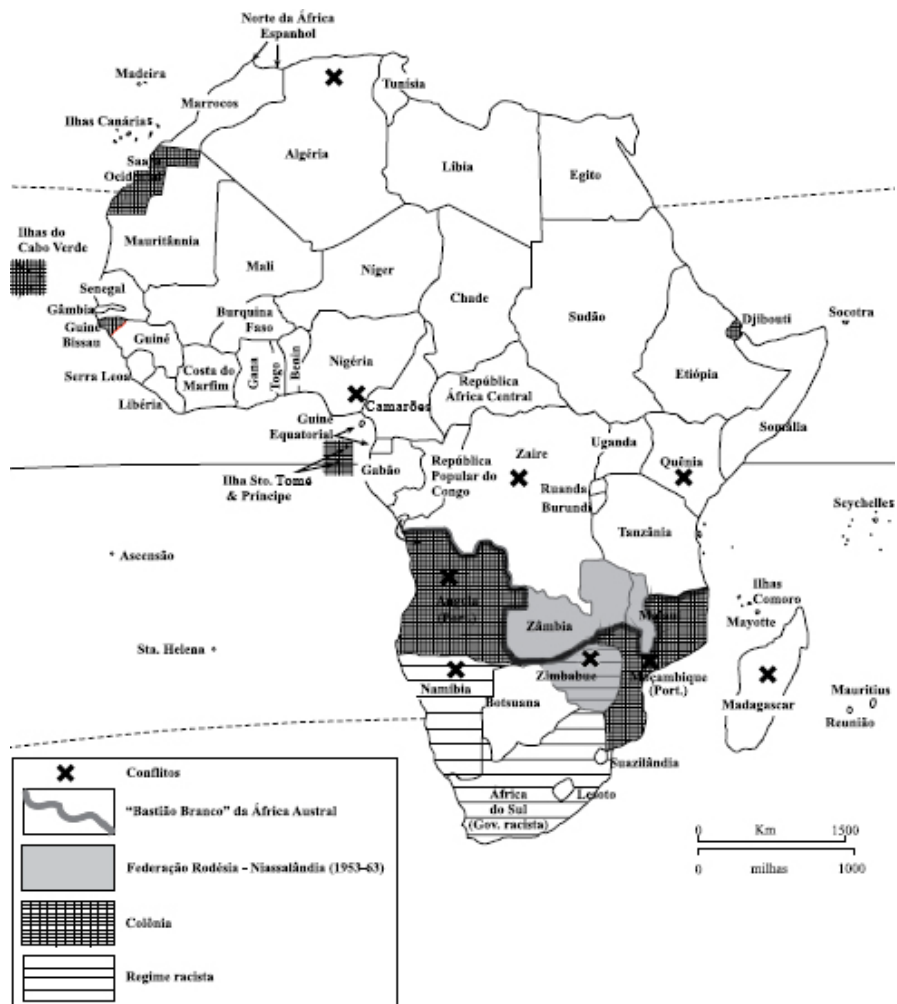


Para evitar que este tipo de conflito pudesse contaminar os frágeis países recém-independizados, bem como neutralizar a campanha diplomática dos países afro-asiáticos e socialistas, em 1963 as forças internacionais da ONU, com apoio político das potências Ocidentais, recuperaram a região de Katanga para o Congo, enquanto Tschombé fugia para o exterior. Com apoio logístico norte-americano e a ajuda de paraquedistas belgas e de mercenários brancos, o governo pôde esmagar então os rebeldes simba e mulele (aliados de Lumumba) no leste do país, os quais haviam organizado um governo esquerdista e contado com o apoio de Che Guevara e alguns voluntários cubanos. Os lumumbistas e os rebeldes foram apoiados materialmente pelo Congo-Brazzaville, pelo Sudão e pela Tanzânia e diplomaticamente pelos países socialistas. A URSS estabeleceu, em Moscou, a Universidade dos Povos Patrice Lumumba, voltada a estudantes do Terceiro Mundo, e por ela passaram dezenas de milhares de bolsistas do Sul, logrando um poderoso efeito simbólico.

A ONU impediu a fragmentação do Congo, permanecendo até 1964. Com a retirada da força de paz da ONU do país, Tschombé pôde retornar ao país e foi nomeado primeiro-ministro. Em 1965, o coronel pró-Ocidental Mobutu Sese Seko deu um golpe de Estado, centralizou o poder e organizou uma nova constituição (1966), criando uma ditadura pessoal sustentada por partido único. Mobutu, governando uma população miserável, viria a se tornar um dos homens mais ricos do mundo. Ele mudou o nome do país para Zaire (uma denominação pré-colonial), na linha da doutrina da “autenticidade africana”, visando camuflar com uma coloração africana o seu regime neocolonial. No plano da política internacional, o regime de Mobutu dependeria, diversas vezes, dos paraquedistas franceses e belgas para manter-se no poder, e exerceria o papel de força auxiliar do Ocidente em intervenções explícitas ou encobertas contra diversos países africanos.

O Ocidente conseguiu, assim, impor seus interesses econômicos e evitar a possibilidade de implantação no coração da África de um regime progressista e neutralista, que manteria boas relações com o campo socialista e com o Movimento dos Países Não Alinhados, e influenciaria seus vizinhos. Além disto, temiam-se os efeitos continentais da crise, que estava dividindo os países recém-independentes em dois campos opostos, a qual propiciava a ação da diplomacia soviética, egípcia (nasserista) e argelina, estes últimos fortemente militantes a favor dos movimentos de libertação nacional africanos. O papel do secretário-geral da ONU, o sueco Dag Hammarskjöld, em todo o episódio foi tendencialmente favorável aos interesses ocidentais. Por outro lado, o conflito congolês foi o elemento catalisador que polarizou o continente africano entre os Estados “radicais” do Grupo de Casablanca (neutralistas) e os “moderados” do Grupo de Brazzaville ou Monróvia (neocolonialistas e pró-Ocidentais).

## A descolonização e seus conflitos: 1945-1975



## **3.2 A DISPUTA ENTRE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E INSERÇÃO INTERNACIONAL**

### **3.2.1 Das coalizões rivais à Organização da Unidade Africana**

Os Estados africanos, confrontados com os problemas da descolonização, particularmente quanto à orientação político-econômica a seguir, tentaram associar-se em nível continental. Em 1961 formaram-se dois blocos englobando os novos países, o Grupo de Brazzaville e o Grupo de Casablanca. O primeiro, fundado em dezembro de 1960, era integrado por vinte e um membros, a maioria francófonos, e seguia uma linha moderada, vinculada ao neocolonialismo (o senegalês Senghor e o tunisiano Bourguiba eram seus líderes). O segundo foi criado em janeiro de 1961, como reação ao primeiro, sendo integrado pelo Egito, Argélia (Governo Provisório no exílio), Líbia, Mali, Marrocos, Guiné e Gana, e propunha uma diplomacia neutralista e uma ruptura mais profunda com as metrópoles (Nasser, Touré e Nkrumah eram seus principais articuladores). Mas a questão mais imediata era a posição sobre a crise do Congo e a guerra da Argélia. Assim que ela se tornou independente, Ben Bella sugeriu a criação de uma entidade continental capaz de dar um novo perfil aos assuntos africanos.

Neste contexto de divisão continental, a Etiópia do Imperador Hailé Selassié encontrou espaço para projetar-se politicamente no continente, defendendo simultaneamente seus interesses quanto à anexação da Eritreia em 1962 (ex-colônia italiana, muçulmana, federada com a Etiópia cristã desde 1952). Selassié, tirando proveito do prestígio de liderar o único Estado (e dinastia) que lograra escapar ao colonialismo, convocou uma nova conferência africana em 1963. Apesar das divergências existentes, esta deliberou pela criação da Organização da Unidade Africana (OUA), com sede em Addis Abeba e integrada por comissões para arbitramento de conflitos, e comitês de libertação para os territórios ainda submetidos. A OUA aprovou, ainda, como regra para a África a manutenção das fronteiras herdadas do colonialismo, face à absoluta falta de outros parâmetros para a delimitação das fronteiras dos novos Estados. Assim, a própria integridade territorial etíope era preservada. Um dos Estados que mais defendia a recriação de fronteiras pré-coloniais era o Marrocos, que reivindicava o Saara Ocidental, a Mauritânia e grande parte do território saariano da Argélia.

Segundo Chazan, Mortimer, Ravenhill e Rothchild argumentaram sobre a criação da Organização da Unidade Africana,

*como Immanuel Wallerstein destacou, a criação da OUA transformou o conceito de unidade africana (ou pan-africanismo), de um tema mobilizador de um movimento social numa aliança de elites governantes ou, dito de forma mais suave, numa fundação para o Sistema de Estados da África. [...] A OUA obteve pouco sucesso na resolução dos conflitos mais graves, [mas] se manteve porque servia às necessidades diplomáticas dos Estados africanos. Ela mediou com sucesso disputas menores e articulou uma posição comum frente ao mundo exterior sobre o apartheid e os temas de desenvolvimento econômico*<sup>18</sup>.

A maioria dos países francófonos manteve vínculos com a ex-metrópole através da Comunidade Francesa de Nações, e os anglófonos com a *Commonwealth* britânica, como foi visto. Além disto, quase todos os demais assinavam acordos bilaterais com a antiga potência colonial ou, ocasionalmente, com os EUA, abarcando várias áreas de cooperação. No campo militar, isto efetivava-se através da venda de armas, treinamento de oficiais e presença de assessores e missões, e, algumas vezes, bases militares. No plano cultural, o intercâmbio fazia com que, às vezes, até as cartilhas de alfabetização viessem da Europa, onde também estudavam os jovens da elite, futuros administradores do país.

É importante notar que a Inglaterra se retirou militarmente do continente africano de forma quase completa, enquanto os Estados Unidos possuíam um interesse e uma presença extremamente limitados na região, pois estavam mais envolvidos com a Europa, a Ásia e o Oriente Médio. Assim, durante a vigência da Guerra Fria, coube à França o papel de gendarme Ocidental na África, apesar dos rompantes nacionalistas de De Gaulle. Esta situação perdurou até os anos 1990.

Quanto à economia, não só a dependência externa, decorrente da posição de países exportadores de matérias-primas e produtos primários, implicava a manutenção de vínculos de subordinação, agora modernizados, como no plano interno permaneciam quase inalterados os sistemas de produção e preservavam-se os interesses estrangeiros. A carência tecnológica e a falta de técnicos tornavam esta subordinação estrutural. Finalmente, no tocante à diplomacia, a maioria das jovens nações africanas tinha pouca margem de manobra, devido à falta de recursos e à dependência externa. Estes fatores serviam para configurar uma relação tipicamente *neocolonial*.

---

<sup>18</sup> *Op. cit.*, p. 329 e 372.

## Áreas linguísticas não africanas



### 3.2.2 As dificuldades político-econômicas e os laços neocoloniais

Durante a segunda metade dos anos 1960 e a primeira metade dos anos 1970, os novos países africanos procuraram consolidar-se política e diplomaticamente, além de promover o desenvolvimento econômico. Novamente, entretanto, encontraram-se divididos quanto à estratégia a seguir no tocante a estas questões. A divisão entre reformistas e conservadores continuava sendo um traço estrutural da política africana. Apesar disto, este período caracterizou-se como uma fase em que esses Estados logravam estabelecer algumas regras básicas de convívio no continente, através da OUA, das posições comuns face à descolonização da África Austral, e a conflitos como o de Biafra. Paralelamente, a conjuntura internacional permitiu que as nações africanas, apesar de sua debilidade, desenvolvessem uma crescente atuação internacional, seja através do clientelismo estabelecido com as ex-metrópoles, da ONU, do Grupo dos 77<sup>19</sup>, da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA).

Os problemas africanos, contudo, eram imensos. As fronteiras dos novos países eram artificiais, tanto no que se refere ao mínimo critério de racionalidade geoeconômica como histórico-cultural. Grupos etno-linguísticos rivais eram reunidos dentro de um mesmo Estado, enquanto outros afins, muitas vezes o mesmo, se encontravam separados por uma linha traçada a régua no mapa. O Estado antecedia amplamente a existência de uma nação. Na ausência de um idioma comum, oficializava-se o do ex-colonizador, enquanto a massa camponesa, majoritariamente analfabeta, continuava a utilizar os diversos dialetos tribais. As rivalidades entre os distintos grupos haviam sido estimuladas pelos colonizadores como forma de dominação, e deixavam uma herança trágica, expressa no problema das minorias e do “tribalismo”, além do antagonismo entre assimilados à cultura europeia e não assimilados. Muito das futuras guerras civis resultariam, sobretudo, da distorção de determinadas estruturas africanas tradicionais pelos colonizadores. Ou seja, era o resultado não de um “tribalismo tradicional”, mas de sua apropriação pela modernidade europeia.

A ausência de médicos, engenheiros, administradores e professores somava-se a uma estrutura de classes fragmentada, nos marcos de uma economia controlada de fora (exceto as extensas áreas ainda na fase da subsistência). A precaríssima rede de transportes ligava apenas os enclaves

---

<sup>19</sup> O G-77 era integrado por países em desenvolvimento, que constituíam uma espécie de ramo econômico do não alinhamento, que possuía um caráter mais político.

exportadores aos portos, geralmente inexistindo um sistema de integração nacional. Grande número de países não tinha saída para o mar, o que complicava ainda mais sua situação e inserção internacional. O domínio econômico-cultural da antiga metrópole aprofundava um processo de corrupção das elites a níveis inimagináveis: Mobutu, o ex-presidente do Zaire, por exemplo, era um dos homens mais ricos do planeta. Aliás, a assimilação cultural das elites revelou-se a base mais sólida da dependência neocolonial. Assim, a maioria da população, após breve e limitada mobilização, voltou a mergulhar na apatia. As secas e fomes (sobretudo no Sahel e no Chifre da África), causadas por fatores ecológicos, socioeconômicos e/ou conflitos militares, completavam um quadro dramático com que as populações africanas tinham que se defrontar.

Para a maioria das elites, as neocoloniais, as estreitas relações com a ex-metrópole, especialmente a França, as auxiliavam na busca de legitimação interna e inserção na ordem internacional. O auxílio técnico, as relações econômicas privilegiadas, o estabelecimento de programas de ajuda, o tratamento personalizado dos dirigentes por Paris, a concessão de favores e o apoio em caso de crise interna e ameaça externa, eram vitais para os dirigentes e seus países, ambos caracterizados por uma debilidade estrutural. Em troca, o Ocidente obtinha votos na ONU, estabelecia bases militares e mantinha sua influência. Assim, as intervenções estrangeiras constituíam um fenômeno que era parte da própria política africana, solicitada por alguns de seus protagonistas em defesa de seus interesses, e não unicamente uma forma de ingerência contra os africanos em seu conjunto. Esta dimensão geralmente passa despercebida pelos estudiosos e políticos.

A França desenvolveu uma megaestrutura burocrática, com notável continuidade político-institucional, para dar suporte a esta relação, constituindo-se na sua grande articuladora, e o Senegal de Senghor foi seu principal interlocutor no continente, ao defender conceitos como *francofonia* e *Euráfrica*. Devido ao refluxo dos interesses belgas, que se associaram subordinadamente aos franceses, à presença apenas seletiva da Grã-Bretanha e ao envolvimento dos EUA preferencialmente nas zonas estratégicas da Guerra Fria fora do continente, Paris logrou manter a África como sua área de influência (condição necessária a seu *status* de potência mundial) e, através dela, da Europa. E isto durante a plena vigência do confronto Leste-Oeste.

Os Acordos de Yaoundé (1963 e 1969), e depois as Convenções de Lomé (a partir de 1975), e finalmente o estabelecimento da rede de cooperação da ACP (África, Caribe e Pacífico), permitiram à França institucionalizar os laços neocoloniais, ao tornar os países africanos cativos

do mercado europeu integrado. Como a *Commonwealth* preocupava-se apenas seletivamente em manter canais de comércio e investimento para a Inglaterra, e este país, em 1973, veio a integrar-se à CEE, Paris pôde, inclusive, ampliar sua área de influência para países como o Zaire, Ruanda, Burundi, Maurício, Serra Leoa e Libéria. As intervenções militares francesas (e às vezes belgas), por sua vez, se davam, geralmente, em situações de crise, como no Saara Ocidental, Tchad e Zaire, ou de forma permanente em países de forte dependência econômica e extrema fragilidade, localizados em posições estratégicas, como Gabão, República Centro-africana e Djibuti (antiga Somália Francesa). Os principais adversários da projeção francesa sobre a África eram a Argélia, a Líbia e a Nigéria, como se verá adiante.

### 3.2.3 A busca de um modelo e vínculos internacionais alternativos

Na busca de desenvolvimento, destacaram-se dois caminhos básicos, o de orientação neocolonial e o de economia mista, de viés socialista e nacionalista. A primeira já foi analisada anteriormente, cabendo acrescentar que as lideranças conservadoras se curvavam a tal subordinação devido às necessidades de manutenção de seu poder (reforçando o imobilismo) e à força das estruturas primário-exportadoras herdadas intocadas do colonialismo. Mais ainda, necessitavam barganhar a venda de produtos tropicais e minerais, a qual antes era garantida pelos laços coloniais.

No segundo caso, os Estados reformistas procuravam desenvolver a economia nacional em novas bases, lançando mão da intervenção estatal (sobretudo no setor industrial e de infraestrutura) e da criação de um setor cooperativo para a economia camponesa, ao lado da iniciativa privada nacional e transnacional. A sociologia soviética definiu este modelo como *orientação socialista*, ou *via não capitalista de desenvolvimento*. Contudo, este caminho dependia do voluntarismo político das elites nacionalistas e esquerdistas, encontrando limitada ressonância na massa da população, exceto em algumas situações específicas como a reforma agrária da revolução etíope. As dificuldades de superação da posição subordinada dentro da divisão internacional da produção, herdada do colonialismo, revelaram-se insuperáveis nos marcos de uma ação limitada ao plano nacional.

Para isto também contribuiu, neste período, o insuficiente volume de apoio por parte do campo socialista. A URSS e os países do CAME (Conselho de Assistência Mutua Econômica, ou Comecon, o bloco econômico soviético), apesar de implementar programas de ajuda econômica



e de assistência técnica (em volume modesto), estava mais interessada em auxiliar os países africanos como forma de lograr reconhecimento internacional a seu *status* de superpotência. Sua principal atuação material foi como fornecedora de armas. Apesar de procurar compensar a presença norte-americana em algumas áreas e conjunturas, apoiando as forças anti-imperialistas, Moscou jamais teve um plano articulado ou procurou questionar o *status quo* regional, reconhecendo igualmente a primazia francesa sobre o continente (da mesma forma que os EUA), em troca da cooperação de Paris na política europeia.

A República Popular da China, por sua vez, atuou inicialmente com um apoio militante aos movimentos de libertação nacional, passando, em seguida, à obsessão contra o “social-imperialismo” (da URSS), quando eclodiu a rivalidade sino-soviética. Como parte desta estratégia, apoiou as forças antissoviéticas, mesmo as mais conservadoras, embora mantivesse um apoio mais regular a países como a Tanzânia e a Zâmbia, construindo, por exemplo, a ferrovia Tan-Zan, que ligava estes países, dando ao último um acesso ao mar que evitava a dependência face aos países racistas. Outro país que merece destaque é Cuba, que se definiu como uma revolução socialista do Terceiro Mundo. Além do apoio político-diplomático (bilateral e multilateral), Havana atuou fortemente na cooperação no campo da saúde e formação de quadros, para fins civis ou para formar guerrilheiros (como a China também o fazia), além de se envolver diretamente em diversos conflitos. Considerando tratar-se de um país pequeno, a ajuda foi imensa, com dezenas de milhares de africanos tendo estudado em Cuba.

Após a breve existência de estruturas políticas moldadas na democracia liberal parlamentar, as quais não passavam de uma caricatura despida de conteúdo efetivo, os golpes de Estado (sobretudo militares), implantaram grande número de regimes autoritários personalistas ou de partido único, que serviam de correia de transmissão do Estado para a sociedade. Muitos presidentes permaneceram um longo período no poder, tanto no campo neocolonial-conservador como no nacionalista-progressista. Este fenômeno não foi questionado pelas grandes potências, pois tais regimes asseguravam certa estabilidade política, social e econômica do continente.

Contudo, muitos dos constantes golpes de Estado, perpetrados pelo exército, possuíam um caráter progressista e modernizador, pois a instituição representava uma das poucas forças de expressão nacional, acima das divisões tribais e em contato com a realidade social do país. Embora a maioria deles não conseguisse implementar seu programa, alguns evoluíram para regimes socialistas de distintos matizes. Dentre os golpes que produziram regimes esquerdistas e anti-imperialistas

merecem referência, em 1969, o do Coronel Muammar Kadafi, na Líbia (nasserista), e de Siad Barre, na Somália, de Marien N’Gouabi, no Congo, em 1972 de Mathieu Kérékou, no Dahomey/Benin e dos militares em Madagascar (liderado por Ratsiraka desde 1975), e em 1974 dos militares na Etiópia (liderado por Mengistu Haile Mariam desde 1977), sendo que todos estes viriam a definir-se como marxista-leninistas (exceto Kadafi).

A Líbia, contando com enormes recursos petrolíferos e uma população muito reduzida, permitiu ao nasserista Kadafi criar um sistema de bem-estar social, em um regime socializante e islâmico que ele codificou em seu Livro Verde. O líder carismático apoiava-se no exército, numa forte burocracia e em organizações populares de base. Milhares de trabalhadores estrangeiros afluíram para trabalhar no próspero país, que dispunha de recursos para uma intensa (e errática) política externa, oposta a Israel e ao Ocidente.

No Daomé, um dos países extremamente pobres, em 1972, um grupo de jovens oficiais derrubou o corrupto e instável regime neocolonial, adotando uma linha nacionalista e se aproximando da China, da Coreia do Norte e da Líbia. Tendo consolidado o poder em 1974, ele declarou seu regime marxista-leninista, afirmou buscar implantar um Estado e uma sociedade socialistas, através do Partido Revolucionário Popular. No ano seguinte o país foi rebatizado de República Popular do Benin, com uma nova bandeira socialista. O Benin logrou obter estabilidade política, criou um sistema político e comunal de base e nacionalizou as grandes propriedades e empresas estrangeiras. A descoberta de petróleo permitiu certa melhoria econômica para a população.

O Congo-Brazzaville, de certa forma, possuía um padrão distinto, pois sua população urbana era expressiva e bastante politizada, com sindicatos e movimentos políticos. Já em 1963, o presidente Massemba Débat proclamou seu governo socialista, mas havia uma dualidade de poder, entre um exército neocolonial e a milícia da juventude do Movimento Nacional revolucionário. Assim, Marien N’Gouabi, um militar da ala esquerda do exército, assumiu o poder em 1969 e criou o Partido Congolês do Trabalho. Em 1973 foi promulgada uma nova Constituição, proclamada a República Popular do Congo, promovidas nacionalizações e adotada uma bandeira vermelha com os símbolos socialistas do trabalho. Quando preparava um congresso para radicalizar a Revolução, em 1977, ele foi assassinado, mas o golpe falhou e, em 1979, Denis Cassou N’Gesso assumiu a presidência.

O Congo foi um país fortemente influenciado pelos acontecimentos do vizinho Congo/Zaire e sempre apoiou os movimentos de libertação nacional. A presença cubana também foi precoce e permanente, e Brazzaville foi decisiva para as operações do MPLA e dos cubanos que os apoiavam. Graças ao Congo foi neutralizada a tentativa de um grupo conhecido como Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), apoiado pelas transnacionais petrolíferas, de criar um pequeno Estado neocolonial, pois ali se encontrava a maior parte das jazidas petrolíferas de Angola, e que eram contíguas às do Congo, que também exportava petróleo.

Em Madagascar ocorreram distúrbios em 1972, os quais conduziram à destituição do governo neocolonial de Tsiranana e à implantação de um regime militar (liderado pelo Gen. Ramanantsoa) e a retirada das tropas francesas no ano seguinte. A instabilidade perdurou até 1975, quando o Capitão de Fragata Didier Ratsiraka assumiu o poder e implantou um regime de orientação socialista, apoiado por uma coalizão de partidos, a Frente Nacional da Revolução. A crise econômica dos anos 80 gerou distúrbios e, em 1982, o país recorreu ao FMI, abandonando a orientação socialista. A vitória eleitoral de Albert Zafy, em 1992, consolidou a adoção de uma economia de mercado no empobrecido e isolado país, mas em 1997 Ratsiraka voltaria ao poder por via eleitoral.

Da mesma forma, a quase duplicação do número de Estados existentes em apenas uma década, apesar da fragilidade dos mesmos, não deixou de influir profundamente nas relações internacionais, transformando a orientação política da ONU e reforçando os Não Alinhados. Esta última organização, por sua vez, sediou várias reuniões de cúpula na África neste período, colocando o continente num plano destacado da política mundial, como também reforçando a posição dos mesmos frente aos regimes de minoria branca do sul. Neste sentido, a própria vulnerabilidade dos Estados africanos os obrigava a manter uma atuação coletiva através da OUA, dos Não Alinhados ou do Grupo dos 77, como ainda no âmbito da ONU (sobretudo a Assembleia Geral) e, especialmente, de suas organizações especializadas como Unesco (educação, cultura e ciência), Unicef (infância) e OMS (saúde), cujos programas foram importantíssimos para o desenvolvimento social e econômico do continente.

A debilidade econômica da maioria das jovens nações africanas, da mesma forma, não impediu que algumas delas, como Guiné, Gana, Zâmbia, Tanzânia e Argélia, entre outras, mantivessem por longo tempo uma diplomacia autônoma firme na luta pela emancipação política completa do continente e contra a dependência neocolonial. Muitos deles procuraram estabelecer uma cooperação política e econômica com os países socialistas, o que propiciou, em parte, esta atitude relativamente autônoma. Entretanto, a ajuda econômica socialista,

como foi visto, era modesta para as necessidades dessas nações, e a descontinuidade política das mesmas fazia com que o Kremlin mantivesse uma atitude cautelosa. De qualquer forma, como os atores externos eram competitivos, os Estados africanos possuíam boa margem de manobra. Isto dava-se tanto através de relações bilaterais com as potências extracontinentais, como da atuação multilateral em organizações internacionais, como foi visto.

### **3.3 REGIMES RACISTAS E COLONIAIS NA ÁFRICA AUSTRAL: A SEGUNDA DESCOLONIZAÇÃO**

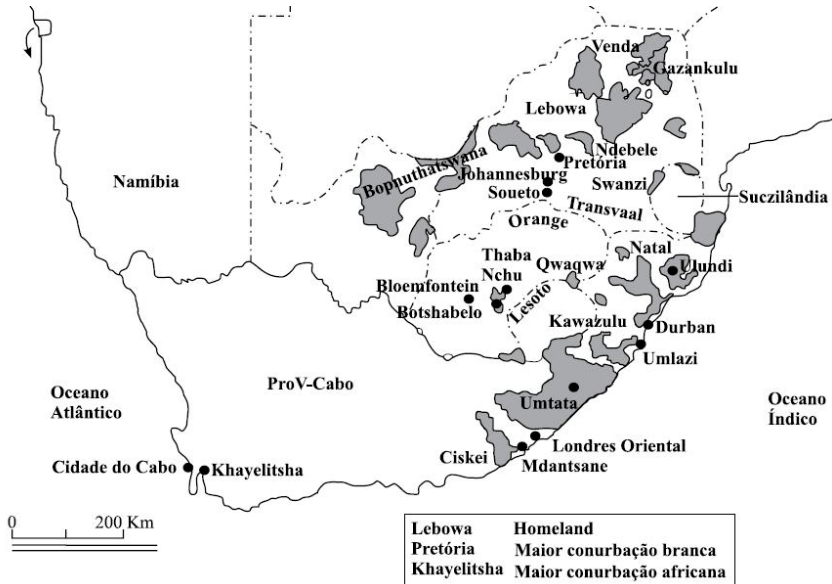
#### **3.3.1 O Bastião Branco da África Austral e a radicalização dos movimentos de libertação**

##### **3.3.1.1 Os regimes racistas e a independência dos britânicos**

A descolonização da África, no início dos anos 1960, contudo, deixou de fora os chamados *bastiões brancos* do sul do continente. Portugal, por sua incapacidade estrutural, servia predominantemente de apoio aos interesses econômicos transnacionais, e recusou-se a conceder autonomia ou independência a Angola e Moçambique (colônias onde havia grande número de colonos europeus), ou mesmo a conceder direitos políticos aos nativos. Para dar uma satisfação às pressões internacionais, o regime salazarista introduziu o conceito de Províncias Ultramarinas de Portugal, como forma de mascarar os vínculos coloniais, o que não foi reconhecido pela comunidade internacional.

A poderosa África do Sul, por sua vez, era governada pela minoria branca de origem anglo-holandesa (20% da população), e ocupava o Sudoeste Africano (atual Namíbia), em desrespeito às determinações das Nações Unidas. Esta rica e pouco povoada ex-colônia alemã também era dirigida por um pequeno, mas poderoso, grupo de colonos europeus, vinculados aos interesses mineradores sul-africanos. Com o avanço das independências na África saariana e equatorial, o regime de Pretória tratou de responder ao processo através de uma simulação de descolonização. Ele já vinha tentando ruralizar e “tribalizar” os negros, estabelecendo dez “nações” e classificando as pessoas em uma delas. O Passo seguinte foi buscando estabelecer uma pequena base geográfica para cada uma, uma espécie de “reserva” indígena (nativa), fragmentadas e encravadas dentro do território sul-africano. Aos poucos, elas deveriam ficar “independentes”, com o máximo de negros sendo expulsos das áreas urbanas e confinados nos *bantustãos*, como foram chamados.

### África do Sul e os Bantustões



A África do Sul, onde a segregação racial do *Apartheid* estava consagrada na Constituição, possuía grande força econômica e estava associada aos capitais estrangeiros e empresas transnacionais. A África austral, em seu conjunto, detinha a maior parte das jazidas de ouro, diamantes e minerais estratégicos fora da URSS e uma agricultura desenvolvida, além de gozar de uma posição geopolítica estratégica na rota entre o Oceano Atlântico e o Índico. O caráter fortemente anticomunista e militarizado do regime, por outro lado, reforçavam a importância do país no contexto da Guerra Fria, tanto no âmbito terrestre da África austral como marítimo em ambos os oceanos. A colaboração entre Pretória e Lisboa, neste contexto, não se dava apenas em função dos problemas regionais, mas também estratégico-globais, pois Portugal era membro da OTAN, projetando indiretamente o poder norte-americano no Atlântico Sul, geralmente em cooperação com ditaduras sul-americanas, como as da Argentina e do Brasil.

Faziam parte desta região várias colônias inglesas sem saída para o mar, como a Rodésia do Norte (atual Zâmbia), do Sul (atual Zimbábue) e a Niassalândia (atual Malawi). Londres e os colonos brancos (5% da população na Rodésia do Sul) promoveram em 1953 a criação da Federação Centro-Africana (ou Federação Rodésia-Niassalândia), com uma perspectiva multirracial e o objetivo de contrabalançar o poder dos *afrikaaners* sul-africanos (os descendentes de holandeses), bem como viabilizar a permanência dos brancos e articular uma vantajosa divisão de trabalho entre a próspera agricultura do sul, os recursos minerais do norte (sobretudo cobre) e a abundância da mão de obra da Niassalândia. Mas as crescentes divergências entre os brancos, cada vez menos dispostos a compartilhar o poder com os negros, produziram um impasse que levou à desagregação da Federação em 1963, com a independência da Zâmbia e do Malawi. O primeiro país, liderado por Kenneth Kaunda, combateria os regimes racistas, com apoio da Tanzânia, enquanto o segundo, chefiado por Hastings Banda, colaboraria com estes.

Os brancos da Rodésia (do sul) apoiaram, então, Ian Smith na proclamação unilateral da independência em 1965, com um regime de segregação racial e o estabelecimento de uma linha militar defensiva no Rio Zambeze, destinada a impedir a infiltração de guerrilheiros negros no Bastião Branco. A independência não foi reconhecida por Londres nem pela comunidade internacional, que adotaram sanções contra o novo país, o qual, contudo, foi protegido pela África do Sul e por Portugal. Da mesma forma, os enclaves africanos da Bechuanalândia (atual Botsuana), Basutolândia (atual reino do Lesoto) e o reino da Suazilândia, regimes neocoloniais encravados entre os Estados e colônias de liderança branca, ficaram independentes em 1966, mas permaneceram totalmente reféns de

Pretória no campo econômico. A África do Sul havia criado com esses protetorados, em 1910, a União Aduaneira da África Austral (SACU), depois incluindo África do Sudoeste (Namíbia). Pretória tentou anexar os protetorados, mas a Inglaterra a impediu.

### 3.3.1.1 A luta contra o colonialismo português e os regimes racistas

A impossibilidade dos movimentos anticoloniais meridionais em obter a independência, um governo de maioria negra, multirracial, ou mesmo o direito de participação política, em decorrência da intransigência de Lisboa ou das minorias brancas, levou-os a desencadear a luta armada. O Congresso Nacional Africano (CNA, multirracial) abandonou as posições moderadas após o massacre de manifestantes negros em Sharpeville (1960), aliou-se ao Partido Comunista sul-africano e iniciou uma guerrilha em condições difíceis, através de seu braço armado *Umkhonto we Sizwe* (Lança da Nação). O Congresso Pan-Africano (CPA), que lutava por uma nação exclusivamente negra, também criou guerrilhas, enquanto o conservador-tradicionista Zulu Inkhata, liderado pelo populista Buthelezi, colaborava com o governo.

O regime sul-africano, por sua vez, como resposta ao movimento de descolonização no restante da África, procurou promover um simulacro de “descolonização”. Para tanto, criou o sistema de bantustãos, reservas indígenas com *status* de país, uma para cada um dos dez grupos negros, a maioria dos quais se tornava, assim, estrangeiro em seu próprio país. Os negros foram divididos em dez “nações”, num processo de retribalização e expulsão das áreas urbanas, sem contato entre si. Os dez bantustãos, dos quais apenas três chegariam a ser “independizados”, eram pequenos territórios descontínuos (mesmo cada um deles) e ocupavam as piores terras da África do Sul. Eles não foram reconhecidos pela comunidade internacional, funcionando mais como reserva de mão de obra e instrumento de fomento do tribalismo.

Na Namíbia, a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO, de tendência marxista) iniciou um movimento guerrilheiro no norte em 1966, após a África do Sul recusar-se a devolver à ONU esse território que administrava em *fideicomisso*. Suas bases mais importantes encontravam-se na Zâmbia e no sul de Angola, mas suas operações ocorriam somente na estação das chuvas, quando a cobertura vegetal dessa região semidesértica protegia os guerrilheiros dos helicópteros sul-africanos. Na Rodésia, com a declaração da independência pelos brancos, os movimentos negros da ZAPU e ZANU, respectivamente União Popular e União Nacional Africana do Zimbábue, iniciaram a luta de guerrilhas. A ZAPU estava implantada principalmente entre a minoria Ndebele do sul e, apesar

do apoio soviético, possuía um perfil mais moderado, enquanto a marxista ZANU se apoiava, predominantemente, na maioria Shona do norte, sendo apoiada pela China e Tanzânia.

O cabo-verdense Amilcar Cabral, ideólogo e estrategista da luta armada de tendência marxista nas colônias portuguesas, lançou a guerrilha na Guiné-Bissau (com apoio de voluntários cubanos), enquanto nas colônias portuguesas insulares de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, face às dificuldades geográficas, a luta era apenas política. Cabral foi assassinado em 1973, quando se encontrava na Guiné (Conakri), que dava refúgio ao movimento, por agentes portugueses.

Em Moçambique, os diversos movimentos fundiram-se na Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), que iniciou suas ações armadas no norte, em 1964, com a retaguarda apoiada pela Tanzânia. Os guerrilheiros eram, em sua maioria, camponeses que haviam fugido do trabalho forçado do norte rumo à Tanzânia e ao Quênia. Inclusive chegou a haver propostas de separar o norte e transformá-lo num país independente. No sul praticamente não havia organização entre os trabalhadores das minas. Foi apenas quando os assimilados de Lourenço Marques (a capital, depois da independência, Maputo) e elementos da diáspora que se encontravam na Europa se somaram ao movimento que ele adquiriu contornos mais definidos e passaram a receber treinamento militar na China.

A Tanzânia tinha uma posição mais definida de compromisso com os movimentos de libertação nacional, pois sua elite era homogênea. Já na Zâmbia, havia uma divisão entre a elite política nacionalista e os tecnocratas ligados à exportação do cobre, levando Kenneth Kaunda a buscar um equilíbrio entre as duas facções e a ter uma posição mais incerta nos conflitos dos países vizinhos. Para esta situação também contribuíam fatores geopolíticos, pois a Tanzânia estava protegida de adversários, enquanto a Zâmbia tinha extensa fronteira com a Rodésia. Não apenas seu centro nevrálgico se encontrava muito próximo da região fronteira, como, por sua posição mediterrânea (sem acesso ao mar), a exportação do cobre deveria ser efetuada por via ferroviária através do território rodesiano e moçambicano. O Malawi, por sua vez, era aliado dos regimes racistas e de Portugal, fechando suas fronteiras aos guerrilheiros moçambicanos.

A Frelimo era liderada pelo moderado Eduardo Mondlane (graduado nos EUA) e, após seu assassinato em 1969, foi sucedido pelo mais “radical” Samora Machel. No centro-sul havia pouca organização e escassa mobilização. Ironicamente, os portugueses iniciaram a construção da hidroelétrica de Cabora-Bassa, no rio Zambeze, para desenvolver a colônia (a energia elétrica seria vendida à África do Sul) e neutralizar a guerrilha. O exército português teve de imobilizar fortes efetivos na região



em que a represa era construída, mas ela jamais foi atacada, pois a Frelimo a considerava fundamental para o período pós-independência. Paralelamente, aproveitaram para se infiltrar no centro-sul do país.

Em setembro de 1974, com a Revolução dos Cravos, Kaunda estimulou a assinatura do Acordo de Lusaka, que estabeleceu um Governo Transitório. Como a Frelimo ainda não estava implantada no sul, surgiram em Maputo movimentos integrados por portugueses e pela elite africana, com a finalidade de conquistar o poder, pois o exército português estava desmobilizado e os guerrilheiros ainda não haviam chegado. Seguiu-se uma onda de violência espontânea, com massacre de brancos, que levou à eliminação desses grupos e a Frelimo ficou sem concorrentes.

Em Angola, com o massacre de milhares de negros, na esteira das primeiras ações armadas em 1961, várias organizações também desencadearam a guerra contra os portugueses. Estes grupos aglutinaram-se progressivamente em três movimentos, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA, chefiada por Holden Roberto), o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA, liderada por Agostinho Neto) e, mais tarde, a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA, comandada por Jonas Savimbi).

A FNLA e a UNITA eram correntes moderadas e pró-Occidentais de base étnica do norte (bakongos) e do sul (lunda, ambó e nganguela), respectivamente, e o MPLA de tendência marxista, de base urbana e interétnica, mas com predominância dos quimbundos e ovimbundos, da região central e litorânea. A primeira era apoiada pelo Zaire (Mobutu era cunhado de Holden Roberto), EUA e China, a segunda pela África do Sul, China e, discretamente, durante certo período, pela própria polícia política portuguesa, enquanto o terceiro movimento tinha um suporte cubano e soviético. Durante o desenvolvimento da luta armada houve várias crises no relacionamento dos três grupos, e o reconhecimento da OUA passou da FNLA para o MPLA, quando mais tarde foi descoberta a conexão da primeira com a CIA, embora os países moderados mantivessem seu apoio a esta e à UNITA. É preciso considerar, ainda, que o potencial militar de Portugal não era apenas o de um pequeno país pobre, na medida em que se tratava de um membro da OTAN, a qual lhe forneceu apoio estratégico na repressão aos movimentos de libertação africanos.

### **3.3.1.2 A diplomacia do petróleo e a nova influência árabe na África**

Neste período projetaram-se também novos atores e conflitos regionais. Israel, para contornar seu isolamento pelos países árabes, bem como enfraquecer a influência da Revolução Argelina e de nasserista no Oriente Médio e junto aos movimentos de libertação nacional na África, estabeleceu vínculos diplomáticos estreitos através da cooperação técnica,

econômica e militar com os Estados conservadores africanos. Contudo, após a Guerra dos Seis Dias (1967), sua presença declinou rapidamente, pois os países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) passaram a apoiar economicamente os países africanos, grande parte dos quais rompeu com Israel após a Guerra do Yom Kippur (1973). Desde então, a cooperação de Israel concentrou-se, de forma discreta, em regimes direitistas como o do Marrocos, e os racistas, como a África do Sul, em relação ao qual se desenvolveu uma verdadeira parceria estratégica nas esferas econômica, de segurança (incluindo indústria bélica) e tecnológica (energia nuclear).

A diplomacia árabe, por sua vez, explorou múltiplos canais de cooperação. Oito Estados africanos eram membros da Liga Árabe e muitos deles possuíam populações muçulmanas, as quais passaram a participar em número crescente nas peregrinações à Meca. A Arábia Saudita, a Argélia, a Líbia e, em menor medida, o Iraque, passaram a conceder financiamentos aos africanos, diretamente ou através de organizações como o Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico, além da participação política de Estados africanos na Conferência Islâmica. Os *sheiks* sauditas procuravam combater a influência soviética e dos árabes progressistas apoiando os regimes conservadores africanos e dando suporte às organizações fundamentalistas, paralelamente às relações diplomáticas oficiais. A Argélia conservou também seu protagonismo anti-imperialista no continente, da mesma forma que a Líbia (que manteria um prolongado conflito no Tchad), após a ascensão de Sadat no Egito. Kadafi também era guiado por um anti-sionismo militante. Cuba, por sua vez, desenvolveu um ativo apoio aos movimentos de libertação nacional na África Austral e a vários governos africanos.

Na Eritreia, anexada pela Etiópia (então uma monarquia aliada dos Estados Unidos), desenvolveu-se neste período uma crescente atividade guerrilheira desde 1961, a qual veio a se dividir numa ala islâmica e moderada, apoiada pelo Sudão e pela Arábia Saudita (Frente de Libertação da Eritreia-FLE), e numa marxista, apoiada pelos países anti-imperialistas (Frente Popular de Libertação da Eritreia-FPLE). Além deste conflito, em 1967 iniciou-se a trágica guerra civil de Biafra. Esta região nigeriana, povoada pela elite comerciante cristianizada dos Ibos, onde foram descobertas importantes jazidas petrolíferas, proclamou a independência, recebendo apoio da França, Bélgica e de empresas transnacionais de petróleo. O governo federal da Nigéria, cuja soberania sobre Biafra era reconhecida pela OUA e pela quase totalidade da comunidade internacional, bloqueou a região, provocando uma fome generalizada, a qual levou milhões de biafrenses à morte, culminando com a derrota dos rebeldes em 1970.

A anglófona Nigéria, o país mais povoado da África e exportador de petróleo, passou a desenvolver então uma diplomacia mais ativa, buscando tornar-se uma potência regional. Além da ameaça de desagregação interna (devido à sua diversidade étnico-histórico-religiosa: hausas islâmicos no norte, ibos cristianizados no leste e yorubas animistas no oeste), ela se sentia cercada por aliados da França, que controlavam seu *hinterland* geográfico, composto por governos conservadores e francófonos. Para tal fim, empregou seus recursos financeiros e articulou a ECOWAS, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, como forma de enfrentar a projeção de Paris sobre a região. Outro país que tentou desenvolver, infrutiferamente, um maior protagonismo interafricano neste período foi o Zaire, com Mobutu aproximando-se conjunturalmente dos países socialistas, como forma de escapar da forte dependência frente aos países Ocidentais.

### **3.3.2 Luta armada e descolonização na África Austral**

#### **3.3.2.1 1970, a década das Revoluções**

Nos anos 1970, em função dos crescentes problemas econômicos e estratégicos, consubstanciados no desgaste da hegemonia americana, o presidente Nixon e o secretário de Estado Kissinger, preocupados em desengajar seu país do atoleiro vietnamita, bem como reduzir os custos político-econômicos da liderança internacional dos EUA, articularam a Doutrina Nixon. Além dos aspectos ligados à Guerra do Vietnã, ela atribuía aos aliados regionais um maior papel nas tarefas de segurança e, mais importante, o estabelecimento de uma aliança antissoviética estratégica com a República Popular da China. A nova correlação de forças então criada gerou um desequilíbrio estratégico, claramente desfavorável à Moscou. Frente a este quadro, os soviéticos buscaram intensificar sua colaboração com os movimentos revolucionários e nacionalistas do Terceiro Mundo, sobretudo através de uma aproximação com o Movimento dos Países Não Alinhados e com Cuba. Potencializando estes movimentos, o grupo brejneviano esperava obter um reequilíbrio estratégico.

Este jogo, entretanto, extrapolou os limites habituais da confrontação EUA-URSS. O novo contexto mundial estava marcado por uma relativa tendência à multipolaridade e pela propagação da crise econômica pela periferia. Esta crise, estruturalmente decorrente do esgotamento do ciclo capitalista de expansão do pós-Guerra, aflorou com a desvinculação do dólar em relação ao ouro em 1971, a reestruturação da produção, a nova divisão internacional do trabalho, a globalização financeira, a Revolução Científico-Tecnológica (RCT) e a elevação dos preços do petróleo, desde 1971, mas especialmente após a guerra do Yom Kippur (1973).

O forte impacto da crise na periferia propiciou um elevado potencial de mobilização social pelas forças esquerdistas e nacionalistas. Essa conjuntura foi aproveitada pelos movimentos revolucionários e de libertação nacional do Terceiro Mundo, que desencadearam uma verdadeira onda revolucionária na década de 1970, com apoio, às vezes ostensivo, do campo socialista. Da Etiópia e Angola ao Vietnã, em 1974-1975, da Nicarágua ao Irã e Afeganistão, em 1978-1979, mais de uma dúzia de revoluções anti-imperialistas, e mesmo socialistas, abalaram um sistema internacional já marcado pelo desgaste do império americano e da economia mundial. A estes eventos somou-se a queda dos regimes ditatoriais europeus pró-americanos em 1974-1975: Portugal, Espanha e Grécia.

A queda das ditaduras mediterrâneas perturbou o flanco sul da OTAN e afetou diretamente o continente africano. Além disto, ela estava associada à onda revolucionária que atingiu também o sudoeste asiático, o chamado Arco das Crises (do Chifre da África ao Afeganistão) e, em seguida, a América Central. Em 1974 a Revolução dos Cravos (que adquiriu contornos populares e esquerdistas) punha fim ao fascismo mais antigo no poder. A queda do salazarismo era fruto da estagnação portuguesa e do desgaste causado pelas guerras coloniais na África. No ano seguinte, após a morte de Franco, a Espanha era conduzida à redemocratização, sob impacto da penetração de um capitalismo moderno no país.

### **3.3.2.2 O fim do império português em Angola e Moçambique**

Em 1973 o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) proclamou a independência da Guiné-Bissau nos territórios libertados e os portugueses a reconheceram em setembro de 1974. Em julho de 1975, São Tomé e Príncipe (sob a direção do marxista MLSTP) e Cabo Verde (também sob a direção do PAIGC) tornaram-se independentes, todos os três com regimes socializantes de partido único. Um dado curioso foi que dois países, Guiné-Bissau e Cabo Verde, eram governados pelo mesmo partido e trabalharam pela unificação, mas ela foi abandonada em 1980, havendo também a divisão do partido.

A independência de maior impacto internacional da África Portuguesa, todavia, foi a de Angola, país com maiores potencialidades econômicas (petróleo, ferro, diamantes, minerais estratégicos e produtos agrícolas) e com expressiva minoria branca. A divisão e o confronto entre os três grupos que lutavam pela independência acirraram-se após a queda do fascismo português e o vazio de poder que se seguiu. Enquanto era negociada a formação de um governo transitório de coalizão, e se aproximava a hora da independência, marcada para novembro de 1975, a FNLA, apoiada por mercenários brancos e tropas de Zaire avançaram do

norte para atacar a capital, Luanda, onde o MPLA era dominante. Kissinger, impossibilitado pelo Congresso de intervir, entregou fundos secretos da CIA ao movimento de Holden Roberto, que também recebia apoio chinês.

A invasão foi derrotada pelo MPLA, com apoio de instrutores cubanos que começavam a chegar ao país. A FNLA foi desintegrada, bem como as pretensões do Zaire de ter seus aliados no poder em Angola, ou ao menos anexar o norte do país e o enclave de Cabinda (que possuía um pequeno movimento separatista, a FLEC), rico em petróleo. O Zaire, aliás, em função da radicalização da situação, voltou rapidamente a aliar-se ao Ocidente, sob influência francesa, abandonando sua efêmera inflexão em direção aos Não Alinhados. A atitude de Kissinger, por sua vez, revelava seu desconhecimento da realidade regional, e um enfoque caracterizado pela visão globalista de confrontação Leste-Oeste. Sua precipitação e erro de cálculo tiveram como consequência o desencadeamento de uma longa e violenta guerra na África Austral, ampliando, involuntariamente, a presença soviético-cubana na região. No quadro de desequilíbrio estratégico criado com a formação do Eixo Washington-Beijing (Pequim), acabou provocando uma firme reação soviética, em resposta à intervenção sino-americana no que não passava de um problema regional, que poderia ter sido solucionado pelos africanos.

Enquanto a FNLA era derrotada no norte, no sul a Unita e o exército sul-africano desencadearam um ofensiva relâmpago contra o MPLA, que solicitou ajuda cubana. Iniciou-se então uma ponte aérea entre Havana e Luanda, com o envio de armas e vinte mil soldados. No centro do país as tropas cubanas (a maioria descendente de ex-escravos) e do MPLA derrotaram o exército sul-africano, um dos melhores do mundo. Assim, o movimento liderado por Agostinho Neto governaria sozinho o país, declarado uma República Popular de inspiração marxista-leninista. Contudo, enfrentava a guerrilha étnica da Unita no sul, liderada por Jonas Savimbi, com apoio de Pretória e Washington. A África do Sul ocupou uma faixa do sul de Angola para defender seus aliados, desestabilizar o governo do MPLA e impedir a infiltração dos guerrilheiros da Organização Popular do Sudoeste Africano (Swapo), apoiados por Luanda, na Namíbia. Os cubanos permaneciam um pouco ao norte dos sul-africanos, para impedir seu avanço e defender o centro do país das constantes ofensivas da Unita e da África do Sul.

A situação dos novos Estados era difícil, pois a maioria dos colonos retirara-se, privando-os de capitais, técnicos e administradores, enquanto tinham de enfrentar o caos interno e as invasões externas. Contudo, o regime militar brasileiro, liderado pelo General Geisel, reconheceu imediatamente o MPLA e procurou cooperar com os novos países (particularmente com Angola), como forma de ampliar sua influência diplo-

mático-econômica na África e equilibrar politicamente a presença cubana no Atlântico sul. O Zaire, por sua vez, continuava abrigando os guerrilheiros da Unita em suas investidas contra Angola. Os angolanos e cubanos, em resposta a isto, apoiaram então os antigos rebeldes catanguenses, exilados em Angola, a invadir novamente a região de Shaba (a nova denominação de Katanga) em duas oportunidades: 1977 e 1978. Estas invasões só foram derrotadas com a intervenção de tropas marroquinas, egípcias e de paraquedistas franceses e belgas. Mobutu então negociou a normalização com Agostinho Neto, abstendo-se ambos a apoiar forças de oposição à outra parte.

Em Moçambique, após quinze anos de luta, a guerrilha também seria vitoriosa. A Frelimo, que aglutinava movimentos de distintas orientações numa única organização (menos homogênea ideologicamente, portanto, que o MPLA), já controlava parte do país, quando a Revolução dos Cravos em Portugal precipitou os acontecimentos. A independência foi proclamada em junho de 1975. Com a fuga da maior parte da elite branca, Moçambique passou a ser governado por um movimento predominantemente negro. Mas a perda de quadros, capitais e a sabotagem que acompanhou a debanda de europeus, deixou a economia em ruínas.

Desde o início do novo regime, Machel criticou duramente os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul, com os quais fazia fronteira. Desta forma, os movimentos de libertação desses países passaram a receber apoio moçambicano, inclusive com o envio de guerrilheiros veteranos para lutar na Rodésia. A ZANU e a ZAPU puderam instalar bases em Moçambique e ao CNA foram cedidos campos de treinamento de sabotadores, que se infiltravam na África do Sul. Todavia, apesar disso, a energia elétrica gerada em Cabora Bassa continuou sendo vendida ao inimigo.

Contudo, os regimes racistas reagiram com incursões armadas e fomentando a organização do movimento contra revolucionário Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), que agregava os elementos dos grupos derrotados em 1975, os quais se encontravam refugiados na Rodésia e África do Sul. A Renamo, treinada e armada pelos regimes racistas, infiltrava-se a partir do território malawi, sul-africano e rodesiano, iniciando uma guerrilha (apoiada por comandos da Rodésia e África do Sul) contra o governo da Frelimo, que dava abrigo ao CNA, ao ZAPU e ao ZANU.

## REVOLUÇÕES, SOCIALISMO E CONFRONTOS DA GUERRA FRIA (1975-1989)

---

A ascensão de Angola e de Moçambique à independência criou um perigoso desequilíbrio estratégico para os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia e forte preocupação para os Estados Unidos e seus aliados europeus. A presença militar cubana em Angola e o apoio soviético aos novos regimes (que se definiram pelo socialismo) conduziram à guerra aberta e a uma estratégia de desgaste por parte de Pretória e Salisbury contra os Países da Linha de Frente. Enquanto isto, as guerrilhas da ZANU e da ZAPU, apoiadas pelas vizinhas Moçambique e Zâmbia, faziam avanços na Rodésia e os protestos políticos e ações de sabotagem do CNA cresciam na África do Sul. Em 1980, a Rodésia era transformada em Zimbábue, com um governo marxista. A África do Sul ficava sozinha e passaria a travar uma luta de vida ou morte.

No plano mundial, na década de 1980, a distensão internacional cedia lugar à Nova Guerra Fria, especialmente com a ascensão de Reagan ao poder nos EUA. A Casa Branca desencadeou uma corrida armamentista convencional e estratégica, cujo ponto alto era a instalação de uma nova geração de mísseis e a militarização do espaço através da Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE, ou projeto *guerra nas estrelas*), que deveria colocá-la numa posição de superioridade estratégica sobre a URSS.

Ao mesmo tempo, a corrida armamentista abalaria a economia soviética, obrigando a URSS, já debilitada pelo aumento dos gastos militares e pelo embargo comercial dos EUA e seus aliados, a limitar o apoio às revoluções do Terceiro Mundo, como contrapartida para uma redução da pressão militar americana contra si. Assim, Washington e seus aliados mais militarizados (como Israel, Paquistão e África do Sul) poderiam sufocar os movimentos e regimes revolucionários surgidos na década anterior, com um apoio americano que não envolvesse o envio de forças de combate.

Este novo ciclo de confrontação Leste-Oeste tinha como um de seus componentes básicos o desencadeamento de uma vigorosa contrarrevolução em pontos estratégicos do Terceiro Mundo, como no Chifre e no sul da África. Nesta última região, a Revolução Etíope se transformou num dos pivôs de um conflito estratégico conhecido como o *Arco das Crises* (que se estendia até o Afeganistão). No chifre houve forte envolvimento do Pacto de Varsóvia e de Cuba, bem como de movimentos islâmicos impulsionados pelos EUA e as monarquias do golfo, com dramáticos desdobramentos posteriores.

Washington desenvolveu a estratégia dos Conflitos de Baixa Intensidade, que seriam travados em teatros limitados, visando desgastar economicamente e enfraquecer politicamente os regimes revolucionários terceiro-mundistas, para derrubá-los. Sua eliminação poderia ocorrer por uma ação dos contrarrevolucionários domésticos ou por uma invasão de aliados regionais dos EUA. Com os países socialistas na defensiva, essa tarefa não deveria ser muito árdua. Assim, dinheiro, armas e assessores, além de apoio de unidades especiais da CIA e de aliados como Israel, Paquistão e África do Sul, começaram a afluir legal ou ilegalmente aos movimentos contrarrevolucionários (que Reagan denominou de “paladinos da liberdade”), numa tentativa de reverter nos anos 1980 as revoluções ocorridas nos 1970. A estratégia acabaria sendo, em boa medida, bem sucedida, pois a diplomacia da *Perestroika* viria a ter um impacto decisivo no desfecho dos conflitos africanos.

A crise econômica mundial, iniciada nos anos 1970, golpeou duramente a África e, nos anos 1980, deu lugar a planos de ajuste patrocinados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. Num quadro já marcado por conflitos internos e externos, bem como pelo declínio dos preços internacionais dos produtos primários exportados pelo continente, os resultados serão desastrosos do ponto de vista econômico, social, educacional e de saúde. A própria inadequação dos planos para a estrutura dos países da região fez dos anos 1980, realmente, a “década perdida” para a África. Como causa mais profunda, também vale a pena analisar o perfil das relações dos países da OCDE com o continente africano.

## **4.1 REGIMES RACISTAS E SOCIALISTAS NA ÁFRICA AUSTRAL: CONFLITOS E INTERVENÇÕES**

### **4.1.1 A resistência dos regimes racistas e a guerra contra os Países da Linha de Frente**

Na África do Sul, em 1976, ocorreu o levante de Soweto, duramente reprimido pelo regime do *Apartheid*, e que teve grande impacto mundial. A mobilização negra e os atentados do CNA intensificaram-se,



apesar da crescente repressão e militarização do Estado sul-africano. O recrutamento crescente e as perdas humanas e materiais, especialmente em Angola, somadas ao custo econômico da guerra, do aparato repressivo hipertrofiado e das sanções internacionais cada vez maiores, logo deterioraram a situação da África do Sul, a qual se transformava num regime pária. Como a luta de guerrilhas era inviável (ocorrendo apenas no norte da Namíbia), o CNA atuava por via política (greves e protestos) e atentados, tendo os mais espetaculares atingido a refinaria de petróleo, a usina nuclear em construção (Pretória estava construindo uma bomba atômica com apoio Ocidental e de Israel<sup>20</sup>) e o Ministério da Força Aérea. Como o país possuía uma infraestrutura moderna, os atentados e a colocação de minas eram estratégias viáveis.

A guerra não declarada que os sul-africanos moveram contra seus vizinhos obrigou estes a organizarem a chamada Linha de Frente, integrada por Tanzânia, Zâmbia, Angola, Moçambique, Botsuana e, depois de 1980, Zimbábue. A prioridade destes Estados era a segurança coletiva e o apoio aos movimentos de libertação nacional, face a seus poderosos vizinhos do sul. Os ataques de comandos, com o objetivo de sabotar a infraestrutura e a economia, criar pânico na população, dissuadir os governos locais de sua diplomacia militante e destruir bases do CNA e da Swapo (além do assassinato de dirigentes destes movimentos), representavam uma guerra de desgaste. Ela afundou ainda mais as frágeis economias dessas nações, criaram milhões de refugiados e implicaram na colocação de milhões de minas terrestres que, décadas depois, ainda fazem vítimas e obstaculizam a agricultura e o transporte em vastos territórios.

Em 1976 a ZAPU e a ZANU associaram-se na Frente Patriótica, passando a coordenar suas ações militares e a defender uma posição político-diplomática comum. Além disto, a Zâmbia decidiu apoiar os guerrilheiros rodesianos, que passaram a contar com mais uma retaguarda segura, deixando a Rodésia ainda mais exposta. Após alguns anos de luta, o desgastado regime rodesiano tentou criar um governo multirracial fantoche, com um negro moderado na presidência, mas não teve sucesso. Sem condições de derrotar a guerrilha negra, a minoria branca apelou para a mediação da ex-metrópole britânica. O colapso do colonialismo português deixara os Estados Unidos e a Inglaterra muito preocupados e, portanto, interessados em apressar uma solução política ao conflito rodesiano e ao próprio *Apartheid*.

---

<sup>20</sup> Ver CERVENKA, Zdenek; ROGERS, Bárbara. **The nuclear axis. Secret collaborations between West Germany and South Africa**. London: Julian Friedmann Books, 1978. GELDENHUYS, Deon. **The diplomacy of isolation**. South African foreign policy making. Johannesburg: Macmillan South Africa, 1984.

Através do Acordo de Lancaster House, ocorreram eleições, patrocinadas e controladas na Grã-Bretanha, sendo eleito presidente o marxista Robert Mugabe, da ZANU, que formou um governo de coalizão com a ZAPU. Mugabe teve que oferecer garantias aos brancos e a suas empresas, os quais permaneceram no país, mantendo a prosperidade do mesmo, evitando a caótica debanda de quadros qualificados e capitais, que em Angola e Moçambique deixaram a economia em situação desastrosa. A estabilidade econômica permitiu, ainda, o encaminhamento de reformas pontuais favoráveis à maioria negra, mas a questão da propriedade rural concentrada nas mãos dos brancos representou um bloqueio (garantido pela constituição pactuada), que três décadas depois faria eclodir nova tensão interna e externa. O país adotou a denominação africana de Zimbábue. A ascensão de um governo negro deixou a África do Sul isolada na região, embora este país castigasse os vizinhos com frequentes *raids* de comandos, sabotagens e atentados. O Zimbábue e os vizinhos, que davam acolhida ao CNA e à Swapo, eram igualmente vítimas de constantes *raids* sul-africanos.

O passo seguinte foi a criação da SADCC (Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, ver item 6.1) em setembro de 1980, que congregava os seis países da Linha de Frente, mais o Lesoto, Suazilândia e Malawi, tendo ainda como observadores o Zaire e os movimentos de libertação Swapo e CNA. Esta organização procurou coordenar uma nova divisão do trabalho, atrair investimentos e ajuda externa, criar uma infraestrutura de transporte e energia, além de incrementar o comércio e a cooperação entre os vizinhos da África do Sul, como forma de superar a dependência face a este país. Se é verdade que as possibilidades econômicas dos membros da SADCC eram limitadas frente ao poderio sul-africano, também é verdade que ela privava Pretória de seu *hinterland* econômico. Ao cabo de alguns anos, a situação dos regimes negros era quase insustentável, mas a da África do Sul também era precária.

Assim como em Angola, o governo de Moçambique era apoiado por assessores militares e civis cubanos, soviéticos e leste-europeus (sobretudo alemães orientais), mas não tropas de combate, como no caso angolano. Ambos os países, apesar da cooperação existente com o campo soviético, mantiveram relações econômicas essencialmente voltadas para o Ocidente, inclusive África do Sul, devido à impossibilidade de emancipar a produção e o comércio exterior das estruturas herdadas do colonialismo, bem como à necessidade de evitar o completo isolamento diplomático desses países. Esta postura era tanto desejada pelo Kremlin como pelos novos países que, apesar de aliados de Moscou, jamais permitiram a instalação de bases navais soviéticas, aceitando apenas a escala da esquadra

deste país. Assim, os próprios Estados clientes mantinham sua autonomia política, apesar de necessitarem da ajuda militar, especialmente no caso de Angola.

Para fazer frente à paralisia da produção, em junho de 1976 Machel promoveu a nacionalização de toda propriedade privada e proclamou seu movimento marxista-leninista, com o intuito de obter apoio dos países socialistas. Esta evolução conduziu à saída dos cooperantes chineses e norte-coreanos em 1978. A limitação de meios e a instabilidade interna gerada pela guerra civil limitaram o impacto da ajuda socialista. Então, foi estabelecido um programa em que milhares de jovens moçambicanos foram estudar no bloco soviético e em Cuba, num programa de formação de Quadro. Muitos mais foram trabalhar na Alemanha Oriental, que era carente de mão de obra, e, em menor medida, em outros países do leste europeu. Mais do que remeter dinheiro para as famílias, o objetivo era treiná-los para as empresas que estavam sendo instaladas em Moçambique. Mas a situação era difícil, pois a Renamo atuava em conjunto com comandos sul-africanos, destruindo estradas, ferrovias e oleodutos e dispersando os camponeses, o que arrasou a agricultura e formou bandos de refugiados.

Em Angola, o exército da África do Sul mantinha a ocupação uma faixa de 100 km no sul do país, para dar proteção à guerrilha da Unita, que Pretória apoiava com armas e dinheiro, bem como evitar o estabelecimento de bases da Swapo e a penetração de seus guerrilheiros na Namíbia. Os sul-africanos também sabotavam a infraestrutura angolana através da ação de comando, inclusive nos oleodutos de Cabinda, no extremo norte do país. As forças das Fapla (exército angolano) e cubanas tiveram de travar uma guerra convencional e de contrainsurgência nos amplos e despovoados territórios do centro-sul de Angola. Inclusive batalhas aéreas e de blindados foram travadas, com um desempenho cubano-angolano cada vez melhor, mas com um elevado custo humano e econômico para a nação recém-independente.

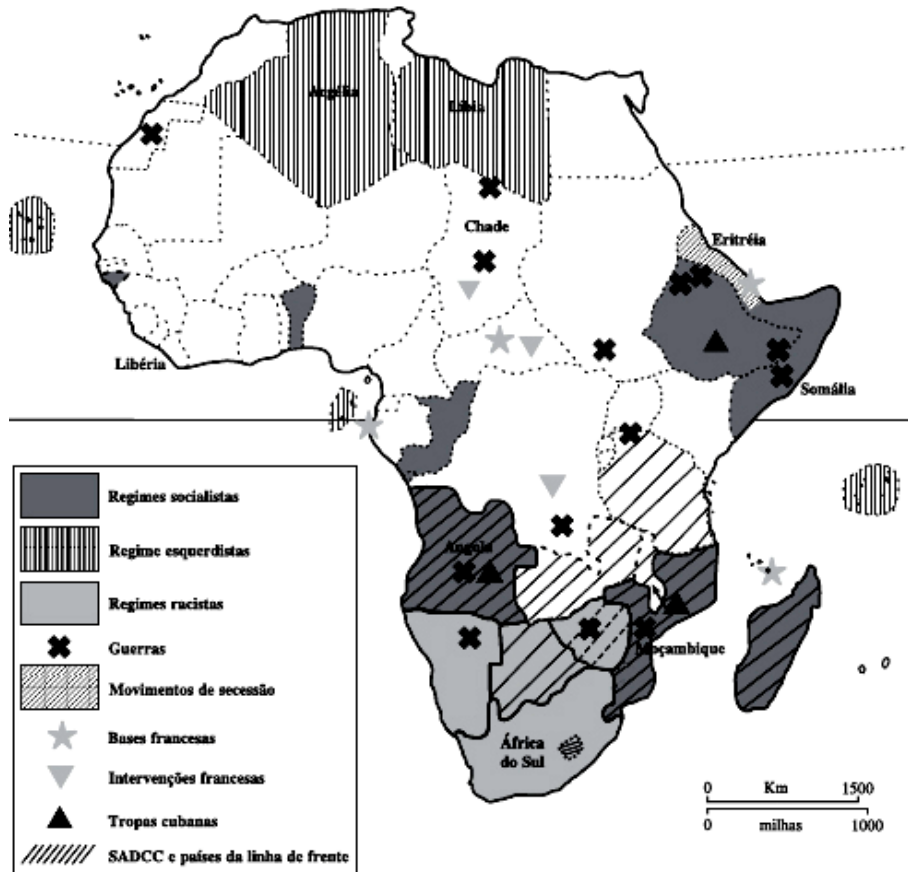
As forças cubanas totalizavam 20 mil soldados voluntários (200 mil teriam lutado em Angola), além de cooperantes civis nas áreas social e econômica. Assessores soviéticos e leste-europeus, além de ajuda econômica, fizeram Angola cada vez mais dependente dos países socialistas, embora vendesse seu petróleo (explorado no litoral) e diamantes ao Ocidente. Aliás, o controle dos campos de diamantes, localizados no interior, era duramente disputado com a Unita, que se financiava, parcialmente, com essa riqueza. Em 1979, Agostinho Neto faleceu, vítima de câncer, e foi sucedido por José Eduardo dos Santos, engenheiro petrolífero formado na URSS, e que ainda se encontra no poder.

Assim, em 1984, como resultado da guerra de desgaste, Luanda e Maputo foram obrigadas a assinar acordos de não agressão com Pretória. Moçambique firmou o Acordo de Nkomati, pelo qual fechava os campos de treinamento do CNA, enquanto a África do Sul deveria cortar o apoio à Renamo (o que ela não cumpriu integralmente). Aliás, tratava-se de uma inflexão por parte da Frelimo, pois, em 1983, Samora Machel visitou países da Europa Ocidental e em 1985 foi recebido por Reagan em Washington. Moçambique necessitava, com urgência, de apoio financeiro e comercial. Em 1986 ele veio a morrer em condições misteriosas, quando seu avião acidentou-se em território sul-africano.

Joaquim Chissano ascendeu ao poder em 1987. Como a ajuda econômica soviética era insuficiente e Gorbachov dava sinais de buscar um desengajamento, o novo presidente deu início à transição do socialismo ao capitalismo, através da reinserção nos organismos financeiros internacionais, como o FMI. A simpatia de Reagan e Thatcher por Samora tornou-se ainda maior em relação à Chissano. A Inglaterra, inclusive, iniciou um programa de treinamento militar do exército, e Moçambique passou a ser membro da *Commonwealth* britânica, pois todos os vizinhos eram anglófonos. O programa de transição gradual ao mercado incluía a privatização das estatais, que acabaram nas mãos de ministros da Frelimo.

Em 1984, Angola firmou com a África do Sul o Acordo de Lusaka, pelo qual se comprometia a cortar o apoio e a bloquear as atividades da Swapo. Em troca, os sul-africanos deveriam cortar o apoio à Unita, mas isto, de fato, não ocorreu. Savimbi possuía sólidos *lobbies* de apoio em Washington, Pretória e em várias capitais europeias. Os EUA, preocupados também em expulsar os cubanos da região, ampliaram seu apoio ao regime racista sul-africano (inclusive levantando sanções econômicas) e rodesiano (liberando a compra de cromo), bem como aos movimentos de oposição aos novos regimes socializantes. Paralelamente a URSS, enfraquecida pela pressão e confrontação americana, tinha cada vez mais dificuldade em apoiar seus aliados. Na segunda metade dos anos 1980, no contexto da *Perestroika* de Gorbachov, Moscou passou cada vez mais a buscar uma solução política, como se verá adiante. A situação, entretanto, só não foi semelhante à de Moçambique porque Fidel Castro manteve um apoio firme ao regime angolano, o qual, por seu turno, não tinha grandes opções, devido à determinação sul-africana.

## A Guerra Fria e seus conflitos



### 4.1.2 A diplomacia soviética e norte-americana para a África

A África constituiu, nas décadas imediatas ao fim da Segunda Guerra Mundial, um cenário secundário para a diplomacia da Casa Branca e do Kremlin, em plena Guerra Fria. As duas superpotências, na conjuntura que se seguiu às independências, desconheciam amplamente a realidade africana, pois estavam mais direcionados à Ásia e à Europa, cenários estratégicos do confronto bipolar. Seus interesses locais eram secundários e a preocupação inicial de ambos era conter a possível influência e expansão um do outro. Isto tinha menos a ver com a realidade em campo, do que com a percepção de cada um. Assim, ambos acabaram se envolvendo mais em países em conflito.

A URSS detinha a vantagem de sempre haver defendido uma ideologia anticolonial e anti-imperialista, enquanto os EUA estavam vinculados aos interesses europeus, ainda que nem sempre de forma direta. Além disto, o racismo que vigorava no sul dos Estados Unidos era uma peça valiosa para a propaganda de Moscou. Por exemplo, o governo federal americano teve, a pedido do Departamento de Estado, que impulsionar o direito de voto aos negros nesses estados, pois isto era explorado pela diplomacia soviética junto aos jovens Estados africanos. Desta forma, qualquer adoção de uma simples política de não alinhamento por algum líder africano, constituía um triunfo diplomático para a União Soviética.

Esta, por sua vez, atuou, inicialmente, mais no sentido de explorar oportunidades que se apresentavam do que através de uma iniciativa estratégica coerente, como o envolvimento com Gana, Guiné, Mali e Argélia bem o demonstram. O conflito congolês, por seu turno, impactou fortemente os líderes soviéticos, mas a África era, para eles, mais importante como elemento de reconhecimento global e ampliação do campo de atuação diplomática do que uma zona de combate em que buscassem apoiar movimentos revolucionários. Ainda que a URSS tendesse a apoiar os regimes progressistas, e os EUA os conservadores, ambos respeitavam, tacitamente, o predomínio francês na África. Para Moscou, particularmente, De Gaulle representava um aliado importante no plano global para diluir a hegemonia de Washington. Daí o *low profile* soviético em relação à questão argelina.

Após a independência da Argélia, a ajuda soviética concentrou-se mais na economia. Já em relação ao problema do Saara Ocidental, Moscou também mostrou-se distante, pois lhe interessava cooperar com o Marrocos devido às importações de fosfatos. Mesmo o grande volume de venda de armas à Líbia não representava um projeto consistente, dado às oscilações de Kadafi. Tratava-se mais de comércio, de um instrumento conjuntural de pressão contra o Egito sadatista e de influência indireta no sul do Saara, para onde a Líbia projetava poder.

Todavia, exatamente devido ao fato de se declarar “anti-imperialista”, a URSS via-se constrangida a ter de apoiar aqueles que se proclamassem “socialistas”, um mecanismo que vários líderes africanos aprenderam, habilmente, a utilizar como elemento de barganha, ampliando sua margem de manobra internacional. Mas, como observou<sup>21</sup>, houve uma clara perda de influência soviética na segunda metade dos 1960, depois que o governo de Sekou Touré se tornou repressivo e impopular e que golpes de Estado produziram a queda de Ben Bella na Argélia (1965), Kwame Nkrumah em Gana (1966) e Modibo Keita no Mali (1968). A partir de então, passado certo entusiasmo inicial, os soviéticos procuraram estabelecer cooperação com governos em geral e explorar o mercado para a exportação de armas, atingindo a primeira posição no continente africano. O fuzil Kalachnikov, ou AK 47, torna-se a arma mais disseminada na África, uma espécie de símbolo dos movimentos de libertação nacional e dos regimes socializantes pró-soviéticos.

Outro momento marcante para a diplomacia soviética foi o terremoto político que atingiu as colônias portuguesas em 1974-1975 e o envolvimento que se seguiu, motivado, sobretudo, pela determinação e habilidade de Cuba. O conhecimento, as relações e a presença cubana na região eram sólidos e antigos, e o *timing* da diplomacia cubana nesse processo foram impecáveis. Mas havia fatores mais profundos que serviram de base à ação cubana e moveram os soviéticos. O primeiro deles era a reação de Moscou à aliança sino-americana, que gerou uma aproximação com o Terceiro Mundo, particularmente com Cuba. Outra foram as críticas veladas que Brejnev sofreu por não haver reagido ao golpe que derrubou Allende no Chile. Quando ficou claro que os EUA e a China estavam apoiando aberta e materialmente a Unita e a FLNA, os soviéticos não vacilaram, como em outras ocasiões. Nesta mesma linha, em 1977 foi firmado o Tratado de Amizade e Cooperação com Moçambique, que se declarou marxista-leninista.

Mesmo assim, os soviéticos evitaram uma intervenção direta na África meridional, preferindo deixar os cubanos cuidarem das operações militares. A URSS deu apoio diplomático, econômico, instrutores e equipamento militar aos seus aliados, e deu grande suporte político aos países da Linha de Frente, sem jamais entrarem em conflito direto com a África do Sul. Já o Chifre da África viria a ser a grande exceção, pois a região ocupava uma posição geopolítica privilegiada para os interesses soviéticos. Esta parte da África representava um flanco vital do Oriente Médio, do seu petróleo e das rotas navais internacionais. Assim, o Kremlin possuía uma estratégia bem definida para a região, que fazia parte do que Brzezinski denominou de *Arco das Crises*, o qual se estendia até o Afeganistão.

---

<sup>21</sup> Naomi Chazan e outros (*Op. cit.*)

Em 1969, Moscou passou a contar com dois apoios na região: a cooperação com a Somália, onde o regime originado por um golpe de Estado definiu-se como socialista, e também um aliado política e ideologicamente mais sólido, mas isolado do resto da península arábica, do outro lado do Estreito de Bab el-Mandeb, o Iêmen do Sul (República Democrática Popular do Iêmen). Cinco anos depois, o Imperador etíope seria derrubado por um grupo de militares, que se definiriam pelo socialismo, enquanto eram atacados pelos somalis, no que se tornou um conflito regional. Após uma frustrada tentativa de mediação, a URSS teve de trocar de aliado, passando a apoiar fortemente o regime etíope. Desde a ponte aérea de 1977-1978 até 1980, os soviéticos entregaram-lhe armamentos no valor de dois bilhões de dólares e obtiveram uma base naval no arquipélago de Dahlak (que substituíra a perdida em Berbera na Somália).

No tocante à diplomacia norte-americana, desde a crise congoleza ela passou a perceber a África como parte do grande tabuleiro do confronto global com a União Soviética, mas sem um envolvimento direto, exceto as ações da CIA, geralmente em aliança com os europeus. Nos anos 1970 as universidades norte-americanas passaram a fechar alguns centros de estudos latino-americanos (onde a “subversão” dera lugar a regimes de segurança nacional) e a estimular a criação de centros de estudos africanos, especialmente quando eclodiu a crise na Etiópia, em Angola e em Moçambique. Mas os resultados levariam certo tempo, e os estrategistas mantinham uma visão de conflito Leste-Oeste. A bem da verdade é importante ressaltar que o impacto da Guerra do Vietnã e seu resultado no imaginário político e na percepção diplomática na África foi enorme, tendo marcado, igualmente, a atitude norte-americana.

Foi esta visão reducionista e passional, aliada ao desconhecimento, que levou Henry Kissinger, assessor especial de segurança nacional e, depois, Secretário de Estado de Nixon, a declarar, no início dos anos 1970, que “*os brancos estão lá [na África meridional] para ficar*”. Esta foi, certamente, uma das percepções mais temerárias da história diplomática contemporânea. Ela levou os EUA a cooperarem com a Rodésia, com a África do Sul e com Portugal, ainda que de forma discreta. Pior ainda, sem compreender claramente a Revolução dos Cravos e a situação criada nas colônias portuguesas na África, Kissinger acabou apoiando a FNLA (apesar da oposição do Congresso) e instigando a China a participar da temerária aventura, a qual, como foi visto, atraiu a URSS e ampliou o espaço de intervenção cubana. Logrou, assim, transformar um problema basicamente angolano, que poderia ter sido resolvido politicamente, num campo de batalha da Guerra Fria, onde as superpotências atuavam através de prepostos. O resultado foi propiciar a implantação do adversário estratégico na África Austral e permitir que ele passasse a contar com uma rede de alianças, além de converter Cuba num ator mundial com *status* de potência média.



No caso do Chifre da África, como será visto no subitem seguinte, a diplomacia americana também teve de enfrentar mudanças bruscas, pois era aliada do Império Etíope, onde possuía a Estação de Monitoramento de Comunicações de Kagnev (Eritreia), voltada para o Oriente Médio. Houve certa falta de sensibilidade, pois era possível cooptar os militares etíopes, os quais, por falta de opção, tiveram de buscar apoio soviético. Persistia a visão simplificadora de amigos *versus* inimigos, num grande tabuleiro global de confronto socialismo *versus* capitalismo, embora a determinação de Moscou fosse, sem dúvida, maior. Mas houve um momento de inversão de alianças na região (em 1977), o qual, inegavelmente, o Kremlin soube aproveitar melhor que a Casa Branca. Aos EUA não sobrou outra alternativa senão jogar a cartada da solidariedade islâmica brandida pela Arábia Saudita, como forma de apoiar a Somália.

No Egito, foi preciso que Sadat desencadeasse a Guerra do Yom Kippur para que os EUA reconhecessem sua importância e estabelecessem uma aliança, que foi consolidada com os Acordos de Camp David. O Marrocos, por sua vez, sempre foi um aliado necessário para a comunicação aeronaval com o Oriente Médio, especialmente depois da criação da Força de Deslocamento Rápido. Mas no caso da Líbia, que era um país com fortes limitações, a atitude americana se caracterizou por uma obsessão exagerada, com reações desmedidas, pois Kadafi era mais irritante do que perigoso para os Estados Unidos.

A ascensão de Ronald Reagan produziu o endurecimento da posição americana, com o incremento do apoio aos “paladinos da liberdade” (Unita, Renamo, opositores da Revolução Etíope) e à África do Sul. Todavia, na metade da década de 1980 a situação sofrera sensível alteração e foram aplicadas sanções à Pretória em 1986, enquanto o subsecretário Chester Crocker desenvolvia o *Engajamento Construtivo*. Gorbachov agora estava no poder, e os estrategistas norte-americanos perceberam que o momento para uma solução política se aproximava, pois os custos do conflito eram insuportáveis. Os sucessos obtidos nas negociações sobre a África meridional, todavia, tinham uma exceção, a Unita. O *lobby* pró-Savimbi era forte, e a guerra civil em Angola ainda perduraria por mais de uma década.

## **4.2 CHIFRE DA ÁFRICA: REVOLUÇÃO ETÍOPE, CONFLITOS E INTERVENÇÃO EXTERNA**

### **4.2.1 A Revolução Etíope e a Guerra do Ogaden: conflito estratégico**

A Etiópia, no início dos anos 1970, possuía um regime feudal completamente defasado da realidade e a nação estava sofrendo com a miséria, a seca e as guerrilhas muçulmanas e esquerdistas na Eritreia. Na

esteira de uma série de greves e de intensa mobilização popular na capital, o velho imperador pró-americano Haile Selassié foi derrubado em 1974 por um golpe militar, que proclamou a República. A junta militar (DERG) exprimia um populismo pouco definido, enquanto as oposições, o caos e as tendências centrífugas intensificavam-se e ameaçavam a existência do novo regime e a própria unidade do país. Ao mesmo tempo em que crescia a luta de facções dentro do grupo dirigente, o DERG ligava-se cada vez mais às correntes de esquerda e começava a implementar uma ampla reforma agrária, mobilizava a população, rompia com os EUA e fechava as bases americanas, passando a enfrentar os movimentos de oposição conservadores.

Em 1977 ascendeu à direção do DERG o Coronel Mengistu Haile Marian, que apoiou o Movimento Socialista Pan-etíope (Meison), até que este entrou em choque com o governo e foi eliminado. Enquanto o regime definia-se pelo socialismo, as rebeliões separatistas ou autonomistas agitavam quase todas as províncias, especialmente a Eritreia e o Ogaden, povoado por somalis, que haviam criado uma guerrilha, apoiada pela Somália.

Neste momento a Somália atacou a região de Ogaden, em apoio aos guerrilheiros. A iniciativa somali foi claramente encorajada pela Arábia Saudita, pelo Egito e pelos EUA. Fidel Castro havia visitado os dois países em litígio e a Eritreia, tentando mediar o conflito através da proposta de formação de uma confederação entre as três entidades, que formalmente se definiam como socialistas. Mas esbarrou com a negativa da Somália, que expulsou todos assessores soviéticos do país. Moscou e Havana acolheram, então, o pedido de ajuda da Etiópia, montando uma ponte aérea que enviou armas, assessores soviéticos e alemães-orientais, além de dez mil soldados cubanos.

A guerra encerrou-se com a vitória etíope-cubana contra as tropas somalis (embora persistisse uma guerrilha intermitente), as quais, anteriormente, haviam sido treinadas pelo próprio Pacto de Varsóvia. A Etiópia consolidava então seus laços com o campo socialista, enquanto a Somália aliava-se aos EUA, que passou a ocupar a base naval de Berbera, construída pelos soviéticos. Os cubanos intervieram apenas contra a invasão somali, permanecendo no Ogaden, uma vez que sempre haviam apoiado o movimento de libertação eritreu, e considerava este um problema interno do novo regime. Tanto na Eritreia como na província setentrional do Tigre, as guerrilhas continuaram ativas.

Por pressão soviética, em 1984, o DEG foi transformado em Partido dos Trabalhadores Etíopes (“marxista-leninista”)<sup>22</sup>, aprofundando as transformações revolucionárias. Um vigoroso processo de alfabetização

---

<sup>22</sup> Uma imponente estátua de Lênin chegou a ser erigida em Adis Abeba.

foi premiado pela Unesco por seus resultados positivos, o que também ocorreu, em menor medida, no campo da saúde. A reforma agrária alterou a face do campo, com a instalação de cooperativas e a migração induzida de população das áreas afetadas pela seca para o sul do país. Chegou a ser lançado um ciclo de industrialização, mas a persistência da guerra drenava os escassos recursos para a defesa, e os resultados econômicos foram limitados. A centralização e o autoritarismo do regime foram, por sua vez, contrabalançados pela implantação de mecanismos de participação a nível local.

O conflito do Chifre da África ainda prosseguiria por longos anos (até o presente), com um elevado nível de militarização e violência, desgastando os países da região e afetando grande parte da África, o Oriente Médio e a própria política internacional. Enquanto a Arábia Saudita, o Egito, o Iraque, o Sudão e os Estados Unidos (que possuíam uma base também no Quênia) apoiavam os inimigos da Etiópia, esta era defendida pela URSS, por seus aliados regionais e, ironicamente, por Israel, que desejava evitar que o Mar Vermelho e o estratégico estreito de Bab el-Mandeb fossem controlados exclusivamente pelos árabes.

A Líbia, a Etiópia e o Iêmen do Sul (socialista) criaram a Frente de Rejeição como forma de lutar contra os Acordos de Camp David (entre Egito e Israel) e a influência dos árabes moderados na região. A Síria, embora não integrasse o grupo, também apoiou a Etiópia. Os regimes etíope e líbio, por sua vez, passaram a apoiar as guerrilhas negras do sul do Sudão, que lutavam contra o governo central dominado pelos árabe-islâmicos do norte. Em sentido contrário, este fenômeno era igualmente visível, com o reforço do poder de fogo das organizações opostas ao regime etíope. A Líbia, por sua vez, além de enfrentar os franceses no sul, na guerra do Tchad, passou a sofrer pressões e provocações pela esquadra americana no Mediterrâneo.

Paralelamente, a OUA conhecia uma crise aguda, pois as guerras no Saara, no Chifre da África e na África Austral dividiram os Estados africanos mais profundamente do que em outras épocas. A concessão de um assento para a RASD na OUA, particularmente, produziu um impasse, que levou o Marrocos e o Zaire a abandonarem a organização por um longo tempo. Além disto, o próprio Movimento Não Alinhado e as Nações Unidas encontravam-se sob forte pressão por parte da administração Reagan, perdendo grande parte de seu protagonismo internacional.

Um Estado também inserido na dinâmica regional do Chifre da África foi o Sudão, o mais extenso da África, com 2,5 milhões de km<sup>2</sup>. Ele ficou independente em 1956 e passou por um longo período de instabilidade política com seu regime parlamentar. As três forças políticas principais eram as seitas muçulmanas, o exército e um forte e bem orga-

nizado Partido Comunista. Em 1969 o General Nimeiry, um nasserista, conquistou o poder através de um golpe de Estado, quase simultâneo ao de Kadafi, justamente quando o nasserismo começava e se esgotar no Egito. O Conselho do Comando Revolucionário estabeleceu um regime militar de perfil socializante, tendo eliminado a direita (os islâmicos) e a esquerda (os comunistas) para consolidar seu poder, tal como ocorreu depois na Etiópia. Foi estabelecida, em 1971, a República Democrática do Sudão, autodefinida como socialista pela Constituição de 1973.

Houve a criação de organismos participativos de base, reformas sociais, nacionalizações de empresas estrangeiras e de proprietários absenteeístas, um acordo de paz com a guerrilha sulista – que estabeleceu autonomia regional – e uma aproximação com a União Soviética e reconhecimento da Alemanha Oriental. As relações com os países socialistas, posteriormente, esfriaram à medida que o Partido Comunista era desarticulado, mas a diplomacia sudanesa se manteve alinhada ao campo progressista africano, à causa árabe e ao Movimento dos Países Não Alinhados. Foi aliada, inicialmente, da Revolução etíope, mas no fim dos anos 1970 a situação começou a se alterar. As dificuldades econômicas e o descontentamento político cresciam, e o regime fez uma inflexão em direção à Arábia Saudita, aos EUA e à islamização, como meio de legitimação.

Isto produziu o reinício da guerrilha sulista (Movimento Popular de Libertação do Sudão), que passou a ser apoiada pelos antigos aliados do Sudão. Num processo de desgaste, Nimeiry acabou sendo derrubado por um golpe de Estado em 1985, seguindo-se um interregno democrático bastante instável. Em 1989, um novo golpe de Estado conduziu o General Bashir ao poder, mantendo-se a clivagem entre o norte muçulmano e o sul negro cristão e animista. Da mesma forma, prosseguiu o processo de utilizar o islã como forma de legitimação política, além da vinculação com Estados e movimentos políticos considerados pelo Ocidente como “párias”. Logo em seguida, essa nação pobre e desértica descobriria extensas reservas de petróleo e de urânio, o que tornaria a situação ainda mais complexa.

Em Uganda, desde a independência estava no poder Milton Obote, que cooperava com a Tanzânia e com os movimentos de libertação nacional. Em 1971 Idi Amin Dada desfechou um sangrento golpe militar. Ele havia sido paraquedista (treinado em Israel) e um popular lutador de boxe. Seu regime destacou-se por um comportamento diplomático errático, uma repressão violenta aos opositores e uma crueldade raras vezes igualada por outros regimes. Não conseguindo que os israelenses atendessem suas exageradas demandas armamentistas e econômicas, ele se voltou para a Líbia, que o apoiou.

Ao mesmo tempo em que humilhava o segmento empresarial branco, o qual, inicialmente, o apoiara, ele expulsou toda a comunidade indiana e expropriou os bens da comunidade judaica. O episódio do resgate dos reféns judeus por forças especiais de Israel, os quais se encontravam no aeroporto de Entebe num avião sequestrado, foi mais um dos desdobramentos da política de Idi Amin. Finalmente, em 1978, ele ocupou um trecho de território da Tanzânia, país que hostilizava constantemente, e as tropas tanzanianas, juntamente com forças ugandenses exiladas, em abril de 1979 invadiram Uganda e o derrubaram. Ele se exilou na Líbia e, depois de um processo político conturbado, Obote venceu as eleições e voltou ao poder.

Nem sequer o paradisíaco arquipélago das ilhas Seychelles, no Oceano Índico, escapou das turbulências regionais. Os britânicos permitiram a criação de partidos políticos em 1964: o Partido Unido do Povo Seychelense (SPUP), liderado pelo advogado socialista France Albert René e que desejava a independência, e o social-democrata, comandado pelo conservador James Mancham, que almejava uma associação com a metrópole. Em 1971 os ingleses construíram um aeroporto para incrementar o turismo, fato que gerou uma intensa especulação imobiliária, construção de vilas particulares e hotéis de luxo e o afluxo de um grande número de turistas da África do Sul. Ilhas inteiras ou grandes porções de terra eram compradas por personalidades do *jet set* internacional, como o milionário sul-africano Harry Oppenheimer e o ator Peter Sellers, com a perda das terras agrícolas e grandes danos ambientais. As consequências sociais provocaram uma onda de fortes mobilizações populares.

Mancham foi nomeado primeiro-ministro e entregou aos britânicos algumas ilhas do Oceano Índico, como a de Diego Garcia, de onde toda a população nativa foi removida e construída uma imensa base aeronaval norte-americana, utilizada até o presente para as intervenções na África oriental, no Oriente Médio e Ásia central e meridional. Em junho de 1976 ocorreu a independência, com a fundação da República de Seychelles, com Mancham como presidente e Albert René como primeiro-ministro. Um ano depois, quando Mancham se encontrava no exterior, as milícias do SPUP tomaram o poder sem derramamento de sangue. Foi instituída a Frente Progressista do Povo Seychelense como partido único e proclamada uma república socialista.

Foram realizadas nacionalizações, o turismo tornou-se mais seletivo e os recursos gerados contribuíram para financiar políticas sociais que realizaram notáveis avanços, com a universalização do emprego, saúde, educação e moradia, em cooperação com os países socialistas. René solicitou (sem sucesso) a devolução de Diego Garcia e nos anos 1980 criou uma Zona de Paz, fazendo com que navios ingleses e ameri-

canos armados não mais pudessem aportar no arquipélago. Isto provocou tentativas de golpe de Estado, como a do mercenário Mike Hoare, articulado por Mancham (exilado em Londres) e com apoio sul-africano. Mas as milícias de trabalhadores, criadas pelo governo, mantiveram a ordem e Albert René foi continuamente reeleito, mesmo depois que o multipartidarismo foi implantado nos anos 1990. Ele se aposentou em 2004, ainda no poder, e seu partido continua no poder até o presente.

## **4.2.2 Os conflitos saarianos e a África ocidental**

### **4.2.2.1 A guerra do Saara Ocidental**

O declínio do franquismo repercutiu diretamente sobre o que restara do império espanhol na África, o Saara ocidental, levando o Marrocos a alegar, já em 1956, que as ligações pré-coloniais eram base para reivindicar este território, na época conhecido como Saara Espanhol. Tratava-se de um território desértico, pouco povoado, mas rico em fosfatos e com um extenso litoral piscoso. Em 1973 foi formada a Frente Popular para a Libertação de Saguia Al-Hamra e Rio de Oro, ou Frente Polisário, movimento nacionalista pró-independência saarauí que, em fevereiro de 1975, proclamou a República Árabe Saarauí Democrática (RASD), em oposição com a colônia espanhola e a tentativa de domínio marroquino.

Em novembro de 1975, o Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, rejeitou a reivindicação marroquina, apesar de reconhecer o mérito da argumentação marroquina. Após essa decisão, o Marrocos organizou a *Mancha Verde*, um contingente de 350 mil voluntários civis que avançou até a fronteira e penetrou no país empunhando bandeiras verdes e exemplares do Corão. Enquanto isto, o Rei Hassan, secretamente, enviava unidades militares e negociava um acordo com a Espanha e a Mauritânia, prevendo a repartição do país entre os dois vizinhos. Ele foi assinado poucos dias antes da morte de Franco, em novembro de 1975, frustrando as expectativas dos nacionalistas saarauís. Com a pressão exercida pelo Marrocos, a Espanha aceitou a divisão do Saara Ocidental entre Marrocos, que recebeu dois terços do território na parte Norte, e a Mauritânia o restante. Essa mudança contrariou países vizinhos, como a Argélia, que se opôs, e reconheceu diplomaticamente a RASD, com a Frente Polisário como seu governo legítimo, e abrigando grande número de refugiados saarauís na cidade fronteiriça de Tindouf.

A Frente Polisário, em 1976, contando com forças altamente móveis, iniciou uma série de ataques sistemáticos às forças mauritânicas, que eram as mais vulneráveis. A Mauritânia que, depois de campanhas desastrosas, assina um acordo de paz e desiste de todas as reivindicações

sobre o Saara Ocidental, em 1979. Estabelecendo uma relação amigável com o ex-adversário, a Mauritânia reconheceu a Frente Polisário e a RASD como governo legítimo no Saara Ocidental em 1984, como forma de defender sua própria soberania frente ao irredentismo do Marrocos. É importante salientar que, já em 1982, a RASD obtivera importante reconhecimento internacional, sendo inclusive aceita como um membro da Organização da Unidade Africana, levando o Marrocos a se afastar da organização.

Os franceses prestaram apoio aos marroquinos, que encontraram sérias dificuldades para enfrentar a Polisário no Saara Ocidental, ampliando sua influência na África. O Marrocos era estratégico para o Ocidente pois, além de permitir o controle da passagem do Oceano Atlântico para o Mar Mediterrâneo e do continente africano para a Europa, possuía bases que eram usadas pela Força de Deslocamento Rápido dos EUA rumo ao Oriente Médio, e pelos franceses rumo à África subsaariana. Assim, junto com a África Austral, a região do Chifre e, em menor medida, o Saara ocidental, constituiriam os principais focos de conflito africano, intensificados nos anos 1980.

As constantes baixas marroquinas levaram o país, com a ajuda de Israel, a construir muros e fortificações no deserto, como forma de conter as incursões guerrilheiras e proteger as minas e o transporte de fosfato. O Marrocos introduziu grande quantidade de imigrantes no território, o que, aliado à fuga de muitos saarauis, fez com que ficassem em maioria em caso de um eventual plebiscito. Gerou-se um impasse, pois os marroquinos só aceitavam um referendo com a população que se encontrava sobre o terreno, e os saarauis somente com os nativos, inclusive os refugiados na Argélia. Depois de construídos os quatro muros, os saarauis conseguem estar presentes em apenas 30% do território, o mais árido e inóspito, praticamente desabitado.

Em 1988, um cessar fogo foi acordado entre Marrocos e a Frente Polisário que perdurou apenas por um ano. Desta forma, em maio de 1991, a Organização das Nações Unidas aprovou uma recomendação do Conselho de Segurança para financiar uma missão, cujo papel seria o de organizar e acompanhar um referendo no Saara Ocidental, para decidir o futuro do território. A Missão para a Organização de um Referendo no Saara Ocidental (*Mission des Nations Unies pour l'organisation d'un référendum au Sahara Occidental* – Minurso) chegou ao país e uma força de paz da ONU articulou um cessar fogo em setembro de 1991.

#### **4.2.2.2 O conflito do Tchad e o protagonismo líbio**

O Tchad, como o vizinho Sudão, possui um território imenso, em que o norte é desértico e povoado por grupos muçulmanos e arabizados, enquanto o sul é habitado por negros cristãos e animistas. Mas, ao contrário

do Sudão, o poder estava com os sulistas, apoiados pela França, que possuía militares estacionados no país. A Líbia reivindicava a faixa de Azou, em litígio, localizada no extremo norte. Em 1966 surgira nessa região a Frente de Libertação Nacional do Tchad (Frolinat), que lutava contra o governo neocolonial. Em mais de uma oportunidade os franceses salvaram o governo, cercado na capital. Em 1980, a Líbia enviou forças em ajuda à Frolinat, retirando-se no ano seguinte, mas retornando, novamente, em 1983. Isto gerou uma escalada francesa e nova crise na OUA. O conflito só foi solucionado uma década depois. Mas a descoberta de petróleo, urânio e a vizinhança com o Sudão, fizeram com que novos grupos e enfrentamentos surgissem no Tchad.

A diplomacia da Líbia, por sua vez, protagonizou tentativas de união com outros países árabes, primeiramente com o Egito e a Síria e, depois, com a Tunísia, ambas fracassadas. Também tentou aproximações com os vizinhos do sul, como Sudão, Niger, Mali, além de Marrocos, Senegal e Mauritânia, sempre mantendo uma equidistância em relação à Argélia, com a qual disputava a liderança regional. Quando tais iniciativas fracassavam, o líder líbio apoiava movimentos guerrilheiros como no Mali e no Senegal, além de defender propostas como a da “Legião Islâmica”, a dos “Estados Unidos do Sahel” ou a da “República Saariana” independente. Através de manobras táticas geralmente desconcertantes, ele sempre apoiava os adversários dos Estados desafetos, em relação aos quais, geralmente, havia tentado uma aliança no momento anterior.

O Coronel Kadafi publicou o Livro Verde, em 1973, orientando as transformações internas, e, em decorrência destas, em 1977 alterou o nome do país para Yamahiriya Árabe Popular Socialista Líbia (Yamahiriya é um neologismo que significa “Estado das massas”). Em 1979 ele deixou, formalmente, de exercer tarefas administrativas, para se dedicar às tarefas políticas de implantação da “terceira teoria”, contida em seu Livro Verde. Ela pregava uma “democracia direta”, alternativa ao capitalismo e ao marxismo. Mas isto não impediu que ele mantivesse uma intensa atividade diplomática, que colocou o país em rota de colisão com os Estados Unidos, quando Reagan ascendeu ao poder. Em 1981 ocorreu um combate aéreo no golfo de Sidra e, em 1986, como reação a um atentado ocorrido em Berlim, Trípoli e Bengazi foram bombardeadas pelos EUA. Kadafi escapou com vida porque foi avisado pouco antes do ataque pelo primeiro ministro da Itália, o conservador Giulio Andreotti, pois as relações econômicas com a ex-metrópole eram bastante intensas, apesar do discurso anti-imperialista do líder líbio.

Em 1988 os atentados contra os aviões da Pan Am, que explodiu e caiu em Lockerbie (Escócia), e da UTA, na Nigéria, que causaram 270 e 170 mortes, respectivamente (a maioria de cidadãos americanos),



produziram um embargo internacional à Líbia no início dos anos 1990. Kadafi negava-se a entregar os agentes líbios que a Interpol indicaria como responsáveis pelos atentados, e o problema somente foi resolvido durante o segundo mandato de George W. Bush. Somente então a Líbia entregou os agentes e foi retirada da lista de “Estados Terroristas”, tendo o embargo sido levantado. Kadafi, que completava quatro décadas no poder, passou a ter boas relações com os EUA.

#### **4.2.2.3 Conflitos no Senegal e Revolução de Burkina Faso**

O Senegal foi governado durante os vinte anos que se seguiram à independência pelo carismático Leopold Senghor, com um regime autoritário-paternalista, fortemente vinculado à França, mas exercendo uma liderança moral na diplomacia do continente. Era o apóstolo do “socialismo africano” baseado na ideologia da negritude, que considerava a agricultura comunal tradicional como já sendo o “socialismo” dos africanos. Tal postura, juntamente com as noções de francofonia e Euráfrica, reforçou o neocolonialismo. Em 1981 ele nomeou sucessor Abdou Diouf, a quem entregou o poder, e este tratou de liberalizar um pouco o regime e a buscar apoio do FMI para enfrentar as dificuldades econômicas.

A Gâmbia, um país encravado no Senegal e que havia sido colônia britânica, sofre um golpe de Estado no mesmo ano, e o exército senegalês, a pedido do governo deposto, interviu para restaurar a ordem. A fragilidade da Gâmbia levou a negociar o estabelecimento de uma confederação com o Senegal, que entrou em vigor em 1984, denominada Senegâmbia. Em 1982, por sua vez, começou a operar na região sulista de Casamance um movimento separatista, com ações guerrilheiras. A dificuldade em vencer os rebeldes levou o governo do Senegal a enfrentamentos armados com a Mauritânia em 1989, a quem acusava de apoiar os separatistas de Casamance. Os problemas decorrentes dessa situação conduziram ao fim da Confederação da Senegâmbia no mesmo ano, voltando a existir dois Estados separados.

No Alto Volta, um instável e impopular regime neocolonial tinha de fazer frente à pobreza, agravada pela grande seca do Sahel no início dos anos 1980. Em 1983 o capitão Thomas Sankara, à frente de um grupo de jovens oficiais, conquistou o poder através de um golpe militar. O popular Sankara proclamou um regime socialista marxista-leninista que realizou uma reforma agrária e estabeleceu Comitês de Defesa da Revolução por todo país, seguindo o modelo cubano. Em 1984 alterou o nome do país para Burkina Faso, uma composição de termos que nas línguas locais significa “Pátria de homens dignos”. No plano diplomático aproximou-se da Líbia, da URSS, de Cuba, de Benin, da R. P. do Congo e de Gana, então governada pelo militar nacionalista de esquerda Jerry

Rawlings. Em 1987 Sankara foi derrubado e fuzilado pelo Capitão Blaise Campaoré, o qual, de início, deu continuidade às políticas de seu antecessor. Mais tarde, num contexto de dificuldades econômicas, ele buscou a ajuda dos organismos financeiros internacionais, mantendo um regime autoritário e um discurso populista.

### 4.2.3 A Nigéria e o Golfo da Guiné

A Nigéria, o país mais populoso da África (155 milhões de habitantes), enfrentou, como foi visto, a difícil tarefa de manter a unidade do Estado e estabelecer um governo que abarcasse as diversas comunidades étnico-religiosas. Além da instabilidade inerente à herança do colonialismo britânico, o país enfrentou a revolta separatista de Biafra, que deixou o saldo de um milhão de mortos. O fato de estar cercado por Estados neocoloniais francófonos, bem como o peso demográfico e a riqueza petrolífera, levaram a Nigéria a desenvolver uma diplomacia bastante ativa, em escala continental e mundial. A tentativa de consolidar a construção do Estado nacional é perceptível na contínua redivisão das unidades administrativas, cada vez menores (como forma de evitar o regionalismo étnico-religioso), e na construção de uma nova capital, Abuja, localizada num distrito federal no centro do país.

Mas isto não impede que a instabilidade se mantenha, numa alternância entre regimes civis e militares, caracterizados por corrupção (ambos) e autoritarismo. Com o aumento do preço do petróleo em 1973, o país aumentou seus programas apoio a outros países africanos e lançou um imenso programa de obras públicas, que atraiu grandes contingentes de trabalhadores das nações vizinhas. Com a queda do mercado petrolífero em 1979, o país tornou-se devedor e enfrentou forte crise econômica, o que levou à expulsão de 600 mil trabalhadores estrangeiros em 1984. Todavia, os diferentes e governos tenderam a ter uma atitude nacionalista e de apoio aos movimentos de libertação nacional, geralmente alinhando-se ao campo progressista africano. No plano mundial, seja via ONU ou *Commonwealth*, a Nigéria logrou colocar no centro da agenda a descolonização dos territórios portugueses, a condenação dos regimes racistas e o apoio aos países da Linha de Frente. Em 1989 teve início mais um (efêmero) ciclo de redemocratização.

Já as três nações francófonas a leste da Nigéria tiveram um padrão mais ou menos comum. A independência dos Camarões foi precedida por um forte movimento guerrilheiro, que os franceses trataram de reprimir, dando origem a um regime repressivo e neocolonial chefiado por Alhaji Ahidjo, que ficou no poder até 1982. Um objetivo nacional logrado foi a reincorporação da parte do território do antigo Kamerum alemão, que ficara sob mandato britânico. Quanto ao Gabão, um território florestal

subpovoado e grande exportador de petróleo, o caminho seguido foi semelhante. Quando, em 1967, o primeiro presidente faleceu, foi sucedido pelo ministro da defesa, Omar Bongo, que permaneceu no poder por décadas, apoiado na renda petrolífera, nas tropas e empresas francesas – como a Elf Aquitaine, e na repressão aos constantes protestos. A França tem não apenas um acordo que lhe garante uma forte e permanente ascendência sobre o país, como também uma importante base militar em Libreville.

Por fim, na República Centro-Africana esse padrão atingiu o paroxismo. Um regime neocolonial, apoiado por tropas da França (que possui uma base militar no país), era presidido por David Dacko até 1965. Nesse ano, seu sobrinho Jean-Bédél Bokassa deu um golpe de Estado, mantendo um regime ainda mais repressivo (desenvolvendo uma crueldade com os adversários que rivalizava com a de Idi Amin), apoiado pela França e pelos Estados Unidos, interessados na exploração das jazidas de urânio e de cobalto. Em 1972 Bokassa declarou-se presidente vitalício e, logo, coroou-se imperador, com uma pomposa cerimônia que custou, na época, 28 milhões de dólares, financiados pela França, por Israel e pela África do Sul. Bokassa cedeu a um general israelense a exploração de uma mina de diamantes, muitos dos quais eram presenteados a presidentes franceses.

O Império Centro-Africano manteve uma diplomacia alinhada ao campo conservador e às grandes potências, colaborando, igualmente, com Israel e África do Sul. Chegou a enviar tropas para apoiar Mobuto durante a invasão dos katangueses à Shaba, a partir de Angola, em 1977-1978. Em 1979, frente aos protestos cada vez maiores e à forte rejeição africana e mundial ao bizarro regime de Bokassa, os franceses colaboram em sua deposição e trazem de volta do exílio na França o ex-presidente Dacko. Apesar da reinstauração da república, a situação do país não sofre uma alteração significativa, seja no plano interno, seja no externo. Todos os três Estados mantiveram um padrão diplomático alinhado ao Ocidente, o que também foi comum, nos anos 1970 e 1980, em relação aos pequenos países de regime neocolonial do Golfo da Guiné, nos quais se alternavam governos democráticos e autoritários.

## **4.3 A ÁFRICA NA ECONOMIA MUNDIAL: CRISE E AJUSTE ECONÔMICO NA DÉCADA PERDIDA**

### **4.3.1 O impacto dos ajustes econômicos na África**

Paralelamente, os Estados africanos sofriam os devastadores efeitos da crise e da reestruturação da economia capitalista mundial iniciados na década de 1970, fenômenos que se aprofundaram nos anos 1980 com a globalização financeira, a Revolução Científico-Tecnológica e

com o segundo choque petrolífero. O preço dos produtos primários sofreu forte deterioração, enquanto sua demanda também se reduzia, face ao crescente emprego de materiais sintéticos. As exportações foram igualmente prejudicadas pela crescente recessão e protecionismo dos países desenvolvidos. A renda *per capita*, em 1990, caiu ao mesmo nível da de 1960.

Nos anos 1980 a crise da dívida externa, motivada pelo elevado aumento das taxas de juro pela administração Reagan, bem como a financeirização da economia mundial, acabaram por derrubar as economias africanas, já desgastadas pelo acelerado crescimento demográfico, pelos desequilíbrios produtivos, sociais e ecológicos, bem como pelos conflitos armados e pela incompetência e corrupção da maior parte das elites. Para completar o quadro, o diálogo Norte-Sul e as posturas reformistas e assistencialistas nas relações internacionais foram abandonados, num clima de crescente afirmação dos postulados neoliberais.

Face à incapacidade dos países africanos em reagir de forma articulada, foi inevitável recorrer aos organismos financeiros mundiais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Estes impuseram a todo o continente o mesmo receituário: desvalorização da moeda, redução das tarifas alfandegárias, corte no orçamento e subsídios estatais (que afetaram principalmente os setores da educação, saúde e alimentação), a reforma da agricultura (desmantelando as cooperativas, as fazendas estatais e a produção aldeã), e a privatização das empresas públicas.

O FMI e o Banco Mundial, na verdade, nunca havia atuado com peso na África, para a qual sua metodologia era pouco adequada, nem num grande número de países simultaneamente. Esses organismos acreditavam que em cinco anos a economia estaria recuperada e voltaria a crescer. Para tanto, era necessário fazer valer “a verdade dos preços”, num corte de subsídios que visava favorecer o setor agrícola em relação à economia urbana. A eliminação dos subsídios, aliados às privatizações, corroeram as bases de sustentação política do Estado patrimonial.

O problema desta fórmula é que ela fora concebida para socorrer um pequeno número de países em dificuldade, no quadro de uma economia internacional equilibrada. Ora, nos anos 1980 as condições mundiais eram difíceis, e quarenta países negociaram os programas de ajuste apenas na África! O resultado foi a chamada *década perdida*, na qual a economia africana regrediu aos padrões de trinta anos antes. Em 1990 a dívida externa dos países africanos atingia 272 bilhões de dólares (90% do PIB),

que era o dobro da de 1980. As importações, entre 1980 e 1986, caíram 8% ao ano, enquanto as exportações cresciam apenas 1,5% anualmente. Mesmo os países exportadores de petróleo sofreram dramaticamente, devido à redução dos preços. Até mesmo projetos de desenvolvimento industrial bem sucedidos, como o da Argélia, ingressaram em uma fase extremamente difícil.

As consequências sociais foram desastrosas, com o aumento da fome endêmica em algumas regiões, o retrocesso sanitário e alimentar generalizado, e o colapso das estruturas sociais em vários países. Estados como a Líbia, a Nigéria e a África do Sul, que empregavam milhões de trabalhadores dos países vizinhos, subitamente expulsaram a maioria deles, privando estas populações do seu sustento, e seus países de origem de uma renda importante.

A situação nas cidades foi ainda mais dramática, pois a África vivia um significativo êxodo rural e acelerada e caótica urbanização: em 1984 a renda das famílias urbanas de Uganda era de apenas 9% da de 1972, enquanto no Zaire, no mesmo período, era de somente 3%. Num continente em que a sociedade era ainda insuficientemente articulada, a ausência do Estado teve um efeito muito mais devastador do que em outros lugares do mundo. E as grandes potências apenas sugeriam a austeridade, o esforço exportador e o controle de natalidade como soluções, em troca de empréstimos apenas destinados a equilibrar as contas externas e internas desses países.

A maioria das privatizações gerou falências ou a formação de verdadeiros monopólios privados, ainda associados ao poder político, aumentando a corrupção e o descontentamento popular com esta prática. De qualquer forma, os governos perderam muito de sua capacidade de articulação sociopolítica, sofrendo um desgaste que abria espaço para o caos. Enquanto os meios formais de subsistência econômica diminuam perigosamente, frequentemente os salários dos funcionários públicos e dos militares deixavam de ser pagos.

Isto, associado aos aumentos de preço nos gêneros alimentícios e serviços, produziu levantes violentos e golpes de Estado. Paralelamente, o sucateamento do já fragilizado setor da saúde pública gerou o retorno de epidemias e o surgimento de outras ainda mais letais. Por outro lado, não restava às lideranças outra alternativa senão lançar mão de um discurso político calcado na identidade étnica ou religiosa, buscando algum bode expiatório, como forma de buscar uma nova fonte de legitimidade. Assim, tiveram início as matanças dirigidas contra minorias étnicas, que atingiram as dimensões de genocídio nos anos 90.

Segundo Chazan, Mortimer, Ravenhill e Rotchild bem argumentaram,

*a dependência econômica, herdada da incorporação da África na economia global durante a era imperialista, permanece como a maior determinante dos constrangimentos sobre os governos africanos. O acesso a recursos, mercados e oportunidades de investimentos constitui parte importante dos cálculos externos, especialmente no que diz respeito à Europa. No mesmo sentido, a fragilidade econômica é a principal razão pela qual as elites africanas recorrem a padrões extra-europeus<sup>23</sup>.*

#### **4.3.2 As relações da África com a França e as potências intermediárias**

Como foi visto, durante a Guerra Fria a França foi a nação Ocidental de maior impacto no continente africano e o principal canal de inserção internacional do mesmo. Em 1973 o presidente francês Georges Pompidou realizou a I Cúpula Franco-Africana, a qual, a partir da presidência de Giscard d'Estaing, se converteu num evento anual, alternando sua realização na França e na África. Vários países que não integravam a francofonia a ela se associaram: Ruanda, Burundi, Maurício, Serra Leoa, Libéria, Zaire, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

O grande instrumento da política francesa na África era o pequeno grupo de assimilados à cultura da ex-metrópole. Assim, na conferência de Dakar, realizada em 1977, o velho conceito de Euráfrica, criado por Senghor, foi reabilitado. No ano seguinte o líder senegalês chegou a lançar um apelo pela criação de uma força interafricana para intervir em crises com a de Shaba. A Cúpula de 1982 logrou a façanha de reunir 36 chefes de Estado africanos, enquanto a OUA sequer conseguia obter o *quorum* necessário para deliberar.

Para os líderes africanos assimilados a França constituía o parceiro mais acessível e desejado. Até mesmo a rebelde Guiné Conakri e a ativa e influente Argélia, que dependia de exportar petróleo para a França, enviar população excedente e importar bens de consumo, acabaram aproximando-se, numa espécie de “cooptação voluntária”. Na verdade, a França representava uma alternativa mais razoável às superpotências. Paris buscou, ainda, ampliar sua influência para países como a Tanzânia, o Quênia, a Etiópia, a Nigéria, Angola e o Zimbábue, com algum resultado.

---

<sup>23</sup> *Op. cit.*, p. 407.

Essa política era seguida tanto pelos governos gaullistas como pelos liberais e pelos socialistas. Jean-Pierre Cot, que durante breve período foi ministro da cooperação, explorou a noção progressista de uma França de vocação “terceiro-mundista”, que durante o governo Mitterrand apoiava as propostas de desenvolvimento do Sul junto às nações industrializadas do Norte. Mas o curioso era que, na verdade, não fora o socialista Mitterrand quem se inspirara em De Gaulle, mas o contrário. Em 1951 Mitterrand lançara as bases de tal política, ao promover uma cisão entre o RDA (Agrupamento Democrático Africano) e o Partido Comunista Francês.

Mais tarde, a França tornou-se o motor e o centro da cooperação entre a Comunidade Econômica Europeia e a África. O lançamento do Acordo de Lomé III representava, sem sombra de dúvida, um mecanismo para competir com os Estados Unidos e a União Soviética. E os Acordos ACP (África, Caribe e Pacífico) ofereciam livre acesso à Europa para os produtos africanos, sem contra partidas, além de implementar um fundo Stabex para compensar os países do continente por eventuais flutuações de preços no mercado internacional. Assim, a Europa, sob a liderança da França, exercia o poder em grande parte da África e considerava o continente como uma vital extensão do seu próprio *heartland* geopolítico. A situação alterou-se apenas com o fim da Guerra Fria, quando a expansão da CEE para o leste europeu diminuiu a importância relativa da África para Bruxelas.

A Alemanha Ocidental investia principalmente em setores da mineração, cooperação técnica e centros culturais para a formação de quadros. Estes, em programas de estudo na República Federal, criavam vínculos com a indústria alemã, convertendo a África num mercado atrativo para os produtos alemães. Bonn também exportou substanciais volumes de armamentos e colaborou com o programa nuclear sul-africano, cujo embargo as companhias alemãs sempre encontravam uma maneira de burlar. A Itália, por sua vez, mantinha estreitas ligações econômicas com Líbia de Kadafi, como foi visto anteriormente. A Grã-Bretanha, como foi igualmente analisado antes, mantinha interesses pontuais e uma diplomacia multilateral via *Commonwealth*.

A Suécia, e em menor medida os demais países escandinavos, tinha um forte engajamento em programas de cooperação e ajuda, além de promoção da democracia. O Canadá também desenvolvera fortes mecanismos de cooperação e ajuda, especialmente através da Província do Québec, como instrumento de defesa da francofonia. O Japão, por sua vez, mantinha diversos programas de ajuda e detinha uma apreciável fatia do mercado africano, especialmente automóveis, veículos utilitários e eletrodomésticos. O Brasil foi o país latino-americano de maior interação com a África independente, depois de Cuba (já descrita), mas as relações África-Brasil serão analisadas adiante.

Já Israel sempre buscou manter relações com os países africanos, como forma de contornar o isolamento imposto pelas nações Árabes que constituíam seu entorno. Cooperação técnica ocorria especialmente nos campos da agricultura, irrigação e conservação de águas, engenharia e treinamento para segurança. Este último ponto era mais intenso em relação aos regimes conservadores e neocoloniais. Com a ocupação do Sinai na Guerra de 1967, Israel começa a perder influência junto aos Estados africanos, processo que se agravou radicalmente após a Guerra do Yom Kippur, quando os árabes passaram a dispor de enorme volume de recursos para programas de ajuda à África. A partir de então, também como decorrência dos conflitos na África meridional, Israel passou a ter uma cooperação ainda mais intensa com a África do Sul, particularmente com relação ao programa nuclear sul-africano. Ao longo dos anos 1980, Tel Aviv retoma, gradativamente, um relativo protagonismo diplomático junto aos Estados africanos.

Dentre os países árabes do Oriente Médio, o mais destacado em suas relações com a África foi a Arábia Saudita. Em 1966 o rei Faïçal visitou o Mali, a Guiné, a Tunísia e o Marrocos. O objetivo saudita era conter a diplomacia dos regimes do campo progressista como Egito, Argélia, Sudão, Etiópia e Líbia, bem como o avanço soviético, especialmente no que diz respeito ao Chifre da África. Além da diplomacia e programas de ajuda bilaterais da Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Kuwait, as relações se davam através de organismos multilaterais como a Liga Árabe, a religião islâmica, o Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico Africano, o Fundo de Assistência Técnica Árabe-Africano, o Banco de Desenvolvimento Islâmico e os Fundos Especiais da OPEP. A realização, em 1977, da Cúpula Afro-Árabe representou uma forte ampliação dos programas de ajuda e um nível mais elevado de interação diplomática.

A Índia foi, politicamente, outro grande parceiro africano, embora tenha tido uma modesta relação econômica até 1990. Assim como a China, a Índia guiava-se pelos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, e desenvolvia uma diplomacia neutralista e anticolonialista extremamente ativa. Nas Nações Unidas, nos organismos multilaterais e no Movimento dos Países Não Alinhados (do qual foi um dos fundadores e líderes), Nehru usou todo seu prestígio e o da Índia para defender a independência das nações africanas e a agenda do desenvolvimento. A diplomacia indiana foi, igualmente, uma crítica severa do *Apartheid* e dos demais regimes racistas e uma grande aliada da África na cena internacional. Isto abriu caminho para a cooperação econômica, que viria a se intensificar com o fim da Guerra Fria.



E, *last, but not the least*, a República Popular da China representa um grande parceiro dos Estados africanos. A solidariedade anticolonialista e anti-imperialista da Conferência de Bandung representou um elemento de aproximação, que se apoiou na diplomacia terceiro-mundista de Beijing. Em 1964 Chu En-Lai realizou um périplo progressista pela África, a qual observava com admiração as conquistas políticas e econômicas de uma revolução camponesa. A China desenvolveu, nessa fase, uma diplomacia carregada de conteúdo ideológico e foi vista como um modelo de Revolução para amplos setores africanos.

Durante os anos 1970, a ajuda chinesa ao continente africano foi de 1,7 bilhões de dólares, o dobro da soviética. Grande parte dela foi destinada à TAZARA (Tanzania-Zambia Railway), uma obra gigantesca e épica, que deu à Zâmbia acesso ao mar para sua exportação de cobre, sem ter de cruzar territórios hostis como os da Rodésia, do Zaire e de Angola e de Moçambique, ainda colônias portuguesas. A obra permitiu à Lusaka desenvolver uma diplomacia mais autônoma. Além da Tanzânia, aliada de sempre, o Zimbábue e Moçambique também tiveram, posteriormente, forte presença chinesa.

A China propiciava treinamento militar a movimentos de libertação nacional, assistência técnica e a formação de quadros. Durante a Revolução Cultural, a diplomacia chinesa refluiu consideravelmente e em sua fase antissoviética, realizou alianças com governos e movimentos conservadores e pró-ocidentais, como forma de conter o “social-imperialismo” do Kremlin. Tal política, num momento em que Beijing passara a integrar o Conselho de Segurança da ONU, causou danos à imagem chinesa junto aos Estados do campo progressista, provocando um novo refluxo. Seu discurso anti-imperialista esvaziava-se, sendo vista como uma nova “grande potência” presente na África apenas para defender seus interesses globais. Nos anos de 1980, enquanto a China iniciava suas reformas e abertura ao exterior, sua presença era ainda limitada, mas em breve a situação mudaria.



## MARGINALIZAÇÃO, CONFLITOS E REALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS (1989-2002)

---

O fim da Guerra Fria, ainda que tenha trazido benefícios à África como o encerramento de guerras convencionais, representou certa marginalização do continente, enquanto a globalização se tornava o vetor das relações internacionais. A implantação do liberalismo político e econômico, por sua vez, apresentou elementos de desfuncionalidade para os Estados africanos, que conheceram um momento de regressão, dando força ao chamado discurso afropessimista. Epidemias, miséria e brutais conflitos identitários desenvolveram-se, enquanto a atenção do mundo concentrava-se da abertura do leste europeu, na democratização da América Latina, na expansão da União Europeia e no desenvolvimento asiático.

Todavia, o fim do *Apartheid*, a independência da Namíbia e a pacificação de Moçambique lançavam as bases de futuras transformações. A ascensão do CNA ao poder na África do Sul, ainda que através de um processo pactuado, representavam um salto qualitativo, que foi complementado por sua reinserção na África meridional, que iniciava um processo de integração econômica. No mesmo sentido, mesmo a violenta guerra civil genocida que atingiu Ruanda, Burundi e o Zaire, prenunciavam alterações geopolíticas fundamentais para o futuro ressurgimento da África no cenário mundial.

### 5.1 A MARGINALIZAÇÃO: “PACIFICAÇÃO”, DEMOCRATIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO, CONFLITOS E EPIDEMIAS

#### 5.1.1 Crise econômica, “pacificações” e democratização

Na segunda metade dos anos 1980, as consequências dos conflitos africanos, da Nova Guerra Fria e da reestruturação da economia mundial continuavam a agravar a situação do continente. A União

Soviética e os regimes revolucionários africanos, seus aliados, encontravam-se numa posição cada vez mais difícil. Assim, quando o reformista Gorbachov chegou ao poder em 1985, procurou buscar um entendimento com os EUA, como forma de aliviar as tensões diplomáticas e deter a corrida armamentista e a corrosão econômica da própria URSS.

Contudo, é necessário destacar que o problema maior, apesar do impasse militar vigente nos conflitos regionais, encontrava-se sobretudo na posição estratégica da URSS. Se a Etiópia era incapaz de derrotar as guerrilhas eritreias e outras, estas também não tinham condições de derrubar o regime, tal como ocorria em Angola, em Moçambique, na Nicarágua, no Kampuchea (Camboja) e no Afeganistão. Num primeiro momento, os EUA rejeitaram as propostas de negociação soviéticas. Contudo, com a explosão da nave Challenger, em fins de 1986 (que inviabilizou o projeto guerra nas estrelas em médio prazo), e as crescentes dificuldades financeiras e econômicas dos próprios Estados Unidos (consubstanciada na crise das bolsas de valores em outubro de 1987), Reagan foi obrigado a negociar.

Em troca da redução da corrida armamentista e da retomada do processo de desarmamento nuclear, a URSS passou, em fins de 1987, a pressionar seus aliados regionais a buscar uma acomodação política, enquanto iniciava a redução da ajuda militar e econômica a estes. Esta inflexão, entretanto, encontrou resistência por parte dos aliados africanos e de Cuba. No Chifre da África, o regime etíope ficou na defensiva, mas permaneceu intransigente. Mas Moscou, à medida que cede a Washington, mais perde em capacidade de negociação, a tal ponto que, no final da década, participará apenas no âmbito multilateral na resolução de conflitos envolvendo seus próprios aliados.

Já na África do Sul, a situação foi mais complexa. Em 1988 as tropas cubano-angolanas derrotaram de forma esmagadora forças regulares sul-africanas e da UNITA em Cuito-Cuinavale, no sul de Angola, e a aviação cubana atacou a represa que fornecia energia para o norte da Namíbia. Ficava patente para a própria África do Sul, extremamente desgastada pela guerra, que chegara a hora de negociar. Os americanos propunham o princípio do *Linkage*: a retirada cubana em troca da independência da Namíbia, que Pretória acabou aceitando, ainda que procurando ganhar tempo.

Em 1989 os cubanos se retiraram de Angola (e do resto da África), no mesmo ano em que o muro de Berlim era aberto, iniciando-se o difícil processo eleitoral na Namíbia, sob os auspícios da ONU. Depois de esta-

belecerem-se prerrogativas especiais para a minoria branca e para o capital internacional, ocorreram eleições, que foram vencidas pela Swapo. Em março de 1990 a Namíbia tornou-se independente. Ao mesmo tempo os ventos democratizantes, associados ao reordenamento mundial, varriam a África. Regimes de partido único eram substituídos, frente a pressões internas e externas, por sistemas liberal-democráticos multipartidários, Estados em guerra civil como Angola (maio de 1991) e Moçambique (outubro de 1992) assinavam acordos de Paz e os demais regimes marxistas eram derrubados, como na Etiópia, em maio de 1991. A própria África do Sul anunciou, em fevereiro do mesmo ano, o fim do *Apartheid*, após a libertação do líder negro Nelson Mandela no ano anterior.

O liberalismo econômico era acompanhado pelo liberalismo político. A renegociação dos acordos econômicos, como a renovação da Convenção de Lomé, os empréstimos do FMI e os programas de ajuda, estavam condicionados às reformas democratizantes, respeito à oposição e à realização de eleições livres multipartidárias. Governos socialistas derrotados militarmente, ou impossibilitados de receber ajuda externa, foram substituídos (Etiópia) ou se adaptaram às novas regras (Angola e Moçambique), geralmente se aliando à Washington. Regimes autoritários pró-Ocidentais também foram pressionados a promover mudanças democráticas, muito mais por pressão norte-americana e, de fato, vários foram derrotados nas urnas (Quênia), enquanto outros mantiveram o poder por manipulação eleitoral ou intimidação da oposição (Gâmbia, Zaire e Malawi).

Mas o mérito, se assim se pode dizer, de muitos ditadores era impedir a articulação de oposições fragmentadoras (Somália) e, com o seu desaparecimento e a crise econômica, surgiram protestos ou distúrbios. Em alguns casos, a oposição revelou-se tão corrupta quanto os velhos ditadores, alguns dos quais retornaram ao poder pelo voto (Zâmbia e República Popular do Congo).

A adequação da África aos parâmetros da chamada Nova Ordem Mundial, contudo, não significava a solução dos problemas existentes. O fim da bipolaridade e do próprio conflito Leste-Oeste, agravado pelo desmembramento e desaparecimento da União Soviética, em fins de 1991, fizeram com que o continente africano perdesse grande parte de sua importância, estratégia e capacidade de barganha, ao que se acrescentava a própria perda de importância econômica. A Guerra do Golfo, por sua vez, reforçara esta tendência.

O resultado foi uma maior *marginalização* da África no sistema internacional, bem como a *desestrategização e tribalização* dos conflitos e da política regional. Com armas menos modernas, financiamento das máfias e senhores da droga (cujo cultivo se expandia rapidamente em muitas regiões do continente), e intromissão de potências médias locais e externas, estes conflitos persistiram, até como forma de sobrevivência de elites e populações nas áreas mais afetadas. Alguns acordos de paz, como os de Angola, não foram respeitados, com a persistência da guerra e a devastação de amplas regiões.

No Chifre da África, tal evolução e suas contradições ficaram bastante evidentes. Pressionado por guerrilhas de base clânica, Siad Barre foi derrubado na Somália em fevereiro de 1991, sendo o território dividido entre quatorze Senhores da Guerra, que lutavam entre si, enquanto a fome se alastrava pelo país. Em maio do mesmo ano, Mengistu Haile Marian fugia da Etiópia, depois que as guerrilhas regionais do Tigre e da Eritreia unificaram suas forças e avançaram sobre a capital. Curiosamente, ambos os movimentos eram marxista-leninistas de linha albanesa, e chegaram ao poder com o apoio dos EUA, após se converterem ao liberalismo político e econômico. Em maio de 1993, através de um plebiscito, a Eritreia tornou-se independente, com dois regimes “irmãos” nos respectivos governos. Isto não impediu que em maio de 1998 ambos entrassem em guerra, apesar de serem igualmente aliados dos Estados Unidos.

Já a Somália, cujo governo central deixara de existir em 1991, foi palco de uma intervenção militar da ONU em setembro de 1992, majoritariamente integrada por norte-americanos, com fins proclamados de distribuir ajuda humanitária. As facções somalis, especialmente a liderada por Mohamed Aidid, ofereceram uma resistência inesperada, causando muitas baixas aos ocupantes que, em março de 1994, começaram a se retirar do país, devido aos elevados custos da operação.

Este país que, quinze anos antes havia tentado criar uma Grande Somália, agora estava fragmentado em quatorze regiões dominadas por clãs armados, tornando-se um conflito “tribalizado”. Por outro lado, o chefe de um desses bandos lograra forçar a retirada de uma grande potência, mostrando a perda de importância estratégica da região. O Sudão, por sua vez, desde o golpe militar de 1989, tornou-se um Estado apoiado em leis islâmicas, praticamente proscrito da comunidade internacional pelos EUA e seus aliados regionais, prossequindo até a passagem da década a luta contra os rebeldes negros cristianizados e animistas do sul, estes apoiados pelo Ocidente e seus aliados regionais.

A descoberta de petróleo no centro do país produziu as condições para uma bem sucedida negociação entre o governo e os rebeldes. Porém, o comandante e o vice-comandante sulistas, logo após firmarem um acordo com o governo, foram assassinados, mas seus sucessores honraram o compromisso. Todavia, à medida que empresas chinesas, malaias e a estatal sudanesa iniciavam a exploração do petróleo, eclodiu um conflito na província de Darfur, onde se descobrira urânio recentemente. A repressão gerou uma onda de refugiados que fez as potências pressionarem a ONU a promover mais uma “intervenção humanitária”, o que foi vetado pela China.

### **5.1.2 A marginalização: conflitos, epidemias e pobreza**

A globalização e o fim da Guerra Fria desarticularam interna e externamente a política africana gerando conflitos “desestrategizados”, em meio ao alastramento da pobreza, da megaurbanização caótica e do ressurgimento de doenças epidêmicas como a cólera. O HIV/AIDS fez avanços notáveis, especialmente na África Austral e centro-oriental, o cólera ressurgiu com força e novas epidemias letais, como a do vírus Ébola, surgiram na África central, em meio à deterioração das condições sociais e sanitárias.

Tudo isto era acompanhado pelo colapso econômico, pois a África deixou de ser interessante para a Nova Economia e sua Revolução Tecno-Científica. O colapso dos pequenos Estados da África Ocidental e do Golfo da Guiné gerou o fenômeno das guerras de milícias, com seus “diamantes de sangue”. As guerras predatórias, conflitos pela sobrevivência, somaram-se à expansão do cultivo de drogas e a formação de redes locais e mundiais de traficantes. O Afropessimismo deixou de ser a perspectiva de uma parte da opinião, para converter-se em conceito quase universal.

No norte da África o fundamentalismo islâmico fez avanços significativos, com atentados no Egito, Líbia, Marrocos e, principalmente, na Argélia. Neste país, desde 1991, a Frente Islâmica de Salvação (FIS) tornou-se um partido influente e, face à sua vitória no primeiro turno das eleições em 1992, o processo foi suspenso e implantada a lei marcial, regida pelos militares. Iniciou-se então uma guerra civil esporádica, com grande número de atentados e massacres de civis.

Contudo, é preciso ter em conta que muitos desses atos eram cometidos pelas forças governamentais, com o objetivo de atemorizar a população, atribuindo a culpa à FIS e outras organizações fundamentalistas,

como constatou uma missão parlamentar da União Europeia em 1998. Por outro lado, há indícios de que os EUA mantinham certos contatos com as oposições islâmicas, enquanto a França apoiava o regime, o que, muito provavelmente, encontra sentido na disputa pelo petróleo e pela influência estratégica na região entre Washington e Paris. É necessário lembrar que em 1989 foi lançada a iniciativa da União do Magreb Árabe, um processo integrativo entre os países da região, o qual previa vínculos associativos com a União Europeia.

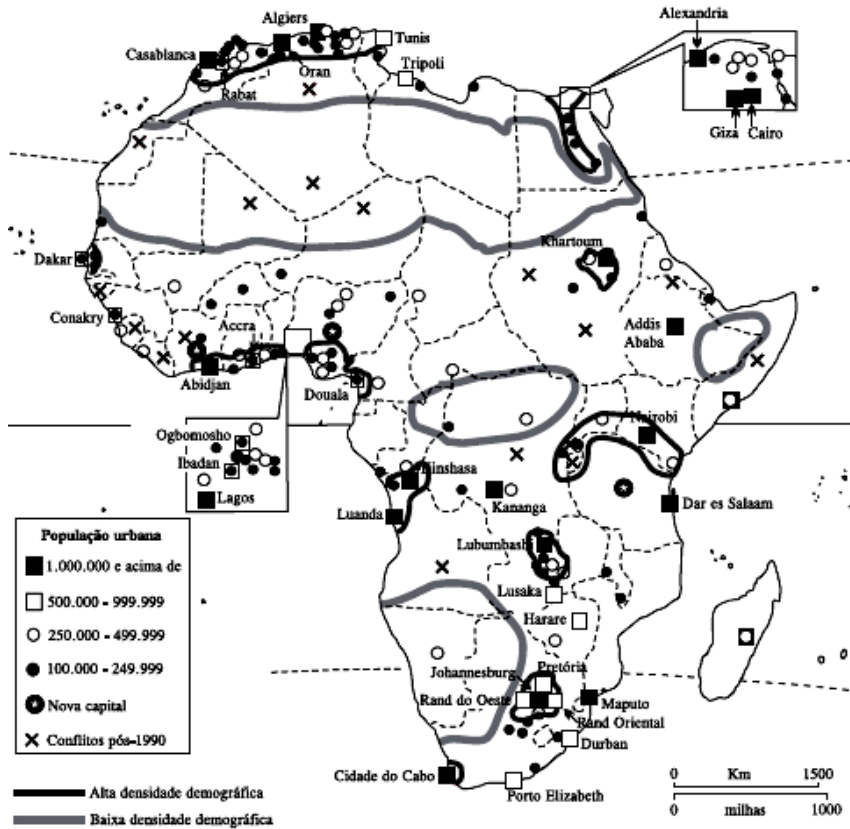
A instabilidade no continente também afetou os Estados do Golfo da Guiné. O mais importante país da região, a Nigéria, viveu, ao longo dos anos 1990, uma turbulência política interna permanente, com a oscilação entre avanços eleitorais da oposição e novos golpes militares. Além disto, as guerras civis alastraram-se pela região: Senegal (região de Casamance), Libéria, Serra Leoa (ver detalhes adiante) e a longa guerra dos Estados do Sahel (Mali, Niger, Mauritânia e a própria Argélia) contra os nômades tuaregues do deserto.

Embora a OUA tenha criado forças de paz para barrar os conflitos da Libéria e Serra Leoa, tardou a debelar estes conflitos. Nestes, a fratura principal ocorre entre os nativos do interior e os descendentes ocidentalizados de ex-escravos das Américas, que retornaram à África no século XIX, e habitam o litoral. Acrescente-se a isto que, após uma breve redemocratização, muitos regimes autoritários estão voltando ao poder na África, ou pelo menos antigos ditadores vencem eleições ou reassumem na esteira de conflitos internos, geralmente com apoio popular.

Além disto, há guerras civis, bolsões e ciclos de fome, destruição ambiental e narcotráfico, e o continente foi cenário de acontecimentos ligados à grande política mundial. Em julho de 1998, ocorreram atentados terroristas simultâneos nas embaixadas norte-americanas do Quênia e da Tanzânia, com um saldo de 250 mortos e cinco mil feridos. O atentado teria sido articulado pela rede Al Qaeda, o que levou o presidente Clinton a atacar com mísseis os campos de treinamento da mesma no Afeganistão.



**População africana e conflitos pós 1990**



### 5.1.3 O conflito não solucionado do Saara Ocidental

Para a realização de um plebiscito, a primeira discussão seria sobre quem poderia votar. Os saarauis acusavam o Marrocos de introduzir 120 mil colonos marroquinos para ficar em minoria. Desta forma, o referendo previsto para janeiro de 1992 foi prorrogado. Sempre postergado, os sucessivos atrasos eram devidos aos esforços marroquinos de mudar a composição demográfica do território. O acordo foi celebrado em Houston, Texas, em setembro de 1997, no primeiro encontro de alto nível entre a Polisário e o governo marroquino. Mesmo com a promessa de um referendo imparcial, tendo a ONU como autoridade suprema, as disputas continuaram. A Polisário demandava a limitação do referendo a 60 mil pessoas, que viviam no Saara Ocidental antes de 1975, segundo um censo espanhol de 1974. Já Marrocos queria incluir cerca de 120 mil habitantes que tinham imigrado desde 1976.

Em fevereiro de 2000, em nova resolução, o Conselho de Segurança decidiu prorrogar o mandato da Minurso até maio de 2000 e acordou que James Baker consultasse os dois lados para buscar uma solução. Mesmo com o processo paralisado, as esperanças de solução estavam na intervenção das Nações Unidas, não sendo possível para saarauis outra alternativa para a independência, se o povo assim escolhesse, como ressaltou Abdelaziz, presidente da RASD.

No plano externo, um duro golpe para Frente Polisário foi a retirada do reconhecimento dado pela Índia à RASD, a fim de assegurar o apoio marroquino na Organização da Conferência Islâmica sobre a questão da Caxemira, bem como de outros países, principalmente da África e da América Latina, somando quase uma dezena de nações. No entanto, a RASD ganhou um aliado útil no final de 2001, quando litígios sobre imigração e pesca deterioraram as relações entre Espanha e Marrocos, aproximando saarauis e espanhóis.

Em junho de 2001 foi divulgado pela ONU um novo plano de paz proposto por James Baker, que abandoava a intenção de realizar um referendo sobre o estatuto e a soberania do território por um período de quatro anos. O plano foi aceito pelo governo do Marrocos, mas rejeitado pela Frente Polisário. Quando o Conselho de Segurança abordou novamente o tema, surgiram quatro opções: o Plano Baker; continuar o processo do referendo sem a cooperação das partes; uma possível divisão do território e; a retirada das Nações Unidas do Saara Ocidental, reconhecendo que a controvérsia não poderia ser resolvida.

É importante salientar que os recursos naturais do Saara Ocidental são controlados pelo Marrocos, que construiu a Hassan Wall, 1.750 km de linha defensiva de fortificações de areia e minas, contornando a

parte do “triângulo útil”, território ao Norte onde estão as riquezas e acontecem os ataques da Polisário. A principal atividade econômica do território é a indústria do fosfato, que representa 60% das exportações. O Marrocos também tem investido em portos para aproveitar a pesca no país, outra atividade econômica relevante. Foram identificadas prováveis reservas de petróleo em águas do Saara Ocidental. Em 2001, após a exploração de um poço de petróleo na vizinha Mauritânia, o Marrocos concedeu direitos de exploração em águas do Saara Ocidental às empresas francesas TotalFinaElf e norte-americana Kerr McGee.

O território restante é deserto e vazio. A RASD consiste, então, de um pouco mais que refugiados nos campos em torno da cidade argelina de Tindouf, cerca de 167 mil pessoas e permanece dependente da Argélia e da ajuda internacional. A última resolução foi assinada no dia 30 de abril de 2009, prorrogando o mandato da Missão até 30 de abril de 2010, reafirmando a necessidade de se chegar a um acordo e demandando cooperação entre as partes<sup>24</sup>.

#### **5.1.4 Os conflitos do Golfo da Guiné**

O fim da Guerra Fria, que trouxe a pacificação de alguns conflitos da África meridional, no Golfo da Guiné produziu algumas das guerras civis das mais sangrentas da história do continente. O conflito da região, que apanhou a opinião internacional desprevenida, tinha fundamentos sociais, culturais, políticos e econômicos semelhantes, e o fato de terem ocorrido simultaneamente não foi acidental. Como, geralmente, elas são conhecidas de forma caricatural, é necessário proceder a uma breve descrição dos eventos e identificar os atores (domésticos e estrangeiros) e os padrões intervenientes. Elas viriam a ter profundas consequências internacionais, embora nações em questão fossem pequenas e de pouco valor estratégico. O padrão de solução dos conflitos e o discurso estruturado em torno de um novo enfoque do direito internacional teriam um impacto importante.

##### **5.1.4.1 Guiné-Bissau**

Devido ao fato de haver sido o único país da região cuja independência foi conflituosa, as Forças Armadas detêm imenso prestígio social, sendo basicamente composta pelos guerrilheiros da luta da independência. O golpe que derrubou Luis Cabral seria a primeiro de uma série de intervenções no governo por parte das forças armadas, desfechado por Nino Vieira, cuja popularidade era derivada do prestígio adquirido na luta

---

<sup>24</sup> **Resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre o Saara Ocidental.** Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minurso/resolutions.shtml>>

de independência. Em quatorze anos de poder unipartidário, Vieira migrou de um discurso próximo ao campo socialista para uma política neoliberal. A partir do congresso do PAIGC, de 1986, o governo aderiu ao Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) do FMI e do Banco Mundial. Entre as medidas do PAE, estava a realização de eleições multipartidárias, as quais foram realizadas em 1994, com vitória de Nino Vieira.

Em 1998, após destituir o Chefe do Estado Maior General Ansumane Mané, por enviar armas para Casamance, Vieira enfrentou um levante militar, liderado pelo General. As lutas, em que o Presidente foi apoiado pelo Senegal e pela Guiné Conakri, revelaram a importância da questão étnica. O conflito estendeu-se por quase um ano, provocando de uma intervenção internacional, que resultou no exílio de Nino Vieira e na realização de eleições no ano seguinte. Nessas eleições, em 2000, Kumba Yala, do PRS (Partido para a Renovação Social), dissidente do PAIGC, ganhou as eleições com um forte apelo étnico (balanta) e 72% dos votos. O governo Yala foi marcado pelo fracasso da reconstrução do país e por tentativas frequentes de golpes militares, sobretudo devido ao poder das forças armadas, que incorporaram os milicianos que lutaram na guerra civil.

Em 2003, o General Seabra levou ao cabo um golpe, mas, devido à pressão da Ecowas, Seabra montou um Conselho Nacional de Transição para organizar nova eleição. Assim, em 2005, Nino Vieira elegeu-se presidente e em novembro de 2008 destituiu o primeiro ministro opositorista, em nome da estabilidade nacional, após tentativa de assassinato. Em março de 2009, o Chefe das Forças Armadas Tagma Na Waié, foi morto num atentado à bomba e, no mesmo dia, as Forças Armadas invadiram o palácio presidencial e mataram o Presidente Nino Vieira.

Atualmente, a Guiné-Bissau tem como presidente Malam Sanha, do PAIGC, desde junho de 2009. Apesar de, por ora, as ameaças de conflitos estarem afastadas, a situação socioeconômica do país é caótica. As taxas de corrupção e o tráfico de drogas também são um problema, pois o país foi apontado pela Undoc como rota do tráfico internacional de cocaína da América Latina para a Europa, estimando que cerca de 40 toneladas da droga passem pelo país por ano, com apoio das Forças Armadas locais.

#### **5.1.4.2 Serra Leoa**

Em meados dos anos 1980, a situação de alta inflação, causada pela crise da dívida externa, somada à crise de abastecimento energético e alimentício, criou em Serra Leoa o que foi caracterizado como uma situa-

ção “*falência do desenvolvimento precedendo a guerra civil*”<sup>25</sup>. A pressão popular por eleições multipartidárias cresceu até 1991, quando o Presidente Momoh realizou a reforma constitucional. No entanto, a incapacidade do fraco Estado em fiscalizar e tributar a mineração de diamantes no leste do país propiciou o fortalecimento de milícias enriquecidas do comércio de diamantes.

A ausência estatal fomentou o tráfico ilegal de armas para assegurar as riquezas provenientes da exploração diamantífera. Desta forma, apoiado pela FPNL da Libéria e por Charles Taylor, Foday Sankoh liderou a RUF (Frente Unida Revolucionária) no leste do país. Em poucos meses a RUF exercia o poder sobre a província rural de Kailahun e em seguida avançava para a zona mineradora sem enfrentar grandes resistências pelas fracas e mal pagas forças armadas de Serra Leoa.

Ainda em 1991, militares amotinados, liderados pelo jovem Valentin Strasser, rumaram à capital para reclamar do salário e das condições de trabalho e a escalada para um golpe militar foi rápida. Dias depois o Presidente Momoh fugiu para a Guiné e uma junta militar, liderada por Strasser, assumiu o poder com a missão de combater a RUF, ganhando popularidade. No entanto, até 1995, a RUF havia tomado toda a região mineradora do país e aproximava-se de Freetown.

Nesse ambiente, a junta militar passou a contratar forças mercenárias. Diante da sua evidente incapacidade de reverter a situação, a junta convocou eleições para o início de 1996. Antes das eleições ocorrerem, o Brigadeiro Julius Bio ascendeu ao poder e intensificou a ofensiva contra a RUF, através da ação combinada da parcela leal do exército, das forças mercenárias e da milícia Kamajor. Essa nova ofensiva coordenada obteve resultados, levando a um cessar-fogo para as eleições.

Em sua primeira eleição livre Serra Leoa elegeu Kabbah, do SLPP (Partido Popular de Serra Leoa), como presidente, sendo selada a paz com a RUF em encontro na Costa do Marfim. O governo de Kabbah durou pouco mais de um ano, sendo derrubado por um golpe proveniente de uma coalizão entre a AFRC e a RUF, liderada pelo General Koroma. O governo AFRC-RUF foi marcado pelo desprezo pela ordem constitucional e pela inutilização das estruturas estatais, além de atrocidades cometidas contra a população, levando à intervenção da Ecomog, através da Ecomog. Após seis meses e bombardeios à Freetown, a intervenção das forças lideradas pela Nigéria obteve o cessar-fogo em nome do Presidente Kabbah no início de 1998.

---

<sup>25</sup> FEARON, 2007.

O segundo governo de Kabbah, monitorado pela Ecomog, implementou medidas no sentido de profissionalizar o exército e punir os envolvidos no golpe de 1997. Em 1998 a ONU enviou a Unomsil (Missão de Observação das Nações Unidas em Serra Leoa). No entanto, a oposição da AFRC-RUF foi crescente, produzindo o ataque a Freetown de janeiro de 1999, quando cinco mil pessoas foram mortas e a maioria dos prédios queimados em duas semanas de violência, sem que houvesse reação da Ecomog. Paradoxalmente, os eventos de janeiro de 1999 serviram para acelerar o processo de paz, aumentando a concertação internacional e nacional. Kabbah agia tanto no combate militar quanto negociando, sendo amparado pelos EUA, Reino Unido, Ecowas, ONU e UA. Este processo conduziu aos acordos de Lomé.

Os acordos de Lomé estabeleceram a RUF como um partido, da mesma forma que anistiava todos os responsáveis por crimes de guerra. Ademais, montava um governo de coalizão, liderado por Kabbah, mas com ampla participação do novo RUF (Partido da RUF) e tendo Sankoh, absolvido, como vice-presidente do país. O Presidente Kabbah declarou, em 2002, o fim da guerra civil. Ainda nesse ano, ele reelegeu-se com mais de 70% dos votos. A partir de 2002, a Unamsil (Missão Militar em Serra Leoa) passou a diminuir seu efetivo, retirando-se por completo em dezembro de 2005. Nas eleições asseguradas pela ONU de 2007, Ernest Koroma, candidato do antigo APC, foi eleito presidente.

### 5.1.4.3 Libéria

Até 1980, a Libéria (independente desde 1847) foi governada pela elite de Monróvia, formada por ex-escravos retornados dos EUA e intimamente ligada ao capital deste país (seringais da Firestone, madeiras e interesses minerais). O golpe impetrado por Samuel Doe, em 1980, era fundamentado na oposição a essa situação. Samuel Doe era o primeiro descendente de nativos a governar o país, mas isto não o afastou de uma política pró-EUA e antissocialista. Em dezembro de 1989, um grupo de liberianos, denominados NPFL (Frente Nacional Patriótica da Libéria) e liderados por Charles Taylor, avançou pelo território da Libéria, apoiado pela população Nimba, para destituir o Presidente Doe, dando início à guerra civil. Os atores internos principais em conflito no início da guerra civil foram a NPFL, de Taylor, e a INPFL, de Prince Johnson, esta última tendo sido responsável pela morte de Samuel Doe.

Em 1990 assumiu o poder um governo interino de unidade nacional, presidido por Amos Sawyer. Apesar de amparado pela Ecomog, o governo tinha pouquíssima autoridade. No ano seguinte, ex-oficiais e membros das Forças Armadas, ligados a Samuel Doe, formaram a Ulimo para combater tanto a NPFL quanto a INPFL. Frente à nova situação, em

1992 a ONU enviou ao país a Unomil. A guerra perdurou até 1997, quando Charles Taylor foi eleito presidente, em eleições multipartidárias.

O governo de Taylor foi marcado pela crescente contestação interna e pelo descrédito internacional. O primeiro, pela crescente força dos movimentos rebeldes LURD (Libéria Unida para a Redemocratização), em Lufa, e MODEL (Movimento para a democracia na Libéria), na fronteira com a Costa do Marfim. O poder do governo de Taylor estava restrito a Monróvia. Com a pressão interna e externa, Taylor abdicou do cargo em nome de Geyde Briant, um homem desvinculado dos combates armados. O acordo de paz de Accra que selou o novo governo montou um governo de transição composto por membros do Model, do Lurd e do governo de Taylor.

Contudo a Libéria pós-Taylor (que seguiu para o exílio), ainda contava com cerca de 50 mil homens em armas divididos em três facções. Gradualmente a Unmil suplantou a Ecomog na condução do país até as eleições de 2005, em que houve o envolvimento de atores internacionais em apoio às várias facções<sup>26</sup>. Nas eleições de 2005 foi eleita Ellen Sirleaf como presidente de um país com um enorme *déficit* estrutural, devido à guerra, altíssima taxa de desemprego e índices de corrupção. O amplo número de guerrilheiros herdados da guerra civil é um ponto de tensão para uma reescalada do conflito, o que é atenuado pela massiva presença da Unmil. A política da presidente tem sido no sentido de atrair investimento estrangeiro para a reconstrução do país.

#### 5.1.4.4 Costa do Marfim

Durante os primeiros trinta anos de sua independência, a Costa do Marfim foi governada por Houphouët-Boigny, num regime unipartidário marcado por uma posição pró-ocidental. Após ter sido eleito nas primei-

---

<sup>26</sup> É o seguinte o envolvimento internacional no Conflito: a) Ecomog: agiu em favor do presidente Samuel Doe no início do conflito. Após sua morte, a Ecomog trabalhou na construção do ambiente para as eleições multipartidárias até 1999. Em 2003, a Ecomil foi criada para auxiliar a Unmil; b) ONU: entre 1993 e 1997, foi mantida no país a Unomil, uma missão de observação da ONU, composta por um pequeno contingente de médicos, observadores militares e engenheiros. Em 2000, o Conselho de Segurança estabeleceu sanções ao país, devido à invasão à Guiné apoiada pelo governo de Taylor. Em 2003, a Unmil recebeu 15 mil homens para trabalhar na desmobilização e desarmamento das milícias no país. Outro aspecto da Unmil foi o apoio ao governo de transição na organização das eleições de 2005; c) Guiné: no governo provisório de Amos Sawyer a Guiné apoiou o treinamento dos “boinas pretas” que defenderam o governo no período, contra Taylor. Durante o governo Taylor a Guiné manteve amplo apoio ao movimento Lurd; e d) Costa do Marfim: até 2003, a Costa do Marfim manteve apoio ao governo NPFL e a Charles Taylor. Após a morte de Robert Goei, o governo marfinense passou apoiar o Model, devido à sua guerra civil interna.

ras eleições multipartidárias do país em 1990, Houphouët-Boigny morreu em 1993. Após sua morte, Henry Bedié assumiu o país, com um governo marcado pela tentativa de promoção de uma grande reforma na economia do país, sob a orientação do FMI e do Banco Mundial. Entre 1993 e 1996, as medidas apresentaram algum resultado, ainda que parcial. Contudo, o evidente mau gerenciamento dos recursos levou ao congelamento dos créditos concedidos à Costa do Marfim, agravando a situação do país. Em 1999, um motim por melhoria salarial nas Forças Armadas, transformou-se em um golpe, que conduziu o ex-Chefe das Forças Armadas, Roberto Gueï, ao poder, amparado por uma coalizão civil-militar. O Presidente Bedié foi exilado na França, que o apoiava.

Em outubro de 2000, foram realizadas eleições, nas quais Gueï se proclamou vencedor, mas a pressão popular maciça levou-o a abandonar o poder em nome do legítimo vencedor, Laurent Gbagbo. Dada a conjuntura de equilíbrio e impasse, Gbagbo estabeleceu, em setembro de 2001, o Fórum para a Reconciliação Nacional. Ademais, o governo Gbagbo foi marcado pelo rigor fiscal e pela política de *superávit* primário.

Em 2002, houve outra tentativa de golpe, resultando na morte de Goeï. Em pouco tempo, o governo perdeu o controle do norte do país. A França enviou tropas para Costa do Marfim e a Ecowas encarregou-se do processo de paz. A principal demanda no norte do país era a concessão de cidadania para a população originária de Burkina Faso. Em julho de 2004 o governo em Abidjam ordenou um bombardeio ao norte do país, matando nove soldados das forças de paz da França e levando ao embargo do país, deliberado pelo Conselho de Segurança da ONU.

A ação mais determinante para a resolução do conflito foi feita pela UA, que estabeleceu prazos para o desarmamento de ambas as facções e a realização de eleições. Contudo, em nova deliberação a Ecowas, a ONU e a UA decidiram prorrogar o mandato de Gbagbo por 12 meses, com a cessão de poderes ao primeiro-ministro. A Ecowas foi a primeira entidade a envolver-se no processo de paz, com a tentativa de estabelecer uma negociação e com o envio de 2.500 homens em 2002. Nessa negociação, os 3 milhões de demandantes por cidadania, do norte, a receberiam, em troca da deposição de suas armas. No entanto, a tentativa fracassou. A UA conduziu, então, o acordo de paz em Pretória, em 2005, mediado pelo presidente sul-africano Thabo Mbeki, em que foram estabelecidos prazos para o desarmamento e a realização de eleições. Posteriormente, junto à Ecowas trabalhou na segunda proposta de reequilíbrio das forças, fracassada devido à reação popular.

Em 13.05.2003 foi enviada, pela ONU, a Minuci para complementar o trabalho da França e da Ecowas. Criado pela resolução 1.528 do Conselho de Segurança da ONU, de 27 de fevereiro de 2004, o mandato



da Unoci ordenava a concentração das atividades conduzidas pela Ecowas e pela Minuci. Tendo imposto sanções ao país pelo tráfico de armas e diamantes, a Unoci esteve próxima de atingir seu objetivo, quando limitou o mandato do presidente Gbabgo em 12 meses e propôs novas eleições. Contudo, o acordo entre Gbabgo e as “Novas Forças” de Soro modificou a situação, favorecendo sua manutenção no poder até os hoje.

Desde 2002, o contingente francês no país foi aumentado três vezes, de 2,5 mil homens para 4 mil, no começo de 2003 e 9 mil, até o fim desse ano. A motivação para a manutenção das tropas francesas na Costa do Marfim é a segurança dos franceses residentes no país e a tentativa de manter a influência na região. A situação política do país encontra-se estabilizada desde 2007, ainda que as eleições tenham sido adiadas, primeiro para fins de 2008, depois em início de 2009 e agora está marcada para início de 2010. O período de guerra civil aprofundou o problema da AIDS no norte e oeste do país, que hoje atinge 7,1% da população. O país vive basicamente da exportação do cacau, café, cana e algodão. O conflito teve um impacto relativamente baixo nessas produções por ter ocorrido no norte, de menor densidade produtiva.

## 5.2 **ÁFRICA DO SUL: O FIM DO APARTHEID E A REINSERÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL**

### 5.2.1 **O fim do *Apartheid*: de Mandela à Mbeki, de Mbeki à Zuma**

Apesar dos problemas que marcaram a África com o fim da Guerra Fria e a globalização, existem alguns processos positivos que sinalizam a reafirmação da África na cena internacional. É o caso da África Austral, outra região considerada importante no contexto da globalização, devido a suas reservas minerais e sua relevante posição geopolítica. Tanto aqui como no Oriente Médio, os conflitos regionais conduziam à radicalização social, à instabilidade diplomática e aos excessivos gastos em defesa e segurança, os quais foram consumindo as riquezas locais, obrigando o Ocidente a auxiliá-las economicamente.

O *Apartheid* começou a ser desativado pelo presidente Frederik De Klerk, num tortuoso processo que iniciou com a libertação e Nelson Mandela e culminou com sua eleição à presidência do país em 1994. Este caminho foi difícil, com inúmeros conflitos internos, como a mobilização do grupo Zulu Inkhata (aliado do regime do racista) contra os militantes do Congresso Nacional Africano, com a finalidade de desestabilizar o processo e intimidar seus militantes. Complicadas negociações antecederam a realização de eleições, envolvendo a garantia da prosperidade da

elite branca, a reintegração dos territórios dos bantustãos e a redivisão das províncias sul-africanas.

Da mesma forma, foi pactuado que o parlamento elegeria o presidente e que para mudar a constituição seriam necessários três quartos dos votos parlamentares. Assim, a grande disputa é sempre impedir que o CNA (que governa em coalizão com o Partido Comunista da África do Sul) atinja o patamar de 67%, como forma de manter os privilégios negociados de “direito das minorias” (leia-se, o privilégio socioeconômico da elite branca). A política econômica liberal encontra-se, igualmente, blindada e arduamente defendida pela federação empresarial e pelos organismos financeiros internacionais.

De qualquer forma os negros puderam votar e, principalmente, locomover-se livremente pelo país, geralmente em busca de empregos e melhores condições de vida. Por esta razão surgiram enormes favelas junto às grandes cidades, mostrando uma pobreza que estava oculta em regiões afastadas, onde as “comunidades tribais” eram obrigadas a permanecer. Mas houve melhorias, apesar do alto índice de desemprego, pois o acesso à saúde, à educação, à eletricidade e, gradativamente à moradia, está sendo conquistado. Contudo, inegavelmente, há frustração pela falta de emprego, desigualdade social (agora há termo de comparação) e o resultado é o aumento da criminalidade, especialmente juvenil.

O país também recebe muitos imigrantes de regiões mais pobres da África, o que complica a situação e cria “bodes expiatórios” para os descontentes e forças políticas que buscam a instabilidade. Há um processo de *Black empowerment*, um programa governamental destinado a aumentar a presença dos negros nos negócios e na administração. Mas o que isto gerou até agora foi a formação de uma pequena elite negra, claramente cooptada pelo modo de vida dos antigos senhores, como o rico cinema sul-africano tem mostrado.

Embora a situação interna sul-africana seja complicada, especialmente quanto aos problemas sociais que afetam a maioria negra, começa a esboçar-se uma área de integração na África Austral, em torno da nova África do Sul. O processo de paz traz implícita a integração econômica da região, permitindo virtualmente uma maior estabilidade social e diplomática, bem como uma inserção internacional menos onerosa desta área no movimento de globalização econômica em curso.

Paralelamente, a nova diplomacia sul-africana abriu possibilidades de mudança na política regional, pois a África do Sul ingressou na OUA e no Movimento dos Não Alinhados, cortou relações com Taiwan e as estabeleceu com a República Popular da China, e tem buscado romper

o isolamento estabelecido pelos EUA em relação à Líbia, Nigéria, Sudão e Cuba. Além disto, o estabelecimento em 1993, por iniciativa brasileira, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, cria possibilidades de cooperação sistemática entre a África Austral e os países do Mercosul, recriando certa margem de manobra internacional.

A África do Sul *pós-Apartheid* também tem promovido ativamente a integração econômica no continente africano. A SADCC, Coordenação da Cooperação para o Desenvolvimento da África Austral, foi transformada em 1992 em Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – SADC, com atribuições mais concretas e adesão de novos países, dinamizados pela entrada da África do Sul. Em setembro de 2001 a organização, que promove uma ativa integração na região, aprovou a criação de uma área de livre comércio entre os países membros para a década seguinte.

A Organização da Unidade Africana, por sua vez, foi transformada em União Africana em julho de 2002, durante a reunião de Durban. O apoio sul-africano e os recursos prometidos pelo líder líbio Kadafi (que já não está mais sob embargo internacional), foi decisivo para a ampliação dos objetivos da organização e a criação de condições para uma cooperação mais íntima entre os países do continente e para uma verdadeira integração. O presidente Mbeki, sucessor de Mandela, criou também a Nepad, Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento Africano. Tudo isto contribuiu para que algumas eleições transcorressem com tranquilidade, como a do Quênia e a de Madagascar, vencidas pela oposição, esta última apoiada pelos EUA.

Mas a África também passou a integrar os grandes temas e problemas mundiais. Epidemias devastadoras, como o vírus Ébola e o HIV-AIDS, não apenas causam danos presentes, como comprometem o futuro, pois os infectados pelo último chegam a atingir 50% em Botsuana e 25% na África do Sul. Ao lado de problemas no campo da saúde, existe uma dimensão social e econômica, que se tornará mais aguda com o passar do tempo.

Ao mesmo tempo, graças ao grande protagonismo diplomático da África do Sul, o continente passou a sediar importantes Conferências Internacionais da ONU. Neste país, teve lugar, em setembro de 2001, a III Conferência da ONU contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, da qual os delegados dos EUA e Israel se retiraram, como forma de boicotar o debate sobre a questão palestina. Em setembro de 2002, foi realizada em Joanesburgo a chamada Cúpula da Terra (Rio + 10), sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Desta vez, os EUA e os países da OPEP bloquearam o estabelecimento de

metas para a energia renovável, enquanto o Brasil e a União Europeia buscavam um percentual comum.

Na África do Sul, o CNA manteve-se no poder com Thabo Mbeki, que governou por dois mandatos (1999-2008). Embora a economia sul-africana seja moderna e possua uma boa base industrial, está, evidentemente, muito atrás de países como China, Índia, Rússia e Brasil. Contudo, o país é o mais desenvolvido da África e está no centro de redes de transporte e de toda a infraestrutura herdada do colonialismo. Em sua área de inserção imediata, o poder econômico e militar de que dispõe é bastante significativo (como o Brasil em relação à América do Sul).

Daí sua posição privilegiada para ser o polo integrador da região, tendo se associado ao bloco da SADC, dando novo vigor ao mesmo. Por outro lado, as relações com a Ásia e o Mercosul, bem como sua projeção em direção ao centro do continente africano, qualificaram a África do Sul a também reivindicar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, sendo apoiada pelos quatro países acima referidos. O significado político de seu governo, a contribuição para a pacificação da África Austral e a participação ativa na diplomacia e desenvolvimentos do continente nos marcos da OUA/UA qualificaram o país como líder da África negra.

No plano global, Pretória tem atuado de forma destacada em favor do sistema das Nações Unidas, do multilateralismo, da paz, do desenvolvimento e da multipolaridade. Mandela defendeu o direito de Cuba e da Líbia à autodeterminação, e Mbeki, sempre com o apoio moral de Mandela, foi um crítico da invasão do Iraque pelos EUA sem autorização da ONU. Como integrante do G-3, ou IBAS (Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul), juntamente com Índia e Brasil, o país tem sido um grande protagonista da política internacional, gozando de enorme influência. Militarmente, o país herdou da África do Sul “branca” um sistema moderno e poderoso, mas teve de renunciar ao projeto nuclear. Além disto, o país detém uma posição geopolítica estratégica, uma economia com grandes potenciais e um capital político-diplomático precioso, representando a liderança necessária ao desenvolvimento africano.

Em 2008, o descontentamento social produziu uma disputa dentro do bloco governante, com o Partido Comunista, a Cosatu (central sindical sul-africana) e a ala esquerda do CNA defendendo a candidatura de Jacob Zuma à liderança do partido. Zuma venceu, gerando uma crise que o colocou em choque com o presidente Mbeki (defendido pela comunidade empresarial), que foi destituído da presidência do país. Enquanto isso o ministro da economia criava um partido moderado dissidente, como for-

ma de impedir que o CNA obtivesse maioria as eleições legislativas. Mas Zuma venceu e assumiu a presidência em 2009, com um programa social e investimentos em infraestrutura para a preparação da copa mundial de futebol de 2010. No plano internacional, passou a haver maior entrosamento com os vizinhos e uma diplomacia mais autônoma.

### 5.2.2 O processo de Paz em Moçambique e Angola

Avanços semelhantes aos da África do Sul e da Namíbia também ocorreram em Moçambique e Angola, através de processos de paz. Em 1990 os cooperantes soviéticos, alemães orientais e cubanos retiraram-se do país, e milhares de estudantes e trabalhadores que se encontravam no leste europeu retornaram, causando um grave problema social. Assim, em 1992 foi assinado um Acordo de Paz entre a Frelimo e a Renamo e estabelecido o multipartidarismo. Em 1994 ocorreram eleições, que reelegeram Joaquim Chissano pela Frelimo, um resultado reconhecido pela oposição. Teve início a reconstrução do país, através de um modelo econômico de mercado.

Em 1999 Chissano foi reeleito e, posteriormente, ele conseguiu fazer seu sucessor. Moçambique tem contado com apoio europeu e, mais recentemente, chinês. A China retornou ao país em meados dos anos 1990, oferecendo a construção de prédios para que pudesse ocorrer a Cúpula da OUA, que Chissano desejava presidir. Jazidas de gás foram encontradas em Nhambane, sendo construído um gasoduto em direção à capital. O turismo também tem sido incrementado.

Em Angola, todavia, as dificuldades foram maiores. Embora a retirada dos cubanos em 1989 tenha sido seguida pela independência da Namíbia, o que garantiu o desengajamento (ao menos formal) da África do Sul, o *lobby* pró-Savimbi era forte nos EUA, na Europa e em várias capitais africanas. Embora ele tenha firmado uma trégua em Gbadolite (Zaire) perante vinte líderes estrangeiros, logo os combates foram reiniciados, mas um ano depois ele reconheceu o governo de José Eduardo dos Santos. Em 1991 o governo introduziu um sistema multipartidário e liberalizou a economia, fazendo uma inflexão em direção aos Estados Unidos. Em maio foi firmado o Acordo de Paz em Estoril, Portugal, sendo incorporada a guerrilha nas forças armadas nacionais, as quais foram reduzidas.

Na sequência, foram realizadas eleições em 1992, com a vitória de dos Santos, a qual não foi reconhecida por Savimbi. No mesmo dia as forças guerrilheiras da Unita, que se mantiveram, clandestinas e, dissimuladamente, conservaram suas armas, reiniciaram a guerra civil em Luanda e no interior. O governo havia desmobilizado seus melhores soldados e quase foi vencido, não fosse a resistência de milícias populares. Savimbi

controlou grande parte do interior, onde encontravam-se as jazidas de diamantes, enquanto o governo financiava-se com os poços de petróleo no litoral. Vários acordos foram tentados, mas a luta continuava com Savimbi ocupando mais da metade do país. Todavia, alguns setores da Unita viriam a aceitar uma anistia do governo e transformaram-se em partido, sendo cooptados para alguns cargos governamentais.

Com a ascensão de Nelson Mandela em 1994 e a queda de Mobutu em 1997, o grupo de Jonas Savimbi começou a perder força, mas a rendição somente ocorreu com sua morte em combate em fevereiro de 2002. Encerrava-se, desta forma, uma das mais longas guerras civis da história contemporânea (1961-2002), mas havia, assim como em Moçambique, milhões de refugiados e de minas terrestres dispersas e não detonadas, e milhares de mutilados, além da infraestrutura estar completamente destruída. Somente a chegada dos investimentos chineses teria um impacto decisivo para a economia angolana.

Com relação aos outros dois PALOPS (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), os Estados insulares de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, a trajetória foi oposta no pós-Guerra Fria. Em Cabo Verde, nação em que metade da população vive no exterior (Europa, EUA e Brasil), em 1990 foi instituído um sistema multipartidário e abandonada o modelo socialista. Um partido de oposição venceu as eleições e governou o país ao longo de toda década de 1990, adotando um capitalismo de mercado, privatizando empresas, fomentando o surgimento de uma nova elite e abrindo caminho para a volta dos interesses portugueses. Até a bandeira do movimento de libertação nacional foi mudada por uma mais *light*.

Em 2000 o PAICV voltou ao poder, agora com um modelo intermediário de gestão e desenvolvimento econômico. Ainda dependente de ajuda externa, o país formou quadros, é muito bem administrado e resolveu o problema alimentar, podendo vir a constituir um centro de serviços para a África ocidental. Ainda que tentando uma maior cooperação com o Brasil, Cabo Verde se sente quase “parte da Europa” (sua moeda é indexada ao Euro), com a qual mantém estreitos laços, e com os EUA, que desejam incluir o estratégico arquipélago na OTAN. Com pouca margem de manobra, Cabo Verde busca diversificar suas parcerias para resistir a este processo.

São Tomé e Príncipe, estrategicamente localizado no Golfo da Guiné, com jazidas de petróleo já identificadas, ainda enfrenta problemas graves. No início dos anos 1990 o modelo socialista foi abandonado, adotando-se o liberalismo político (multipartidário) e econômico. A instabilidade política é constante, com diversas tentativas de golpe de Estado,

algumas bem sucedidas, má administração, falta de projeto e forte dependência de ajuda externa. É um dos poucos países africanos que ainda mantém relações diplomáticas com Taiwan e respondeu positivamente ao pedido dos Estados Unidos para a instalação de uma base militar. Vale lembrar que o país encontra-se defronte à Nigéria, Camarões e Gabão, e no centro do principal lençol petrolífero africano.

### **5.2.3 Fundamentos estruturais da integração na África meridional**

O continente africano tem sido caracterizado pela perspectiva *afropessimista* como um espaço conflitivo, estagnado (ou mesmo em retrocesso) e caótico, incapaz de estabelecer coordenações prolongadas, gerando apenas processos integrativos fracassados. No que se refere à África Austral, tal abordagem não condiz com a realidade, como buscaremos demonstrar. Existem fundamentos políticos e materiais que conferem a iniciativas como a SADC (*Southern Africa Development Coordination*) e a SACU (*Southern Africa Customs Union*) uma viabilidade prática e perspectivas de avanço.

O processo de democratização que se implantou na região no início da década de 1990, juntamente com a resolução dos conflitos e guerras civis, significou um impulso importante para uma arrancada no processo de integração. Mas as bases materiais de tal movimento antecedem estes acontecimentos. O primeiro fator é a infraestrutura herdada do colonialismo. Muitos dos Estados nacionais atuais pertenceram a um mesmo Império colonial, o britânico, ou a ele associados, como o português.

#### **5.2.3.1 A integração legada pelo colonialismo**

Enclaves mineradores, como os da África do Sul, África do Sudoeste (atual Namíbia), Zâmbia, Angola e Katanga (na atual República Democrática do Congo) dinamizaram a economia regional desde os tempos coloniais e exigiram a construção de um sistema integrado de ferrovias e portos. Além disto, os polos agroexportadores da própria África do Sul, Botsuana, Rodésia (atual Zimbábue), Niassalândia (atual Malawi) e Angola também contribuíram para a interconexão das sub-regiões da África meridional e a acumulação de capital.

Ao mesmo tempo, surgiram centros urbanos, uma elite empresarial branca e uma classe de trabalhadores assalariados negros, no quadro de um fenômeno migratório de escala regional, e mesmo internacional, com a vinda de trabalhadores indianos para a província sul-africana de Natal (hoje Kwazulu-Natal). Finalmente, a crescente necessidade de energia, fez com que as hidroelétricas do Rio Zambeze gerassem energia elétrica,

a qual passou a ser distribuída para centros consumidores localizados em outros países, especialmente a região aurífera do Rand sul-africano. O caráter mediterrâneo de muitos dos novos Estados e de seus enclaves mineradores ou agropecuários contribuíram para a integração de redes de transporte, que possuem uma lógica regional ou supranacional, e não nacional. Num plano mais geral, as redes convergem para a África do Sul, o país mais desenvolvido da região.

Os conflitos vinculados ao processo de descolonização, bem como as sanções internacionais ao regime do *Apartheid*, contribuíram para, de um lado, perturbar a integração regional, especialmente após as independências de Angola e Moçambique (1974-1975) e a ascensão de um regime de esquerda de maioria negra no Zimbábue (1980). Todavia, por outro lado, as necessidades econômicas geradas pelo isolamento internacional de Pretória levaram a um aprofundamento da integração regional. Com a constituição da União Sul-Africana, em 1910, com uma semi-independência dentro da Comunidade Britânica, foi articulada, no mesmo ano, a SACU, que estabelecia uma zona de livre-comércio com os protetorados africanos ingleses da Basutolândia (atual Lesoto), Swazilândia e Bechuanalândia (atual Botsuana). A ela foi incorporada *de facto*, após a Primeira Guerra Mundial, o ex-Sudoeste Africano Alemão (atual Namíbia).

### 5.2.3.2 As integrações resultantes dos conflitos da descolonização

Apesar das tentativas do regime racista sul-africano no pós Segunda Guerra Mundial de incorporar estes territórios haver sido recusada por Londres, elas foram integradas economicamente ao espaço da África do Sul. Com o avanço da descolonização, o regime de minoria branca da Rodésia e as colônias portuguesas também passaram a gravitar em torno do gigante sul-africano nos campos do comércio, investimentos, mão de obra, transportes e energia. Quando a descolonização avançou na África equatorial, Pretória tentou articular a chamada Constelação de Estados em torno da sua economia (também como uma barreira de segurança), com um sucesso temporário e limitado.

Embora a situação vigente nos anos 1970 e 1980 tenha reduzido a hegemonia econômica sul-africana ao espaço da SACU, os adversários que constituíam os chamados Estados da Linha de Frente criaram a *Southern Africa Development Coordination Conference* (SADCC). Mas apesar das dificuldades práticas da SADCC e das retaliações militares sul-africanas contra estes países, afirmou-se uma outra lógica de integração, com base na complementaridade econômica e nas obras de infraestrutura. Mas nem a África do Sul poderia viver sem seu *hinterland*, nem os vizinhos poderiam avançar sem ela. Uma contradição que somente foi solucionada com



o fim do *Apartheid* e a reintegração dos espaços da SACU com os da SADCC nos anos 1990.

O fim do regime racista na África do Sul, a independência da Namíbia, o encerramento das guerras civis de Moçambique e de Angola, bem como a democratização de vários regimes negros neocoloniais da região alteraram favoravelmente o cenário vigente. A Namíbia aderiu à SADCC, que em 1992 transformou-se na SADC, e a Nova África do Sul, instituída em 1994 e governada pelo Congresso Nacional Africano de Nelson Mandela, a ela aderiu neste mesmo ano. Finalmente o espaço da África Austral voltava a reintegrar-se, agora dinamizado por uma África do Sul dotada de uma nova lógica política, embora certas constantes econômicas hegemônicas permanecessem, tanto devido à situação objetiva da economia sul-africana como pelo domínio continuado da elite branca sobre ela.

### 5.2.3.3 Reconfiguração da região e problemas transnacionais

A África Austral, de certa maneira, recuperou uma situação vigente anteriormente à descolonização, quando a lógica econômica se impunha sobre os imperativos políticos. Ferrovias são reconstruídas e reabertas, instalações portuárias são recuperadas e modernizadas, retomando os fluxos regionais. Relativamente marginalizada com a globalização, a parte meridional do continente africano pôde dar vazão às tendências próprias, encontrando na África do Sul um elemento dinamizador.

Ao mesmo tempo, os países que integram a SADC<sup>27</sup> enfrentam uma série de problemas comuns, que exigem soluções coletivas e ação coordenada. O primeiro deles é a transição militar que se seguiu ao fim dos conflitos armados na África do Sul, Namíbia, Angola e Moçambique, os exércitos numerosos tiveram de ser parcialmente desmobilizados, ao mesmo tempo em que os guerrilheiros, inimigos de ontem, tiveram de ser integrados às novas forças armadas. Este não foi um processo simples, tendo exigido um grande esforço político, concluído com razoável êxito.

---

<sup>27</sup> São membros da SADC atualmente os seguintes países, cada qual com uma função: África do Sul, finanças e investimentos; Angola, energia; Botswana, produção animal e agrária; Lesoto, conservação da água, do solo e turismo; Malauí, florestas e fauna; Maurício (sem função específica); Moçambique, transportes, cultura e comunicações; Namíbia, pesca; Suazilândia, recursos humanos; Zâmbia, minas; Zimbábue, segurança alimentar. A Tanzânia, a República Democrática do Congo, Seychelles e Madagascar aderiram posteriormente ao bloco.

Mas a desmobilização parcial de soldados e guerrilheiros geraram duas consequências sérias: o desemprego e o tráfico de armas leves, com a decorrente criminalidade. Centenas de milhares de fuzis, metralhadoras e pistolas foram empregadas na região nas décadas de 1960, 1970 e 1980, e apenas parte delas foi devolvida. João Batista, um soldado da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique, o partido governante deste país), declarou que “*sabíamos que as armas propiciam bons negócios. Então nós guardamos as melhores para nós, vendendo algumas para traficantes e guardando outras para o futuro. A Frelimo nunca iria nos pagar pelos anos que estivemos lutando*”.

Eduardo Adão, da rival Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), argumentou, por outro lado, que “*armas podem significar comida. Não queremos passar fome. Após as eleições, vimos que iríamos ser traídos pelos políticos. Por que entregar as armas e nos enfraquecermos? Nós entregamos as ruínas. Negócio é bom com uma arma*”<sup>28</sup>. As armas vendidas vão, sobretudo, para a África do Sul, alimentando a criminalidade, que atingiu níveis alarmantes.

Daí a necessidade de se estabelecer uma cooperação regional em matéria de segurança, pois o tráfico e a proliferação de armas de pequeno porte se somam ao fenômeno das migrações em massa e dos refugiados. Existe a necessidade de se criar um desenvolvimento sustentável para estabilizar as zonas pós-conflito, as quais sofreram grave degradação ambiental, exaustão de recursos naturais (sobretudo água e florestas) e o deslocamento de populações.

Outro aspecto interessante é o estabelecimento de reservas naturais transfronteiriças onde anteriormente havia uma lógica de segurança, como na fronteira entre a África do Sul e Moçambique, como forma de conter a infiltração de guerrilheiros. Agora existe uma nova política ambiental que reúne parques dos dois lados da linha demarcatória, implantando-se megarreservas como a do Kruger Park-Chimanimani, com uma vastíssima extensão. Na confluência dos limites da África do Sul, Namíbia e Botsuana, por sua vez, foi implantada a reserva de Kalahari/ Gemsbok/ Khutse, e esta é uma tendência que se afirma entre os países-membro da SADC.

A produção de açúcar e a geração/distribuição de eletricidade, por seu turno, representam outra face da integração e um veículo de desenvolvimento econômico para a África Austral. A coordenação da

---

<sup>28</sup> Citado por VINES, Alex. Small arms proliferation: A major challenge for post-Apartheid South and Southern África. In: SIMON, David (Ed.). **South África in Southern África: reconfiguring the region**. Oxford: James Currey/Athens: Ohio University Press/Cape Town: David Philip, 1998. p. 40.

produção açucareira, que em 1990 representava mais de 10% das exportações agrícolas, tem sido um instrumento importante de cooperação regional. Já a geração e distribuição de energia elétrica, com as crescentes necessidades, tem implicado em políticas energéticas gerenciadas pela SADC, reforçando a economia de alguns membros mais fracos. Geralmente elas estão associadas a políticas de utilização da água, um dos bens mais escassos da região.

Dois problemas que, igualmente, fomentam uma situação que exige coordenação regional são as migrações, que se aceleraram com o fim do *Apartheid*, e a gravíssima questão da AIDS/HIV na região. A primeira, ao lado dos problemas socioeconômicos, tem gerado forte sentimento xenóforo na África do Sul, dado o desemprego existente no país. Já a disseminação da AIDS/HIV, que na África do Sul que já atinge um quarto da população e em Botsuana mais da metade, está a requerer políticas coletivas, principalmente no que tange aos trabalhadores migrantes. Os efeitos econômicos e sociais da epidemia são sérios e tendem a se agravar no futuro.

Por fim, observa-se que a participação na cooperação regional, além desses imperativos e fatores objetivos, apesar das contradições que geram, cria um clima propício à integração e, dialeticamente, à afirmação nacional. Segundo Sidaway e Gibb, “*o comprometimento formal em relação à, e a participação na, ‘integração’ pode ser mais bem entendida como a afirmação do processo pelo qual a soberania é confirmada. O reconhecimento disto capacita a uma melhor compreensão da SADC em particular*”<sup>29</sup>. Assim, apesar da força da leitura afropessimista, a integração da África Austral representa uma realidade em afirmação.

#### 5.2.3.4 Os diferentes modelos de integração e os atores sul-africanos

Segundo Hentz<sup>30</sup>, a cooperação/integração da África Austral possui três vias possíveis: a *desenvolvimentista*, a de *mercado* e a *ad hoc* ou *funcionalista*. A desenvolvimentista busca uma interdependência regional equitativa para o desenvolvimento, que implica dirigismo econômico e uma forte presença do Estado como protagonista, sendo o melhor exemplo a SADC. A cooperação via mercado busca reduzir tarifas alfandegárias e remover barreiras à atividade econômica entre os Estados da região. Trata-se de uma versão apoiada por agentes externos, como a União Eu-

<sup>29</sup> SIDAWAY, James D.; GIBB, Richard. SADC, COMESA, SACU: contradictory formats for regional ‘integration’. In: SIMON, David (ed.). *Op. cit.*, p.178.

<sup>30</sup> HENTZ, James J. **South Africa and the logic of regional cooperation**. Bloomington and Indianapolis: Indianapolis University Press, 2005. p. 105.

ropeia e as grandes agências financeiras internacionais, que acaba por manter e aprofundar as desigualdades regionais. A *Southern Africa Customs Union* (SACU), agrupando África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia, representa esta modalidade.

Por fim, a cooperação econômica regional de tipo *ad hoc*, ou cooperação por projetos ou funcional baseia-se em acordos bilaterais e projetos específicos que fluem quase naturalmente da relação espontânea entre uma economia central e outras periféricas, aprofundando as assimetrias existentes. A extinta *Constellation of Nations of the States of Southern Africa*, que o *Apartheid* tentou estabelecer com os vizinhos constitui o modelo deste tipo de cooperação.

A cooperação desenvolvimentista é defendida pelos sindicatos de trabalhadores da África do Sul e pelo pequeno e médio empresariado *afrikaaner*, como defesa do setor industrial baseado em trabalho intensivo, que se sente ameaçado pela mão de obra barata dos vizinhos. Suprema ironia, o CNA, no poder, e o antigo Partido Nacional racista, mantêm posição convergente em defesa deste modelo. A cooperação via mercado é defendida pela burocracia da SACU e pelas grandes corporações industriais sul-africanas baseadas em capital intensivo. O problema é que para os países menos desenvolvidos da região as tarifas alfandegárias são indispensáveis para o funcionamento dos respectivos Estados.

Finalmente, as mesmas grandes corporações defendem a cooperação *ad hoc*, pois não necessitam muito de apoio. O resultado são formas mistas que associam as diferentes vias nos projetos atualmente em vigor na região. Assim, a integração da África Austral é marcada pela tensão entre uma postura político-econômica benevolente e a realidade de hegemonia regional que, em síntese, expressa a contradição entre o CNA e o grande capital sul-africano, ainda controlado pelos beneficiários do *Apartheid*. Trata-se de uma clivagem interna que demonstra o frágil equilíbrio existente e se estende à relação com os vizinhos.

### **5.3 CONFLITOS IDENTITÁRIOS E REALINHAMENTOS GEOPOLÍTICOS NA ÁFRICA CENTAL**

#### **5.3.1 O conflito e o genocídio da região dos Lagos**

Outro processo dramático, mas que representa uma renovação e desentranha da política africana, foi a guerra civil de mútuo extermínio em Ruanda e Burundi. Este conflito foi mostrado pela mídia como uma decorrência do “tribalismo tradicional”, mas, na realidade, resultou da deformação e reapropriação moderna de determinadas fraturas sociais da região. Os agricultores hutus formam quase 84% da população, enquanto

os pastores tutsi, que chegaram mais tarde à região e constituíram uma aristocracia feudal, representam 14%.

Durante a ocupação alemã e belga nessas duas colônias, os tutsis foram cooptados como elite no poder. Após a independência, o regime neocolonial de Ruanda passou a ser dominado pelos hutus, e aliou-se incondicionalmente à França e ao Zaire. A hegemonia hutu, marcada por forte corrupção e exclusão estrutural dos adversários, começou a ser questionada no início da década. Refugiados tutsi, exilados há anos em Uganda, organizaram um pequeno exército (a Frente Patriótica Ruandesa-FPR), que penetrou no norte de Ruanda em outubro de 1990, sendo expulsos um mês depois pelo exército. Sentindo-se desgastado e ameaçado internamente, o governo massacrrou tutsis em 1991 e 1992, como meio de fomentar uma divisão étnica, com vistas a permanecer no poder.

Apesar da assinatura dos Acordos de Arusha entre o governo e a oposição, a guerra civil foi reiniciada, com os rebeldes consolidando seu controle no norte e massacrando populações hutus. Frente ao impasse reinante no campo de batalha, no verão de 1993 foi estabelecido um governo de coalizão. Mas a paz estabelecida era frágil, e bastou que um hutu vencesse as eleições na vizinha Burundi, para levar os tutsis deste país a reagir. Em Ruanda, então, os extremistas hutus, ligados ao ex-presidente, aproveitaram-se da situação para atacar os tutsis e os hutus moderados.

A crise agravou-se com a morte dos presidentes dos dois países, quando foi derrubado sobre Ruanda o avião que os transportava para uma reunião, destinada a resolver a crise. A partir daí a guerra civil acirrou-se, e a FPR conquistou Kigali, a capital de Ruanda. Em 1994 teve início então um gigantesco massacre de hutus, que fez entre 500 e 800 mil mortos, e produziu um êxodo de 4 milhões de refugiados (numa população de 7,8 milhões), a maioria em direção aos países vizinhos, principalmente o fragilizado Zaire, que junto com a França era aliado do antigo governo. Os Estados Unidos imediatamente reconheceram o novo governo da FPR, que era também aliado de Uganda e Tanzânia.

### **5.3.2 A queda de Mobutu e a guerra civil do Zaire/R. D. do Congo**

#### **5.3.2.1 A Primeira Guerra do Congo**

O problema dos refugiados gerou tensões no Zaire, país que já enfrentava graves problemas internos, depois de malogradas tentativas de democratização. Em 1996 formou-se na região dos lagos, no leste, a Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire, uma milícia composta principalmente por tutsis do Zaire. A Aliança era lide-

rada por Laurent Kabila, um negociante de ouro e marfim, associado a meios empresariais norte-americanos, e que fora partidário de Lumumba no início dos anos 60. Em menos de quatro meses, os rebeldes avançaram pelas províncias ricas do país até a capital, Kinshasa, sendo absorvidos por um vácuo, praticamente sem encontrar resistência.

Obviamente o Zaire de Mobutu era um gigante de pés de barro em desagregação, mas isto não era um fenômeno recente. Ele teria sobrevivido mais tempo, não fossem certos fatores externos. Os conflitos da região dos lagos instauraram uma nova política de alianças e correlação de forças na região, e as forças de Kabila puderam receber apoio material e político dos governos de Ruanda e Uganda, e quando atingiram o sul do Zaire, também de Angola (que aproveitou a oportunidade para vingar-se de Mobutu e enfraquecer a Unita). Forças regulares, unidades blindadas e aéreas destes países apoiaram diretamente os rebeldes nas operações militares.

Durante o avanço rebelde, enquanto parte da mídia destacava o passado “marxista-leninista” de Kabila, Mobutu esperava receber apoio externo francês e belga, como em outras ocasiões. Mas este apoio só chegou em escala simbólica e, sem a esperada intervenção dos antigos protetores, seu exército e regime entraram em colapso, com os rebeldes assumindo o poder em maio de 1997. Além disto, a atitude norte-americana foi radicalmente diferente de ocasiões anteriores, quando a ordem neocolonial estivera ameaçada, e a intervenção franco-belga fora sempre bem-vinda. Mais do que considerar a atitude de Washington parte de uma questão localizada, é preciso refletir sobre a grande estratégia da Casa Branca para a África, no quadro da competição com a União Europeia e do reordenamento mundial.

Durante a Guerra Fria a África fora uma área de influência predominantemente europeia, com a França exercendo o papel de gendarme. Com a solução negociada dos conflitos regionais na passagem dos anos 1980 aos 1990, ironicamente os antigos Estados marxistas africanos, anteriormente aliados da URSS e inimigos da França, voltaram-se para os EUA, que abriram um espaço de influência direta no continente. Esta atitude revelava a profundidade das rivalidades regionais, entre os regimes marxistas e os pró-franceses. Apesar do fracasso na Somália, Washington passou a exercer influência direta sobre a Etiópia, Eritreia, Uganda, Angola e Moçambique, além da presença prévia no Quênia. Como resultado do conflito tutsis *versus* hutus, esta projeção estendeu-se à Ruanda, Burundi e ao leste do Zaire, em detrimento da influência francesa.

A reação da diplomacia neogaullista de Chirac às pressões americanas sobre a Europa e sua área de influência são, neste sentido, sintomáticas. Embora no início da década os Estados Unidos não estivessem predispostos a criar uma zona de influência na África (exceto na África

do Sul), parecem ter decidido cortar, posteriormente, a área de projeção europeia, como forma de exercer pressão adicional sobre o velho continente e abrir espaço para as companhias americanas.

Neste sentido, as medidas do novo governo da República Democrática do Congo (a nova denominação do Zaire) foram reveladoras: o inglês tornou-se também língua oficial e os contratos com as companhias mineradoras foram revistos, cancelando-se várias concessões a empresas europeias e transferindo-as a norte-americanas. Na mesma direção, o regime islâmico-militar sudanês, aliado de Paris, encontrava-se sob brutal pressão por parte de Washington. Para completar o quadro, em janeiro de 1994 o Franco CFA, a moeda contábil utilizada nas transações com a África, teve de ser fortemente desvalorizada. Isto significou o fim da proteção francesa e o abandono das ajudas emergenciais aos países africanos rompidos com o FMI e o Banco Mundial, que propiciavam a estes certa margem de manobra.

### 5.3.2.1 A Segunda Guerra do Congo

Seu governo, no entanto, não obteve o êxito esperado, e logo passou a ser criticado por organizações de direitos humanos e antigos aliados, como os Banyamulenge, que se julgavam negligenciados no processo de reconstrução do país. Kabila, por outro lado, considerava exagerada a influência externa no governo congolês, e argumentava que muitos estavam lá somente para espoliá-los. Assim, depois de agradecer pelo apoio oferecido anteriormente, destituiu todos os tutsis do governo e expulsou as tropas ruandesas e ugandenses que ainda restavam neste território.

Os ruandeses não aceitaram a atitude de Kabila e instigaram a população de Banyamulenge a atacar o governo central, iniciando a Segunda Guerra do Congo. Nesse momento, Ruanda invadiu novamente o Congo, supostamente para proteger a etnia tutsi ali refugiada. Obviamente, o ataque também foi motivado por questões econômicas, uma vez que o solo da RDC (especialmente o leste) é rico em recursos minerais, especialmente o Coltan, que é empregado em aparelhos celulares. Mais uma vez, Uganda esteve ao lado de Ruanda e também investiu contra o território congolês. Em um primeiro momento, as forças invasoras obtiveram um sucesso considerável, chegando a dominar um terço do território congolês.

Quando parecia que o governo de Laurent Kabila não resistiria, entretanto, os grupos rebeldes hutus, sobretudo a FDLR (*Forces Démocratiques de Libération du Rwanda*) em Kivu, passaram a ser apoiados pelo ex-guerrilheiro, que estava ciente das dificuldades de montar um exército convencional para lutar contra os inimigos. Ficou evidente, portanto, a grave deficiência institucional desses Estados, que se viam na

contingência de ter de se apoiar em guerrilheiros, por não disporem de recursos suficientes para mobilizar um exército regular.

Kabila conseguiu apoio internacional para a luta contra os invasores, após o pedido formal de ajuda à SADC, pois foram enviados contingentes de Angola, Zimbábue – que acabaram participando mais ativamente, mas também da Namíbia, do Tchad, da Líbia e do Sudão. Mesmo assim, a RCD (*Rassemblement Congolais Pour La Démocratie*), que era o mais importante grupo Banyamulenge, manteve o controle de uma região e os combates, levando o sangrento conflito a um impasse. Em 1999, a despeito da intensidade do confronto, foi assinada pelo Congo, Namíbia, Zâmbia, Zimbábue, Uganda e Ruanda uma trégua em Lusaka, resultado de um esforço diplomático, mas que não contou com a presença da RCD. Um ano depois, a ONU autorizou uma missão de paz para supervisionar o cessar-fogo, nomeada MONUC (*Mission de l'Organisation des Nations Unies en République Démocratique Du Congo*).

O evento mais marcante, contudo, foi o assassinato de Laurent Kabila em 2001, que foi sucedido por seu filho, Joseph Kabila. O novo presidente possuía maior habilidade política que o pai, sabendo conseguir aliados, e o ímpeto dos grupos rebeldes arrefeceu, pois se acreditava que a paz seria possível. Além disto, fraturas internas no RCD e críticas dos Banyamulenge fizeram com que as forças contrárias ao governo de Kinshasa fossem fragilizadas. No ano de 2002, foi firmado o acordo de Sun City, quando ficaram estabelecidas as bases de um Estado congolês democrático e multipartidário.

Um dos pontos mais importantes foi a desmilitarização das Interahamwe, o que foi do agrado da etnia tutsi. Poucos meses depois, em Luanda, outra resolução foi definida, e Uganda retirou-se do Congo. Isolada no conflito e já enfrentando desconfiança por parte dos Banyamulenge, Ruanda também desistiu da guerra, deixando de reivindicar a ajuda daqueles que estavam lutando ao seu lado. Nesse momento, teve um fim a Segunda Guerra do Congo, que é igualmente conhecida como a Guerra Mundial Africana<sup>31</sup>, evento mais dramático desde o final da Segunda Guerra Mundial, com mais de cinco milhões de mortos.

### 5.3.3 Chifre da África no Pós-Guerra Fria

Em 1989, no Sudão, ocorreu um golpe de Estado, perpetrado pelo general Omar al-Bashir, que adota um discurso islamista, e se intensifica a campanha contra os rebeldes da região sul do país, que duraria até 1994.

---

<sup>31</sup> Ver PRUNIER, Geerard. *Africa's World War*. Congo, the Rwandan genocide, and the making of a continental catastrophe. Oxford: Oxford University Press, 2009.



O Exército Popular de Libertação do Sudão (EPLS) contava com apoio Ocidental e buscava apresentar a guerra civil como uma reação à islamição. Trata-se de um argumento tendencioso e simplificador, pois, por exemplo, ocorreu uma aliança entre o EPLS e a própria oposição muçulmana a Al-Bashir no norte, formando a Aliança Nacional Democrática, em 1995.

Na Somália, em 1991, grupos rebeldes apoiados pela Etiópia derubam o governo de Siad Barre, e, sem ter sucesso em manter a unidade nacional, precipitam a guerra civil somali, com o país se dividindo em quatorze regiões de domínio de clãs, com alianças diversas. Ainda em 1991, a região equivalente a antiga Somalilândia Britânica declarou-se independente do resto da Somália, não obtendo reconhecimento internacional, enquanto no resto do país o cenário se deteriora, com ausência de um governo central, violência generalizada e seca intensa, levando a uma possível catástrofe humanitária. Neste contexto, o Conselho de Segurança da ONU rapidamente estabelece a Unosom (Operação das Nações Unidas na Somália), com o objetivo de auxiliar a distribuição de apoio humanitário e, fundamentalmente, restabelecer a ordem no país, estabilizando a sociedade civil.

Entretanto, conciliar as diferentes facções somalis provou-se difícil, com confrontos ocorrendo entre as forças da ONU e as facções regionais. Consequentemente, no final de 1992, o Conselho de Segurança aceitou a oferta dos EUA de liderar uma força tarefa, a Força Tarefa Unificada (Unitaf), para criar um ambiente seguro para o fornecimento de ajuda humanitária através de todos meios possíveis, com forte presença de tropas internacionais, e um esforço de reconciliação nacional, com um resultado considerado positivo, mas ainda insuficiente. As tropas americanas sofreram baixas e foram humilhadas pelos guerrilheiros, retirando-se do país.

Em março de 1993 foi estabelecida pelo Conselho de Segurança a Unosom II, que deveria dar continuidade à tarefa iniciada pela Unitaf, com a transição da Unitaf para Unosom II sendo completa em maio. Apesar de atingir considerável sucesso na distribuição de ajuda humanitária, evitando milhares de mortes por fome, não houve sucesso similar no âmbito político e de segurança, com resistência das diversas facções contra as forças da ONU, difusão da violência e impasse na formação de um governo nacional. Diante de tais dificuldades, a Unosom II abandona o território da Somália em 1995.

Na Etiópia, em 1989, a aliança de diversos grupos rebeldes (da província do Tigre e da Eritreia, grupos de extrema-esquerda) dá origem à Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE), que

avança para a capital e, em 1991, derruba o regime do Derg, e forma o Governo Transitório da Etiópia. Antes de tomar a capital os rebeldes necessitaram da aprovação norte-americana, e, para tanto, foram convertidos ao liberalismo político e econômico.

Devido à aliança entre algumas das facções que constituem a FDRPE e grupos independentistas da Eritreia, garante-se a independência desta, e em 1993 realiza-se um referendo que reconhece a legitimidade desta independência. Segue-se um processo de fortalecimento interno em ambos os países, com a Eritreia tentando ampliar sua infraestrutura, mantendo seu exército mobilizado e tornando-se crescentemente autoritária, enquanto na Etiópia o FDRPE consolida sua posição de liderança, com a realização de eleições legislativas em 1995, com ampla vitória do FDRPE.

Entretanto, torna-se visível, ao longo do tempo, o domínio que um dos grupos componentes do FDRPE, a Frente de Libertação do Povo do Tigre exerce sobre o governo. Em 1998, o otimismo na relação entre Etiópia e Eritreia esvai-se, com o início de uma guerra entre ambos, decorrente de uma disputa de fronteira sobre a cidade de Badme. Na realidade, o motivo era a ruptura pela Eritreia do acordo monetário e econômico entre os dois países, que prejudicou a Etiópia, que não possuía mais acesso ao mar.

Em 2000 foi firmado um acordo de paz, com a formação de uma comissão que resolveria as disputas de fronteira, além do estabelecimento da Missão das Nações Unidas para a Etiópia e Eritreia (UNMEE), que iria supervisionar a implementação do acordo de paz e a demarcação de fronteiras. Entretanto, em 2008, após anos de tensão devido à percebida falta de comprometimento de ambos os países em implementar as demarcações definidas pela comissão neutra, a Eritreia cortou o fornecimento de combustível às tropas da UNMEE, forçando esta a se encerrar.

No Sudão, em 2003, tem início o conflito em Darfur, com enfrentamentos entre o Movimento de Liberação do Sudão e o Movimento Justiça e Igualdade, este último um grupo de alinhamento islamista oposto ao governo de Khartoum. O conflito em Darfur acabou por envolver também soldados do Tchad. Ao lado da velha negligência do poder central em relação a uma região periférica, estão presentes fatores como os projetos de desenvolvimento agrícola (muitos de agências internacionais), que perturbaram a relação harmônica e simbiótica entre povos sedentários e de pastores (questão do direito de passagem dos rebanhos).

Também foram descobertas jazidas de urânio na região, mobilizando os interesses das grandes potências Ocidentais, que detestam a política autonomista de Bashir. Ao mesmo tempo em que a situação em Darfur se agravava, encaminhava-se uma solução para o conflito Norte-Sul, com a assinatura do Tratado de Naivasha, em 2005, pelo governo do Sudão e o Movimento Popular de Libertação do Sudão (ou Exército Popular de Liber-

tação do Sudão), estabelecendo, entre outras coisas, a data de um referendo em relação à possibilidade de independência do Sul (em 2011). Ainda em 2005 foi estabelecida a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), cujo propósito principal era apoiar a implementação do Tratado de Naivasha.

Em 2006, como resultado dos esforços da União Africana para uma solução do conflito de Darfur, o governo assinou o Acordo de Paz de Darfur (APD), mas somente uma facção de Darfur participou do processo de paz, gerando dúvidas sobre sua viabilidade. No mesmo ano o Conselho de Segurança votou a expansão da Unmis para a implementação e viabilização do processo de paz do APD. Contudo, Khartoum opôs-se a uma força de paz em Darfur composta exclusivamente por pessoal das Nações Unidas, resultando, após negociações e pressão internacional considerável, na formação da Operação Híbrida das Nações Unidas – União Africana em Darfur (Unamid). Assim, a Unmis continua apoiando a implementação do Tratado de Naivasha, enquanto a Unamid busca criar um ambiente onde o processo de paz seja sustentável em Darfur, e proteger a população civil.

O indiciamento do presidente Bashir pelo Tribunal Penal Internacional, responsabilizando-o pela ação das milícias *janjaweed* parece ter como objetivo promover mais uma “Revolução Colorida” (*Regime Change*), que o afastaria, deixando no poder o vice-presidente, que é um rebelde do sul. Caso o regime resista, a estratégia será, muito provavelmente, nova tentativa de dividir o irredutível Sudão quando se realizar o plebiscito no sul. Outro problema é que o Sudão já iniciou a exploração de suas grandes jazidas de petróleo, e como há um embargo internacional, praticamente apenas empresas asiáticas (sobretudo da China) participam da prospecção. A aliança China-Sudão, sem dúvida, representa um obstáculo para a diplomacia Ocidental na região. E, pior ainda, esse modelo começa a fazer escola por todo o continente africano.

Na Somália, após a retirada da Unosom II, seguiu-se um longo período de conflitos entre as diferentes facções, resultando na consolidação de algumas regiões. No noroeste a Somalilândia, aliada de Adis Abeba, conseguiu atingir considerável estabilidade, assim como Puntland, no Nordeste. Entretanto, ao sul e na capital, Mogadíscio, houve um longo período de disputas entre senhores da guerra, e entre eles e grupos islâmicos pró-Al Qaeda. No litoral, os antigos milicianos e a população descobriram um novo modo de ganhar a vida: a proliferação de grupos piratas. Isto não apenas criou um problema de segurança para o transporte marítimo (inclusive petrolífero) na região, como acabou com a prática de algumas empresas de países industrializados de jogar lixo tóxico nas desguarnecidas praias da Somália, pois o custo de armazenamento de tais produtos é bastante elevado.

Em 2004 foi formado um Governo Federal Transitório (GFT), com reconhecimento internacional e apoio etíope, mas ele foi forçado a permane-

cer no exílio, devido às condições internas do país. Em 2006, um grupo islamita apoiado pela Eritreia, a União das Cortes Islâmicas (UCI), que alegadamente teria ligações com a Al-Qaeda, tornou-se proeminente no cenário político somali, rapidamente controlando grande parte do sul do país, inclusive a capital. Considerando tal grupo uma ameaça, a Etiópia invadiu o sul da Somália, com apoio norte-americano, derrotando a UCI e instalando o GFT em Mogadíscio. Entretanto, o GFT permanece fortemente dependente de apoio da Etiópia, tendo a retirada de tropas etíopes causado uma ressurgência da violência no país. É relevante que houve uma nova onda de milícias islamitas, entre as quais a maior é o Shabab, dedicadas a erradicar o GFT. Enquanto isto, as antigas lideranças da UCI, refugiadas na Eritreia, parecem ter se envolvido em uma tentativa de processo de paz com o GFT, processo este no qual o Shabab se recusa a envolver-se.

## **O “RENASCIMENTO AFRICANO”: INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (DESDE 2002)**

---

A África, no início do século XXI, acabou surpreendendo os analistas e mesmo experientes africanistas. Após um quarto de século de intensos conflitos e de constante declínio econômico, bem como uma década de perda de importância estratégica, o continente africano deu início a uma nova arrancada. A nova África do Sul consolidou-se e passou a integrar a região meridional e a participar ativamente da diplomacia do continente, enquanto a Líbia saía do longo embargo e também atuava nesta última. A Nigéria e a Argélia, por sua vez, superavam uma fase de aguda turbulência interna e, igualmente, voltavam a fazer política no continente.

A ação diplomática dos quatro atores, mais o protagonismo do Senegal, produziu iniciativas estratégicas, como a transformação da OUA em União Africana e o lançamento da Nepad. A pujança industrial sul-africana e os vultosos recursos petrolíferos dos argelinos, nigerianos e líbios, por sua vez, somaram-se ao forte incremento dos investimentos e comércio promovido pela China, a Índia, o Brasil e pelos países árabes, entre outros. O resultado foi uma forte aceleração no crescimento econômico e uma atitude mais assertiva nas negociações multilaterais e na política mundial por parte dos Estados africanos.

É verdade que a agenda securitária ingressou no continente por pressão norte-americana, e se desenha uma forte competição entre novos atores. Todavia, isto, em lugar de debilitar os países africanos, tem aumentado sua margem de manobra, ainda que graves problemas ainda persistam. Mas, de qualquer maneira, hoje, a África é um continente em movimento, com muitos dos seus processos estruturais sendo desbloqueados.

## **6.1 A REAFIRMAÇÃO: A UNIÃO AFRICANA, A NEPAD E A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA**

A África do Sul pós-*Apartheid* também tem promovido ativamente a formação de organismos políticos multilaterais, programas de desenvolvimento e a integração econômica no continente africano. A Organização da Unidade Africana, por sua vez, foi transformada em União Africana em julho de 2002, durante a reunião de Durban. O apoio sul-africano, nigeriano e os recursos prometidos pelo líder líbio Kadafi (que já não está mais sob embargo internacional), foi decisivo para a ampliação dos objetivos da organização e a criação de condições para uma cooperação mais íntima entre os países do continente e para uma verdadeira integração. O presidente Mbeki, sucessor de Mandela, também lançou a Nepad, Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento Africano. Todavia, uma das razões profundas para o sucesso dessas iniciativas, que poderia se conservar como mero voluntarismo inconsequente, como em outras ocasiões, é a poderosa e crescente presença econômica chinesa na região.

### **6.1.1 A Organização da Unidade Africana (OUA), a União Africana e a NEPAD**

#### **6.1.1.1 A Organização da Unidade Africana (OUA)**

Estabelecida em 25.05.1963, a Organização da Unidade Africana (OUA) foi criada em Addis Abeba (Etiópia), por iniciativa do Imperador etíope Haile Selassie e representantes de 32 governos de Estados africanos independentes. Resultado do momento de consolidação das independências afro-asiáticas, a OUA surgiu baseada no otimismo da criação de instituições regionais capazes de promover o desenvolvimento econômico e a estabilização política de seus Estados-membros. A divisão dos Estados africanos entre um grupo progressista-autonomista e outro moderado-neocolonialista, bem como a eclosão de conflitos violentos (Argélia e Congo) e reivindicações territoriais (como a marroquina), ameaçavam as frágeis independências.

Entre seus principais objetivos estavam a promoção da unidade e solidariedade entre os Estados Africanos, a coordenação e intensificação da cooperação entre eles, a defesa da soberania, integridade territorial e independência, com o conseqüente fim do colonialismo na África e a promoção da cooperação internacional, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Para alcançar esses objetivos, os Estados-membros comprometeram-se à cooperação política, econômica

(principalmente no que se refere aos transportes e comunicações), cultural e educacional, nas áreas sanitárias, técnicas e de saúde, ciência e tecnologia e de defesa e segurança<sup>32</sup>.

Com metas tão amplas, num continente tão complexo e com tão grande número de Estados, durante as quase quatro décadas de sua existência, a OUA teve uma ação restrita e deficiente. Desafios de ordem étnico-cultural, política e econômica travaram a ação da Organização, e explicitaram, ainda, divisões internas, como a oposição entre o “Grupo de Monróvia (ou de Brazzaville)” e o “grupo de Casablanca”. O primeiro era liderado pelos presidentes da Costa do Marfim, Félix Houphouët Boigny, e do Senegal, Léopold Sédar Senghor, e baseado no direito inalienável de cada país ter uma existência independente, com o discurso da intangibilidade das fronteiras herdadas da colonização, além do respeito à soberania e a não ingerência nos assuntos internos dos Estados).

O segundo Grupo tinha como principal representante Kwame Nkrumah, Presidente de Gana, e Sekou Touré, líder da Guiné, sendo integrado ainda, pelo Egito, pelo Marrocos, pela Tunísia, pela Etiópia, pela Líbia, pelo Sudão, pelo Mali e pela Argélia, cujo argumento principal era a unidade africana, sob todos os aspectos.

Logo, boa parte dos conflitos africanos – remanescentes das lutas de independência – continuou pelas décadas de 1970, 1980 e 1990 sem uma ação eficaz por parte da OUA para contê-los. Adicionalmente, o não pagamento das cotas por boa parte dos Estados-membros tirou da OUA a sua principal fonte de financiamento, restando à OUA a função de tribuna como único trunfo político, além da representação externa do continente.

### 6.1.1.2 A União Africana e a NEPAD

Para responder a estes desafios, potencializados pela situação criada pelo encerramento do conflito bipolar, em 09.07.2002, através do Ato Constitutivo assinado em Lomé (Togo), a Organização da Unidade Africana foi substituída pela União Africana, com 53 membros, cobrindo quase todo o continente africano: África do Sul, Argélia, Angola, Beni, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, República do Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malawi, Mali, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, Ruanda, Saara Ocidental, São Tomé e Príncipe, Senegal,

<sup>32</sup> **Carta de criação da Organização da Unidade Africana.** Disponível em: <[http://www.africaunion.org/root/au/Documents/Treaties/text/OAU\\_Charter\\_1963.pdf](http://www.africaunion.org/root/au/Documents/Treaties/text/OAU_Charter_1963.pdf)>

Serra Leoa, Seychelles, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. O Marrocos não participa porque o Saara Ocidental foi aceito como membro, e a Mauritânia e a Guiné estão suspensas como membros, após Golpes de Estado, no ano de 2008.

Baseada no modelo da União Europeia (mas atualmente com uma atuação mais próxima à da *Commonwealth*), contribui para a promoção da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento no continente africano. A ação da UA nos setores sociais tem se ampliado, principalmente nas áreas de saúde e sanitária (em parceria com as agências especializadas das Nações Unidas) como, por exemplo, com a defesa da produção, por parte dos Estados africanos, da produção de medicamentos genéricos anti-HIV/AIDS, em 2009.

A União Africana também supervisiona a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), um plano de ação multissetorial, que oferece uma barganha com o Ocidente: a promoção da prática política e econômica em troca de ajuda internacional e investimentos. Pode-se interpretar o NEPAD como resultado do amadurecimento de várias tentativas anteriores de reconstrução do continente: seu primeiro componente surgiu por volta de 1996, sob o nome de *African Renaissance*, como parte da nova política africana da África do Sul. No final dos anos 1990, Thabo Mbeki concretizou a proposta do *African Renaissance* em um plano de desenvolvimento continental, intitulado *Millennium Partnership for the African Recovery Programme* (MAP).

A Comissão Econômica para África (ECA) operacionalizou as ideias do *African Renaissance*, elencando as prioridades regionais de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o Presidente Wade, do Senegal, havia proposto seu próprio plano, intitulado *Omega Plan*. Ele diferia, pois propunha uma visão de desenvolvimento baseada na combinação de política, democracia, boa governança e direitos humanos, possuindo um enfoque técnico-econômico, voltado para a infraestrutura continental. Durante certo tempo, estas duas iniciativas concorreram, embora o MAP gozasse de amplas vantagens em termos de aceitação mundial. Para superar esta competição contraproducente, os dois planos foram fundidos em um, denominado New African Initiative (NAI), no âmbito da ECA.

Estruturada na 37ª Cúpula da OUA, em 2001 (Lusaka), a *New African Initiative* foi adotada e rebatizada ainda em 2001 como *New Partnership for African Development* (NEPAD), com a finalidade maior de promover uma nova dinâmica no desenvolvimento da África, reduzindo o fosso existente entre o continente africano e os países desenvolvidos. Assim, os objetivos fundamentais do NEPAD são promover o desenvol-



vimento acelerado e sustentável, erradicar a pobreza generalizada, interromper a marginalização da África no sistema mundial e acelerar a capacitação das mulheres.

Como prioridade inicial da NEPAD se objetiva condicionar o desenvolvimento sustentável, garantindo paz, segurança, democracia, boa governança, capacitação, cooperação e integração regionais. A NEPAD propõe reformas políticas e aumento do investimento em setores-chave, como a agricultura, desenvolvimento humano, infraestrutura e diversificação de produtos de exportação (mercados internos e regionais) e meio ambiente. A prioridade final refere-se à mobilização de recursos, o que inclui a melhoria da poupança interna e da gestão dos recursos públicos, participação maior do continente no comércio mundial, atração de investimento direto estrangeiro e aumento dos fluxos de capital, através da redução das dívidas externas nacionais<sup>33</sup>.

A visão de uma África, oscilante “*entre a pobreza e a prosperidade*”, resultou numa série de críticas e ceticismo em relação à efetividade da NEPAD. No entanto, seu caráter inovador, baseado na autoestima e autoconfiança dos africanos perante os países desenvolvidos e o reconhecimento – por parte dos próprios africanos – de divisões regionais/setoriais/políticas e da própria corrupção na África, bem como o princípio de parceria adotado, tem possibilitado a mobilização de líderes, levantamento de recursos e envolvimento mais efetivo das Comunidades Econômicas Regionais. Ao considerar os paradigmas de desenvolvimento a partir de uma forma integrada, harmonizando políticas macro e microeconômicas, a NEPAD tem reestruturado o continente africano e possibilitado uma nova inserção desses no sistema mundial do século XXI.

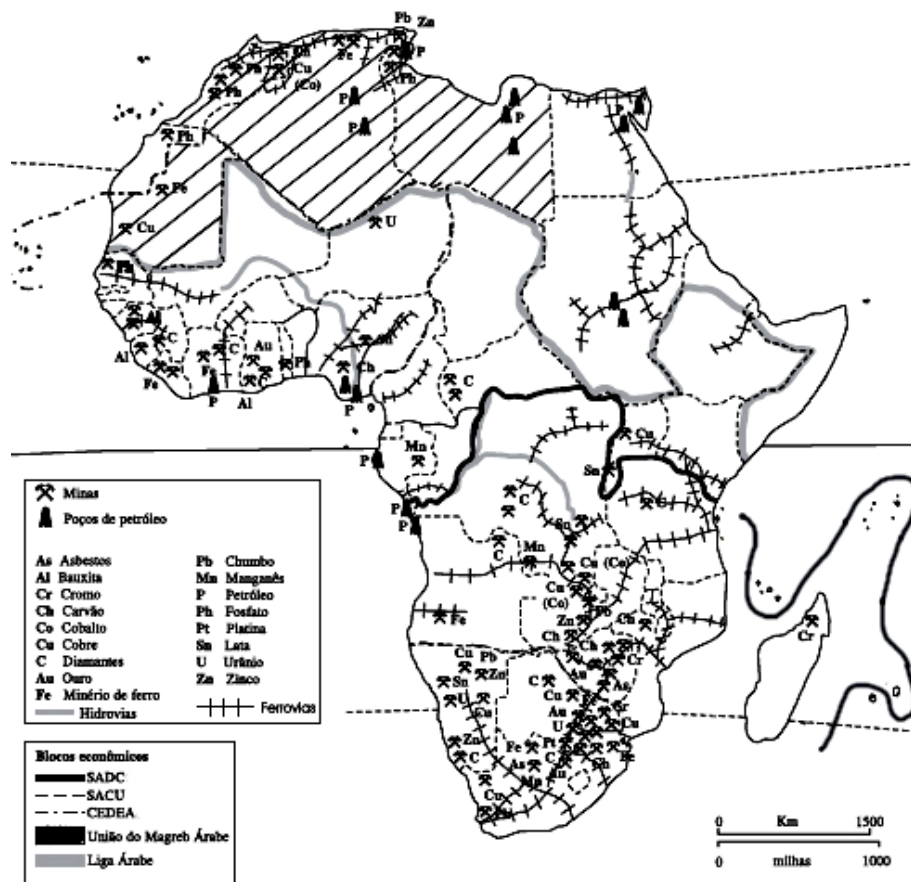
### 6.1.2 Os processos de integração regional na África

A União Africana reconhece as Comunidades Econômicas Regionais (CERs), descritas baixo, como parceiras no desenvolvimento e integração econômica do continente africano. A maioria delas nunca ultrapassou a dimensão de arranjos políticos conjunturais, conservando-se mais como um fórum político do que como um processo de integração. Outras, todavia, apresentam avanços consideráveis no campo financeiro, comercial e da infraestrutura. De qualquer maneira, todas elas podem vir a adquirir relevância e avançar materialmente, dado o atual ciclo de crescimento africano, resultante da presença de novos parceiros no continente, especialmente a China.

---

<sup>33</sup> **The New Partnership for Africa's Development** (NEPAD), 2001. Disponível em: <<http://www.nepad.org/images/framework.pdf>>

## Blocos econômicos, ferrovias e minerais



### 6.1.2.1 SADC E SACU

Os processos de integração mais avançados da África são a SADC e a SACU, localizados na África meridional e tendo como Estado pivô a África do Sul. A origem da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) remonta ao bloco político de luta contra os países de regimes racistas da região (África do Sul e Rodésia), denominado Países da Linha de Frente e o bloco econômico equivalente, Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), fundados em 1980. Os blocos não lograram avançar muito devido à guerra persistente e à ausência da maior economia da região, a da África do Sul. Com o fim do regime do *Apartheid* no início dos anos 1990, a situação mudou completamente. A independência da Namíbia, a ascensão de um governo de maioria negra em Pretória e a negociação da paz em Angola e Moçambique permitiram o avanço da integração regional.

Os países da África austral, Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, reuniram seus ministros de relações exteriores a fim de discutir um programa regional de desenvolvimento africano. Mas foi em 17.07.1992, na capital da Namíbia, que o Tratado de Windhoek concretizou a fundação da SADC (Southern Africa Development Community, ou Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), ao qual a nova África do Sul aderiu quando da ascensão do Congresso Nacional Africano (CNA) ao poder em 1994.

O fim da confrontação com os vizinhos, que marcou o período de 1975 a 1990, propiciou uma arrancada em termos de cooperação, devido à complementaridade econômica, a existência de conexões de infraestrutura de energia e transportes, a retomada de vínculos que existiam na época colonial e as novas afinidades ideológicas entre o CNA e os governos dos demais países. Mas é forçoso reconhecer que a nova cooperação herdou as deformações assimétricas do passado, ainda que com expressivas correções de rumo e uma nova vontade política.

Em termos concretos, os principais objetivos da SADC baseiam-se em protocolos de desenvolvimento e crescimento econômico, para aliviar o sofrimento duma população conhecida por sua pobreza e baixa qualidade de vida. Também tem como meta defender a paz e a segurança da região, e criar empregos incentivando a utilização de produtos nacionais. A proteção da cultura e dos recursos ambientais da região também consta do protocolo da SADC. Certos princípios são fundamentais à SADC, como benefício mútuo, direitos humanos, democracia, paz e segurança, solidariedade e igualdade para todos os estados membros. Em setembro de 2001 a organização, que promove uma ativa integração na região, aprovou a criação de uma área de livre comércio entre os países membros até 2008, o que ainda não se concretizou.

São membros da SADC atualmente os seguintes países, cada qual com uma função: África do Sul, finanças e investimentos; Angola, energia; Botsuana, produção animal e agrária; Lesoto, conservação da água, do solo e turismo; Malawi, florestas e fauna; Maurício (sem função específica); Moçambique, transportes, cultura e comunicações; Namíbia, pesca; Suazilândia, recursos humanos; Zâmbia, minas; Zimbábue, segurança alimentar. A Tanzânia, a República Democrática do Congo, Seychelles e Madagascar aderiram posteriormente ao bloco.

Os países membros somam uma população de aproximadamente 230 milhões de pessoas e um PIB de aproximadamente US\$700 bilhões de dólares. Em suas exportações a SADC obtém um total de 55 bilhões de dólares e gasta em média 53 bilhões de dólares em importações. Assim sendo, a SADC é considerada o maior bloco de toda a região africana, englobando quase toda a parte do continente ao sul do Equador. A África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Swazilândia formam o núcleo central da SADC, pois constituem a União Aduaneira da África Austral (SACU), uma zona de livre comércio já consolidada, que existe desde o início do século XX e representava uma forma da África do Sul regida pela minoria branca de satelizar os países vizinhos. Atualmente são definidos mecanismos para compensar os países menores pelas perdas frente ao gigantismo da economia sul-africana.

Apesar dos Estados membro da SADC possuírem muitos problemas e vulnerabilidades, como o conflito do Congo (cuja solução está sendo negociada), a região possui um enorme potencial de crescimento e a melhor infraestrutura do continente. Iniciativas como o NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), o dinamismo da África do Sul e sua cooperação com o Mercosul e a criação do fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), ou G-3, dão ao processo de integração africano-meridional boas perspectivas.

### **6.1.2.2 COMESA**

As origens da Comesa (Common Market of Eastern and Southern Africa) remontam à década de 1960, inserida no contexto das duas Conferências dos Estados Independentes Africanos (em Acra, 1958 e em Adis Abeba, 1960). No entanto, apenas com a assinatura do Tratado que estabeleceu a “Área de Comércio Preferencial” (*Preferential Trade Area for Eastern and Southern African States*), em 21.12.1981, em Lusaka, ocorreu o passo decisivo para a redução gradual das taxas alfandegárias e de outras barreiras não tarifárias ao comércio regional.

O Tratado entrou em vigor em 30 de setembro de 1982 e tinha como objetivo maior a transformação da PTA num Mercado Comum, o que aconteceu a 05.11.1993, com a assinatura em Kampala (Uganda) do Tratado que estabelecia a Mercado Comum da África Oriental e Austral (*Common Market for Eastern and Southern Africa – Comesa*), ratificado um ano depois em Lilongwe, (Malawi). Seus Estados-membros são Burundi, Comores, República Democrática do Congo, Djibouti, Egito, Eritreia, Etiópia, Quênia, Líbia, Madagascar, Malawi, Maurício, Ruanda, Seychelles, Sudão, Suazilândia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Sua população é estimada em 416 milhões (2007), sendo que o Sudão e a República Democrática do Congo representam aproximadamente 43% essa população.

O objetivo da Comesa, quando de sua criação, era estabelecer uma Área de Livre Comércio até o ano de 2000, sendo que todos os países deveriam ter reduzido suas tarifas em 80% até outubro de 1996. Na verdade, apenas cinco países (Comores, Eritreia, Sudão, Uganda e Zimbábue) atingiram este nível. Um dos principais mecanismos da Comesa é o Sistema Automatizado de Dados Aduaneiros e de Gestão (Asycuda – Eurotrace), criado para padronizar os procedimentos aduaneiros e seus documentos, base de dados e estatísticas de comércio exterior regional. Em 2004, um acordo entre seus membros criou a Tarifa Externa Comum, com o objetivo de implantar 0%, 5%, 15% e 30% em bens de capital, matérias-primas, bens intermediários e bens finais, respectivamente.

Há um aspecto importante a ressaltar, que é a existência de uma competição entre os processos de integração regional africanos, cada um deles capitaneado por um país ou mais, com ambições de hegemonia ou ascendência sobre regiões ou sobre o conjunto do continente. Neste sentido, percebe-se que a Comesa vem perdendo membros para a SADC, quase não fazendo mais jus à denominação “meridional”, pois sua composição representa mais o nordeste do continente.

### **6.1.2.3 Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento da África Oriental (IGAD)**

Com sede em Djibouti, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento da África Oriental (IGAD) foi criada em 1996 para substituir a Autoridade Intergovernamental sobre Seca e Desenvolvimento (IGAD), de 1986. Seus Estados-Membros são Djibouti, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão e Uganda (a Eritreia retirou-se em 2007). Sua ação é mais específica que as demais Comunidades Econômicas, pois

busca auxiliar e complementar a cooperação na área de segurança alimentar e proteção ambiental, agindo em conjunto com a Comesa nos setores econômicos e de segurança regional.

#### **6.1.2.4 Comunidade do Leste Africano (EAC)**

A Comunidade do Leste Africano (EAC) é composta por Quênia, Uganda, Tanzânia, Ruanda e Burundi, com sede em Arusha (Tanzânia). O Tratado para o estabelecimento da EAC foi assinado em 30.11.1999, entrando em vigor em 07.07.2000, após a sua ratificação pelos três Estados parceiros, Quênia, Uganda e Tanzânia, considerados Estados-base da Comunidade. Eles possuem uma longa tradição de cooperação no âmbito da integração regional, desde 1967.

Após a dissolução da antiga Comunidade do Leste Africano (1967-1977), os três Estados-membros negociaram um Acordo de Mediação para a Divisão de Ativos e Passivos (assinado em 1984) e passaram a planejar a cooperação a partir de reuniões posteriores, como com a assinatura do Acordo para a Criação da Comissão Tripartite Permanente de Cooperação para o Leste Africano, em 30.11.1993. Em 1996, as operações da Comissão tiveram início com a instalação do secretariado. O Tratado de Cooperação foi ampliado aos demais Estados-membros e firmado em 30.11.1999, entrando em vigor em 07.07.2000.

Aprofundar a cooperação entre os Estados-membros, nos âmbitos político, econômico e social é o principal objetivo da EAC, através do estabelecimento de uma União Aduaneira, posterior criação de um Mercado Comum e União Monetária. Uma das características mais definidas dessa Comunidade é seu teor político, pois o Tratado original prevê a concretização da Federação Política dos Estados do Leste Africano.

#### **6.1.2.5 Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC/ECCAS)**

A Comunidade Econômica dos Estados da África Central (*Economic Community of Central African States – ECCAS/CEEAC*) está sediada em Libreville (Gabão), e foi criada em 1981. Suas atividades iniciaram em 1985 e os Estados-membros são Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Tchad, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo e Angola. Objetivando promover a cooperação, o desenvolvimento autossustentável e a estabilidade econômica, a política da CEEAC inclui, ainda, um plano de eliminação das tarifas alfandegárias entre os Estados membros e estabelecer uma pauta externa comum. Por fim, visa consolidar o livre

movimento de bens, serviços e pessoas, aprimorar o setor industrial, o transporte e as comunicações, bem como a união dos bancos comerciais e a criação de um fundo de desenvolvimento. O objetivo máximo da CEEAC é estabelecer um Mercado Comum Centro-Africano.

Base da CEEAC, a União Aduaneira e Econômica da África Central (Udeac), de 1966, transformou-se, em 1994, na Comunidade Econômica e Monetária da África Central (Cemac), com o objetivo de aprofundar a integração regional, através da adoção de uma moeda comum, o franco CFA. Atualmente os Estados-membros da Cemac partilham de uma estrutura financeira comum – regulamentar e legal – além de manterem uma tarifa externa comum sobre as importações provenientes de países da Cemac. Em teoria, as tarifas foram eliminadas no comércio intraregional, e os movimentos capitais na Cemac são livres.

Seguindo as ações da SADC e da Ecowas, a CEEAC também tem focado sua atenção para a área de segurança, com a aprovação do Protocolo relativo ao Estabelecimento de um pacto de segurança mútua na África Central (Copax), em 2002, integrado pelo Sistema Centro-Africano de Alerta (Marac), a Comissão de Defesa e Segurança (CDS) e a Força Multinacional da África Central (Fomac), uma força não permanente, integrada por contingentes militares dos Estados membros, cujo objetivo é realizar missões de paz, segurança e ajuda humanitária.

#### **6.1.2.6 CEDEAO/ECOWAS**

A ideia de estabelecer uma comunidade da África Ocidental remonta às iniciativas das décadas de 1960 e 1970, especialmente nos encontros preparatórios de Acra (1974) e Monróvia (1975), que resultaram no acordo final, assinado em 28 de maio de 1975 (Tratado de Lagos), criando a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao ou Ecowas), sediada em Abuja (Nigéria). O objetivo essencial consiste em promover a integração e a cooperação econômica, social e cultural entre seus Estados-membros: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo (a Mauritânia retirou-se em 1999, por se opor à possibilidade de uma moeda única no bloco).

Os protocolos que serviram de base à Ecowas foram firmados em Lomé (1976) e, em julho de 1993, um tratado revisional (designado de Revisão do Tratado da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental) acelerou o processo de integração econômica, aumentando a

cooperação política entre seus membros e adaptando a Comunidade aos novos tempos. A presença da Nigéria na Ecowas é essencial para sua efetividade, pois representa aproximadamente 50% da população e 66% em termos de PIB.

Em relação à área econômico-financeira, a Ecowas atualmente divide-se em União Econômica e Monetária da África Ocidental (Uemoa) e Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO), ambas ainda em formação e discussão. O lançamento da ZMAO, em 2000, foi baseado na adoção de uma abordagem *fast-track* para a integração monetária e econômica, permitindo que os países sigam uma plataforma comum para a execução dos processos de integração rápida da Ecowas. A iniciativa da ZMAO foi concebida por Gâmbia, Gana, Guiné, Nigéria e Serra Leoa para criar uma segunda moeda, que mais tarde poderia ser equiparada com o franco (CFA) e atingir o objetivo de uma moeda única na Ecowas.

Já a União Econômica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) agrupa oito Estados da África Ocidental, Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Niger, Senegal, Togo e Guiné-Bissau – que têm em comum o franco CFA, foi criada em 1994. Libéria e Cabo Verde não são atualmente membros de nenhuma das duas uniões monetárias, o que também contribui para emperrar o processo. Fica patente a existência de uma disputa entre a União Europeia (através da França), que tem maior ascendência sobre os que adoram a Franco CFA, e a Nigéria, que procura reagir através da implantação de uma outra moeda comum, que viria, ulteriormente, a neutralizar a outra.

Em maio de 2005, um encontro dos Chefes de Estado e Presidentes da Ecowas, na Gâmbia, resultou na Declaração de Banjul, que adiou o lançamento da União Aduaneira e lançou um Plano de Ação, que estabelece a previsão de que a União Monetária da Ecowas entre em vigor em 2020 com a criação do Banco Central da Ecowas e a colocação em circulação da moeda única. A União Monetária da ZMAO, por sua vez, deverá ser criada em 2015, com a instalação também do seu Banco Central e a introdução de uma moeda comum aos dois grupos sub-regionais, o ECO. Em 2009, a Unesco, em parceria com a Ecowas, criou o Instituto da África Ocidental (IAO), na cidade de Praia (Cabo Verde), com o objetivo de aprofundar a cooperação internacional visando a integração regional.

Embora o Tratado original não se refira às questões de segurança, a Ecowas tem evoluído nesse aspecto, formando com o grupo da SADC, dois polos competitivos no continente africano. O Tratado



de Lagos não inclui disposições relativas à segurança, pois as questões econômicas foram consideradas prioritárias, como meio mais adequado para o desenvolvimento da cooperação. A adoção de um Protocolo de Não agressão (1978) e a adoção do Protocolo Relativo à assistência mútua em matéria de Defesa (1981) não surtiram grandes efeitos práticos.

A situação da Comunidade mudou drasticamente quando a Nigéria e outros membros da Ecomog propuseram uma intervenção militar na guerra civil da Libéria. Criou-se a Comissão Permanente de Mediação (SMC), em 1990, que estabeleceu um Grupo de Monitoramento do Cessar-fogo (Ecomog). Na sequência, o Ecomog realizou missões na Serra Leoa e na Guiné-Bissau. Em uma reunião de cúpula extraordinária, em 1997, os Estados-membros concordaram na criação de um mecanismo formal para prevenir, gerenciar e resolver conflitos, bem como a supervisão de manutenção da paz na região. Em 2009, foram estabelecidas as Forças de Alerta Permanente da Ecomog (com 6.500 homens, no âmbito da União Africana) e o Comitê dos Chefes do Serviço de Segurança (CCSS).

### **6.1.2.7 União do Magreb Árabe (UMA)**

A Declaração de Zeralda (Argélia), assinada em 10.06.1988, foi o primeiro passo para a criação da União do Magreb Árabe, que ocorreu em 17.02.1989, através do Tratado de Marrakech (Marrocos), reunindo Argélia, Tunísia, Líbia, Marrocos e Mauritânia. Além da assinatura do Tratado, o encontro em Marrakesh adotou uma declaração relativa à criação de um programa de trabalho para a União, com os encontros posteriores do Conselho Presidencial (órgão máximo), etapas e programas de execução.

A União tem como meta principal a cooperação entre os cinco Estados-membros, em matéria social, cultural e econômica. Assim, a livre circulação de pessoas, serviços, mercadorias e capitais entre os Estados-membros e a adoção de políticas comuns estão na base do Tratado de Marrakech, bem como o consequente desenvolvimento industrial, agrícola, comercial e social. Todavia, a União, desde sua criação, tem se mostrado inoperante em função das relações tensas entre o Marrocos e a Argélia, pois esta reconhece a independência do Saara Ocidental (bem como a Mauritânia). O passo seguinte para o aprofundamento da União é a criação do Banco de Investimento e Comércio Exterior do Magreb, anunciado para o ano de 2010.

### **6.1.2.8 CEN-SAD**

A Comunidade dos Estados do Sahel-Sahara (*Community of Sahel-Saharan States* – CEN-SAD) foi criada em 04.02.1998, após a Conferência de Trípoli (Líbia), e é composta atualmente por Benin, Burkina Faso, República Centro-Africana, Tchad, Comores, Costa do Marfim, Djibouti, Egito, Eritreia, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Líbia, Mali, Marrocos, Maurítânia, Niger, Nigéria, Quênia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Togo e Tunísia. A liderança líbia é evidente no estabelecimento do grupo.

Além dos objetivos econômicos (união econômica global baseada numa estratégia de desenvolvimento, integrando os planos nacionais dos Estados-Membros, com investimento nos setores agrícola, industrial, sociocultural e energético), as posições políticas da Comunidade referem-se ao apoio ao povo palestino (político e material, em conjunto com a União Africana), bem como ao questionamento do mandado de captura emitido pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) contra o Presidente sudanês, Omar Hassan El Bachir, em 2009.

## **6.2 A DIPLOMACIA PAN-ÁFRICANA E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

### **6.2.1 A emergência de uma diplomacia pan-africana**

As tendências de reafirmação da África no sistema mundial, que se esboçaram na segunda metade dos anos 1990, aprofundaram-se na passagem do século. Apesar disso, os conflitos políticos de aparência étnico-tribal e guerras civis mantiveram-se, muitas vezes atingindo níveis extremos de violência. Esta situação foi mais comum especialmente nos Estados do Golfo da Guiné e da África Ocidental, como foi visto anteriormente. Este foi o caso da Guiné-Bissau, cuja tentativa de golpe militar em 1998 transformou-se em guerra civil.

Na Libéria, os conflitos entre as populações do interior e as mais ocidentalizadas do litoral prosseguiram de forma intermitente e na Serra Leoa, em 1999, o mesmo problema começou a manifestar-se com intensidade. As populações do litoral, em grande parte descendentes de ex-escravos retornados das Américas, constituem a elite dirigente, discriminando os nativos. Alguns grupos políticos ou tribos, por outro lado, são financiados pelas grandes companhias de diamantes (particularmente as localizadas em Antuérpia) e outras pedras preciosas, com o objetivo de manter o controle das zonas de mineração, devido ao literal colapso do Estado e a desordem reinante.

Tudo isto agrava as tensões locais e propicia uma espécie de “privatização” da política e da violência armada, em meio a todo o tipo de tráfico, particularmente o de drogas, que tem crescido na África, bem como o de armas, diamantes, pessoas e de espécies animais ameaçadas de extinção. A Nigéria, por sua vez, é conhecida por possuir uma poderosa máfia de narcotráfico, que já atua em todo o mundo. O fim do regime autoritário neste populoso país africano, por seu turno, tem propiciado ao país um maior protagonismo regional, como a participação em missões de paz da UA, embora persistam dificuldades sociais, apesar da imensa renda petrolífera.

Outro país atingido por uma guerra civil foi a Costa do Marfim, onde os rebeldes apoderaram-se da metade norte do país em 2003, em sua luta contra o governo, tendo sido necessário uma intervenção francesa em apoio do mesmo. Já as Ilhas Comores, independentes desde 1975, teve seu décimo oitavo golpe de Estado em 28 anos de independência, o que vem reforçar a noção de instabilidade do continente.

Por outro lado, o processo de implantação de numerosas democracias após a queda do Muro de Berlim, impulsionadas de fora para dentro através daquilo que Samuel Huntington denominou de “Terceira Onda” (a das democracias), parece estar retrocedendo. Antigos líderes de regimes autoritários de esquerda começaram a voltar ao poder. Com a guerra civil de 1997-1998, Denis Sassou Nguesso voltou ao poder na República do Congo (Brazzaville), com o apoio da empresa petrolífera francesa Elf-Aquitanie, numa clara tentativa de rechaçar os interesses norte-americanos defendidos pelos regimes “democratizados”.

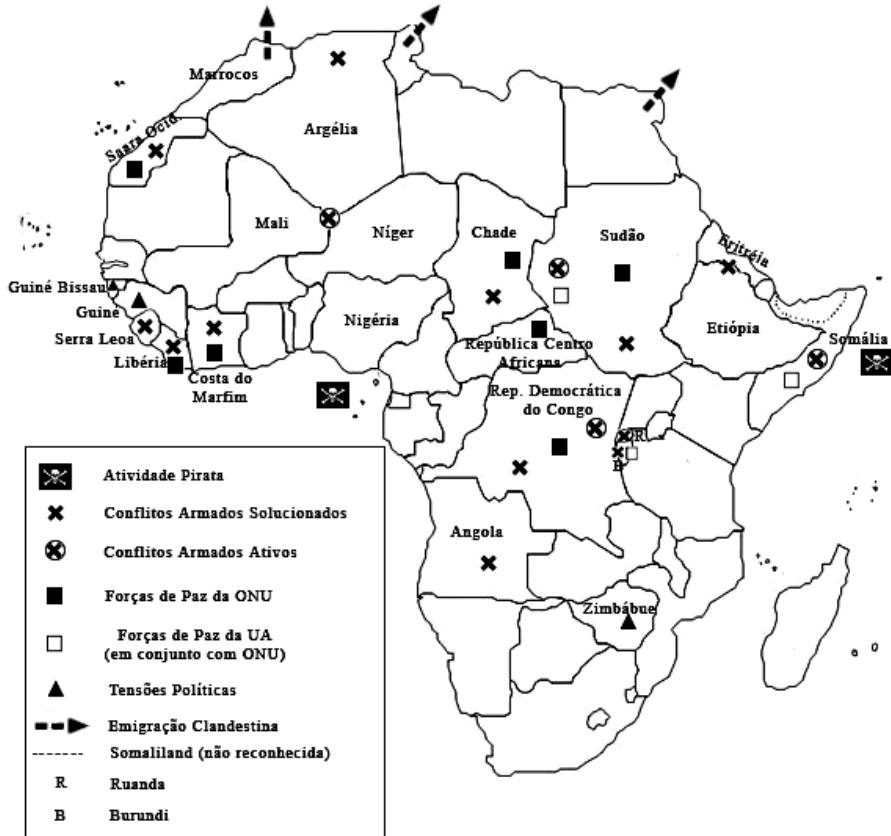
Mas o caso mais impactante foi o do Zimbábue, onde, em outubro de 2001, o presidente Robert Mugabe anunciou que o país abandonava a economia liberal de mercado para adotar um padrão “socialista”. Em 2002, ele apoiou as invasões de fazendas (pertencentes aos brancos) pelos antigos guerrilheiros, nos meses que antecederam as eleições, marcadas por violência, cerceamento da mídia ligada a oposição e pela presença de observadores estrangeiros. Enquanto os EUA e a Inglaterra ameaçavam o presidente, que se encontra no poder desde 1980, e a *Commonwealth* suspendia o país da organização, ele venceu as eleições. Sem se intimidar, e com o respaldo de outros países africanos, especialmente da África do Sul, ele prosseguiu sua política e realizou uma ampla reforma agrária, enquanto era boicotado pelos países ocidentais e a economia entrava em colapso, com uma hiperinflação.

Em fevereiro de 2000, por sua vez, um novo conflito armado ocorreu entre a Etiópia e a Eritreia. Embora o pretexto para o conflito tenha sido os litígios fronteiriços, a verdadeira razão foi o abandono unilateral pela Eritreia da União Monetária existente entre os dois países e o crescente alinhamento desta com os EUA. Posteriormente, foi estabelecida uma trégua, o que também aconteceu em relação a outros conflitos. Na Somália, em outubro de 2002, as quatorze facções assinaram um acordo de cessar-fogo, o que igualmente ocorreu entre o governo de Burundi e os rebeldes hutus. Já no Saara Ocidental, o Marrocos, que ocupa o país desde 1975, tem manobrado para não realizar o plebiscito sobre a independência, em atendimento a resolução da ONU. Mas o caso mais espetacular foi o fim da longa guerra civil em Angola, após a morte em combate do líder da Unita, Jonas Savimbi, ocorrido em fevereiro de 2002. Savimbi controlava as minas de diamante do interior e devastava o país, enquanto o governo retirava seu rendimento do petróleo do litoral.

Um cessar-fogo também foi acertado na República Democrática do Congo, com a retirada das tropas de Ruanda e Uganda (que chegaram a controlar metade deste gigantesco país), e do desarmamento da maior parte dos rebeldes, embora alguns focos de conflito ainda persistam. Laurent Kabila chegou a ser assassinado no desencadeamento da guerra, sendo substituído por seu filho, Joseph Kabila, na presidência, e o regime resistiu devido ao apoio político-militar de Angola, Namíbia, Zimbábue e África do Sul.

Este último país, por sua vez, tem emergido como a nova liderança africana, apoiando países aliados, promovendo mediações de conflitos e participando em forças de paz no continente, além de haver intervindo no Lesoto em setembro de 1998, para salvar o governo que se encontrava ameaçado. Além disto, a nova África do Sul tem atuado na diplomacia mundial de forma crítica à neo-hegemonia americana, defendendo a construção de um mundo multipolar. Gradativamente, vai emergindo uma diplomacia pan-africana, em que os temas políticos, de segurança e de cooperação econômica vão sendo, cada vez mais, agendados e implementados pelos próprios Estados da África. O aumento da autoestima e o maior protagonismo tem, por exemplo, feito com que resistam à agenda global de *Regime Change* e das Revoluções Coloridas, impulsionadas pelas grandes potências Ocidentais. Daí a tentativa do TPI de buscar atuar, prioritariamente, na África.

## Conflitos pós-Guerra Fria



## 6.2.2 A formação de mecanismos africanos para resolução de conflitos

Em 2004, foi criado um Conselho de Paz e Segurança (CPS) no âmbito da UA, composto por quinze Estados-membros. O Ato Constitutivo da UA e o Protocolo que estabelece o CPS proporcionam um envolvimento reforçado para a Comissão da UA, em circunstâncias de conflitos entre Estados, conflitos internos ou de sinais desses conflitos. Com efeito, nos últimos anos, a ascensão de conflitos na África tem obrigado os líderes africanos a reconhecerem a importância da boa governança, da democracia e do respeito pelos direitos humanos, em suma, das situações internas dos Estados membros.

Um dos componentes essenciais do Conselho é o estabelecimento de um Sistema Continental de Alerta Antecipado (CEWS) e a criação de um Fundo de Paz, um Conselho de Eruditos, uma Força Africana de Intervenção (*The African Standby Force*) e uma Comissão Militar. Atualmente, as forças de manutenção de paz da UA têm servido em três regiões africanas, todas desenvolvidas em conjunto com as Nações Unidas, em menor grau de envolvimento:

- a) uma missão de observação de cunho político se situa no Burundi (United Nations Integrated Office in Burundi – Binub), em parceria com as Nações Unidas. Estabelecida pela Resolução/CSNU 1.719/06, a Binub, que tem o objetivo de dar assistência ao governo burundiano na estabilização política local, prevendo a realização de eleições presidenciais em 2010; assim, a BINUB teve seu mandato estendido até 31.12.2010, pela Resolução/CSNU 1.902/09;
- b) há monitoramento do cessar-fogo na região ocidental sudanesa de Darfur (em conjunto com a ONU), através da AMIS. Estabelecida em 31.07.2007, pela Resolução/CSNU 1.769, a Operação híbrida da União Africana e das Nações Unidas no Darfur foi primeiro denominada de Unamid, com duração inicial de 12 meses, mudando de denominação em 31.12.2007 para AMIS e seu mandato se estendendo para 31.07.2008, através da Resolução/CSNU 1.828, ocorrendo nova extensão para 31.07.2009. Em 06.08.2009 (através da Resolução/CSNU 1.881), houve a extensão do mandato até 31.07.2010; e
- c) uma terceira força da União Africana está presente na Somália desde 2007: a *African Union Mission in Somalia* (Amisom), estabelecida através da Resolução/CSNU 1.772/07 com mandato estendido até 31.01.2010, pela Resolução/CSNU 1.872/09.

### **6.3 A PENETRAÇÃO CHINESA E INDIANA: DESENVOLVIMENTO E DISPUTAS ESTRATÉGICAS**

A China também tem se feito presente no continente negro, tanto por razões econômicas (mercados e matérias-primas) quanto diplomáticas (combater a presença remanescente de Taiwan). Em novembro de 2006 foi realizada, em Beijing, a primeira Cúpula China-África, com a presença de mais de quarenta líderes africanos, ocorrendo o lançamento de uma espécie de “Plano Marshall” chinês para o continente, através de investimentos em infraestrutura e ajuda ao desenvolvimento.

#### **6.3.1 A China na África**

As reformas e o acelerado desenvolvimento econômico chinês, bem como o fim da Guerra Fria, foram determinantes para as relações entre a China e a África. Até então, a política externa chinesa para o continente negro baseava-se na antiga disputa ideológica, primeiramente com os Estados Unidos e as potências coloniais europeias, e, depois, com a União Soviética. Assim, a China buscava parcerias que fossem convergentes com sua posição conjuntural, bem como uma diplomacia de prestígio. Quando o país se distanciava da URSS, aliava-se com aqueles que fossem contra a infiltração do bloco soviético no continente, como em uma tentativa de polarizar o sistema internacional de uma forma mais intensa. Assim, durante a década de 1980, houve um decréscimo nas relações sino-africanas, pois muitos acreditavam que a China não precisa da África como das potências ocidentais para edificar seu próprio fortalecimento econômico.

Já em um período em que o bloco soviético começava a se esfacelar, ocorreu um episódio bastante importante para os acontecimentos posteriores envolvendo estes atores. Os eventos ocorridos em junho de 1989 na Praça da Paz Celestial, quando milhares de manifestantes foram reprimidos pelo governo central, geraram um grande desconforto por parte da comunidade internacional, que vinha se mostrando satisfeita com as reformas postas em prática por Deng Xiaoping. Nesse momento, contudo, a China foi alvo de fortes críticas, sobretudo de ativistas dos direitos humanos, que argumentavam que a repressão fora injustificável.

A recepção por parte de governantes africanos, todavia, foi diferente. Não faltaram líderes africanos que elogiassem a atitude do governo chinês, com manifestações de apoio por parte de angolanos e namibianos, por exemplo. Desta forma, a China passou a encarar a África de outra forma, visualizando uma possível aliança política que lhe serviria de sustentação, principalmente nas Nações Unidas. A maior preocupação chinesa devia-se ao fato de alguns governos africanos ainda legitimarem a exis-

tência de Taipei como unidade autônoma à China, em detrimento do ideal chinês de um país único, ainda que com dois governos. Assim, percebeu-se que haveria como tirar proveito desse entendimento com os africanos, e a política externa voltou-se mais em direção ao continente, desde que houvesse a garantia de não reconhecimento de Taiwan.

Outro ponto comum entre chineses e africanos é o fato de que compartilhavam a visão de que as críticas Ocidentais que ocorriam apenas procuravam retardar o desenvolvimento dos países mais pobres. Ambos têm um passado comum de exploração europeia, o que os torna desconfiados de eventuais manifestações contrárias às suas políticas soberanas. Além disto, a possibilidade de crescimento econômico, desvinculado de liberalização política, anima inúmeros governantes reconhecidos por medidas autoritárias.

O continente passou, então, a ser considerado pela política externa chinesa como o maior campo de aliados no mundo. Por outro lado, os africanos veem com bons olhos a parceria com a China, sobretudo devido à posição desta no Conselho de Segurança da ONU. Depois de 1989, a ajuda humanitária e os negócios entre as partes cresceram significativamente. O número de visitas diplomáticas entre chefes de Estado voltou a ter um ritmo ascendente, e foram criadas novas iniciativas para que empresas pudessem se deslocar para estes lugares. Naturalmente, as empresas estatais chinesas foram pioneiras, mas tem-se valorizado bastante a iniciativa privada e atores subnacionais chineses.

Vale notar que a China tem, historicamente, relações amigáveis com seus vizinhos. Sempre foi de seu interesse buscar parcerias para evitar confrontos futuros, de forma a forjar um jogo de soma positiva. Por isto, os chineses sempre evitaram a intervenção em assuntos internos de cada nação. Aos africanos, evidentemente, isto era muito favorável, pois os organismos internacionais, tais como o FMI, sempre condicionam empréstimos a medidas de ajuste econômico restritivo e choques de gestão, além de um elevado grau de liberalização político-econômica.

Os chineses, por outro lado, concedem ajuda sem questionamentos e com poucas exigências. Essas medidas são muito criticadas pelo Ocidente, que detrata a ajuda chinesa a países com histórico de desrespeito aos direitos humanos, os chamados “Estados delinquentes”. Essas reclamações são encaradas com ceticismo por parte de africanos e chineses, que entendem que se trata de mais uma tentativa de impedir o desenvolvimento socioeconômico de ambos, pois isso dificultaria sua subserviência às potências centrais.

No decorrer da década de 1990, o acelerado crescimento econômico pelo qual passava a China suplantou a limitada oferta de petróleo que as estatais do país produziam, em comparação com as crescentes



necessidades. Além disto, uma grande parcela da população deixou a linha da pobreza, sobretudo aqueles que saíram do campo. Há alguns anos, Angola tornou-se o maior fornecedor do combustível para o país asiático, superando a Arábia Saudita. Além disto, os chineses importam outros minérios e vários produtos alimentícios.

Com base nestes princípios, ocorreu, em 2000, a criação do Fórum de Cooperação China-África, que visa regulamentar as relações entre as partes, de forma a promover o desenvolvimento mútuo. As reuniões acontecem trianualmente e seus principais pontos não se limitam ao aumento do comércio, mas também à cooperação científico-tecnológica e à ajuda econômica chinesa, que ocorrem, sobretudo, através de investimentos em infraestrutura. Na última reunião do Fórum, em 2009, os chineses prometeram conceder dez bilhões de dólares em empréstimo aos países africanos, além de favorecer a iniciativa privada chinesa a investir mais no continente negro.

Quando os Estados Unidos iniciaram uma grande intervenção na Ásia Central e no Oriente Médio, em função da “guerra ao terrorismo”, os interesses chineses foram gravemente afetados. Havia projetos de oleodutos e gasodutos em marcha nessas regiões, e a segurança energética foi ameaçada. Para evitar confrontos com Washington, Beijing procurou um espaço onde sua inserção fosse menos onerosa diplomaticamente. Este espaço era a África e, em menor medida, a América do Sul. Na mesma linha, a crescente necessidade de minerais, alimentos e outras matérias-primas, além de áreas para investimento de capitais chineses e mercados para seus produtos, fez com que a cooperação sino-africana atingisse um patamar estratégico.

A oferta de prédios públicos (palácios presidenciais, ministérios, hospitais, escolas, centros de convenções e estádios esportivos) entusiasmou os africanos. Os produtos chineses, extremamente baratos, encontraram na África um espaço inesperado, permitindo aos africanos o acesso a um consumo antes imaginado. Mesmo nas mais remotas aldeias africanas há um pequeno comércio chinês tipo “\$1,99”. Grandes obras de infraestrutura, novas ou reconstruídas após décadas de guerra, geram milhões de empregos, embora a China empregue, em muitos casos, sua própria mão de obra e haja algumas tensões localizadas. Projetos de mineração, prospecção de petróleo, exploração de madeira, projetos agrícolas, assistência técnica e vultosos investimentos mudaram o panorama econômico africano.

Mais ainda, os africanos deixaram de solicitar empréstimos ao FMI, passaram a ser mais seletivos com a “ajuda” Ocidental e, sobretudo, a desenvolver uma diplomacia mais ativa. Se há casos de corrupção, isto também havia com os negócios europeus. O fornecimento de armamento e o apoio diplomático chinês, sobretudo vetando iniciativas Ocidentais no

Conselho de Segurança da ONU contra Estados africanos, elevaram a autoconfiança do continente, que não se sente mais abandonado. É isto que Bruxelas, Washington e as ONGs não conseguem compreender. Para os africanos, trata-se de uma descolonização econômica e de uma nova projeção internacional.

A atuação chinesa suscita reações bastante diversas na comunidade internacional. Os pontos positivos são o crescimento econômico por que os países africanos vêm passando e o investimento pesado em infraestrutura, sempre negligenciado pelos europeus. Por outro lado, a maior parte dos Estados tem um pesado *déficit* comercial com a China – o saldo total é positivo à África, mas isto porque países como Angola exportam muito mais do que a média –, e há críticas à qualidade de produtos chineses. Há quem argumente, ainda, que essa tentativa não passaria de uma espécie de neoimperialismo à chinesa, e que a concessão de empréstimos sem a exigência de garantias político-institucionais favoreceria ditaduras.

Os detratores ignoram, contudo, que a maioria dos africanos exalta a participação chinesa, sempre fazendo questão de diferenciá-la da europeia. O embaixador africano Afare Donkor chegou a afirmar que a China não dava o peixe, mas ensinava a pescar. Essa atuação é bastante coerente com o histórico da política externa chinesa, que prioriza a não intervenção nos assuntos domésticos. Vê-se, portanto, uma nítida intenção de fortalecimento político-econômico por parte dos chineses, que veem na África uma oportunidade ímpar para expandir negócios, encontrar parceiros diplomáticos e alterar o perfil da ordem mundial, rumo à multipolaridade. Resta, por enquanto, esperar para que os africanos se organizem melhor para que estabeleçam uma política em relação à China. Até o momento, os chineses sempre tomam a dianteira e regem as negociações, mesmo que elas sejam organizadas bilateralmente.

### 6.3.2 A Índia na África

A África e a Índia têm mantido um relacionamento cordial e estável desde a independência da Índia em 1947. Em comum, o país e o continente africano têm a luta contra o colonialismo europeu e o racismo. Durante as décadas de 1950 e 1960, sob a administração de Nehru e Indira Gandhi, a Índia encarou a África como um espaço para o exercício da solidariedade. Nas duas décadas seguintes, porém, houve uma sensível mudança nessa visão, quando a Índia passou a adotar certa seletividade ao lidar com as nações africanas. Isto ocorreu devido tanto a questões de política externa indiana, que desagradavam os governos africanos quanto a uma nova política adotada por algumas nações africanas de “africanização”, expulsando os estrangeiros de seus territórios, entre eles os indianos.

Durante a Guerra Fria, a Índia e a África figuraram entre as nações não alinhadas. No mesmo período, a China passou a figurar no cenário mundial e a disputar o mercado africano com os indianos, uma disputa acirrada pela guerra Sino-Indiana nos anos 1960. Com o fim da Guerra Fria, a Índia teve a oportunidade de ver uma África que, aos poucos, se encaminhava para a democratização e a luta contra o racismo, com o fim dos regimes de *Apartheid* na África do Sul e na Namíbia. Ao mesmo tempo, as nações africanas passaram a visualizar a Índia como uma potência regional emergente, capaz de apoiar o desenvolvimento do continente africano. Assim, foi do interesse de ambos o estreitamento de laços que ocorreu nos últimos 20 anos.

A política indiana em relação à África baseia-se em cinco pontos: cooperação econômica, lidar com indianos residentes na África, combate ao terrorismo, preservação da paz e auxílio às forças de defesa africanas. No plano da cooperação econômica, a estratégia indiana, traçada desde o início da década de 1990, é o treinamento, assistência técnica e trocas entre Índia e África. Com o programa de Cooperação Técnica e Econômica Indiana (ITEC) e o Plano Especial de Assistência Africana (SCAAP), a Índia oferece assistência técnica ao continente nos campos de treinamento civil e militar, fornecimento de equipamentos, serviços de consultoria e estudos de oportunidades, apoio de especialistas e visitas de dirigentes africanos à Índia.

Durante a década de 1990, muitos projetos foram iniciados e realizados com ajuda indiana em diversos países africanos. No Senegal, a Hindustan Machine Tools investiu 4,41 milhões de dólares em um Centro de Treinamento e Demonstração Empresarial (ETDC). Na Namíbia, foi montado um Centro de Demonstração de Tecnologia em Plástico. Em um seleto grupo de países (Zimbábue, Nigéria, Senegal, Tanzânia, Uganda, Quênia, Gana e Etiópia), foi introduzido um projeto de indústria de pequena escala, desenvolvido pelo governo indiano sob a ITEC. Em Burkina Faso, a agricultura foi beneficiada pelo Projeto de Fazendeiros Indianos. Também no Senegal, especialistas indianos auxiliam na pesquisa para desenvolvimento da indústria de laticínios e da fabricação de incenso. No Mali, ocorre um estudo sobre a implantação de um laboratório de vacinas, enquanto na África do Sul o estudo é sobre melhorias no sistema de educação.

O comércio desenvolveu-se a partir do fim da Guerra Fria quando não só o governo, mas também a iniciativa privada percebeu o potencial do mercado africano. No setor privado, a ASSOCHAM, a CII, a FICCI e a FIEO – câmaras de comércio indianas – lançaram programas de interação Índia-África, e conseguiram firmar acordos com Quênia, Ilhas Maurício, Zâmbia, Uganda, Zimbábue, Nigéria, Etiópia e África do Sul. Isto deve-se

ao fato da Índia estar conhecendo um forte crescimento econômico e necessitar de recursos energéticos, matérias-primas, produtos agrícolas, mercados e espaço para investimentos. Neste campo, há uma clara competição com a China, o que permite aos africanos uma melhor posição de barganha. Mas os indianos também se interessam pela segurança do Oceano Índico, realizando manobras com as marinhas africanas, especialmente através do IBAS.

O governo, por sua vez, tem uma série de programas, tanto bilateralmente com países africanos quanto com blocos econômicos da África. O Banco EXIM – de importações e exportações – da Índia, criou uma linha de crédito de seis milhões de dólares em 1992 para os países da *Preferential Trade Area* (PTA), que mais tarde veio a ser o Mercado Comum do Leste e Sul da África (Comesa). Além disto, em 1996, foi criado pelo 1º ministro indiano um Fundo Rotativo para desenvolver cooperação regional com o continente africano. A Comunidade de Desenvolvimento do Sul da África (SADC) também foi contemplada com um acordo de cooperação com a Índia em 1997, o *Memorandum of Understanding*, com participação dos setores público e privado da Índia. Em junho e outubro de 2000 ocorreram reuniões de representantes comerciais e chefes de missões indianos no leste, sul e oeste do continente. O banco EXIM também lançou o programa Focus África no ano de 2002 e 2003, para promover o encontro de empresários indianos e para a criação de centros empresariais.

### **6.3.3 A presença americana, árabe, russa e brasileira**

Os Estados Unidos, seja como forma de estender sua rede de “combate ao terrorismo”, seja como de se contrapor à projeção francesa/europeia e à expansão da presença chinesa, têm procurado estar mais presente no continente africano. Esse processo teve início durante o segundo mandato do presidente George W. Bush, com enfoque predominantemente securitário. Com a ascensão do governo Barack Obama, a África passou a ganhar um maior espaço na agenda externa americana, mas o predomínio do setor militar e as dificuldades econômicas decorrentes da crise financeira deixam à nova administração da Casa Branca pouca margem de manobra. Assim, a agenda securitária (treinamento e estabelecimento de bases militares) deve continuar.

Isto tem sido acompanhado por um maior protagonismo francês, que tenta recuperar parte do espaço perdido, primeiro para os Estados Unidos e, depois, para a China e o Brasil. As reuniões de cúpula UE-África (como a de Lisboa) tem tido resultados patéticos, com os europeus surpreendendo-se com o amadurecimento dos africanos. A histórica visita de Chirac a Argélia, em março de 2003, constitui um signo da tendência re-

cuperadora francesa e sinaliza para a possibilidade desse importante país afro-árabe encerrar sua guerra civil e voltar a ter um maior protagonismo econômico e diplomático nos assuntos africanos. Por fim, o bloqueio da situação no Oriente Médio indica que a África poderá ter um papel mais relevante, na medida em que constitui uma retaguarda geopolítica dessa região. Ao mesmo tempo, o estabelecimento de laços com o Mercosul, com a Ásia e com a União Europeia, propiciarão, a médio prazo, melhores condições para a África.

Simultaneamente, a crescente presença de capitais e empresas árabes, em área como a telefonia celular, tem marcado um incremento de relações econômicas. À medida que a economia africana volta a crescer, surgem oportunidades para atores desse tipo, que focam particularmente as nações de maior performance do continente. Capitais russos, muitas vezes ligados à lavagem de dinheiro, têm, igualmente, se feito presentes na África, em projetos como o turismo. Aliás, é claramente visível a redução de turistas americanos e europeus no continente africano, com aumento correspondente de russos e asiáticos. Mas o Estado russo também tem buscado recuperar os espaços perdidos com o fim da União Soviética, com a venda de armamentos, assistência na prospecção de petróleo e projetos de mineração. Finalmente, o Brasil também constituiu-se, atualmente, num importante parceiro africano, o que é pouco conhecido dos europeus e norte-americanos, e será analisado no capítulo seguinte.



## **AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA: DA INDIFERENÇA À COOPERAÇÃO SUL-SUL**

---

O Brasil teve, no passado, fortes vínculos com a África, com o tráfico de escravos, que tornou o país “a segunda nação africana”. Mas os vínculos entre as duas margens se romperam com o fim do tráfico e com a implantação do sistema colonial e a dominação do continente africano pelos europeus. Com as independências, o Brasil iniciou uma aproximação que atingiria o ápice a partir do governo Lula, com sua política externa “ativa e afirmativa”. A África se tornou a região onde a diplomacia brasileira realizou maiores avanços. Se as conquistas podem ou não ser revertidas, é uma questão para discussão, mas o fato é que a cooperação Sul-Sul estabelecida tem sido multidimensional, o que sinaliza para sua continuidade. Mais ainda, as relações Brasil-África, atualmente, transcendem o nível bilateral, possuindo grande significado global.

### **7.1 NEXO ESCRAVISTA, AFASTAMENTO E REAPROXIMAÇÃO COM A ÁFRICA PÓS-COLONIAL**

#### **7.1.1 Da conexão escravista ao afastamento**

A História da África e a História do Brasil estão intimamente relacionadas, desde que os colonizadores portugueses ocuparam as duas margens do Oceano Atlântico Sul, no século XVI. Com a chegada ao Brasil da primeira leva de escravos africanos, em 1538, inicia-se uma longa fase de íntima ligação, baseada principalmente no tráfico, que se estenderá até 1850, quando este inicia seu declínio. Este relacionamento não era de menor importância no plano global, pois no século XVII o Atlântico Sul foi o centro dinâmico da economia mundial, com o Brasil impulsionando o Império Atlântico Português; no

século XVIII ele foi suplantado pelo Atlântico Norte, devido à projeção de potências como a França e a Inglaterra<sup>34</sup>.

Como foi visto antes, durante a colônia e a maior parte do Império, milhões de africanos foram trazidos como escravos para o Brasil, fazendo com que a *europização* das novas terras fosse acompanhada por sua *africanização*. A historiografia destaca a contribuição africana para a formação da sociedade brasileira na cultura, arte e religiosidade, além dos aspectos raciais. Mas os africanos também trouxeram técnicas que impulsionaram a agricultura, a pecuária e o combate a enfermidades, pois os conhecimentos portugueses eram inadequados para o desenvolvimento do mundo tropical. A fundição de metais e a produção de utensílios, bem como a introdução de determinados padrões de comportamento político e de organização social também foram contribuições africanas importantes.

O Rei do Benin foi o primeiro soberano a reconhecer a independência do Brasil, em 1823, e, entre 1822 e 1830, houve um forte movimento político do outro lado do Atlântico para que Angola fizesse parte do Brasil, devido aos vínculos econômicos decorrentes do tráfico de escravos e à composição majoritariamente brasileira da elite colonial angolana. Apenas a pressão da diplomacia e da armada inglesa impediu que isto acontecesse, permanecendo Angola como uma colônia portuguesa. Prosseguiu, paralelamente, um fenômeno da época colonial: o retorno de ex-escravos para a África, especialmente para o Golfo da Guiné, onde constituíram uma elite que, aos olhos dos “nativos”, era ocidentalizada.

A pressão inglesa pelo fim do tráfico era cada vez maior e a promulgação do *Bill Aberdeen* (1845), lei que permitia apresar qualquer navio que transportasse escravos, gerou o aumento desmedido do tráfico clandestino. Os proprietários brasileiros, ao buscarem ampliar o estoque de escravos antes que o tráfico se extinguisse definitivamente, foram levados ao endividamento e à descapitalização. O Estado reagiu promulgando a Lei Euzébio de Queiroz em 1850, que pôs fim ao tráfico. Porém, isto foi acompanhado da mentalidade de criação de uma sociedade “branca e ocidental”, com a ideologia do “branqueamento”, através da imigração de trabalhadores europeus. Afinal, a elite brasileira considerava que o país possuía um regime político europeu, a monarquia, e uma dinastia europeia, os Bragança, devendo diferenciar-se dos vizinhos.

O fim do tráfico coincidiu com o início da expansão colonialista européia na África, a qual gerou o retrocesso das relações e o afastamento entre a África e o Brasil. Na primeira metade do século XX, noventa por

<sup>34</sup> RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África**: outro horizonte. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.



cento do comércio do Brasil dava-se exclusivamente com a África do Sul. Após a Segunda Guerra Mundial, a relação com Portugal era importante para os sucessivos governos brasileiros, que barganhavam o apoio eleitoral da comunidade de imigrantes lusitanos (estimulado por Salazar, através das Casas de Portugal), em troca do apoio brasileiro ao colonialismo português nos fóruns da ONU. Além disso, o Brasil evitava apoiar a descolonização, pois Dakar era um ponto estratégico de escala das comunicações aeronavais com a Europa, além de Portugal ser membro da OTAN.

### 7.1.2 A reaproximação (contraditória) com a África Pós-colonial

Em 1953, Vargas assinou o Tratado de Amizade Brasil-Portugal, que Kubitschek levou ainda mais longe, com a proposta do estabelecimento de uma Comunidade Luso-Brasileira. Era a época de Gilberto Freire e seu luso-tropicalismo, que dava a Salazar, o líder do fascismo português, uma base teórica para a manutenção do império colonial na África, e faziam do Brasil um paradigma para sua política de assimilação, através da ficção jurídica das “Províncias Ultramarinas”. Como compensação, chegou a ser firmado um Convênio do Café (a produção africana concorria com a brasileira), num momento em que se constituía a Comunidade Econômica Europeia (1957) e o Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, era reestruturado, instituindo-se um Departamento Comercial.

Além de perdurar o que José Honório Rodrigues denominou de “*velha mentalidade conservadora do Sr. Raul Fernandes*” (Chanceler de 1946 a 1951 e de 1954 a 1955), típica do alinhamento na Guerra Fria, o lançamento da Operação Pan-Americana por JK, em 1958, restringia a política externa brasileira às Américas. As independências africanas, que se iniciaram justamente durante o governo Kubitschek, foram praticamente ignoradas. Em 1960, o *Ano Africano*, dezessete países ficaram independentes, com o Brasil adotando uma política meramente protocolar. Foi preciso o desencadeamento da Política Externa Independente, no governo Jânio Quadros, para que a África adquirisse importância para a diplomacia brasileira.

Com a Política Externa Independente, de 1961 a 1964, houve uma primeira aproximação, seguindo-se uma fase de distanciamento durante os dois primeiros governos militares (1964-1969). Do governo Médici até o fim do governo Sarney (1969-1990), por outro lado, houve um salto qualitativo nas relações Brasil-África, com uma intensa cooperação em várias áreas, mas com o advento dos governos neoliberais, de Fernando Collor de Mello a Fernando Henrique Cardoso (1990-2002),

nos marcos da globalização, houve novo distanciamento<sup>35</sup>. Contudo, na passagem do século XX ao XXI, especialmente a partir do início do governo Luiz Inácio “Lula” da Silva, o continente africano viria, finalmente, a se tornar uma prioridade para o Brasil.

Em 1961, com o lançamento da Política Externa Independente por Jânio Quadros e seu chanceler Afonso Arinos, o Brasil lançou uma ousada política africana e tomou posição em favor do direito à autodeterminação dos povos coloniais, especialmente as colônias portuguesas, que iniciavam a luta armada. Tal tomada de posição, que implicou tensão com Lisboa, não foi isenta de certos retrocessos, devidos à ação do poderoso *lobby* pró-português.

De qualquer forma, o Itamaraty criou uma Divisão da África, foi estabelecida uma linha de navegação e abertas cinco Embaixadas: Senegal (visitado por Afonso Arinos), Costa do Marfim, Nigéria, Etiópia e Gana. Com relação a este último país, ocorreu um episódio prosaico, quando Quadros designou como Embaixador o escritor negro Raimundo de Souza Dantas. Kwame N’Krumah, o combativo líder de Gana, ironizou: “*se o Brasil desejava demonstrar-nos que não era um país racista, deveria ter nomeado um negro para Londres, Washington ou Paris, não para a África*”.

A assinatura de diversos Acordos Culturais propiciou o estabelecimento de um programa de bolsas de estudo para estudantes africanos no Brasil, que viria a dar origem ao Programa de Estudantes Convênio (PEC). O país também condenou o massacre de Sharpeville, ocorrido na África do Sul, e criticou o *Apartheid*, buscando manter as contatos num nível mais limitado com os sul-africanos, em relação aos quais possuía um bom volume de comércio. Apesar de João Goulart, que assumiu a presidência com a renúncia de Quadros, e de seu chanceler San Tiago Dantas manterem e até aprofundarem a Política Externa Independente, houve vacilações e retrocessos na relação com a África, dada a fragilidade do governo e a suspeição ideológica de que padecia.

Na verdade, Quadros e Arinos desejavam aumentar o poder de barganha do Brasil frente aos EUA (aumentando nossa inserção internacional), aproveitar novos nichos de mercado para a crescente produção industrial brasileira, projetar o país na cena internacional e servir de elo de ligação do Ocidente com a África, no contexto de recuo do colonialismo. Interessante, também preocupava o governo a “concorrência desleal” dos países africanos no tocante ao acesso privilegiado aos mercados europeus para seus produtos tropicais (café, açúcar e cacau), seja como colônias, seja pelos vínculos privilegiados estabelecidos após a independência.

---

<sup>35</sup> Ver SARAIVA, José Flávio. **O lugar da África**. Brasília: UnB, 1996.

## 7.2 RELAÇÕES COMERCIAIS, OS PALOP E OS EFEITOS DOS AJUSTES ECONÔMICOS

### 7.2.1 Da Geopolítica da Guerra Fria às relações econômicas

O primeiro esboço de Cooperação Sul-Sul, ensaiado pela Política Externa Independente, todavia, sofreu um revés considerável com o golpe de 1964. Castelo Branco desejava acabar com a politização da PEI e deixou de lado o discurso terceiro-mundista. Apesar de enviar uma missão comercial à África ocidental, o novo regime tratou de recompor a relação com Portugal e, em nome da segurança do Atlântico Sul, condenar os movimentos de libertação nacional de influência marxista na África Austral. Mais uma vez, devido ao enfoque da geopolítica da Guerra Fria, o tema da segurança coletiva foi resgatado, tanto no que diz respeito às Américas (proposta de uma Força de Defesa Interamericana) como do Atlântico Sul (proposta da formação da Organização do Tratado do Atlântico Sul – OTAS). Esta última implicava a cooperação com os regimes colonialista de Portugal e racista da África do Sul. O governo Costa e Silva, apesar de condenar a hegemonia das grandes potências e de esfriar o discurso sobre os mecanismos multilaterais de defesa, não promoveu ações de aproximação com a África no seu curto governo (1967-1969).

As iniciativas de reaproximação ocorreram no governo Médici, o mais repressivo do regime militar. Em 1970 foram abertas três novas embaixadas e, em 1972, o chanceler Mário Gibson Barboza visitou nove países da África ocidental e oriental, firmando diversos acordos comerciais, culturais e de cooperação técnica. O Brasil do “milagre econômico”, com sua renda concentrada e indústria em rápida expansão, necessitava mercados, matérias-primas e energia, especialmente petróleo. Por outro lado, a tecnologia intermediária e “tropicalizada” prestava-se à prestação de serviços e servia de modelo inspirador aos Estados africanos. O Brasil também necessitava da simpatia diplomática dos africanos para legitimar a expansão do Mar Territorial para 200 milhas, ao mesmo tempo em que a ideia da OTAS era enterrada. A *Diplomacia do Interesse Nacional* do governo Médici, contudo, evitou a agenda polêmica da África Austral, onde as guerras de libertação nacional montavam o assalto final contra o decrépito colonialismo português.

A crise do Petróleo, em 1973, e o início do governo Geisel (1974-1979), marcaram o aprofundamento da política africana. Seis novas embaixadas foram abertas na África e o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de viés marxista, em novembro de 1975. A condenação firme dos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul caracterizou, igualmente, a diplomacia do *Pragmatismo Responsável* de Geisel e do chanceler Azeredo da

Silveira, marcada por um forte discurso terceiro-mundista. Ao mesmo tempo em que o Brasil exportava bens de consumo, alimentos e automóveis, importava crescentes quantidades de petróleo.

A Braspetro, subsidiária da Petrobrás, iniciou atividades de prospecção na África, a Vale do Rio Doce desenvolvia projetos de mineração e as construtoras Mendes Jr. e Odebrecht, entre outras, construíam rodovias, pontes, portos e barragens hidroelétricas. As relações com Angola, Gabão, Nigéria e Argélia, nações produtoras de petróleo, eram as mais intensas, enquanto o Brasil recebia muitas centenas de estudantes africanos para cursar estudos universitários no Brasil, na base do PEC, e dezenas de estagiários em suas empresas, particularmente estatais. Ao mesmo tempo, o Brasil exportava grande volume de armamentos produzidos por sua indústria, aviões da Embraer e estabelecia parcerias na área aeronáutica.

A *Diplomacia do Universalismo*, do presidente Figueiredo (1979-1985) e do chanceler Saraiva Guerreiro manteve e expandiu a cooperação Brasil-África. Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar a África oficialmente: Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Argélia. Com o fim do regime racista na Rodésia, em 1980, o Brasil aproximou-se do novo Zimbábue e continuou a criticar duramente o racismo e as agressões sul-africanas aos países recém-libertados. Além do crescimento contínuo do comércio, os programas de cooperação foram intensificados nas mais diversas áreas, enquanto as representações diplomáticas africanas aumentavam rapidamente de número em Brasília.

O governo Sarney, apesar das crescentes dificuldades da economia e das adversidades emanadas do sistema internacional, manteve um alto perfil na relação Brasil-África. Ele visitou Cabo Verde e, posteriormente, Angola e Moçambique, que atravessavam momentos difíceis face às investidas sul-africanas e à guerra civil. Em 1986, em plena era Reagan e no contexto de militarização do Atlântico Sul (pós-Malvinas), logrou que a ONU aprovasse o estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS). Neste contexto, em 1988 promoveu a I Conferência do Atlântico Sul, no Rio de Janeiro, com a participação de 19 países africanos. A emancipação da Namíbia, a crítica ao *Apartheid* e o apoio à paz em Angola (através da retirada das forças sul-africanas e cubanas) eram pontos importantes desta política, ao lado da busca do desenvolvimento.

Todavia, as dificuldades eram crescentes. O impacto da crise da dívida era forte no Brasil e fortíssimo na África, drasticamente enfraquecida pelos planos de ajuste do FMI e pelos conflitos da Guerra Fria. Assim, o primeiro governo pós-militar buscou uma inflexão em direção aos países de língua portuguesa, na esteira do espaço deixado por Portugal, que ingressara na Comunidade Europeia. Em 1989 foi realizada a I Cúpula dos

Países Lusófonos, em São Luís do Maranhão, com a presença do Brasil, de Portugal e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS), tendo sido criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, a ser sediado em Cabo Verde.

### 7.2.2 A era dos ajustes econômicos transatlânticos

A ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência e a adoção do neoliberalismo como política econômica, em 1990, abriram nova fase de relativo distanciamento em relação à África. A visão estratégica contida no Consenso de Washington, que orientava a nova elite brasileira, enfatizava as relações verticais Norte-Sul, em lugar das relações horizontais Sul-Sul. No contexto do fim da Guerra Fria e da criação do Mercosul, em 1991, a África foi considerada um cenário secundário, nos marcos de uma diplomacia baseada numa visão neoliberal da globalização e voltada aos países da OCDE. O declínio comercial que se seguiu era fruto dos planos de ajuste dos dois lados do Oceano, da retirada do Estado do financiamento das exportações e de muitos ramos da economia e da necessidade de comprar petróleo da Argentina, como forma de equilibrar as relações comerciais dentro do Mercosul.

De qualquer maneira, a transição à democracia na África do Sul e independência da Namíbia, que recebeu ajuda brasileira para estruturar sua marinha de guerra, levaram o presidente a visitar a região, em 1991. Enquanto isto, o número de diplomatas brasileiros na África diminuía constantemente, como lembra Flávio Saraiva: em 1973 era 25, atingindo 34 em 1989 e caindo para 24 em 1996, já na gestão FHC<sup>36</sup>. Pior que isto, o *status* da África na estrutura do Itamaraty, junto com o do Oriente Médio, foi reduzido em termos político-administrativos. Tudo com base numa visão de custo-benefício de curto prazo, em detrimento de políticas estratégicas empreendidas pelos governos anteriores.

Durante o governo Itamar Franco (1992-1994), com Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, depois, Celso Amorim como chanceleres, voltou a haver certa visão articulada quanto à política africana. Foram selecionados alguns países-chave como prioritários, e neles concentrados os limitados esforços. A nova África do Sul, Angola e Nigéria eram os principais focos da política externa brasileira, que buscava atingir os vizinhos através destes. Em 1993 Itamar Franco reativou a ZoPaCAS e, no ano seguinte, realizou um Encontro de Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa, em Brasília. Mais importante, contudo, foi o apoio bilateral e multilateral (via ONU) ao processo de paz e reconstrução em alguns países do continente, especialmente em Angola.

---

<sup>36</sup> Ver SARAIVA, José Flávio. **O lugar da África**. Brasília: UnB, 1996. p. 219.

No governo FHC (1995-2002) o lugar da África nas relações internacionais do Brasil continuou modesto, mas houve algumas iniciativas importantes e certa inflexão ao longo do segundo mandato, que viriam a ser qualitativamente aprofundadas pelo governo Lula. A partir de 1995 o exército brasileiro participou ativamente das missões de paz da ONU em Angola e em alguns outros países. Em 1996, Cardoso visitou Angola e África do Sul, firmando acordos e várias áreas, e em 1998 o presidente Mandela visitou o Brasil. A Nova África do Sul emergia como parceira importante para o Brasil. No ano 2000 aquele país assinou um Acordo Quadro com o Mercosul.

No mesmo sentido, a cooperação no campo das políticas públicas cresceu, especialmente quando o Brasil iniciou sua luta para quebrar os direitos de patente dos medicamentos para a AIDS, epidemia que assola a África Austral. Quando o presidente, no contexto da crise do Real, começou a criticar a “globalização assimétrica”, passou também a haver entre o Brasil e os Estados africanos uma maior convergência na diplomacia mundial e seus foros multilaterais, especialmente os econômicos.

Mas vale a pena, ainda, mencionar que, desde o fim dos anos 1980, tem crescido na África a penetração da televisão brasileira (especialmente as telenovelas), das igrejas evangélicas<sup>37</sup> e mesmo o estabelecimento de redes de contrabando, tráfico de drogas, armas e lavagem de dinheiro (num fluxo de duplo sentido). Aspectos culturais e de segurança, assim, se tornaram agendas comuns no relacionamento entre as duas margens do Atlântico Sul. O Brasil também tem recebido refugiados e imigrantes do continente africano.

## **7.3 LULA E A ÁFRICA: DIPLOMACIA DE PRESTÍGIO, SOLIDARIEDADE SUL-SUL OU “IMPERIALISMO *SOFT*”?**

### **7.3.1 A emergência de uma política africana multidimensional**

#### **7.3.1.1 A política externa do governo Lula e a África**

Desde o início do governo Lula, em 2003, a diplomacia brasileira tem dado atenção especial à África, intensificando os laços com o continente, pois o Brasil passou a desenvolver uma diplomacia “ativa e afirmativa”. Uma visão estratégica e uma perspectiva coerente são as novas bases das relações Brasil-África, tornando-se o principal foco da chamada Cooperação Sul-Sul. Relações bilaterais e multilaterais tem se desenvol-

---

<sup>37</sup> Somente na África do Sul já existem quase 300 templos da Igreja Universal do Reino de Deus, onde pastores brasileiros conseguem até contar anedotas em zulu, mas o fenômeno é ainda mais intenso nos países de língua portuguesa.

vido de maneira notável nas áreas do comércio e investimento (principalmente nos setores petrolíferos, de mineração e infraestrutura), saúde, ciência e tecnologia, diplomacia e mesmo segurança e defesa.

Ao mesmo tempo em que o combate à pobreza adotava programas efetivos como o “Fome Zero”, as “políticas afirmativas” buscavam integrar os afrodescendentes aos avanços da sociedade brasileira. Uma das iniciativas, já de março de 2003, foi o fomento do ingresso de negros nos quadros diplomáticos, através da concessão de bolsas para a preparação ao concurso do Instituto Rio Branco. No campo da educação, os programas PEC e PEC-G (oportunidade para estudantes estrangeiros cursarem graduação e pós-graduação no Brasil) foram ampliados com a inclusão de novas Universidades brasileiras participantes (com aumento no número de vagas e bolsas de estudo) e maior ênfase na cooperação em pesquisas científicas, além do intercâmbio de professores.

Na África são oferecidos cursos e eventos, e em ambos os lados do Atlântico são promovidos seminários para aprofundar o conhecimento comum. Um destes esforços é a Conferência Internacional de Intelectuais Africanos e da Diáspora, que ocorreu em Salvador, em julho de 2006. A África, desta maneira, tem sido vista como o mais importante ensaio no âmbito da Cooperação Sul-Sul, acompanhada de um aumento no comércio bilateral e das ações de cooperação técnica brasileiras na África.

Para muitos, as relações com a África provam a dimensão solidária do programa social do presidente Lula, numa extensão internacional das ações nacionais, enquanto outros consideram essas relações apenas uma “diplomacia de prestígio”, com desperdício de tempo e dinheiro; finalmente, alguns as consideram pela ótica da “diplomacia de negócios”, uma espécie de *imperialismo soft*, que se diferenciaria da presença chinesa na África apenas na sua forma e intensidade.

Brasil, China e Índia são os novos atores na política internacional africana. Após um longo período de distanciamento, a sociedade brasileira e as relações interestatais com a África ultrapassaram a etapa retórica e ganharam incentivo a partir do governo Lula. Os laços históricos, o elevado número de descendentes africanos no país e o debate interno em relação à igualdade racial estão presentes na perspectiva brasileira em relação à necessidade de um relacionamento mais próximo e cooperativo para com os parceiros africanos. Entretanto, os pilares estratégicos e econômicos dessa recente aproximação são mais importantes: ainda que o continente africano apresente níveis alarmantes de pobreza, não há estagnação na região, fato que propicia um papel importante para a projeção mundial brasileira.

Enquanto partidos de oposição acusavam o governo Lula de “desperdiçar dinheiro em um continente sem futuro”, empreendimentos brasileiros estão ganhando espaço e reforçando a sua presença, principalmente a Petrobras. Enquanto ações chinesas, e mais recentemente indianas, são orientadas por objetivos econômicos – apesar da sua ajuda na área de infraestrutura – e da presença norte-americana ser focada em questões de segurança e geopolítica, a estratégia brasileira de cooperação traz novos elementos.

O discurso diplomático e suas práticas, no governo Lula, levaram à formação de alianças prioritárias com parceiros da esfera Sul-Sul. Neste sentido, o continente africano representa uma das áreas de influência mais relevantes nos planos diplomáticos brasileiros, atrás apenas da América do Sul. Uma das suas primeiras ações foi modificar a estrutura interna do Itamaraty em relação à África: a além da Divisão de África (I) e (II), o governo dividiu o Departamento da África e do Oriente Médio para dar lugar a mais um departamento, voltado unicamente para o continente africano. Seguindo a mesma linha, foi criada a Divisão de África-III (DAF-III).

A partir de 2003, houve uma mudança substancial na política externa brasileira, objetivando o estabelecimento de alianças com parceiros do grupo sul-sul, e ressaltando a importância do continente africano na estratégia brasileira de inserção internacional. Um sinal claro disto é o alto nível de investimentos diplomáticos no continente, o que promoveu diversas visitas às nações africanas, estabelecendo diversos acordos de cooperação nas mais variadas áreas – desde o início do primeiro mandato, o presidente Lula esteve no continente 10 vezes, tendo visitado mais de 20 países, alguns deles mais de uma vez.

O presidente, inclusive, deu uma declaração semelhante a uma proferida por Jânio Quadros: “*O Brasil tem um compromisso moral e ético com o continente africano*”. Outro ponto relevante nesta política africana é abertura/reabertura de postos diplomáticos brasileiros no continente, totalizando 16 novas embaixadas brasileiras na África. O caminho inverso também tem sido reforçado, sendo que entre 2003 e 2006, o número de representações diplomáticas africanas, acreditadas em Brasília, saltou de 16 para 25.

O perdão brasileiro da dívida externa de alguns países africanos também deve ser interpretado através desta nova postura brasileira. Segundo o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), o governo brasileiro perdoou aproximadamente US\$1 bilhão em dívidas para a África, com o objetivo de aprofundar pontos das Metas de Desenvolvimento do Milênio, o que inclui apoio técnico aos países do Sul, com transferência de tecnologia e conhecimento. Entre estes países com dívida



perdoada, destacam-se a Nigéria, com um abatimento de 67% da dívida (pendente desde a década de 1980, somando aproximadamente US\$ 162 milhões) e Moçambique, onde foi acordado perdão de 95 % da sua dívida com o Brasil, no valor de US\$ 351 milhões.

Esta mudança na política externa brasileira é, portanto, justificada, por um lado pela maior compreensão do governo da importância do apoio africano para aumentar a projeção do Brasil no cenário internacional, na sua estratégia de se inserir globalmente, cumprindo sua aspiração como uma potência de porte médio. Por outro lado, a nova política também é justificada pelo Renascimento Africano, já que a África tem seu *status* reconhecido no cenário internacional, causado em grande parte pela valorização das *commodities* exportadas pelo continente e pelo crescente investimento da China na região.

### **7.3.1.2 Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e a Estratégia do Atlântico Sul**

É importante reconhecer o potencial de alguns dos acordos do Brasil em direção ao continente africano, para futuras combinações no campo multilateral, como a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas).

Os Palop tem tornado-se prioridade para o Itamaraty, principalmente no âmbito da CPLP. Unindo uma população de aproximadamente 240 milhões de pessoas em quatro continentes, a CPLP originou-se por iniciativa brasileira – com a fundação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), em 1989 – e tem sido, desde sua fundação, em 1996, um dos mais importantes pilares da política do Brasil em relação à África. Este mecanismo foi muito utilizado pelo governo Lula para aprofundar as relações com o continente africano, impulsionado pelos seus laços culturais e históricos, como em 2003, quando o Brasil, no exercício da Presidência da CPLP, promoveu consultas a fim de identificar possíveis medidas de apoio à Guiné-Bissau, que atravessava séria crise política e institucional.

Em 2008, o governo brasileiro oficializou a iniciativa de criação de uma Universidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, com o objetivo de unificar o idioma e aproximar as sociedades brasileira, portuguesa e africana. Estabelecida na cidade de Redenção (Ceará) – primeira a libertar os escravos no século XIX, a UNICPLP terá cinco mil vagas para estudantes oriundos de países da CPLP, incluindo, ainda, polos de ensino à distância espalhados pelo continente africano, com o oferecimento de cursos voltados para a disseminação do português, sendo que as áreas de especialização serão definidas pelos países africanos.

Portugal, Timor Leste, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola tentam, através da cooperação brasileira, alcançar melhorias nas áreas da segurança, comércio, saúde e educação. Desde o início da administração de Lula, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Moçambique e Angola receberam o presidente brasileiro, alguns deles mais de uma vez. Nestas ocasiões, foram discutidas possibilidades de investimento em diversas áreas da indústria e do comércio.

Proposta pelo governo Sarney, em 1986, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS) tem superado a estagnação e está passando por um processo de revitalização, o qual iniciou na Reunião Ministerial de Luanda, em 2007. O principal resultado da reunião foi o Plano de Ação de Luanda, indicando as áreas em que os esforços de cooperação devem ser reforçados. Isto foi seguido pela criação de Grupos de Trabalho para cooperação econômica – atualmente coordenados pelo Brasil – missões de paz, questões ambientais, e luta contra atividades ilegais transnacionais.

Tanto a CPLP quanto a ZoPaCAS foram criadas em governos anteriores, e ambas ainda não atingiram seu potencial total, mas oferecem mecanismos para unir grupos de nações que, entre temas gerais e específicos, são capazes de promover objetivos comuns em fóruns globais. Além do mais, é importante ressaltar que a CPLP e a ZoPaCAS têm um grande potencial como um local de intersecção entre os diferentes processos de integração na região do Atlântico Sul, favorecendo especialmente o comércio entre o Mercosul, a SADC e a Ecowas.

A maioria das reservas de petróleo brasileiras, tanto as mais antigas quanto as mais recentes, são localizadas fora de seu território continental, assim como ocorre na África. Ao mesmo tempo, o comércio com a Ásia passa principalmente pelo Atlântico Sul e pelo Oceano Índico. Assim, a segurança e a soberania da região são assuntos muito sensíveis e estratégicos para o Brasil. As iniciativas estadunidenses de “securitização” (militarização) da área, como a recente reativação da 4ª Frota no Atlântico Sul, são questões relevantes.

### **7.3.2 A dimensão multilateral da diplomacia africana do Brasil**

#### **7.3.2.1 O Fórum de Diálogo IBAS e a Reunião África-América do Sul (ASA)**

O *status* de potência emergente que o Brasil conquistou entre os países em desenvolvimento, impensável durante o governo FHC, torna-se evidente na diplomacia atual em relação às atividades diplomáticas multilaterais. Isto pode ser visto claramente nos esforços brasileiros para criar

e desenvolver o IBAS e a ASA, iniciativas que estão produzindo ações concretas em muitas áreas, são muito produtivas para o fortalecimento da cooperação Sul-Sul.

O Fórum Trilateral de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), também conhecido como G-3, foi criado com o objetivo de coordenação e cooperação entre os três países emergentes – Índia, Brasil e África do Sul – no campo trilateral e internacional, baseado na sinergia política, econômica e cultural, além dos seus interesses e ambições comuns em relação à ordem internacional – especialmente em relação à Rodada de Doha, no campo da OMC, para reformas da ONU e a construção de uma Nova Ordem Econômica e de um sistema mundial multipolar. Mesmo que seja frequentemente criticada, está atraindo muita atenção, não somente pelo simples fato de que seus líderes se encontram anualmente.

Diversos Grupos de Trabalho também desenvolvem ações nas áreas da saúde, ciência e tecnologia, segurança, comércio e transporte, investimento, e ainda um foco diplomático no potencial político do grupo. No 3º Fórum do IBAS, ocorrido em Nova Délhi em outubro de 2008, os líderes dos países reafirmaram sua vontade política na área da cooperação Sul-Sul, reiterando a sua necessidade para agir em conjunto no contexto de crise internacional e criticando os países do Norte pelo seu sistema financeiro abusivo e sua indiferença para com os países em desenvolvimento. Neste sentido, o IBAS também apresenta-se como um mecanismo relevante de aproximação com a África do Sul – que sempre foi seu principal parceiro econômico no continente – assim como com as outras nações africanas.

Por outro lado, a Cúpula América do Sul-África (ASA), com edições em 2006 e 2009, foi outra iniciativa proposta pelo governo Lula, representando uma grande oportunidade para melhorar as relações com a África no campo da cooperação Sul-Sul. A reunião de 2006 resultou na Declaração de Abuja, o principal documento da ASA, onde os países signatários reconhecem a necessidade de intensificar a cooperação entre os integrantes do grupo como uma alternativa às pressões exercidas pela desigual ordem econômica internacional.

A ASA também criou um órgão executivo, ASACOF, cujas atividades serão coordenadas pela Nigéria, do lado africano, e pelo Brasil, do lado sul-americano – os dois países, que têm liderado os esforços para o novo mecanismo multilateral, que presidiu a 1ª Reunião. Como o IBAS, ele abrange uma grande variedade de temas, desde a cooperação em fóruns multilaterais até parcerias estratégicas em campos variados, tais como governança, desenvolvimento rural, comércio e investimento, infraestrutura, entre outros.

### 7.3.2.2 Fóruns Multilaterais

Levando em conta o cenário internacional, também mostram-se relevantes as relações entre o Brasil e a África em fóruns globais, principalmente nas Nações Unidas e no G-20 comercial. Nessas ocasiões, o Presidente Lula tem declarado – desde o início do seu governo – a sua disposição para unir o mundo em desenvolvimento, no sentido de gerar mudanças na ordem internacional.

No campo econômico, sua principal reivindicação é o fim dos subsídios agrícolas e de barreiras protecionistas dos países do Norte, criticando a globalização assimétrica. No campo político, o principal fator de união é a reforma da ONU, especialmente considerando as ambições brasileiras e sul-africanas de alcançar um assento permanente no Conselho de Segurança, quando de sua reforma.

Em setembro de 2008, na 63ª Assembleia Geral da ONU, o presidente Lula discutiu a importância da produção de biocombustíveis como oportunidade de desenvolvimento para as nações africanas, e criticou as barreiras protecionistas que têm impedido o desenvolvimento agrícola do continente, reiterando que o problema africano é uma prioridade da política externa brasileira.

Na última reunião do G-20 financeiro, ocorrida em Londres em 2009, o Brasil e a África do Sul apresentaram visões semelhantes sobre a atual crise financeira, enfatizando que a necessidade de uma resposta global para diminuir o impacto da crise e prevenir sua chegada aos mercados emergentes e aos países em desenvolvimento, em particular da África. Em parte, seu discurso uníssono foi bem sucedido, conseguindo uma ajuda financeira de US\$100 bilhões para os países em desenvolvimento, bem como a promessa de maior participação desses países no processo de tomada de decisões econômicas internacionais.

### 7.3.3 Diplomacia econômica: comércio e investimentos

Considerando as relações comerciais entre o Brasil e a África, houve uma clara expansão do intercâmbio desde o início do governo Lula. De fato, em 2003 esse fluxo correspondia a apenas US\$2,4 bilhões, enquanto em 2006 (final do primeiro mandato de Lula), o fluxo já atingira US\$7,5 bilhões, com a participação dos principais parceiros comerciais do Brasil no continente: Angola, África do Sul e Nigéria – o que representava, então, 48% das exportações brasileiras para o continente. Em 2008 esse fluxo chegou a US\$10,2 bilhões, cinco vezes mais do que em 2002, no fim do mandato de FHC.

As empresas brasileiras também tiveram um papel importante durante o governo Lula, pois para fortalecer os laços com os países africanos foram substancialmente favorecidas pela política diplomática presidencial. Um bom sinal disto foi um aumento de missões empresariais durante o governo Lula, resultando num crescente número de empresas brasileiras – especialmente aquelas que exportam serviços – no continente africano: entre essas iniciativas brasileiras é importante citar a presença ativa da Vale, da Petrobrás e da Odebrecht.

A Vale, a segunda maior mineradora do mundo, conquistou o direito de explorar as reservas de carvão de Moatize, no norte de Moçambique: a empresa lançou, no início de 2009, um projeto para um complexo de mineração de carvão com valor estimado em US\$ 1,3 bilhões, que vai produzir 11 toneladas de carvão por ano e vai ser exportado para o Brasil, Europa, Ásia e Oriente Médio. No total, o projeto vai gerar 8,5 milhões de toneladas de carvão metalúrgico (usado para a fabricação de aço), produzindo também 2,5 milhões de toneladas de carvão térmico (usado na geração de energia).

Para concretizar o projeto, a Vale vai contar com a ajuda de outras 20 companhias brasileiras, aumentando as dimensões do projeto para as relações bilaterais. É estimado que essa iniciativa transformará Moçambique no segundo maior produtor de carvão, atrás apenas da África do Sul. Além de gerar 3.000 postos de trabalho para a comunidade local no estágio de construção e mais 1.500 quando começar a funcionar, também pode melhorar a situação do país no comércio mundial, já que Moçambique é tradicionalmente um país rural.

Este não é o único investimento da Vale no continente. Em março de 2009, a Vale anunciou a criação de um empreendimento conjunto com a *African Rainbow Minerals Limited* (ARM), com o objetivo de aumentar as opções estratégicas do cinturão do cobre na África. Além disto, a companhia também está presente em Angola, na Guiné e na África do Sul (onde fica seu principal escritório na África), tendo aberto um novo escritório na República Democrática do Congo, em outubro de 2008.

Por outro lado, a Petrobras – líder mundial em tecnologia de extração de petróleo no mar – está presente na África desde os anos 1970: em Angola, o mais antigo braço africano da companhia, possui seis blocos ativos de extração e produção, e tem planos para perfurar onze novos poços em 2011; na Nigéria, onde atua desde 1998, vários investimentos foram feitos em 2008 para aumentar a participação da companhia no país, já que é um dos maiores produtores mundiais de petróleo. É notável que durante o governo Lula, a Petrobras expandiu as suas ações e investimentos para quatro outros países: Tanzânia (2004), Líbia (2005),

Moçambique (2006) e Senegal (2007). É também relevante mencionar o acordo que a Petrobras tem com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), a companhia nacional de Moçambique, que contempla a pesquisa para a produção de biocombustíveis – iniciativa que tem sido plenamente encorajada pelo governo brasileiro na promoção da “revolução do biocombustível”.

Em Angola, por exemplo, a cooperação política principalmente através da CPLP, tem favorecido enormemente as relações comerciais bilaterais e os investimentos brasileiros no país. Durante o governo Lula, as linhas de crédito têm sido estendidas para Angola para permitir a conclusão da Planta Hidroelétrica de Capanda – que foi construída pela empresa brasileira Odebrecht –, assim como para encorajar a exportação de automóveis e a realização de novos projetos nos campos da infraestrutura, sanitária e agricultura. Tendo apresentado um crescimento econômico de aproximadamente 16% no PIB de Angola (US\$91 bilhões) correspondente às companhias brasileiras, especialmente do setor de serviços, além de linhas de crédito aprovadas pelo BNDES para financiar a construção de infraestrutura para empreendimentos brasileiros no continente.

É importante, ainda, mencionar o fato de que, em 2003, o fluxo de exportação brasileira para o país era de apenas US\$235 milhões, enquanto que em 2008 esse fluxo subiu para US\$ 1,9 bilhões, ultrapassando o fluxo de exportação para a África do Sul e para a Nigéria, os quais costumavam ser os maiores parceiros comerciais do Brasil no continente. Em 2008, as principais companhias brasileiras ativas em Angola, além da Odebrecht, eram a Petrobras, Costa Negócios e Tecnologia e a Volvo do Brasil – todas tendo exportado para o país valores acima de US\$50 milhões.

Em novembro de 2007, Brasil e China anunciaram a distribuição gratuita de imagens do Satélite Sino-brasileiro de Recursos da Terra (CBERS) para o continente africano. O anúncio, feito pela delegação brasileira na Cidade do Cabo durante o 4º encontro do Grupo de Observação da Terra (GEO), tem a intenção de contribuir para o aumento da capacidade dos governos e organizações africanas de monitorar desastres naturais, desflorestamento, secas, desertificação, ameaças para a produção agrícola e segurança de alimentos, e saúde pública. Além de fornecer as imagens de alta qualidade, o Brasil também comprometeu-se em prover o *software* necessário para o processamento das imagens e outros instrumentos de interpretação, assim como treinamento para os usuários africanos.

### **7.3.3.1 Parceria Brasil-África do Sul**

É importante ressaltar o papel que a África do Sul tem desempenhado para a política brasileira em relação à África. O país é um parceiro tradicional do Brasil, tendo concentrado 90% das exportações do Brasil para o

continente até meados do século XX. Além da reaproximação política ocorrida com o fim do regime do *Apartheid*, o seu crescimento econômico e sua posição como potência regional emergente contribuiu para o aumento das relações bilaterais. Como a maior economia africana – não apenas pelo seu tamanho, mas também por ser o principal acesso para a distribuição de bens para o resto do continente – o país representa um grande mercado em potencial para as exportações brasileiras e uma conexão privilegiada com o continente. Seguindo o crescimento econômico da África do Sul em anos recentes (5% em 2008), a procura por produtos brasileiros tem crescido e, conseqüentemente, as exportações brasileiras aumentaram em 32% de 2004 para 2005, chegando a um total de US\$ 1,37 bilhões.

Em 2008, esse fluxo de exportações expandiu-se ainda mais, chegando a US\$ 1,7 bilhões – 28% maior do que em 2005. É interessante notar a composição dessas exportações, já que apenas 12,7% são de produtos básicos, enquanto 4,8% são de produtos semimanufaturados e 82,4% correspondem a produtos manufaturados – o que reitera a tendência brasileira de se tornar um exportador de capital e tecnologia. Alguns dos setores mais importantes do mercado são a maquinaria, equipamentos, suprimentos médicos, plásticos, eletrônicos, TI e alimentos (especialmente a carne), como indica a APEX. Por outro lado, o Brasil também beneficia-se da dinâmica produção de minérios sul-africana, importando uma grande variedade de produtos minerais – é considerado o maior produtor mundial de platina, cromo e ouro – entre outros produtos, tendo importado um total de US\$772 milhões em produtos sul-africanos, em 2008.

As relações econômicas entre os dois países também são importantes no contexto do IBAS, o que contribuiu para o fortalecimento das relações trilaterais de comércio, levando-se em conta que esse alcançou um total de US\$10 bilhões em 2007 – a caminho de cumprir seu objetivo de US\$15 bilhões em 2010. Neste sentido, o G-3 tem representado uma grande oportunidade para explorar as sinergias entre os membros, aumentando o investimento e o comércio. Entre o Brasil e a África do Sul está, igualmente, emergindo um amplo campo de cooperação: o setor de defesa e C&T. O regime autoritário brasileiro e racista sul-africanos desenvolveram eficientes indústrias armamentistas, aeronáuticas e a tecnologia nuclear. O neoliberalismo no Brasil e o pacto sul-africano causaram danos graves a esses setores, e agora existe um campo para a cooperação para a retomada desses projetos.

Em abril de 2009, no Lesoto, durante a visita do presidente Lula ao continente africano, os membros da Southern African Customs Union (SACU) – Botsuana, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Suazilândia – assinaram o Acordo de Comércio Preferencial com o Mercosul. O acordo já havia sido assinado pelos Estados-membros do Mercosul em dezembro

de 2008, e constitui um dos únicos acordos comerciais extra regionais assinados pelo bloco sul-americano. A principal proposta do acordo é facilitar o acesso aos mercados de ambos os blocos, com o objetivo de aumentar o fluxo comercial e o fluxo de investimento para ambos os lados. O acordo também tem um papel estratégico como uma base prática para futuras negociações sobre um Tratado de Livre Comércio entre os dois blocos, e futuramente pode servir de apoio para um tratado de livre comércio trilateral entre os membros do IBAS.

### **7.3.3.1 Outros campos de interação**

A cooperação técnica tem se mostrado um instrumento essencial da ação externa brasileira. A cooperação que o Brasil promove, no âmbito da Cooperação Sul-Sul, privilegia a transferência de conhecimento, a capacitação, o emprego da mão de obra local e a concepção de projetos que reconheçam a realidade de cada país e identifiquem as respectivas demandas.

Assim, as viagens do presidente, quando geralmente é acompanhado por grupos de empresários, têm dado grande impulso para iniciativas importantes, como a criação de centros brasileiros de ensino técnico, através da cooperação entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), visando a formação profissional. Já estão em operação centros de formação profissional em Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, e dois outros novos centros serão implantados em São Tomé e Príncipe e Moçambique. Um exemplo esclarecedor é o do Centro de Formação Profissional Brasil-Angola, em Luanda: fundado em 2000, é o resultado de vários anos de planejamento e coordenação técnica, com a identificação de uma série de demandas locais com falta de mão de obra qualificada. Desta forma, o projeto apoiou a formação de quadros qualificados nas áreas de mecânica de motores, construção civil, eletricidade, vestuário e informática, contribuindo para o esforço de reinserção social e de reconstrução nacional do país (em 2005, o governo brasileiro transferiu a sua gestão para o governo angolano).

A ABC tem sido a grande gestora das iniciativas de cooperação técnica com a África, sendo que em 2008, aproximadamente 115 ações de cooperação – entre projetos e atividades isoladas – foram executadas com países africanos, em diversas áreas: educação, agricultura, pecuária, saúde, meio ambiente, administração pública, tecnologia da informação, governo eletrônico, cultura, energia, desenvolvimento urbano, formação profissional e esporte. A linha de frente da cooperação brasileira junto aos países africanos envolve os PALOP. A cooperação brasileira prestada a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde corresponde a 74% dos recursos alocados em projetos de cooperação técnica na África.



A agricultura tem se destacado no âmbito da cooperação técnica, sendo que a instalação de um Escritório Regional da Embrapa, em Acra (Gana), em 2006, refere-se à demanda dos países africanos, com o objetivo dessa agência atuar como agente facilitador do processo de transferência de tecnologias agropecuárias e florestais. Inserida na linha dos projetos estruturantes da ABC, destaca-se a cooperação técnica da Embrapa em apoio à Iniciativa do Algodão em benefício dos países membros do Cotton-4 (Benin, Burkina Faso, Tchad e Mali). Aprovado por meio de Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a União Africana, o projeto prevê o estabelecimento de parcerias para a promoção da cooperação técnica para o desenvolvimento sustentável da cadeia do algodão.

Na área de governança, o Brasil tem cooperado com Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por intermédio do Serpro, para a instalação de Tele centros, que contemplam ações no campo da inclusão digital (foram inaugurados em 2004, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe e em 2009, em Angola). Na área da saúde, a cooperação brasileira tem se concentrado, sobretudo, em ações de apoio ao combate à malária, ao HIV/AIDS e anemia falciforme. Cabe ressaltar o importante apoio brasileiro às ações de combate ao HIV/AIDS em Moçambique, materializado pela elaboração de estudo de viabilidade econômica para a implantação de fábrica de medicamentos antirretrovirais no país. A iniciativa prevê a capacitação, por parte do governo brasileiro, de profissionais moçambicanos para atuarem na fábrica, bem como o apoio ao fortalecimento institucional do órgão público responsável pelas atividades de regulação sanitária. Na área de educação, destacam-se os projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos em São Tomé e Príncipe e Moçambique, e a transferência da metodologia do programa Bolsa-Escola em Moçambique e São Tomé e Príncipe; em Angola tem ocorrido o Projeto “Capacitação para Elaboração de Proposta Curricular”.

Outras iniciativas brasileiras também têm ocorrido nas diversas áreas setoriais, como o empréstimo de urnas eletrônicas para as eleições na Guiné-Bissau, além de a Missão do Brasil na Organização das Nações Unidas presidir os trabalhos da Comissão para a Construção da Paz da ONU (CCP) para a Guiné-Bissau desde 2008.

Finalmente, outro aspecto que deve ser salientado sobre a presença brasileira recente na África é a influência cultural, principalmente relacionada com a disseminação das igrejas evangélicas em todo o continente – principalmente em países que falam a língua portuguesa e a África do Sul. Isto reflete-se pela expansão de algumas das principais expedições missionárias brasileiras, como as missões da Congregação Batista – em 15 países da África – e do grupo MIAF (Missão para o Interior da África)

– em 13 países. Além disso, a Igreja Universal do Reino de Deus tem um número impressionante de templos no continente Africano, estando presente em mais de 25 países, sendo que apenas na África do Sul já existem mais de 300 igrejas.

### 7.3.3.2 Perspectivas e dimensões das relações Brasil-África

Se todos estes processos e desenvolvimentos são apenas discurso político (diplomacia de prestígio), interesse econômico “imperialismo *soft*” ou uma associação entre duas periferias do sistema mundial, na busca do desenvolvimento socioeconômico (Cooperação Sul-Sul), só o tempo dirá. Trata-se de um processo em curso, com muitos atores envolvidos, objetivos diversos e uma conjuntura regional e mundial complexa.

Os governos africanos, por sua vez, devem superar a conduta de assistência e dependência externa, criada durante o período da Guerra Fria e intensificada durante a “década perdida”, e buscar aprofundar os processos de desenvolvimento e de integração, sob o desafio da globalização. Superar alguns aspectos da herança colonial – principalmente a fragmentação dos países, observada principalmente na configuração de nações pequenas e inviáveis – representa uma necessidade urgente. Ao mesmo tempo, eles têm de aprofundar os laços de cooperação, numa perspectiva externa independente, invertendo a tendência à marginalização do continente.

O Brasil, por outro lado, constitui um país mestiço, não uma “democracia racial” ou uma nação “multicultural”. Miscigenação não significa branqueamento, mas a mistura, algo que tem a ver com uma cultura que ignora certas diferenças e se sente fortemente atraída por outras. Estamos compondo uma cultura própria, onde o elemento africano tem uma contribuição decisiva e que deve ser reconhecida, e as desigualdades sociais, que penalizam a maioria da população negra, devem ser eliminadas. E ainda, entre muitas injustiças, temos uma cultura de tolerância enorme, que pode ser um modelo para um mundo de intolerância.

Muito além do aspecto comercial, o Brasil poderia ser um parceiro importante para que o continente africano pudesse superar alguns obstáculos internos (políticos, econômicos e sociais). Os entraves da África, por sua vez, também podem ser úteis para o Brasil, não só nos aspectos econômicos, mas também político-culturais. Como uma nação em desenvolvimento, há sempre uma espécie de “tentação de Primeiro Mundo” por parte das elites brasileiras, que veem o país como “branco, Ocidental e cristão”. Além disto, nossa sociedade, que recebe estudantes africanos, deveria enviar também estudantes e turistas para a África, o que contribuiria para o desenvolvimento da nossa identidade.

Finalmente, a tensão entre uma cooperação transoceânica focada no Atlântico Norte (decorrente da história do capitalismo) e outra centrada no Atlântico Sul (com base na integração sul-americana, em associação com a África e a cooperação Sul-Sul) representa uma contradição fundamental. Neste contexto, as relações Brasil-África são cruciais para se superar tal limitação. A integração do Atlântico Norte já está concluída e muitos analistas se concentram sobre a ascensão da região do Oceano Pacífico. Mas poucos percebem a importância dos espaços oceânicos emergentes do Atlântico Sul e do Índico, rota de ligação do Brasil com a Ásia. A maior parte do petróleo da América do Sul, da África e da Ásia Meridional encontra-se nesses dois oceanos. Assim, é vital defender a soberania sobre esses recursos naturais e a desmilitarização e a segurança dessas rotas estratégicas. Assim, é possível compreender a lógica por detrás da estratégia do IBAS e mesmo das relações Brasil-África.

Obviamente a posição do Brasil em relação aos Estados africanos permite projetar mundialmente a imagem do país (diplomacia de prestígio). Mas é importante para ambos os lados do Atlântico Sul, porque as relações bilaterais e a ação multilateral comum é fundamental para potencializar a atuação internacional dos países africanos e contribuir para a emergência de uma ordem multipolar. Mas também para vencer os antigos desafios e equilibrar as oportunidades da cooperação com os europeus e norte-americanos, por um lado, com as novas que se abrem com a presença chinesa e indiana. Trata-se de uma condição prévia para o desenvolvimento social e econômico africano.

Ao mesmo tempo, como país capitalista, a comunidade empresarial brasileira quer obter lucro, possível, especialmente, em novos mercados (daí o conceito de imperialismo *soft*). No entanto, a experiência histórica mostra que apenas vontade política e uma retórica de solidariedade são insuficientes sem vínculos econômicos sólidos. A evolução política recente demonstra, por outro lado, que os governos africanos estão se tornando mais pró-ativos na defesa dos seus interesses. E o Brasil não está em posição de impor algo que os africanos não desejam. Da mesma forma, chineses e indianos não têm condições de “dominar” os africanos.

É evidente que o atual governo tem uma abordagem abrangente sobre a Cooperação Sul-Sul e tenta propor uma nova forma para o sistema internacional. Não é o caso de solicitar um novo tipo de tratamento por parte dos parceiros mais poderosos, mas não fazer o mesmo em relação aos parceiros menos desenvolvidos. Isto é coerente com o programa político e social de Lula. Tampouco trata-se da antiga estratégia terceiro-mundista dos anos 1970 – uma coalizão contra o Norte. O cenário pós-Guerra Fria e a globalização produziram um novo ambiente internacional, onde o Brasil precisa de parceiros fortes para a construção de uma ordem mundial multipolar.

Finalmente, as relações Brasil-África ganham ainda mais importância no atual contexto de crise financeira mundial, em que os países em desenvolvimento estão ameaçados pela queda nos preços de *commodities* e diminuição do fluxo de investimentos externos. É, portanto, um momento crítico para as parcerias com os países africanos, em que há um potencial tanto para uma ligação mais estreita entre eles como uma ruptura. De acordo com sua postura nos fóruns mais recentes – III Cúpula do IBAS, G-20 financeiro e Assembleia Geral da ONU – o Presidente Lula parece estar interessado na primeira opção, tendendo a manter as linhas principais de sua política externa através de esforços diplomáticos, a fim de aprofundar as relações do Brasil com as nações em desenvolvimento. Conforme afirmou o Presidente durante a XXIII Assembleia da União Africana, em julho de 2009: “*O Brasil não veio à África para se desculpar do passado colonial, nós queremos ser verdadeiros parceiros no desenvolvimento e na cooperação*”.

Entretanto, sem desmerecer o enorme papel do Itamaraty na promoção de empreendimentos brasileiros na África, a articulação entre os setores diplomático e de negócios ainda não está bem desenvolvida. Os maiores obstáculos para o aumento de investimentos brasileiros na África estão relacionados à falta de informação sobre as reais dimensões econômicas e políticas do continente – frequentemente subestimadas pela maioria das empresas – e a infraestrutura africana de comércio exterior ainda deficiente. Para superar esses problemas, deve-se aprofundar as iniciativas do Itamaraty e da APEX de apresentação das oportunidades existentes na África para as empresas brasileiras, através de missões empresariais e seminários, e ampliar as possibilidades de investimentos no continente africano, especialmente discutidas (e financiáveis) no âmbito da CPLP, como facilitador de reformas de portos e aeroportos, planejamento de logística empresarial de exportação/importação e outros *links* que possam fortalecer ainda mais o laço econômico com o continente.

## PERSPECTIVAS AFRICANAS

---

*O desafio para os Estados africanos, com a emergência da era pós-Guerra Fria, é a reivindicação de sua própria visão da renovação, a qual tem sido largamente apropriada pelas grandes potências. Através de sua própria energia, eles precisam buscar a realização de sua identidade africana doméstica e, por fim, projetar essa identidade ao plano mundial.*

**John W. Harbeson**

Há algumas peculiaridades no convulsionado processo histórico africano que precisam ser desmistificadas, buscando-se compreender os entraves e potencialidades da inserção deste continente no sistema internacional do século XXI. Em primeiro lugar, é preciso descartar a visão segundo a qual a África é um continente voltado ao passado, num contexto de conflitos insolúveis, e mesmo irracionais do ponto de vista ocidental. As sociedades africanas estão passando por um processo semelhante ao atravessado por outras regiões do mundo, qual seja, *a construção dos modernos Estados nacionais e a definição de sua inserção internacional.*

Muito do que os europeus consideram absurdo na África, constitui apenas a imagem contemporânea de processos semelhantes aos de seu próprio passado nem tão remoto. Quem se sente chocado pelas guerras de aparência étnico-tribal, simplesmente esqueceu os sangrentos conflitos religiosos e protonacionais das monarquias dinásticas europeias, a construção pela força dos Estados nacionais europeus, que esmagaram os regionalismos (alguns dos quais ainda continuam o fazer) ou a expansão dos colonizadores americanos, que exterminaram as comunidades indígenas. Esta semelhança, contudo, é ainda agravada pela herança do tráfico de escravos e o colonialismo imperialista pois, segundo o líder nacionalista africano Amílcar Cabral, *“o colonialismo pode ser designado como a paralisação ou a distorção, ou mesmo como o termo, da história de um povo, e fator da aceleração do desenvolvimento histórico de outros povos”*.

O brevíssimo período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial caracterizou-se, em primeiro lugar, por uma *descolonização peculiar e tardia*. A peculiaridade reside no fato da emancipação haver transcorrido largamente administrada pelas metrópoles europeias, apesar da eclosão de alguns conflitos graves. Isto foi possível e deu-se de forma tardia, devido ao descompasso da realidade africana em relação à da Ásia e do Oriente Médio. As contradições internas ainda não estavam suficientemente amadurecidas, em decorrência da referida herança do tráfico e do colonialismo sobre as estruturas sociais do continente, bem como pela posição particular das metrópoles europeias e de suas colônias africanas nas relações internacionais do imediato pós-Guerra e durante a Guerra Fria.

Após as malogradas tentativas de reafirmação colonial na Indochina e na Indonésia, e sobretudo devido à crise de Suez, ao desafio do nasserismo e à guerra da Argélia, as metrópoles trataram de emancipar politicamente o continente, cooptando as elites locais. Isto foi logrado com relativo sucesso, através da implantação de regimes neocoloniais, nos quais os interesses europeus eram conservados. Além disto, criaram-se mecanismos internacionais destinados a perpetuar esta situação, como os programas de “ajuda” das ex-metrópoles.

Em meio a uma extrema fragilidade, iniciou-se o processo de *construção do Estado-nação*, como foi referido. Contudo, é necessário frisar que este movimento histórico foi distorcido pela permanência das estruturas coloniais, através do neocolonialismo e, geralmente, da implantação de pequenos Estados inviáveis política e economicamente. Por outro lado, é forçoso reconhecer que se trata de um processo recente, de apenas algumas décadas, que equivalem à vida de uma pessoa de meia idade. Ou seja, encontra-se ainda em suas fases iniciais. A retomada da História da África pelos africanos recém-atravesa uma etapa comparável à Europa dos séculos XVI e XVII, ou as Américas do século XIX, mas num mundo com os problemas ainda mais complexos do início do XXI.

Apesar da afirmação do neocolonialismo na África, o continente dividiu-se entre uma corrente de Estados conservadores e outra de progressistas, no plano interno e externo, com projetos político-econômicos e alianças internacionais antagônicos. Esta rivalidade, entretanto, foi mantida dentro de certos limites – devido aos interesses comuns de consolidação nacional, articulação de relações interafricanas – nos padrões da OUA, e afirmação de certa margem de manobra internacional pelos novos países, dentro das estreitas margens possibilitadas pela ascendência europeia sobre o continente.

Contudo, este equilíbrio foi rompido pela permanência dos “bastiões brancos” na África Austral, que propiciaram o desenvolvimento de uma luta de libertação nacional mais radical. Os primeiros colapsos

destes regimes, na conjuntura particular de meados dos anos 1970, geraram conflitos intensos e internacionalizados, nos marcos da confrontação Leste-Oeste. A confrontação militar que se seguiu, somada aos desastrosos efeitos socioeconômicos da “década perdida”, produziram a implosão de Estados e de sociedades africanas.

Quando o fim da Guerra Fria, a globalização e o reordenamento mundial que se seguiu combinaram-se aos efeitos da década perdida e dos conflitos regionais, a África sofreu um significativo processo de marginalização internacional, enquanto o caos tomava conta do continente. Em meio à desestratificação e conseqüente tribalização dos conflitos, da desarticulação das economias, estruturas sociais e dos sistemas políticos, reapareciam epidemias de cólera e novos vírus como a AIDS e o Ébola, com efeitos malthusianos sobre as populações, fenômeno em relação ao qual as grandes potências não estão alheias.

Todavia, esta fase foi também de fermentação de novas tendências, consubstanciadas na redemocratização da África do Sul e no progressivo colapso do “protetorado” francês sobre amplos espaços africanos. Apesar de ter tido início uma influência americana mais articulada, pela primeira vez a África está logrando certa autonomia para reorganizar-se com base numa correlação de forças regionais, como ressaltou o histórico líder nacionalista tanzaniano Julius Nyerere.

A reativação da vida econômica, devida, sobretudo, aos maciços investimentos chineses e de outros, por sua vez, tem trazido de volta à África elementos da diáspora que se encontravam na Europa e, em menor medida, nos Estados Unidos. A constituição de um capitalismo africano, na esteira do colapso dos movimentos e governos de esquerda, tem produzido a emergência de novas contradições e realidades políticas, gerando condições para a articulação de novos atores sociais.

Por outro lado, na África meridional, por exemplo, emerge uma nova fratura entre Estados que aderiram às reformas neoliberais e outros que desejam vencer as barreiras legadas pelos antigos colonizadores ou pelas poderosas comunidades brancas remanescentes. Segundo a tipologia de Jonathan Farley, os Estados “libertadores” são Zimbábue, Namíbia, Angola e Suazilândia, enquanto os “reformistas” são Moçambique, Botsuana, Lesoto e África do Sul. A ascensão de Jacob Zuma à presidência da África do Sul, todavia, sinaliza certa inclinação do país em direção ao primeiro grupo. Esta clivagem, com maior ou menor impacto em cada região, encontra-se presente em todo continente.

Outro ponto a destacar é a reforma do Conselho de Segurança da ONU, onde emergem candidaturas africanas. Basicamente, quando o tema foi levantado, no início dos anos 1990, a situação africana ainda era

difícil, mas a África do Sul despontava como a “novidade”. Pelo fato de se tratar do país mais próspero da África e ainda contar com uma poderosa minoria branca, houve reação. Em 2005 foi realizada uma reunião da UA na Suazilândia, da qual surgiu um documento intitulado Consenso de Elzuwini.

Apesar dos vagos termos do documento tentarem estabelecer uma posição comum, o que fica patente é uma divisão em duas posições. A primeira é a das candidaturas individuais a membro permanente (com direito a veto), que são as da África do Sul e da Nigéria. A segunda, apoiada por países que iniciaram mais tarde um processo de articulação, defende a existência de duas vagas rotativas, e é defendida por Egito, Senegal, Argélia, Quênia e Líbia. Entre as duas, há várias sugestões, envolvendo um certo número de novas vagas temporárias e outros arranjos. A verdade é que a África ainda não logrou obter uma posição comum, e a África do Sul constitui a candidatura mais provável. Mesmo assim, fica evidente que o continente começa a se reafirmar na cena internacional, no mesmo momento em que o mundo passa por uma transição e reorganização estrutural.



## OS ESTADOS AFRICANOS

<b>País</b>	<b>Superfície (km²)</b>	<b>População (hab.) 2009</b>	<b>Densidade (hab/km²) 2009</b>	<b>PIB (milhões de dólares) 2008</b>	<b>Crescimento PIB (%) 2008</b>	<b>PIB per capita (dólares) 2008</b>	<b>Religiões¹</b>	<b>Idiomas</b>	<b>Economia² 2008</b>	<b>Analfabetismo 2007</b>
<b>África do Sul</b>	1.221.037	50.109.000	41	276.445	3,1%	5.566	Crist. 79,8%; Hindus 1,2%; Tradic. 0,3%	Afrikaan, Inglês, Ndebele, Sesotho, Setswana, Swati, Tschivenda, Xhosa, Xitsonga e Zulu.	agric. 3.3% indus. 33.7% servi. 63%	12%
<b>Angola</b>	1.246.700	18.497.632	14	34.998	14,8%	1.942	Crist. 53%; Tradic. 47%	Português, Bantu e outros dialetos	Agric. 9.2% indus. 65.8% servi. 24.6%	32,6%
<b>Argélia</b>	2.381.741	34.895.470	14	170.452	3,0%	4.959	Muçul. 99%; Crist. e Judeus 1%	Francês Árabe e dialetos berberes	Agric. 8.3% indus. 62.3% servi. 29.4%	24,6%
<b>Benin</b>	112.622	8.934.985	79	6.642	5,0%	767	Crist. 35,4%; Trad. 35%; Muçul. 20,6%	Francês, Fom e Yowba	agric. 33.2% indus. 14.5% servi. 52.3%	59,5%
<b>Botsuana</b>	581.730	1.949.780	3	11.734	3,3%	6.108	Crist. 67%; Trad. 23%	Inglês, Setswana, Kalanga e Sekadagadi	agric. 1.6% indus. 52.6% servi. 45.8%	17,1%
<b>Burkina Fasso</b>	274.200	15.756.927	57	7.949	4,5%	522	Crist. 67%; Trad. 23%; Muçul. 10%	Francês, Moore, Dioula (linguas francas), Fulfulde	agric. 29.1% indus. 19.9% servi. 51%	71,3%

<b>Burundi</b>	27.834	8.303.330	298	1.111	4,5%	138	Muçul. 52%; Crist. 21%; Trad. 27%	Francês, Kirundi e Swahili	agric. 33.4% indus. 21% servi. 45.6%	60,1%
<b>Cabo Verde</b>	4.033	505.606	125	1.714	5,9%	3.439	Crist. 97%; Outros 3%	Português e Crioulo	agric. 9.1% indus. 16.6% servi. 74.4%	16,2%
<b>Camarões</b>	475.442	19.521.645	41	23.246	3,5%	1.218	Crist. 40%; Trad. 40%; Muçul. 20%	Inglês, Francês e línguas locais	agric. 43.6% indus 15.9% servi 40.5%	32,1%
<b>Chade</b>	1.284.000	11.206.152	8	8.353	0,3%	765	Muçul. 53%; Crist. 34%; Trad. 7%, Outros 26%	Francês, Árabe, Sara e mais 24 línguas locais	agric. 20.5% indus. 48% servi. 31.5%	68,2%
<b>Comores</b>	2.235	676.036	302	530	1,0%	802	Muçul. 98%; Crist. 2%	Francês, Árabe e Shikomoro	agric. 40% indus. 4% servi. 56%	14,9%
<b>Congo, R. P.</b>	342.000	3.683.182	10	10.605	5,6%	2.934	Crist. 50%; Trad. 48%; Muçul. 2%	Francês, Lingala, Monokutuba e Kikongo	agric. 5.6% indus. 57.1% servi. 37.3%	18,9%
<b>Congo, R. D.</b>	2.344.858	66.020.365	28	11.613	6,2%	181	Crist. 70%; Trad. 20% (50% Kimba- guist; 50% ou- tas); Muçul. 10%	Francês, Lingala, Kingwana, Kikon- go e Tshiluba	agric. 55% indus. 11% servi. 34%	31,8%
<b>Costa do Marfim</b>	322.463	21.075.010	65	23.406	2,3%	1.137	Muçul. 38%; Crist. 25,5%; Trad. 17%, Outros 17,5%	Francês, Dioula e mais 59 línguas locais	agric. 28% indus. 21.6% servi. 50.4%	51,3%

<b>Djibuti</b>	23.200	864.202	37	981	5,8%	1.155	Muçul. 95%; Crist.5%	Francês, Árabe, Somali e Afar	agric. 3.2% indus. 14.9% servi. 81.9%	29,7%
<b>Egito</b>	1.001.449	82.999.393	82	165.546	3,6%	2.031	Muçul. 96%; Crist 4%	Inglês, Francês e Árabe	agric. 13.2% indus. 38.7% servi. 48.1%	35,6%
<b>Eritreia</b>	117.600	5.073.379	43	1.475	1,0%	300	Crist. 49%; Trad. 2%; Muçul. 49%	Árabe, Afar, Tigre, Kwana, Saho, Kunama, Bedawi, Bilen e Nara	agric. 17.4% indus. 23.2% servi. 59.4%	35,7%
<b>Etiópia</b>	1.104.300	82.824.732	75	25.726	11,3%	319	Muçul. 32%; Crist. 60,8%; Trad. 4,6%, Outros 1,8%	Inglês, Amaringa, Orominga Tigrinya, Sidamigna, Guaragigna, Somali, Árabe e Welaitigna	agric. 44.9% indus. 12.8% servi. 42.3%	64,1%
<b>Gabão</b>	267.667	1.474.586	5	14.320	1,8%	9.888	Crist. 55%-75%; Trad. 1%; Muçul. 1%	Francês, Fang, Myene e Nzebi	agric. 5.6% indus. 57.8% servi. 36.6%	32,1%
<b>Gâmbia</b>	11.295	1.705.212	150	1.056	4,9%	636	Muçul. 95%; Crist. 4%; Trad. 1%	Inglês, Mandinka, Wolof e Fula.	agric. 33.3% indus. 7.6% servi. 59%	57,5%
<b>Gana</b>	238.533	23.837.261	100	16.558	6,7%	709	Crist. 66% (Protest. 25%, Católicos 15%, Ig. Afic. Ind. 14% e Pentec. 8%); Trad. 1%; Muçul. 1%	Inglês, Asante, Fante	agric. 37.3% indus. 25.3% servi. 37.5%	70,5%

<b>Guiné</b>	245.857	10.068.724	41	4.969	4,0%	505	Crist. 85%; Trad. 7%; Muçul. 8%	Francês, Pular, Maninka e Sousou	agric. 23.2% indus. 39.5% servi. 37.3%	35,0%
<b>Guiné-Bissau</b>	36.125	1.610.746	44	404	3,1%	257	Trad. 50%; Muçul. 45%; Crist 5%	Português e Crioulo	agric. 62% Indus. 12% servi. 26%	25,4%
<b>Guiné Equatorial</b>	28.051	676.273	24	17.884	15,2%	27.130	Crist. 88,8%; Trad. 4,6%; Muçul. 0,5%; Outras 6,1%	Espanhol, Francês, Fang e Bubi	agric. 2.3% indus. 93.7% servi. 3.9%	13,0%
<b>Lesoto</b>	30.355	2.066.919	68	1.615	3,5%	788	Crist. 80%; Trad. 20%	Inglês, Sesotho, Zulu e Xhota	agric. 15.1% indus. 46.4% servi. 38.5%	17,8%
<b>Libéria</b>	111.369	3.959.979	35	829	7,1%	219	Crist. 40%; Trad. 40%; Muçul. 20%	Inglês e mais 20 línguas locais	agric. 76.9% indus. 5.4% servi. 17.7%	44,5%
<b>Líbia</b>	1.759.540	6.419.925	3	90.822	6,7%	14.430	Muçul. 97%; Outras 3%	Italiano, Inglês e Árabe	agric. 1.7% indus. 70.9% servi. 27.4%	13,2%
<b>Madagascar</b>	587.041	19.625.030	33	9.329	5,0%	488	Trad. 51%; Muçul. 7%; Crist 41%	Francês e Malagasy	agric. 26.2% indus. 15.2% servi. 58.5%	29,3%
<b>Malawi</b>	118.484	15.263.417	129	4.128	7,4%	278	Crist. 79,9%; Muçul. 12,8% e Outros 7,3%	Inglês, Tubunka, Chewa, Chinyanja e Chyiao	agric.: 39.2% indus. 16.8% servi. 44%	28,2%
<b>Mali</b>	1.240.192	13.010.209	10	8.599	4,7%	677	Muçul. 90%; Outras 10%	Francês e Bambara Fulfulde, Soninké- Bobo, Sénoufo, Songhay, Tamasheq	agric. 15.7% indus. 30.1% servi. 54.1%	73,8%

<b>Marrocos</b>	446.550	31.995.592	71	86.590	5,4%	2.740	Muçul 98,7%, Crist. 1.1%, Judeus 0.2%	Francês, Árabe e dialetos berberes	agric. 15.7% indus. 30.1% servi. 54.1%	64,4%
<b>Maurício</b>	2.040	1.288.219	631	9.535	5,7%	7.450	Hindus 48%, Crist. 1.1%, Muçul. 16,6%	Inglês, Francês, Creoli e Bhojpuri	agric. 4.6% indus. 24.9% servi. 70.5%	12,6%
<b>Mauritânia</b>	1.025.520	3.290.630	3	3.270	2,2%	1.017	Muçul.100%	Francês, Árabe, Pulaar e Sominkee	agric. 12.5% indus. 46.7% servi. 40.7%	44,2%
<b>Moçambique</b>	801.590	22.894.294	28	9.840	7,0%	440	Crist.40,3%; Muçul. 17,8% e Outros 17,8%	Português, Emakhuwa, Xi- changana	agric. 23.5% indus. 30.9% servi. 45.6%	55,6%
<b>Namíbia</b>	824.292	2.171.137	2	8.824	2,9%	4.143	Crist. 80%; Trad. 20%	Inglês, Alemão e Afrikaans	agric. 9% indus.: 37% servi. 54%	12,0%
<b>Níger</b>	1.267.000	15.290.102	12	5.210	5,9%	354	Muçul. 80%; Crist.11%; Trad. 9%	Francês, Hausa e Djerma	agric. 39% indus. 17% servi. 44%	71,3%
<b>Nigéria</b>	923.768	154.728.892	167	219.192	14,3%	1.450	Muçul. 50%; Crist.40%; Trad. 10%	Inglês, Hausa, Yoruba, Igbo e Fulani	agric. 18.1% indus. 50.8% servi. 31.1%	28,0%
<b>Quênia</b>	580.367	39.802.015	68	30.552	2,0%	788	Crist. 78%; Tradicionalis 10%; Muçul. 10% Outras 2%	Inglês, Kiswaihili e dialetos locais	agric. 23.8% indus. 16.7% servi. 59.5%	26,4%
<b>Rep. Centro- Africana</b>	622.984	4.442.397	7	2.015	2,2%	464	Crist. 50%; Trad. 35%; Muçul. 15%	Francês, Sangho e línguas tribais	agric. 55% indus. 20% servi. 25%	51,4%

<b>Ruanda</b>	26.338	9.997.614	379	4.456	11,2%	458	Crist. 93,6%; Trad. 0,1%; Muçul. 4,6%; Outros 1,7%	Kinyarwanda, Inglês, Francês e Kiswaihili	agric. 43.2% indus. 22.3% servi.. 34.5%	35,1%
<b>Saara Ocidental*</b>	266.000	405.210	1,5	900	***	2.500	Muçul. 100%	Árabe e dialetos Berberes	agric.: NA% indus. NA% servi. 40%	***
<b>São Tomé e Príncipe</b>	964	162.755	168	177	5,8%	1.108	Crist. 77,5%; Outros e Sem Religião 22,5%	Português	agric.: 14.6% indus. 14.6% servi. 70.8%	12,1%
<b>Senegal</b>	196.722	12.534.228	63	13.287	2,5%	1.088	Muçul. 94%; Crist.4%; Trad. 2%	Francês, Wolof, Pulaar, Serer, Diola, Mandinka, Soninké	agric. 16.1% indus. 19.3% servi.: 64.6%	58,1%
<b>Serra Leoa</b>	71.740	5.696.471	79	2.323	5,5%	418	Muçul. 60%; Crist.10%; Trad. 30%	Inglês, Mende, Temne e Krio	agric.: 49% indus. 31% servi. 21%	61,9%
<b>Seychelles</b>	455	84.600	185	925	-0,9%	11.044	Crist. 94,7%; Hindu 2,1%; Muçul. 1,1%, Outros 2,1	Inglês, Francês e Creole	agric. 2% indus. 28.9% servi. 69.2%	24,6%
<b>Somália</b>	637.657	9.133.124	14	2.660	2,6%	298	Muçul.99%	Inglês, Italiano, Árabe e Somali	agric. 65% indus. 10% servi. 25%	62,0%*
<b>Suazilândia</b>	17.364	1.184.936	68	2.766	2,6%	2.369	Crist. 60%; Muçul. 10%; Outros 30%	Inglês e Swazi	agric. 11.2% indus. 46% servi. 42.8%	21,0%*
<b>Sudão</b>	2.505.813	42.272.435	16	70.275	7,6%	1.700	Crist. 5%; Muçul. 75%; Trad. 25%	Inglês, Árabe e dialetos	agric. 31% indus. 34.7% servi. 34.3%	39,1%

<b>Tanzânia</b>	945.087	43.739.051	46	20.744	7,5%	502	Crist. 30%; Muçul. 35%; Trad. 35%	Inglês, Árabe e Suahili	agric.: 27.1% indus. 22.5% servi. 50.4%	27,7%
<b>Togo</b>	56.785	6.618.613	116	2.877	1,1%	446	Crist. 29%; Muçul. 20%; Trad. 51%	Francês, Ewe e Mina	agric. 40% indus. 25% servi. 35%	46,8%
<b>Tunísia</b>	163.610	10.271.506	62	39.414	6,1%	3.876	Crist. 1%; Muçul. 98%; Outros 1%	Francês e Árabe	agric.: 10.5% indus. 37% servi. 52.5%	22,3%
<b>Uganda</b>	235.880	32.709.865	138	15.828	9,5%	500	Crist. 83,9%; Muçul. 12,1%; Outros 4%	Inglês, Swahili, Ganda e Árabe	agric.: 21.5% indus. 24.6% servi. 53.9%	26,4%
<b>Zâmbia</b>	752.614	12.935.368	17	14.441	6,3%	1.144	Crist. 65%; Muçul. 35%; Trad. 1%	Inglês, Shona, Ndebele e outros dialetos	agric. 16% indus. 26.6% servi. 57.4%	29,4%
<b>Zimbábue</b>	390.759	12.522.784	32	3.911	-12,6%	314	Crist. 75%; Muçul. 1%; Trad. 24%	Bemba, Nyanja, Tonga, Lozi, Chewa, Nsenga, Tumbuka, Lunda, Kaonde, Lala, Luvale e Inglês	agric.: 16% indus. 26.6% servi. 57.4%	8,8%
<b>TOTAL</b>	30.335.000,00	1.008.786.945	33	1.523.051	5,9%	1.545				

Territórios europeus na África****										
País	Superfície (km²)	População (hab.) 2009	Densidade (hab/km²) 2009	PIB (milhões de dólares) 2008	Crescimento PIB (%) 2008	PIB per capita (dólares) 2008	Religiões¹	Idiomas	Economia² 2008	Analfabetismo 2007
<b>Reunião (FRA)**</b>	2.512	827.000	328	19.600	***	23.700	Predomínio de cristãos.	Francês e Creole	Majoritariamente Agricultura	***
<b>Mayotte (FRA)**</b>	374	223 765	598	466,8	***	2.600	Predomínio de muçulmanos.	Francês e Shimaore	***	***
<b>Canárias (ESP)</b>	7.450	2.098.523	281,6	25.000	5%	11.913	Predomínio de cristãos.	Espanhol	Majoritariamente Serviços	***
<b>Ceuta (ESP)</b>	19,5	78.320	4.016	***	***	***	Predomínio de cristãos e Muçumanos	Espanhol e Árabe	***	***
<b>Melilla (ESP)</b>	12,3	72.000	5853	***	***	***	Crist.65%; Muçul. 45%	Espanhol e Árabe	Majoritariamente Serviços	***
<b>Madeira (POR)</b>	801	246.689	297	***	***	***	Predomínio de cristãos.	Português	Majoritariamente Serviços	***
<b>Santa Helena (ING)</b>	122	7.637	62	18	*	2.500	Crist. (majoritariamente anglicanos) 100%	Inglês	Majoritariamente Agricultura	3%

\*Dados do CIA World Factbook, 2009 (<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>)

\*\* Dados do INSEE (Institut national de la statistique et des études économiques - França).

\*\*\*Dados não encontrados.

\*\*\*\* Os dados dos territórios europeus foram obtidos nos JANES Profiles, no CIA World Factbook e nos governos dos países europeus aos quais os territórios pertencem.



## REFERÊNCIAS

---

- ABADEJO, A.; ADEDEJI, A.; LANDSBERG, C. (Eds). **South Africa in Africa**. The post-apartheid era. Scottsville, University of Kuazulu-Natal, 2007.
- ABRANTES, H. **Reflexões sobre a cultura nacional**. Angola: U.E. Angolanos, 1980.
- ALDEN, Chris. **China in Africa**. London: Zed Books, 2007.
- ALMEIDA Filho, João Genésio. **O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul**. Brasília: Funag, 2009.
- AMPIAH, Kweku; NAIDU, Sanusha (Ed.). **Crouching Tiger, Hidden Dragon?** Africa and China. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2008.
- BARBER, James; BARRATT, John. **South Africa's Foreign Policy (1945-1988)** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- BESHIR, Mohamed Omer. **Terramedia: Themes in Afro-Arab Relations**. London: Ithaca/ Khartoum/ Univ. of Khartoum, 1982.
- BERG, Eugène. **Non alignement et nouvel ordre mondial**. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.
- BUTLER, Anthony. **Contemporary South Africa**. London: Palgrave/Macmillan, 2004.
- BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África negra**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CAMPBELL, Gwyn (Ed.). **The Indian Ocean Rim**. Southern Africa and Regional Co-operation. London/New York: Routledge, 2003.
- CHALIAND, Gerard. **A luta pela África**. Estratégia das potências. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CHAZAN, Naomi; MORTIMER, Robert; RAVENHILL, John; ROTCHILD, Donald. **Politics and society in contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.
- CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system**. The politics of state survival. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CLAPHAM, Christopher; HERBST, Jeffrey; MILLS, Greg. **Big African states**. Johannesburg: WITS Univ. Press, 2006.

CLAPHAM, Christopher; MILLS, Greg; MORNER, Anna; SIDIROPOULOS, Elizabeth (Ed.). **Regional integration in Southern Africa**. Johannesburg: SAIIA, 2001.

COELHO, Pedro; MENDONÇA, Helio de (Orgs.). **Relações Brasil-África: um colóquio**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2002.

COELHO, Pedro; SARAIVA, Flávio (Orgs.). **Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio**. Brasília: IBRI/FUNAG, 2004.

COKER, Christopher. **NATO, The Warsaw Pact and Africa**. New York: St. Martin's Press, 1985.

COQUERY-VIDROVITCH, C.; MONIOT, H. **África Negra de 1800 a nuestros dias**. Barcelona: Labor, 1985. Coleção Nueva Clío, n. 46.

COOPER, Frederick. **Africa since 1940**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

COPSON, Raymond. **The United States and Africa**. London: Zed Books, 2007.

DAVIDSON, Basil. **A política da luta armada**. libertação nacional nas colónias africanas de Portugal. Lisboa: Caminho, 1979.

\_\_\_\_\_. **L'Afrique au XX siècle**. L'éveil et les combats du nationalisme africain. Paris: J.A., 1979.

DAVIES, J. E. **Constructive Engagement?** Chester Crocker & American Policy in South Africa, Namibia and Angola. Oxford: James Curry, 2007.

DECRAENE, Philippe. **O Pan-Africanismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

DEUTSCHMANN, David (Ed.). **Angola and Namibia: changing the history of Africa**. Melbourne: Ocean Press, 1989.

DIALLO, Alfa Oumar. **A nova parceria para o desenvolvimento da África: NEPAD, paradigma para o desenvolvimento**. Tese de Doutorado em Direito/UFRGS, 2006.

DÖPCKE, Wolfgang (Org.). **Crises e reconstruções**. Brasília: Linha Gráfica, 1998.

DUNBABIN, J. P. D. **The post-imperial age: the great powers and the wider world**. London and New York: Longman, 1994.

DRAPER, Peter (Ed.). **Reconfiguring the Compass**. South Africa's African Trade Diplomacy. Johannesburg: SAIIA, 2005.

ETINGUER, Yakov; MELIKIAN, Ovanes. **El neutralismo en el mundo actual**. Moscú: Editorial Progreso, s/data.

FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew. **A history of Nigeria**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

FANDON, Sneh (Ed.). **India & Africa, emerging scenarios**. Delhi: Centre for African Studies/University of Delhi, 2006.

FARLEY, Jonathan. **Southern Africa**. London/New York: Routledge, 2008.

- FEARON, James D. **Economic Development, Insurgency and War**. Boston: Harvard University Press, 2007.
- FERRO, Marc. **História das colonizações**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FIELDHOUSE, D. K. **Los Impérios Coloniales desde el siglo XVIII**. Coleção História Universal Siglo XXI. Madrid: Siglo XXI, 1984. v. 29.
- GANDOLFI, Alain. **Les mouvements de libération nationale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- GLEIJESES, Piero. **Conflicting Missions**: Havana, Washington, Pretoria. Alberton: Galago Books, 1999.
- GONZÁLEZ, Carmen (Ed.). **Cambio e contrarrevolucion en África Meridional**. La Habana: Ed. de Ciencias Sociales, 1987.
- GORDON, April; GORDON, Donald. **Understanding Contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2007.
- GRIFFITHS, Ieuan. **The atlas of african affairs**. London and New York: Routledge, 1994.
- GROMIKO, Anatoli. (Ed.). **A Casa Branca e o continente negro**. Moscovo: Progresso, 1986.
- \_\_\_\_\_. (Ed.). **African countries' foreign policy**. Moscow: Progress Publishers, 1983.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **África do Sul: visões brasileiras**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Brasil e África do Sul: riscos e oportunidades no tumulto da globalização**. Brasília: IPRI/FUNAG, 1998.
- GUITARD, Odette. **Bandoung et le réveil des peuples colonisés**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.
- HALLIDAY, Fred; MOLYNEUX, Maxine. **The Ethiopian Revolution**. London: Verso/NLB, 1981.
- HARBESON, John; ROTHCHILD, Donald (Ed.). **Africa in world politics. post-cold war challenges**. Boulder: Westview Press, 1995.
- HASSEB, Khair EL-Din (Ed.). **The arabs and Africa**. Beirut: Centre for Arab Unity Studies/ Beckenham: Croom Helm, 1985.
- HENTZ, James. **South Africa and the logic of regional cooperation**. Bloomington: Indiana Univ. Press, 2005.
- HUGHES, Arnold (Ed.). **Marxism's retreat from Africa**. (The Journal of Communism Studies) London: Frak Cass, 1992.
- HUGUENEY Filho, Clodoaldo. **A Conferência de Lancaster House: da Rodésia ao Zimbábue**. Brasília: FUNAG/IPRI/MRE, 1993.
- ILIFFE, John. **The african AIDS epidemic**. Oxford: James Currey/Cape Town: Double Storey, 2006.

- \_\_\_\_\_. **África, história de um continente**. Lisboa: Terramar, 1999.
- IKOME, Francis. **From the Lagos Plan of Action to The New Partnership for Africa's Development**. Midrand: Institute for Global Dialogue, 2007.
- JONGE, Klaas de. **África do Sul: Apartheid e resistência**. São Paulo: Cortez/EBOH, 1991.
- JOHNSON, Douglas. **The root causes of Sudan's civil wars**. Oxford: James Currey, 2007.
- KI-ZERBO, J. **História del África Negra**. Madrid: Alianza, 1980.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **História Geral da África**. São Paulo: Ática/Unesco, 1987. 8 volumes.
- KOHN, H.; SOKOLSKI, W. **El nacionalismo africano en el siglo XX**. Buenos Aires: Paidós, 1968.
- LEFORT, René. **Sudáfrica: historia de una crisis**. Mexico: Siglo XXI, 1978.
- LEOGRANDE, William. **Cuba's Policy in Africa, 1959-1980**. Berkeley: Institute of International Studies, University of California, 1980.
- LYONS, Tereence; KHADIAGALA, Gilbert (Ed.). **Conflict management and African politics**. London/New York: Routledge, 2008.
- MAKINDA, S.; OKUMU, F. (Ed.) **The African Union**. London/New York: Routledge, 2008.
- MANDELA, Nelson. **The long walk to freedom**. Braamfontein: Nolwazi Educational Publishers, 1994.
- MARKAKIS, John (Ed.) **Military marxists regimes in Africa**. London: Frank Cass, 1986.
- MARTIN, Guy. **Africa in World politics**. Trenton/Asmara: Africa World Press, 2001
- MARTINEZ CARRERAS, J. U. **História del Colonialismo y la descolonización**. Siglos XV-XX. Madrid: Complutense, 1992.
- MEHLER, Andreas; MELBER, Henning; van WALRAVEN, Klaas (EDs.). **Africa Yearbook 2007**. Leiden/Boston: Brill, 2008.
- MIÈGE, Jean-Louis. **Expansión europea y descolonización, de 1870 a nuestros días**. Barcelona: Labor, 1980.
- MOITA, Luis. **El Movimiento de los No Alineados**. Historia y Doctrina. Madrid: Editorial Revolución, 1983.
- MORÁN, Fernando. **Revolución y tradición en África Negra**. Madrid: Alianza, 1971.
- MOREIRA, Neiva; BISSIO, Beatriz. **Os cubanos na África**. São Paulo: Global, 1979.
- MURTHY, P. A. N.; SHRIVASTAVA, B. K. **Neutrality and Non-alignment in the 1990s**. London: Sangam Books/New Delhi: Radiant Publishers, 1991.

NYONG'O, Peter Anyang' (Comp.). **La política africana y la crisis del desarrollo**. Mexico: El Colegio de Mexico, 1989.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo, último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

OTTAWAY, Marina. **Soviet and American influence in the Horn of Africa**. New York: Praeger, 1982.

**Países da Linha de Frente**. Lisboa: Comissão Nacional Portuguesa da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha de Frente, 1983.

PERE, Garth le (Ed.). **China in Africa: mercantilist predator, or partner in development?** Johannesburg: Institute for Global Dialogue/SAIIA, 2007.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **África do Sul e Brasil: dois caminhos para o pós-Guerra Fria**. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História/UFRGS, 2006.

PFISTER, Roger. **Apartheid South Africa and African States: from Pariah to Middle Power, 1961-1994**. London: Tavis, 2005.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. **Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006)**. São Paulo: USP, 2007.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

RUPIYA, Martin (Ed.). **Evolutions and Revolutions**. A contemporary history of militaries in Southern Africa. Pretoria: Institute for Security Studies, 2005.

SANTIAGO, Theo (Org.). **Descolonização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

SARAIVA, José Flávio. **O lugar da África**. Brasília: UnB, 1996

SCHUTZ, Barry; SLATER, Robert (Ed.). **Revolution and political change in the Third World**. Boulder: Lynne Rienner/London: Adamantine, 1990.

SHETH, V. S. **Índia-Africa Relations: Emerging Policy and Development Perspectives**. Delhi: Academic Excellence, 2008.

SHUBIN, Vladimir. **The hot "cold war"**. The USSR in Southern Africa. London: Pluto Press/ Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2008.

SLOVO, Joe. **África do Sul: um só caminho**. Lisboa: Caminho, 1979.

SOLOMON, Hussein; KELLY, Sarah; MOTSI, Immaculate. **Towards a sustainable peace in the Democratic Republic of the Congo**. Pretoria: CiPS/University of Pretoria, 2008.

SOMERVILLE, Keith. **Southern Africa and the Soviet Union**. London: Macmillan, 1993.

SOW, Alpha, e outros. **Introdução à Cultura Africana**. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco/ UNESCO, 1977.

STEPHAN, Harry, *et alii*. **The scramble for Africa in the 21st century**. Cape Town: Renaissance Press, 2006.

STEVENS, Richard; ELMESSIRI, Abdelwahab. **Israel-África do Sul: a marcha de um relacionamento**. Brasília: Escopo, 1977.

TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul. **Africa in international politics**. London/New York: Routledge, 2004.

TORRES, Adelino. **Horizontes do Desenvolvimento Africano no limiar do século XXI**. Lisboa: Vega, 1998.

TURNER, John W. **Continent Ablaze. The insurgency wars in Africa, 1960 to the present**. Johannesburg: Jonathan Ball Publishers, 1998.

URNOV, Andrei. **África do Sul contra África (1966-1986)**. Moscovo: Progresso, 1988.

VARELA Barraza, Hilda. **África: crisis del poder político. dictaduras y procesos populares**. Mexico: Nueva Imagem, 1981.

WANNENBURG, Gail. **Africa's Pablos and Political Entrepreneurs. War, the State and Criminal Networks in West and Southern África**. Johannesburg: SAIIA, 2006.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar. A partilha da África (1880-1914)**. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1998.

WILD, Leni; MEDHAM, David (ED.). **The new sinosphere**. London: Institute for Public Policy Research, 2006.

WILSON, Henry S. **African Decolonization**. London: Edward Arnold, 1994.

WRIGHT, Stephen (Ed.). **African foreign policies**. Boulder/Oxford. Westview Press, 1999.

# ÍNDICE ALFABÉTICO

---

## A

- A (difícil) formação do moderno sistema interafricano (1960-1975) .....87
- África Austral. Luta armada e descolonização na África Austral ..... 123
- África Austral. Regimes racistas e coloniais na África Austral: a segunda descolonização ..... 116
- África Austral. Resistência dos regimes racistas e a guerra contra os países da linha de frente ..... 128
- África Britânica. Descolonização .....83
- África Central. Conflitos identitários e realinhamentos geopolíticos na África central ..... 180
- África central britânica .....98
- África do Sul no século XIX. Evolução.....53
- África do Sul. Evolução na primeira metade do século XX .....68
- África do Sul: o fim do *Apartheid* e a reinserção na África Austral ..... 169
- África Francesa. Independências .....80
- África independente. Conferência de Bandung e a percepção da emancipação pelas potências coloniais .....90
- África independente. Espaços geopolíticos e periodização da África independente .....88
- África meridional. Fundamentos estruturais da integração na África meridional ..... 175
- África na economia mundial: crise e ajuste econômico na década perdida .... 147
- África Ocidental, Oriental e Meridional. Expansão do Islã .....32

---

• África ocidental. Conflitos saarianos e a África ocidental.....	142
• África oriental britânica.....	95
• África. A dimensão multilateral da diplomacia africana do Brasil.....	226
• África. A emergência de uma política africana multidimensional.....	222
• África. Bases e entrepostos portugueses.....	38
• África. Busca de um modelo e vínculos internacionais alternativos.....	112
• África. Civilizações africanas e os Estados antigos.....	29
• África. Crise econômica, “pacificações” e democratização.....	155
• África. Da conexão escravista ao afastamento.....	215
• África. Descolonização dos Impérios secundários e os enclaves franceses.....	99
• África. Disputa entre modelos de desenvolvimento e inserção internacional.....	107
• África. Disputa europeia pelo comércio africano.....	42
• África. Economia. Impacto dos ajustes econômicos na África.....	147
• África. Escravidão e a conexão Brasil-África no Atlântico Sul.....	45
• África. Estados africanos.....	241
• África. Etnias e miscigenação e as relações entre Brasil e a África.....	47
• África. Expansão marítima lusitana.....	36
• África. Fluxos interafricanos e conexões intercontinentais (até o século XV).....	28
• África. Independências e a estratégia neocolonial francesa.....	91
• África. Marginalização, conflitos e realinhamentos estratégicos (1989-2002).....	155
• África. Marginalização: conflitos, epidemias e pobreza.....	159
• África. Marginalização: “pacificação”, democratização, neoliberalismo, conflitos e epidemias.....	155
• África. Nascimento do comércio mundial e a África.....	35
• África. O ambiente africano e seus recursos econômicos.....	23
• África. O grande movimento migratório africano.....	28
• África. Penetração chinesa e indiana: desenvolvimento e disputas estratégicas.....	207
• África. Perspectivas africanas.....	237



- 
- África. Portugal. Navegações portuguesas e o litoral africano .....36
  - África. Posicionamento internacional e as dificuldades internas dos novos Estados .....88
  - África. Processo de descolonização .....78
  - África. Processo de modernização capitalista e a inserção internacional .....64
  - África. Processos de integração regional na África .....193
  - África. Relações Brasil-África: da indiferença à cooperação sul-sul.....215
  - África. “Renascimento africano”: integração e desenvolvimento (desde 2002).....189
  - África. Resolução de conflitos. Formação de mecanismos africanos para resolução de conflitos .....206
  - África. Segunda Guerra Mundial .....71
  - Ajuste econômico. Relações comerciais, os PALOP e os efeitos dos ajustes econômicos .....219
  - Ajustes. Economia. Impacto dos ajustes econômicos na África .....147
  - Ambiente africano e seus recursos econômicos.....23
  - Angola. Processo de Paz em Moçambique e Angola.....173
  - *Apartheid* África do Sul: o fim do *Apartheid* e a reinserção na África Austral .....169
  - *Apartheid*: de Mandela à Mbeki, de Mbeki à Zuma .....169
  - Apogeu e queda dos impérios coloniais (1920-1960).....71
  - Árabe. Petróleo. Diplomacia do petróleo e a nova influência árabe na África .....121
  - Árabe. Presença americana, árabe, russa e brasileira .....212
  - Árabes e europeus no Oceano Índico.....40
  - Argélia e Congo: os grandes conflitos da primeira descolonização.....102
  - Argélia. Revolução Argelina .....102
  - As Civilizações africanas e os Estados antigos.....29
  - As razões da penetração europeia. Imperialismo europeu .....50
  - As relações da África com a França e as potências intermediárias.....150
  - Ascensão e declínio do Império Português.....39
  - Atlântico Sul. Escravidão e a conexão Brasil-África .....45

**B**

- Bases e entrepostos portugueses. África .....38
- Bastião Branco da África Austral e a radicalização dos movimentos de libertação..... 116
- Bibliografia. Referências ..... 249
- Brasil. A dimensão multilateral da diplomacia africana do Brasil..... 226
- Brasil. Da conexão escravista ao afastamento ..... 215
- Brasil. Diplomacia econômica: comércio e investimentos ..... 228
- Brasil. Escravidão e a conexão Brasil-África no Atlântico Sul ..... 45
- Brasil. Etnias e miscigenação e as relações entre Brasil e a África ..... 47
- Brasil. Lula e a África: diplomacia de prestígio, solidariedade sul-sul ou “imperialismo *soft*”? ..... 222
- Brasil. Mercantilismo europeu, o tráfico de escravos e o Brasil (1460-1860)..... 35
- Brasil. Nexo escravista, afastamento e reaproximação com a África pós-colonial..... 215
- Brasil. Presença americana, árabe, russa e brasileira ..... 212
- Brasil. Reaproximação (contraditória) com a África Pós-colonial ..... 217
- Brasil. Relações Brasil-África: da indiferença à cooperação sul-sul ..... 215
- Busca de um modelo e vínculos internacionais alternativos..... 112

**C**

- Capitalismo. Colonização. Diferentes sistemas coloniais: a inserção no capitalismo mundial ..... 61
- Capitalismo. Processo de modernização capitalista e a inserção internacional ..... 64
- Chifre da África no Pós-Guerra Fria..... 184
- Chifre da África: revolução etíope, conflitos e intervenção externa..... 137
- China na África..... 207
- China. Penetração chinesa e indiana: desenvolvimento e disputas estratégicas ..... 207

---

• Civilizações africanas e os Estados antigos .....	29
• Coalizões rivais. Organização da Unidade Africana.....	107
• Colonialismo. Apogeu e queda dos impérios coloniais (1920-1960) .....	71
• Colonialismo. Descolonização da África Britânica .....	83
• Colonialismo. Descolonização no Magreb e a Revolução Egípcia.....	73
• Colonialismo. Impérios e formas de dominação.....	61
• Colonialismo. Independências na África Francesa .....	80
• Colonialismo. Processo de descolonização.....	78
• Colonialismo. Segunda Guerra Mundial, a descolonização do Magreb e a Revolução Nasserista.....	71
• Colonização. Da conquista europeia à descolonização (1860-1960).....	49
• Colonização. Diferentes sistemas coloniais: a inserção no capitalismo mundial .....	61
• Comércio internacional. Nascimento do comércio mundial e a África.....	35
• Comércio. Diplomacia econômica: comércio e investimentos .....	228
• Comércio. Disputa europeia pelo comércio africano .....	42
• Comércio. O impacto do tráfico para a África.....	43
• Conexões intercontinentais. Fluxos interafricanos e conexões intercontinentais (até o século XV).....	28
• Conferência de Bandung e a percepção da emancipação pelas potências coloniais.....	90
• Conferência de Berlim e a partilha da África.....	51
• Confisco da terra e os impostos. Processo de modernização capitalista e a inserção internacional .....	64
• Conflito e o genocídio da região dos Lagos.....	180
• Conflito não solucionado do Saara Ocidental.....	162
• Conflitos da primeira descolonização. Argélia e Congo.....	102
• Conflitos do Golfo da Guiné.....	163
• Conflitos e intervenções. Regimes racistas e socialistas na África Austral ....	128
• Conflitos identitários e realinhamentos geopolíticos na África central .....	180
• Conflitos saarianos e a África ocidental .....	142
• Conflitos. África. Marginalização: conflitos, epidemias e pobreza .....	159

- Conflitos. Marginalização: “pacificação”, democratização, neoliberalismo, conflitos e epidemias ..... 155
- Congo belga. Independência, guerra civil e intervenção internacional..... 103
- Congo e Argélia. Conflitos da primeira descolonização..... 102
- Congo. Queda de Mobutu e a guerra civil do Zaire/R. D. do Congo..... 181
- Conquista, a ocupação, a Primeira Guerra Mundial e a redivisão da África..... 56
- Construção de infraestrutura, educação e saúde. Processo de modernização capitalista e a inserção internacional..... 64
- Cooperação. Relações Brasil-África: da indiferença à cooperação sul-sul..... 215
- Crise e ajuste econômico na década perdida. África na economia mundial ... 147
- Cultura. Espaço africano e os grandes grupos étnico-culturais..... 22
- Cultura. Os grandes grupos etno-culturais ..... 25

## D

- Da Geopolítica da Guerra Fria às relações econômicas ..... 219
- Das coalizões rivais à Organização da Unidade Africana..... 107
- Democracia. África. Crise econômica, “pacificações” e democratização..... 155
- Democracia. Marginalização: “pacificação”, democratização, neoliberalismo, conflitos e epidemias..... 155
- Descolonização da África Britânica..... 83
- Descolonização do Magreb e a Revolução Nasserista. Segunda Guerra Mundial..... 71
- Descolonização dos Impérios secundários e os enclaves franceses ..... 99
- Descolonização no Magreb e a Revolução Egípcia ..... 73
- Descolonização Regimes racistas e coloniais na África Austral..... 116
- Descolonização. Conferência de Bandung e a percepção da emancipação pelas potências coloniais..... 90
- Descolonização. Da conquista europeia à descolonização (1860-1960)..... 49
- Descolonização. Espaços geopolíticos e periodização da África independente..... 88
- Descolonização. Formação de um sistema africano pós-colonial de estados ... 88

- 
- Descolonização. Independências na África Francesa ..... 80
  - Descolonização. Luta armada e descolonização na África Austral..... 123
  - Descolonização. Regimes racistas e a independência dos britânicos..... 116
  - Desenvolvimento. África. Disputa entre modelos de desenvolvimento e inserção internacional ..... 107
  - Desenvolvimento. “Renascimento africano”: integração e desenvolvimento (desde 2002)..... 189
  - Diferentes sistemas coloniais: a inserção no capitalismo mundial..... 61
  - Dimensão estratégica. Navegações portuguesas ..... 37
  - Dimensão multilateral da diplomacia africana do Brasil ..... 226
  - Diplomacia do petróleo e a nova influência árabe na África ..... 121
  - Diplomacia econômica: comércio e investimentos ..... 228
  - Diplomacia pan-africana e a resolução de conflitos ..... 202
  - Diplomacia soviética e norte-americana para a África ..... 134
  - Diplomacia. A dimensão multilateral da diplomacia africana do Brasil..... 226
  - Diplomacia. Emergência de uma diplomacia pan-africana..... 202
  - Diplomacia. Lula e a África: diplomacia de prestígio, solidariedade sul-sul ou “imperialismo *soft*”? ..... 222
  - Disputa entre modelos de desenvolvimento e inserção internacional ..... 107
  - Disputa europeia pelo comércio africano..... 42
  - Divisão da África. Conquista, a ocupação, a Primeira Guerra Mundial e a redivisão da África..... 56
  - Dominação ideológica. Impérios e as formas de dominação ..... 61

## E

- Economia. África na economia mundial: crise e ajuste econômico na década perdida ..... 147
- Economia. África. Crise econômica, “pacificações” e democratização..... 155
- Economia. Da Geopolítica da Guerra Fria às relações econômicas ..... 219
- Economia. Era dos ajustes econômicos transatlânticos ..... 221

• Economia. Impacto dos ajustes econômicos na África.....	147
• Economia. Moderno sistema interafricano. As dificuldades político-econômicas e os laços neocoloniais .....	110
• Economia. Nascimento do comércio mundial e a África.....	35
• Economia. O ambiente africano e seus recursos econômicos .....	23
• Economia. Relações comerciais, os PALOP e os efeitos dos ajustes econômicos.....	219
• Economia. Tráfico de escravos e a economia mundial .....	39
• Educação. Processo de modernização capitalista e a inserção internacional. Construção de infraestrutura, educação e saúde .....	64
• Emergência de uma diplomacia pan-africana .....	202
• Emergência de uma política africana multidimensional .....	222
• Epidemia. África. Marginalização: conflitos, epidemias e pobreza.....	159
• Epidemias. Marginalização: “pacificação”, democratização, neoliberalismo, conflitos e epidemias .....	155
• Era dos ajustes econômicos transatlânticos .....	221
• Escravidão e a conexão Brasil-África no Atlântico Sul.....	45
• Escravidão. Mercantilismo europeu, o tráfico de escravos e o Brasil (1460-1860).....	35
• Escravidão. Nexo escravista, afastamento e reaproximação com a África pós-colonial. Brasil .....	215
• Escravidão. O tráfico de escravos e a economia mundial .....	39
• Escravidão. Sistema colonial. Latifúndio, escravidão e tráfico negroiro .....	45
• Espaço africano e os grandes grupos étnico-culturais.....	22
• Espaços geopolíticos e periodização da África independente.....	88
• Estados africanos .....	241
• Estados antigos. Civilizações africanas .....	29
• Etiópia. Chifre da África: revolução etíope, conflitos e intervenção externa .	137
• Etiópia. Revolução Etíope e a Guerra do Ogaden: conflito estratégico .....	137
• Etnia. Espaço africano e os grandes grupos étnico-culturais .....	22
• Etnia. Os grandes grupos etno-culturais .....	25
• Etnias e miscigenação e as relações entre Brasil e a África.....	47
• EUA. Diplomacia soviética e norte-americana para a África .....	134

---

• EUA. Presença americana, árabe, russa e brasileira .....	212
• Europa. Da conquista europeia à descolonização (1860-1960) .....	49
• Europa. Disputa europeia pelo comércio africano .....	42
• Europa. Imperialismo europeu: penetração, partilha e ocupação (1860-1920)....	50
• Europa. Mercantilismo europeu, o tráfico de escravos e o Brasil (1460-1860)....	35
• Europeus e árabes no Oceano Índico .....	40
• Evolução da África do Sul na primeira metade do século XX.....	68
• Evolução da África do Sul no século XIX.....	53
• Expansão do Islã, a África Ocidental, Oriental e Meridional .....	32
• Expansão marítima lusitana .....	36

## F

• Fase pré-colonial. Fluxos internos e conexões intercontinentais (fase pré-colonial).....	21
• Fim do <i>Apartheid</i> : de Mandela à Mbeki, de Mbeki à Zuma .....	169
• Fim do <i>Apartheid</i> e a reinserção na África Austral África do Sul: .....	169
• Fluxos internos e conexões intercontinentais (fase pré-colonial) .....	21
• Formação de mecanismos africanos para resolução de conflitos.....	206
• Formação de um sistema africano pós-colonial de estados.....	88
• Formação do moderno sistema interafricano (1960-1975) .....	87
• Fracasso das Federações britânicas e o fim dos impérios secundários .....	95
• França. As relações da África com a França e as potências intermediárias ....	150
• Fundamentos estruturais da integração na África meridional.....	175

## G

• Governo direto, indireto e protetorados. Impérios e as formas de dominação.....	62
• Grandes grupos etno-culturais .....	25
• Guerra Fria. Chifre da África no Pós-Guerra Fria .....	184

- Guerra Fria. Da Geopolítica da Guerra Fria às relações econômicas.....219
- Guerra fria. Revoluções, socialismo e confrontos da guerra fria (1975-1989)..... 127

## I

- Impacto do tráfico para a África .....43
- Impacto dos ajustes econômicos na África ..... 147
- Imperialismo europeu. Razões da penetração europeia .....50
- Imperialismo europeu: penetração, partilha e ocupação (1860-1920) .....50
- Imperialismo. Fracasso das Federações britânicas e o fim dos impérios secundários.....95
- Imperialismo. Lula e a África: diplomacia de prestígio, solidariedade sul-sul ou “imperialismo *soft*”?.....222
- Imperialismo. Segunda Guerra Mundial, a descolonização do Magreb e a Revolução Nasserista.....71
- Império colonial. Apogeu e queda dos impérios coloniais (1920-1960) .....71
- Império Português. Ascensão e declínio.....39
- Impérios e as formas de dominação. Dominação ideológica .....61
- Impérios e as formas de dominação. Governo direto, indireto e protetorados.....62
- Impérios e formas de dominação. Colonialismo .....61
- Imposto. Confisco da terra e os impostos. Processo de modernização capitalista e a inserção internacional .....64
- Independência. Bastião Branco da África Austral e a radicalização dos movimentos de libertação ..... 116
- Independência, guerra civil e intervenção internacional. Congo belga..... 103
- Independências e a estratégia neocolonial francesa .....91
- Independências na África Francesa .....80
- Índia na África .....210
- Índia. Penetração chinesa e indiana: desenvolvimento e disputas estratégicas .....207



- Infraestrutura. Processo de modernização capitalista e a inserção internacional. Construção de infraestrutura, educação e saúde..... 64
- Inserção internacional. Processo de modernização capitalista e a inserção internacional ..... 64
- Integração econômica. União africana, a NEPAD e a integração econômica ..... 190
- Integração regional. Processos de integração regional na África..... 193
- Integração. Fundamentos estruturais da integração na África meridional ..... 175
- Integração. “Renascimento africano”: integração e desenvolvimento (desde 2002) ..... 189
- Introdução ..... 15
- Investimento. Diplomacia econômica: comércio e investimentos ..... 228
- Islã. A expansão do Islã, a África Ocidental, Oriental e Meridional ..... 32

## L

- Latifúndio, escravidão e tráfico negreiro. Sistema colonial..... 45
- Latifúndio. Sistema colonial. Latifúndio, escravidão e tráfico negreiro ..... 45
- Lula e a África: diplomacia de prestígio, solidariedade sul-sul ou “imperialismo *soft*”? ..... 222
- Luta armada e descolonização na África Austral..... 123
- Luta contra o colonialismo português e os regimes racistas ..... 119

## M

- Magreb. Descolonização no Magreb e a Revolução Egípcia..... 73
- Magreb. Segunda Guerra Mundial, a descolonização do Magreb e a Revolução Nasserista ..... 71
- Marginalização, conflitos e realinhamentos estratégicos (1989-2002) ..... 155
- Marginalização: conflitos, epidemias e pobreza ..... 159
- Marginalização: “pacificação”, democratização, neoliberalismo, conflitos e epidemias ..... 155

- Mercantilismo europeu, o tráfico de escravos e o Brasil (1460-1860) .....35
- Migração. Fluxos interafricanos e conexões intercontinentais (até o século XV) .....28
- Migração. O grande movimento migratório africano .....28
- Miscigenação. Etnias e miscigenação e as relações entre Brasil e a África.....47
- Moçambique. Processo de Paz em Moçambique e Angola ..... 173
- Modernização. Processo de modernização capitalista e a inserção internacional .....64
- Moderno sistema interafricano. As dificuldades político-econômicas e os laços neocoloniais ..... 110
- Movimento migratório africano .....28
- Movimentos de libertação. Bastião Branco da África Austral e a radicalização dos movimentos de libertação..... 116

## N

- Nascimento do comércio mundial e a África.....35
- Navegações portuguesas e o litoral africano.....36
- Navegações portuguesas. Dimensão estratégica .....37
- NEPAD. Organização da Unidade Africana (OUA), a União Africana e a NEPAD ..... 190
- NEPAD. União africana, a NEPAD e a integração econômica ..... 190
- Negritude e o Pan-Africanismo .....75
- Neocolonialismo. As dificuldades político-econômicas e os laços neocoloniais..... 110
- Neoliberalismo. Marginalização: “pacificação”, democratização, neoliberalismo, conflitos e epidemias..... 155
- Nexo escravista, afastamento e reaproximação com a África pós-colonial. Brasil.....215
- Nigéria e o Golfo da Guiné..... 146
- Novos Estados. Independências e a estratégia neocolonial francesa .....91
- Novos Estados. Posicionamento internacional e as dificuldades internas dos novos Estados.....88

- 
- Novos países africanos. Busca de um modelo e vínculos internacionais alternativos..... 112

## O

- O ambiente africano e seus recursos econômicos ..... 23
- O grande movimento migratório africano..... 28
- O impacto do tráfico para a África ..... 43
- O mercantilismo europeu, o tráfico de escravos e o Brasil (1460-1860) ..... 35
- O nascimento do comércio mundial e a África..... 35
- O tráfico de escravos e a economia mundial..... 39
- Ocupação. Imperialismo europeu: penetração, partilha e ocupação (1860-1920)..... 50
- Organização da Unidade Africana (OUA), a União Africana e a NEPAD..... 190
- Organização da Unidade Africana. Coalizões rivais..... 107
- Os conflitos saarianos e a África ocidental ..... 142
- Os grandes grupos etno-culturais..... 25
- OUA. Organização da Unidade Africana (OUA), a União Africana e a NEPAD..... 190

## P

- Países de linha de frente. Resistência dos regimes racistas e a guerra contra os Países da Linha de Frente..... 128
- Pan-Africanismo. Negritude ..... 75
- Partilha da África. Conferência de Berlim..... 51
- Partilha. Imperialismo europeu: penetração, partilha e ocupação (1860-1920)..... 50
- Paz. Processo de Paz em Moçambique e Angola..... 173
- Penetração chinesa e indiana: desenvolvimento e disputas estratégicas ..... 207
- Penetração. Imperialismo europeu: penetração, partilha e ocupação (1860-1920)..... 50

• Perspectivas africanas .....	237
• Petróleo. Diplomacia do petróleo e a nova influência árabe na África .....	121
• Pobreza. África. Marginalização: conflitos, epidemias e pobreza .....	159
• Política. A emergência de uma política africana multidimensional .....	222
• Política. As dificuldades político-econômicas e os laços neocoloniais.....	110
• Portugal. África. Expansão marítima lusitana.....	36
• Portugal. Ascensão e declínio do Império Português .....	39
• Portugal. Bases e entrepostos portugueses. África.....	38
• Portugal. Luta contra o colonialismo português e os regimes racistas.....	119
• Portugal. Navegações portuguesas e o litoral africano .....	36
• Portugal. Navegações portuguesas. Dimensão estratégica.....	37
• Posicionamento internacional e as dificuldades internas dos novos Estados....	88
• Presença americana, árabe, russa e brasileira.....	212
• Primeira Guerra Mundial. Conquista, a ocupação, a Primeira Guerra Mundial e a redivisão da África .....	56
• Processo de descolonização .....	78
• Processo de modernização capitalista e a inserção internacional.....	64
• Processo de modernização capitalista e a inserção internacional. Confisco da terra e os impostos.....	64
• Processo de modernização capitalista e a inserção internacional. Construção de infraestrutura, educação e saúde .....	64
• Processo de modernização capitalista e a inserção internacional. Produção e produtos .....	64
• Processo de Paz em Moçambique e Angola .....	173
• Processos de integração regional na África .....	193
• Produção e produtos. Processo de modernização capitalista e a inserção internacional .....	64

## Q

• Queda de Mobutu e a guerra civil do Zaire/R. D. do Congo .....	181
--	-----

**R**

- Racismo. Luta contra o colonialismo português e os regimes racistas ..... 119
- Racismo. Regimes racistas e coloniais na África Austral: a segunda descolonização ..... 116
- Racismo. Regimes racistas e socialistas na África Austral: conflitos e intervenções ..... 128
- Racismo. Resistência dos regimes racistas e a guerra contra os países da linha de frente ..... 128
- Razões da penetração europeia. Imperialismo europeu ..... 50
- Reafirmação: a união africana, a NEPAD e a integração econômica ..... 190
- Reaproximação (contraditória) com a África Pós-colonial. Brasil ..... 217
- Recursos econômicos. O ambiente africano e seus recursos econômicos..... 23
- Redivisão da África. Conquista, a ocupação, a Primeira Guerra Mundial e a redivisão da África ..... 56
- Referências ..... 249
- Região dos Lagos. Conflito e o genocídio da região dos Lagos ..... 180
- Região. Conflito e o genocídio da região dos Lagos ..... 180
- Regimes racistas e a independência dos britânicos..... 116
- Regimes racistas e coloniais na África Austral: a segunda descolonização.... 116
- Regimes racistas e socialistas na África Austral: conflitos e intervenções..... 128
- Relação Brasil-África. Nexo escravista, afastamento e reaproximação com a África pós-colonial. Brasil ..... 215
- Relações Brasil-África. Da conexão escravista ao afastamento..... 215
- Relações Brasil-África: da indiferença à cooperação sul-sul..... 215
- Relações comerciais, os PALOP e os efeitos dos ajustes econômicos ..... 219
- Relações da África com a França e as potências intermediárias ..... 150
- “Renascimento africano”: integração e desenvolvimento (desde 2002) ..... 189
- Resistência dos regimes racistas e a guerra contra os países da linha de frente ..... 128
- Resolução de conflitos. Diplomacia pan-africana e a resolução de conflitos... 202
- Resolução de conflitos. Formação de mecanismos africanos para resolução de conflitos..... 206

- Revolução Argelina ..... 102
- Revolução Egípcia. Descolonização no Magreb..... 73
- Revolução Etíope e a Guerra do Ogaden: conflito estratégico ..... 137
- Revolução Nasserista. Segunda Guerra Mundial, a descolonização do Magreb e a Revolução Nasserista ..... 71
- Revoluções, socialismo e confrontos da guerra fria (1975-1989)..... 127
- Rússia. Presença americana, árabe, russa e brasileira ..... 212

## S

- Saara. Conflito não solucionado do Saara Ocidental ..... 162
- Saara. Conflitos saarianos e a África ocidental..... 142
- Saúde. Processo de modernização capitalista e a inserção internacional. Construção de infraestrutura, educação e saúde ..... 64
- Segunda descolonização Regimes racistas e coloniais na África Austral ..... 116
- Segunda Guerra Mundial na África ..... 71
- Segunda Guerra Mundial, a descolonização do Magreb e a Revolução Nasserista..... 71
- Sistema africano. Formação de um sistema africano pós-colonial de estados ..... 88
- Sistema colonial. Latifúndio, escravidão e tráfico negroiro..... 45
- Sistema interafricano. Formação do moderno sistema interafricano (1960-1975)..... 87
- Sistemas coloniais: a inserção no capitalismo mundial ..... 61
- Socialismo. Regimes racistas e socialistas na África Austral: conflitos e intervenções ..... 128
- Socialismo. Revoluções, socialismo e confrontos da guerra fria (1975-1989).. 127

## T

- Terra. Confisco da terra e os impostos. Processo de modernização capitalista e a inserção internacional ..... 64
- Tráfico de escravos e a economia mundial ..... 39

- 
- Tráfico de escravos. Mercantilismo europeu, o tráfico de escravos e o Brasil (1460-1860).....35
  - Tráfico negreiro. Sistema colonial. Latifúndio, escravidão e tráfico negreiro .....45
  - Tráfico. Impacto do tráfico para a África .....43

## U

- União africana, a NEPAD e a integração econômica..... 190
- Unidade africana. Organização da Unidade Africana (OUA), a União Africana e a NEPAD..... 190
- URSS. Diplomacia soviética e norte-americana para a África ..... 134

## Z

- Zaire. Queda de Mobutu e a guerra civil do Zaire/R. D. do Congo ..... 181



Esta obra foi impressa em oficinas próprias,  
utilizando moderno sistema de impressão digital.  
Ela é fruto do trabalho das seguintes pessoas:

**Editoração:**

Elisabeth Padilha  
Emanuelle Milek  
Karla Knihs  
Luciane Pansolin  
Rodrigo Michel Ferreira

**Índices:**

Emilio Sabatovski  
Iara P. Fontoura  
Tania Saiki

**Impressão:**

Lucas Fontoura  
Marcelo Schwb  
Willian A. Rodrigues

**Acabamento:**

Afonso P. T. Neto  
Anderson A. Marques  
Bibiane A. Rodrigues  
Carlos A. P. Teixeira  
Luana S. Oliveira  
Lucia H. Rodrigues  
Luciana de Melo  
Luzia Gomes Pereira  
Maria José V. Rocha  
Marilene de O. Guimarães  
Maurício Micalichechen  
Nádia Sabatovski  
Terezinha F. Oliveira

“A união do rebanho obriga o leão a deitar-se com fome.”

**Provérbio africano**